



ANAIIS

5º CONGRESSO NACIONAL

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

16 A 18 DE NOVEMBRO-95
RECIFE - PERNAMBUCO

"Então é honesto, a cada crise,
deixar morrer de fome
os trabalhadores para salvar
os dividendos dos acionistas?"

Émile Zola

ANAIIS

5º CONGRESSO NACIONAL

PSB
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

RECIFE - 1996

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE

Governador Miguel Arraes de Alencar

PRESIDENTE DE HONRA

Jamil Haddad

1º VICE-PRESIDENTE

Governador João Alberto Capiberibe

2º VICE-PRESIDENTE

Ademir Galvão Andrade

3º VICE-PRESIDENTE

Roberto Amaral

SECRETÁRIO-GERAL

Deputado José Carlos Sabóia

1º SECRETÁRIO

Carlos Siqueira

2º SECRETÁRIO

Vice-Governador Renato Casagrande

1º SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Uldurico Alves Pinto

2º SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Deputado Alexandre Cardoso

SECRETÁRIO DE COM. SOCIAL E PROPAGANDA

James Lewis Júnior

SECRETÁRIO DE CULTURA E FORMAÇÃO POLÍTICA

Deputado José Francisco Cerqueira Tenório

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

Deputado Rodrigo Rollemberg

SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÁRIA

Eudoro Walter de Santana

SECRETÁRIO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

Wilma Maria de Faria

SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO

Waldo Silva

SECRETÁRIO DE AÇÃO PARLAMENTAR

Senador Antônio Carlos Valadares

SECRETÁRIO DA JUVENTUDE

Augusto José Carreras

SECRETÁRIO DO MOVIMENTO SINDICAL

José Carlos Pereira da Silva

LÍDER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Fernando Lyra

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Sessão Solene de Abertura.....	7
Grupo I - A Esquerda e os Excluídos A Incorporação das Massas a um Projeto Nação.....	35
Grupo II - Neoliberalismo e Globalização da Economia: Perspectiva do Brasil.....	43
Grupo III - Construção Patidária: A nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral do PSB para as Eleições Municipais de 1996.....	83
Grupo IV - Construção do Socialismo: Algumas Experiências na Atualidade China e Cuba.....	125
Grupo V - Avaliação da Participação do PSB nos Governos Estaduais e Prefeituras de Capitais.....	171
Grupo VI - Desenvolvimento Integrado da Mulher.....	213
Plenária Final I - Apresentação dos Trabalhos dos Grupos Temáticos e Defesa de Teses.....	253
Plenária Final II - Eleição do Novo Diretório Nacional, dos Conselhos de Ética e Fiscal e Indicação dos Delegados do Partido junto ao TSE e Encerramento.....	287
Primeira Reunião do Novo Diretório Nacional do PSB.....	305
Aula Espetáculo.....	309

APRESENTAÇÃO

Este volume reúne os Anais do V Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, realizado na cidade do Recife, Pernambuco, nos dias 16 a 18 de novembro de 1995.

Além de renovar os seus quadros diretivos nacionais, o V Congresso realizou uma grande discussão política, merecendo destacar, entre outros, temas como o neoliberalismo e a globalização da economia.

Os debates desenvolveram-se através de Painéis, Grupos de Estudo e Plenárias, como se vê da seguinte temática:

- A esquerda e os excluídos - a incorporação das massas a um projeto de nação;
- Neoliberalismo e globalização da economia;
- Perspectivas do Brasil;
- Construção partidária - a nova Lei dos Partidos Políticos e política eleitoral do PSB para 1996
- Construção do socialismo - algumas experiências da atualidade;
- Desenvolvimento integrado da mulher.
- Movimento Sindical

Todos os debates desenvolvidos durante o Congresso, bem como os pronunciamentos levados a efeito nas suas sessões de instalação e de encerramento, constam desses Anais, através de apanhado taquigráfico, que inclui a homenagem dos socialistas aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e, *in memoriam* ao professor Florestan Fernandes, recentemente falecido.

O esforço representado por esta publicação se, de um lado, reflete a riqueza em que se constituíram os debates do Congresso, por outro, tem por objetivo colocar ao alcance da militância socialista brasileira reflexões essenciais para os que lutam pelas transformações sociais.

Nesse sentido, o PSB agradece não só as presenças e contribuições de quantos, filiados a outras agremiações, a ele acorreram, mas igualmente a gentileza de haverem permitido a transcrição e divulgação de seus textos. Nestes casos, toda e qualquer listagem é necessariamente falha. Mas não podemos deixar de mencionar o esforço que para seus partidos representaram as presenças de delegações estrangeiras, dos Partidos Comunistas Português, Chinês e Cubano e do Partido dos Trabalhadores Dominicanos.

Cabe, por fim, mas não menos importante, agradecer àqueles que, com unidade e dedicação, fora dos quadros diretivos do Partido, possibilitaram, a realização, com êxito, do V Congresso e a publicação destes Anais.

MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro

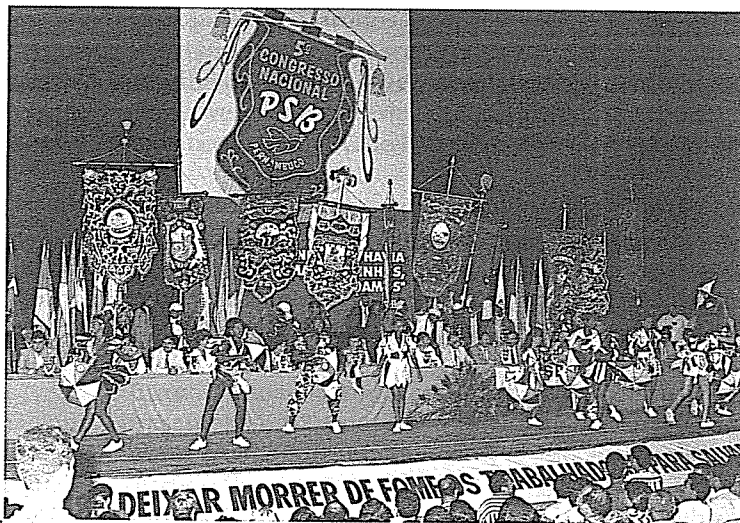
ABERTURA

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO 5º CONGRESSO NACIONAL

Teatro Guararapes
16 de Novembro de 1995
20 horas

Homenagem a Zumbi
dos Palmares
pelos 300 anos de sua morte.

Homenagem ao
Professor Florestan Fernandes.



O SR. APRESENTADOR - Senhoras e Senhores, vamos dar início à programação do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o PSB. E começamos convidando para compor a Mesa os integrantes da Comissão Executiva Nacional. Inicialmente, o Presidente Nacional do PSB, Governador de todos os pernambucanos, Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.)

Os convidados a compor a Mesa receberão, através do Coordenador-Geral do 5º Congresso Nacional do PSB, o Companheiro Carlos Siqueira, a miniatura de um Estandarte, símbolo e sinal de lutas, de resistências e de idéias. Daqui a pouco teremos a brilhante apresentação dos Estandartes e também da Orquestra.

Convidamos também os demais integrantes da Comissão Executiva Nacional, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, o Deputado Pedro Eurico; o Vice-Governador do Estado de Pernambuco, Jorge José Gomes; o Vice-Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande; o 1º Vice-Presidente do PSB, Prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa; o 2º Vice-Presidente, Roberto Amaral; o 3º Vice-Presidente, Deputado Beto Albuquerque; o Secretário-Geral do Partido, Renato Soares; o 1º Secretário, Pedro Eugênio Cabral; o 2º Secretário, Waldo Silva; o 2º Tesoureiro, Uldurico Pinto; o 1º Tesoureiro, Deputado Alexandre Cardoso; e os Vogais do Partido Socialista Brasileiro: Márcia Almeida Machado, Ezequiel Souza Nascimento, Vilma Maria de Farias, Eudoro Santana. (Palmas.)

Convidamos os Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Deputado Fernando Lyra e Senador Ademir Andrade. (Palmas.) E também os representantes de partidos políticos nacionais: do Partido dos Trabalhadores - PT, Luiz Dulce, 1º Vice-Presidente Nacional; do Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Deputado Federal Wolney Queiroz, representando o ex-Governador e Presidente do Partido, Dr. Leonel Brizola; pelo Partido Comunista do Brasil - PC do B, o Deputado Aldo Rebelo. (Palmas.)

Queremos convidar outros membros da Comissão Executiva do Partido Socialista Brasileiro para composição da Mesa: o Deputado José Carlos Sabóia, o Sr. James Lewis, o Vereador da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Leopoldo Paulino; a Deputada, pelo Macapá, Raquel Capiberibe; Walton de Miranda Leitão, de Fortaleza, Ceará. (Palmas.)

Convidamos os representantes de partidos políticos internacionais presentes ao 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, Dr. Wang Hua, representante do Partido Comunista Chinês; representando o Partido Comunista Cubano, o Dr. Jorge Ferreira; o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores Dominicanos, Deputado Esteban Diaz; o representante da Juventude Comunista Cubana, Orestes Llanes; o representante do Partido Comunista Português, Alexandre Pereira. (Palmas.)

Também convidamos para compor a Mesa a Prefeita de São Luís do Maranhão, Conceição Andrade; o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro.

Convidamos para compor a Mesa os Presidentes Regionais do Partido Socialista Brasileiro: pelo Estado do Acre, Izai Aparecida Bagliarino; pelo Estado do Amapá, Azolfo Valente; pelo Estado do Amazonas, Vereador Serafim Correia; pelo Estado da Bahia, Deputado Ubaldino Júnior; pelo Estado do Ceará, Eudoro Santana; pelo Distrito Federal, Gustavo Balduino; pelo Estado do Espírito Santo, Arnaldo Mauro; pelo Estado de Goiás, Carlos Custódio de Oliveira; pelo Estado do Maranhão, Conceição Marques; pelo Estado do Mato Grosso, Jeferson Arruda; pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Antônio Teixeira Sabóia; pelo Estado de Minas Gerais, Everaldo Crispim; pelo Estado da Paraíba, Rui Macedo; pelo Estado do Paraná, Vitório Sorotiuki; pelo Estado de Pernambuco, Miguel Baptista; pelo Estado do Piauí, Luiz Ribamar Nascimento; pelo Estado do Rio de Janeiro, Vereador Saturnino Braga; pelo Estado do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria; pelo Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Beto Albuquerque; pelo Estado de Roraima, Josué dos Santos Filho; pelo Estado de Santa Catarina, Gelson Albuquerque; pelo Estado de São Paulo, o Deputado Alberto Calvo; pelo Estado de Sergipe, Antônio Barbosa, pelo Estado de Tocantins, Geraldo de Souza. (Palmas.)

Companheiros, queremos dizer que a presença do Estandarte no 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro é símbolo e sinal de lutas, de resistências, de idéias. Agora teremos a apresentação da Orquestra, sob a regência do Maestro Ademir Araújo, e de algumas agremiações carnavalescas de Pernambuco, símbolo da resistência cultural do nosso povo. Estamos registrando que o Estandarte do Congresso que aí está foi confeccionado pelos artistas carnavalescos.

Dando seqüência à programação do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, teremos agora a homenagem a Zumbi dos Palmares, pelos 300 anos de sua morte. Para isso, convidamos o psicólogo, editor-chefe do Jornal de Umbai, Companheiro Severino Lepé Correia. (Palmas.)

O SR. SEVERINO LEPÉ CORREIA - Excelentíssimo. Sr. Governador, Excelentíssimos. Srs. componentes da Mesa, demais Companheiros presentes, como representante da Comunidade Negra Pernambucana, não poderia deixar de começar a homenagem a Zumbi dos Palmares fazendo uma saudação aos meus ancestrais em sua língua nativa, Iurubá Kibundo.

Em nome da Comunidade Negra Pernambucana, agradeço a oportunidade a todos de aqui estar presente e, ao mesmo tempo, ao PSB a homenagem ao maior líder popular deste País. Zumbi dos Palmares não é um líder inventado, é um líder de verdade. Tanto é que só hoje o seu povo o

coloca muito mais ainda na frente de todas as lutas e só hoje a maioria dos brasileiros o reconhecem. Se tivesse sido um herói inventado pela historiografia, ele estaria há muito tempo sendo homenageado.

No entanto, não viemos aqui fazer lamentos. Viemos, antes de tudo, para homenagear os 300 anos não da sua morte, mas da sua existência. Com isso, em nome da Organização pelo Desenvolvimento da Arte e Cultura Negra em Pernambuco, quero presentear com "O Caxinguelê", o livro que resgata a poesia negra pernambucana deixada por Solano Trindade, a ponta de lança da negritude no Brasil, de minha autoria, para as mãos do Presidente Nacional do PSB e do nosso Governador, S.Exa. Dr. Miguel Arraes. (Palmas.)

Zumbi, que esteve em todas as lutas e por isso era chamado Sueca — em Kicongo aquele que pode ficar invisível — não era invisível na defesa da libertação, na luta contra a escravidão, era realmente um negro afoito. Em Caxinguelê tem um negro afoito que diz:

"Pode me chamar tiziu
Toco preto ou azulão
Toco de lenha queimada
Me chama de tisne ou tição
De negro de alma preta
Fazedor de confusão
Pode dizer que eu sou feio
Macaco não perde não
Que sou escuro que nem breu
Sou parente de carvão
Que jabuticaba é alva
Fazendo a comparação.
Que sou tição de fogueira
Depois que passou São João
Que sou borra de couviteiro
Lá dos confins do sertão
Que das coisas piores do mundo
Eu sou a consumação
Que sou tudo o que não presta
E pareço um boi tugão
Que sou briga em fim de festa
Mas que tem alma branca, não." (Palmas.)

Não queremos dizer que não temos alma branca aqui para desclassificar ou desmoralizar os nossos irmãos brancos. Estamos querendo dizer que nós não somos eventuais. Queremos dizer que nós somos autênticos. Queremos dizer que para ser o que somos não precisamos de almas emprestadas. Somos negros de almas de negros. (Palmas.)

Por isso, a todos os discriminados do País, a todos os homossexuais, a todas as mulheres, a todas as crianças de rua e a todas as crianças que vivem na rua, a todos aqueles que estão lutando pela sua liberdade e pela sua cidadania e a todos aqueles que precisam, muitas vezes, gritar para despertar aqueles que ainda não acordaram para esses direitos, o Prof. Ari Luiz da Cruz fez um poema chamado "O Grito", que diz:

"Grite
Grite um grito escuro
Um grito duro
Se não puder gritar em cima
Grite atrás do muro
Mas grite
Grite um grito forte
Se quiserem lhe tampar a boca
Grite para dentro
Mas grite um grito rouco
Contanto que o seu grito
Tenha o impacto de um soco
Mas grite
Grite
Grite um grito forte
Com certeza
O seu grito será xingado
Pensado
Visto
E refletido
Porém
Ele nunca mais
Será esquecido
Vão dizer que é molecagem
Que é coisa de negro
Que você está bêbado
Quer confusão
Vão até pedir
Não grite não
Mas grite
Grite
Grite com harmonia
Como gritam os artistas
Um grito melodioso
Para despertar
A consciência dos racistas
Grite
Grite um grito de denúncia

Um grito de parir
Um grito de partir
Um grito duro
Para que no futuro
Amanhã
Não tenhamos mais que gritar
E sim falar.”

Se tivermos consciência Palmares é aqui e agora. E Zumbi somos todos nós. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Aplausos para o psicólogo e editor-chefe do Jornal de Umbai, jornalista Severino Lepé Correia, na homenagem a Zumbi dos Palmares, pelos 300 anos de sua morte.

E agora teremos uma homenagem a um grande brasileiro, o sociólogo Florestan Fernandes que, será prestada por um conjunto de choro pernambucano, ritmo musical característico brasileiro composto de violões, cavaquinhos e bandolins. A música é a linguagem dos deuses. E os deuses agora falarão através da música do Conjunto de Choro Pernambucano.

(Apresentação do conjunto)

O SR. APRESENTADOR - Dando seqüência à homenagem ao sociólogo Florestan Fernandes, convidamos para usar da palavra o 2º Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, Dr. Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL - Meus amigos, antes, uma explicação: com medo da importância da missão que a Executiva me delegou e com medo de ser traído pela emoção, decidi, pela primeira vez em meu partido, fazer um discurso escrito.

Sr. Presidente, eminente amigo Miguel Arraes, demais membros da Mesa, particularmente os representantes dos partidos irmãos que aqui estão, irmãos de Zumbi, Companheiros de Palmares, Companheiros do Partido Socialista Brasileiro, estou aqui para louvar Florestan Fernandes, não para chorá-lo, porque não se chora o homem que se tornou imortal no coração agradecido de seu povo; Não se deplora a morte de quem fez de sua vida um legado de amor ao próximo, aos humilhados e ofendidos da nossa sociedade, aos excluídos da cidadania, da liberdade e da esperança.

Eu poderia dizer que aqui estou para honrar o sábio, pois sábio era o mestre Florestan, professor de todos nós, professor de Sociologia, professor de Educação, professor de Socialismo, professor de Brasilidade, professor de Marxismo, professor de Comunismo, de Revolução Social, de

Militância, mas, acima de tudo, professor de vida, de dignidade, de entrega ao compromisso histórico de salvar a Pátria e redimir seu povo.

Eu poderia dizer que aqui estou para, em nome de meu Partido e dos socialistas, honrar a ausência do mais eminente dos pensadores de esquerda, do parlamentar socialista, do amigo valente, do companheiro afável, simples como os bons, altivo e indômito como só podem ser os homens de bem.

Eu poderia dizer que aqui estamos para honrar esse homem raro que fez da tragédia biológica o ânimo de sua guerra sem quartel contra a tragédia social criada pela exploração do homem pelo homem.

Eu poderia dizer aqui que estamos emocionados como agora, para homenagear esse grande brasileiro que ficará conosco na presença de seus livros e de seus discípulos, porque se o militante se foi, ficarão sua vida, seu exemplo, sua lição de vida e morte iluminando nossa tarefa de caminantes, fazendo definitivas as sendas que nos abriu ao longo de seu magistério.

Mais eu estou aqui para honrar o homem do povo Florestan Fernandes.

Venho falar de um homem inesquecível, soldado leal de todas as causas da Pátria e de seu povo, cuja a dor sentia, como ferro em brasa; sofria, e esse sofrimento fazia explodir nele toda a sua indignação, indignação do intelectual que rejeitando o papel de espectador descomprometido da história, foi sempre, e até o último estertor, agente de sua alteração, de seu progresso. Quero acentuar que Florestan, sociólogo, mestre da USP, jamais encarou o fato social com pretensa isenção científica das academias, porque jamais renunciou ao ético e à ação; carregava consigo o peso das dores do ser humano, das injustiças que incidem sobre seu povo, mas nunca as aceitou como fenômeno natural o destino traçado pelos deuses. Por isso, cientista, foi antes de tudo um revolucionário, porque a injustiça social, que tanto o injuriava, tinha sua fonte no regime de classes, produto da acumulação da mais-valia, fruto da exploração do homem pelo homem. E pouco lhe importava se dentro dele mesmo outra tragédia, essa sim incontornável, o consumisse, todo dia, toda hora, todo minuto.

Venho, pois falar do militante Florestan Fernandes, militante da revolução social, militante do socialismo, da liberdade e do comunismo.

Em alguns casos, o bem que os homens fazem perdura depois deles. E que bem foi esse que nos deixa esse grande homem?

Falarei do seu papel fundamental como intelectual militante, pensador que não apenas supera suas condições de classe e se faz porta-voz dos interesses dos pobres, dos excluídos, dos operários e dos camponeses, dos sem-teto e dos sem-terra, dos sem-escola, dos sem-saúde, dos sem-futuro,

dos sem-esperança, mas que também se compromete com o processo revolucionário como teórico e homem de ação.

Na verdade Florestan jamais conciliou no sentido de harmonizar, por em igual peso, produção teórica e prática política. A produção teórica foi sempre uma serva da militância. Por isso mesmo, se era certamente o mais lúcido e mais profícuo pensador da Esquerda brasileira, certamente foi o combatente, o filósofo, o pensador, o homem de idéias, o teórico que mais fundo penetrou na militância.

A sua sociologia, trocando os gabinetes universitários pretensamente assépticos pela promiscuidade das ruas, tanto quanto a sua filosofia, a sua formulação política, são extraídas da história concretada sua vida de excluído desde cedo, brasileiro que desde cedo e na própria existência conheceu, antes do conceito teórico, a dura realidade da luta de classes. Permanentemente em dia com seu tempo, definia-se diante da realidade e definir-se para ele era alinhar-se ao lado dos oprimidos.

Sua filosofia está impregnada da consciência da tragédia social construída por um País governado de forma monstruosa, um país rico de ricos muito ricos ao lado de famintos, de desempregados, de multidões de párias que perambulam pelos campos e pelas cidades de Norte a Sul, crianças, jovens, meninas e meninos, mulheres e homens, velhos e doentes, mais da metade da população. Pois sua história existe por si, mas também timbrada por ele, por sua existência, pela papel que decidiu exercer no mundo podendo ser outro.

Muito cedo Florestan compreendeu, e levou esse sentimento até às últimas conseqüências, que, mais importante do que pensar a História é rever a História, é modificar a História, é fazer a História, é refazer a História, é não aceitar a ordem natural da História manipulada pela hegemonia de classes. Por isso ele encerra a melhor tradição do intelectual marxista, porque o intelectual engajado é um ator da História. No caso de Florestan, é um ator em busca da revolução social, porque o seu papel não é lamentar a injustiça social, é salvar os injustiçados destruindo as estruturas capitalistas que os produzem. Por isso, militante, o seu pensamento é feito fato, fato decorrente da necessidade de uma definição permanente.

Ele nos perguntava sempre: de que lado estamos? Pergunta que talvez não possam responder sem crise de consciência muitos companheiros comunistas e marxistas, socialistas e marxólogos de outras lutas. Conclamava Florestan como se escrevesse para muitos de seus ex-discípulos: a atualidade de Marx não reside nas obras que escreveu, mas no apelo para estudar e reinterpretar o concreto como totalidade histórica e descobrir nele a natureza da revolução. Atualidade significa ir além, seguindo os mesmos princípios e métodos interpretativos. Se sobrevivem às crises de longa duração e se persiste

o clamar rancoroso dos que sofrem os dilemas sociais a ordem está condenada. Generaliza-se o saber de que na civilização vigente fica a gênese das iniquidades, das psicoses e do padrão de desumanização da pessoa. As duas alternativas são a decadência inevitável ou o socialismo.

De que lado nos situamos? Deixar que a civilização mais rica da humanidade pereça miseravelmente ou levar avante os processos de renovação sem limites que ela contém sob a égide do socialismo revolucionário?

De que lado estamos? Do teu lado, Florestan.

Por isso, para Florestan Fernandes é insuficiente a categoria de intelectual orgânico em contraposição ao intelectual institucional, aquele que contempla a realidade e se consola com ela. E prático, pragmático, oportunista, dono da verdade nos fala do alto de sua cátedra: não podemos bater de frente contra a realidade, nós não podemos ser contra a História.

Ora, o nosso dever de socialistas é exatamente contrariar a realidade, mudar a História. Pobres de espíritos são os modernistas, modernos e moderneiros de sempre, quase sempre bem-sucedidos, são os mesmos que na França, como sabido o Laval, e no mundo inteiro nos primeiros anos da guerra criticavam os maqui de todas as naturezas.

Pois esses revolucionários ou dinossauros teimavam em enfrentar a maravilha da modernidade nazista que, em só seis anos, transformara a Alemanha arrasada de Versailles na maior potência do mundo, tão forte, tão desenvolvida e tão moderna que podia desafiar o mundo. Eram os pragmáticos do futuro governo colaboracionista de Viki aparentes vencedores do momento definitivos derrotados pela história da resistência. Eram, seriam os que em 64 não podiam entender que resistíssemos à realidade militar que também se anunciou como moderna. Eram os que nos idos de 70 não podiam aceitar que combatêssemos como pudemos combater o milagre econômico que tentava abafar os gemidos dos torturados, dos assassinados, dos procurados e dos desaparecidos. São os mesmos que hoje nos chamam de retardatários porque rapidamente aderiram ao cantochão da modernidade neoliberal que, em nome de um desenvolvimento que não surgiu ainda e se surgirá para poucos exploradores, aumenta a pobreza e a concentração de renda.

Citam Marx, esquecidos de que o autor de "O Capital" ao se deparar com a Revolução Industrial não se encantou com a modernidade capitalista, denunciou a exploração do homem pelo homem e, em face da fome e da miséria, indicou para a humanidade a alternativa do socialismo nos termos no Manifesto Comunista de 1848, cujas teses básicas permanecem de pé, como de pé permanece a crítica ética básica àquele regime cuja riqueza de poucos depende da exploração de muitos.

Não basta entender a realidade, compreender o processo histórico, é preciso fazer a revolução. E ela se faz no combate diário ao capitalismo. Nossa tarefa é alterar o futuro. O revolucionário é aquele que vê antes de todos o que está por vir, isto é, o futuro que está sendo construído pelas forças hegemônicas da sociedade. Pensa, formula o que deveria ser e faz com que esse seu projeto ou utopia ocorra. A utopia nas mãos do revolucionário se transforma em realidade.

Este é um dos legados de Florestan que há pouco nos advertia: ou o intelectual se empenha no fortalecimento do movimento socialista ou ele voltará a ser brinquedo nas mãos das forças da conservação da ordem. Ora, esse texto desgraçadamente premonitório estava a descrever, antevendo a migração de tantos intelectuais, muitos seus alunos, para as tetas aconchegantes do statu quo. Refiro-me à sua denúncia dos intelectuais desligados da realidade, desligados da prática cujo primeiro impulso é, palavras suas, salvar a pele para não sacrificar a consciência, transmigrando para o conservadorismo sem resistência, sem luta, contribuindo para a instrumentalização da social-democracia como mão esquerda da burguesia e assim legitimando sua traição.

Esse processo, se a ele não soubermos reagir, pode levar à destruição não só de nossos partidos como opções socialistas, mas principalmente de nossos partidos como opção revolucionária. Uma das formas de reagir é já retomar a leitura de Florestan e divulgar o seu pensamento.

Florestan, permanentemente revolucionário, se poderia compreender e compreendia, não aceitava e denunciava e nos ensinava a denunciar o falso progressismo do comunista que, em nome da Revolução, se confunde com a social-democracia e do marxista que, em nome da renovação filosófica, aceita como suas as categorias do liberalismo. Nesse abandono afoito está certamente uma das raízes da crise de identidade da Esquerda brasileira de hoje quando, pensando que está fazendo autocrítica recorrente e atrasada, faz de si a crítica da Direita. (Palmas.)

Um outro de seus legados é a resistência revolucionária. Quando, entre os intelectuais de esquerda, entre os partidos de esquerda, entre os socialistas, o recuo ideológico, tático e estratégico parecia ser a norma, a sua voz indômita se erguia para retomar as bases do comunismo revolucionário, denunciando o adesismo, o colaboracionismo, o pretenso evolucionismo de uma transição pacífica que só numa concepção religiosa ou mágica poderia assegurar a marcha inelutável do capitalismo para o socialismo. Advertia ele: "De uma perspectiva macrosociológica a revolução é mais importante que a estabilidade social, vistas como assunto específicos. (...) Não existiria, porém, evolução social da humanidade, ignorando-se mudanças sociais abruptas, provenientes de invasões, difusão cultural e mudanças sociais que adaptassem a ordem a inovações que conduziām à reforma social e a revolução".

Completa ele: "Nesse passo revela-se a atualidade do marxismo e a necessidade do socialismo revolucionário militante".

Militância, e agora atingimos a terceira categoria essencial do pensamento de Florestan: a militância, que tem como base a radicalidade. A começar pela radicalidade do rompimento com toda e qualquer manifestação da dominação de classe que em nossos países tende a reforçar a estabilidade e a prolongar a ordem social. Radicalidade que significa a um só tempo a retomada das bases do socialismo clássico e o rompimento com a social-democracia e o combate militante ao capitalismo. Nosso alvo é a autocritica sem fim ou a adesão ao sistema pelos que desistem de vencê-lo. Nossa prática deve ser a crítica ao capitalismo como instrumento de opressão e exploração do homem pelo homem, incompatível com a indignidade do ser humano até quanto é vitorioso. Nosso dever é a militância diária e diuturna do socialismo, porque essa terra jamais foi risonha ou franca.

Nossa verdadeira História foi escrita com muito sangue do povo trabalhador. A colonização se fez a ferro e fogo ao preço do genocídio das nações índias e às custas do escravismo negro, da barbárie, da sevícia e do pelourinho, da fome e da morte por inanição do braço africano. Braço que, ao contrário do que procura ensinar a historiografia oficial, jamais aceitou sem resistência a escravidão. Aí está a longa trajetória dos quilombos, dos quais o mais importante deles, Palmares, data dos meados do séc. XVII, dando já então a mostra da grande capacidade de organização das populações negras, pois o quilombo era essencialmente um movimento coletivo de massa.

No quase final desses 500 anos de exploração e de depredação da natureza, do meio ambiente, do povo, da nação, do país, do povo nativo e do povo escravizado, contemplando, passados 300 anos, os momentos heróicos de Porto Calvo, o heroísmo de Zumbi, a primeira manifestação revolucionária de nosso povo, nós nos reencontramos com Florestan Fernandes, com sua obra sociológica militante a nos ensinar como o povo emerge nessa História contada pelos vencedores.

Em sua obra fundamental Florestan mostra como o processo de desenvolvimento capitalista foi também um processo de exclusão racial que impôs ao negro brasileiro mais dominação, mais pobreza. Trazendo o debate sobre o negro no terreno da cultura para o da produção da vida material, Florestan desmistifica a ideologia dos intelectuais da classe dominante sobre a democracia racial brasileira. Nesse sentido, denuncia a abolição, que Rui Barbosa chamou de ato atroz e irônico, como um momento de exploração extrema e cruel, entregando o liberto à devastação pelo regime de classes. O regime escravagista, não preparara o escravo, portanto o liberto, para agir plenamente como trabalhador livre ou como empresário. E o desenvolvimento capitalista entrega-o à competição do imigrante europeu, a quem estavam

reservadas as melhores oportunidades de trabalho livre e independente. Quando se dá o desenvolvimento econômico urbano as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio já estavam monopolizadas pelos brancos. Os negros tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema, com os que não serviam para outra coisa.

Por que essas considerações? Para em momento tão oportuno, revelando a atualidade de Florestan, lembrá-lo quando nos dizia que a raça tem que ser absorvida pelo conflito de classes. E é isto fundamentalmente que quero afirmar, repetindo Florestan, para quem se o negro e o mulato quiserem defender a sua posição em termos estritamente raciais eles correrão o risco do isolamento, da auto-segregação e do esvaziamento da sua posição de força. Ao contrário, o negro será segmento revolucionário na sociedade brasileira na medida em que conseguir levar o protesto racial para dentro da luta de classes, porque nesta sociedade duplamente discriminatória pelo regime de classes e pelo racismo a pobreza tem cor.

Ao concluir esta homenagem, quero trazer um outro militante da revolução social na América Latina, também um homem sereno, inquietado e martirizado pela impossibilidade de conviver com a miséria dos excluídos, o revolucionário cujo desprendimento pessoal, desapego à vida e amor ao próximo quase religioso, a coragem, valentia e destemor quase temerário, jamais o fez esquecer a ternura dos humanistas. Estou evidentemente a referir-me a Ernesto Che Guevara, (Palmas) a cuja biografia, a cujo exemplo, a cujo lição de morte e vida Florestan devotava a mais justa admiração.

Releio Che Guevara, radical como Florestan, a nos falar nos valores filosóficos do socialismo, valores que a muitos podem parecer subjetivos, mas sem os quais não se fará e não se construirá o novo homem e sem esse novo homem não será possível construir o socialismo, ainda que se possa fazer uma revolução social. Talvez por aí se encontre uma das muitas vias para a compreensão da crise do Leste europeu, e talvez ainda neste Che possa estar, dramaticamente, uma advertência para aqueles países que estão procurando salvar-se da crise do socialismo sem se voltar para a radicalidade socialista, mas, ao contrario, fazendo concessões ao capitalismo, no que ele tem de pior, a sua tábua de valores ou não-valores. É preciso ler e ouvir Guevara: "O Socialismo econômico sem a moral comunista não me interessa. Lutamos contra a miséria, porém ao mesmo tempo lutamos contra a alienação. Um dos objetivos fundamentais do marxismo é fazer desaparecer o lucro, o fator lucro individual. Marx se preocupava tanto dos fatos econômicos como de sua tradução na mente. Ele chamava a isso 'um ato de consciência'. Se o comunismo descuida dos fatos de consciência, pode ser um método de repartição, porém deixa de ser uma moral revolucionária".

Para Ernesto Che Guevara o marxista deveria ser o melhor, o mais cabal, o mais completo dos seres humanos, o militante de um partido que vive e vibra em contato com as massas, um orientador. Florestan era esse marxista.

Por isso, digamos com Che, como certamente terá pensado Florestan: "Em qualquer lugar em que nos surpreenda a morte, bem-vinda seja ela sempre que o nosso grito de guerra haja chegado até um ouvido receptivo e outra mão se estenda para empunhar nossas armas e outros homens se aprestem a entonar nossos campos".

Viva Che Guevara, Viva Florestan, Viva o Marxismo, Viva o Socialismo. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Está aí portanto a homenagem ao Professor Florestan Fernandes através do 2º Vice-Presidente do PSB, Dr. Roberto Amaral. (Palmas.)

Continuamos com a programação do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Para anunciar o próximo orador, não poderíamos deixar de relembrar a memorável campanha de 1992 aqui em Pernambuco, deixando que no mundo em que vivemos existem duas forças, duas, difíceis de ser enfrentadas: uma é a força da água, a outra é a força do fogo. Mas existem duas forças, duas, que ninguém pode com elas: uma é a força de Deus e a outra é a força do povo de Pernambuco, que fez Miguel Arraes Governador. (Palmas.)

É por isso que agora nós queremos convidar a todos os Companheiros presentes ao 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro para fazer o Centro de Convenções tremer e aplaudir o Governador de Pernambuco e Presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.)

O SR. GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



Companheiros e amigos, queremos que este Congresso do Partido Socialista Brasileiro marque uma fase nova da nossa luta, fase de consolidação do nosso Partido, fase de estreitamento das relações entre os Companheiros de todos os Estados.

Aqui e agora saúdo a todos aqueles que vieram de longe para o começo do estreitamento dessas relações e da identificação da nossa luta de Norte a Sul do País. Grande País que somos, povo numeroso em que nos tornamos, precisamos compreender a nossa História, para em cima dela construir a luta que temos obrigação de fazer pelo nosso povo, pela nossa gente, pelo nosso País, pois os que hoje querem é desmontar o País e destruir a Nação através da liquidação daquilo que foi penosamente construído no curso de muitos anos.

E aqui hoje, não sei se por acaso, não sei por que razão, este Congresso se realiza na comemoração dos 300 anos do maior excluído deste País, Zumbi dos Palmares, preto que ergueu suas armas nestas terras do Nordeste, mas que não foi só preto, foi sobretudo o primeiro democrata racial deste País, pois quando se vê as notícias e informações da história da República dos Palmares lá se vê os pretos, os índios e os brancos excluídos pelo Reino Português, excluídos pelos colonizadores, tanto quanto os pretos ou mais do que eles, pois que brancos foram jogados, numa época em que os pretos só podiam ser escravos, no meio deles como restos humanos, desprezados por aqueles que comandavam esta região, comandavam a Colônia, comandavam aqueles submetidos pela força do Reino, explorados pelo Reino de Portugal que para aqui mandou os pretos da África, mas também os indesejáveis brancos da sede do Reino, aqueles que não se conformavam com a violência, com a repressão que detinha também os brancos nas suas regiões de origem.

Zumbi tem esta marca, a marca da rebeldia, mas também a marca da democracia racial, daquele que soube comandar a raça que o perseguia, irmanado com os sofrendores e os excluídos, qualquer que fosse a sua procedência.

Nestas terras do Nordeste muitas revoltas foram feitas no curso do tempo pelos excluídos que não tinham condições de se levantar, mas que se levantaram apesar de terem sido destruídos pelas armas. Aqui no século passado nas regiões secas da Bahia levantou-se Antônio Conselheiro, beato, pregador que percorreu a pé as terras do Nordeste e que juntou também os excluídos cantados de "Os Sertões", de Euclides da Cunha, que não se conformaram com a violência nem com a opressão, daqueles que unidos morreram sob as balas dos que queriam o domínio das elites que sempre olharam este País como um apêndice da Europa, não como um País onde foi se amontoando gente de todos os tipos para formar a comunidade heterogênea que nós somos, mas unida no sofrimento histórico de toda a nossa gente, gente de todas as raças, gente que não comungava nem tinha condições de se

inserir no sistema colonial e no sistema semicolonial que se sucederam à época do domínio externo.

Pois esse não desapareceu se não por poucos períodos da nossa História, esse se fez sentir pelas armas, pela ocupação e depois pelo comando da nossa economia, pela aliança com as elites desligadas do povo, esse continua a existir salvo por pequenos períodos quando o povo teve assento ou parte do assento nas decisões da Nação brasileira.

Temos que olhar esse passado mais do que as teorias. Elas poderão servir para iluminar a análise dessa realidade, mas nenhuma luta pode prosperar sem que olhemos para a nossa História, para a história de lutas da nossa gente.

E hoje, quando se volta de novo através da globalização o comando da economia brasileira que não se estruturou pelas forças de fora, quando a globalização liquida a incipiente economia de que dispúnhamos, hoje temos que novamente refletir para ver que caminhos tomamos nessa mesma luta tão antiga e tão nova, na mesma luta que haveremos de travar contra as discriminações e a exclusão que sempre houve e que se dá neste País.

Nossa obrigação é a de unir nossa gente, de unir todos os homens das mais diferentes tendências e das diferentes raças que compõem a nossa população para a mesma luta daqueles que ensanguentaram as terras de Pernambuco, daqueles que no Nordeste caíram em defesa da liberdade muito antes que fossem povoadas outras terras deste País. Mas os que as foram povoando vieram se irmanando aos que aqui começaram a povoação brasileira para um dia, mais cedo talvez do que esperamos, podermos dizer que a Nação brasileira se integrou, se afirmou e que a nossa gente participa toda ela do processo político, social e econômico do nosso País contra a ... (Final da fita)

(Continua o Sr. Apresentador) ... da aula espetáculo aqui no Centro de Convenções do Teatro Beberibe. Aplausos para o Prof. Ariano Suassuna. (Palmas.)

E agora, Companheiros, nós vamos ouvir neste momento a palavra do Líder do PSB na Câmara dos Deputados, aplausos para o Deputado Fernando Lyra. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO LYRA - Meu caro Presidente, Governador Miguel Arraes, demais componentes da Mesa Diretora destes trabalhos, Companheiros e Companheiras, este é um momento de consagração do espírito fraterno e democrático que une todos nós sob a bandeira do socialismo.

Apesar de todas as dificuldades que têm caracterizado a realidade brasileira em todos os tempos, é confortador ver que não somos

poucos e que estamos juntos nesta caminhada por um Brasil sem discriminações de qualquer natureza. Ao lado de outros segmentos de Esquerda fomos responsáveis pela democracia política que este País hoje vive depois de mais de vinte anos de ditadura. Fizemos muito, mas este muito ainda é pouco diante da magnitude dos problemas que afetam a grande maioria do povo brasileiro.

Hoje podemos falar sem reservas sobre os nossos direitos políticos, mas a realidade do dia a dia nos mostra que continuamos privados de nossos direitos civis, sociais e humanos. Temos um Presidente da República, Governadores, Prefeitos, Deputados e Senadores eleitos em pleito livre, mas não podemos falar em democracia plena porque a nossa cidadania continua submetida à ditadura econômica.

É esta pois a bandeira do PSB nos novos tempos com o mesmo vigor que conseguimos conquistar a liberdade de expressão e do voto, temos de usar essa liberdade política para conseguir a inclusão social, para fazer com que todos os brasileiros exerçam plenamente os seus direitos à cidadania. Ser cidadão não significa apenas eleger políticos a cada quatro anos; significa, sim, ter o direito a participar das decisões, de influir nas ações do Estado e, como consequência, ter a oportunidade de trabalho digno e acesso à educação, à saúde e à habitação. (Palmas.) Esses, Companheiros e Companheiras, são os temas do nosso encontro esta semana, mas são também a agenda de ação do PSB a partir de agora.

O Partido Socialista Brasileiro, pela sua história, é o instrumento para essa luta que não é apenas nossa, mas de todos os segmentos políticos comprometidos com a emancipação social.

Companheiros e Companheiras de Pernambuco e de todo o Brasil, quero dar as minhas boas-vindas e manifestar a convicção de que através dos debates que aqui travaremos sairemos mais fortalecidos e mais unidos para participar desta ação renovadora e decidida em defesa da dignidade e da cidadania do povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Palavras do Líder do PSB na Câmara dos Deputados, Deputado Fernando Lyra.

E, logo após esta sessão, será realizada a primeira sessão deliberativa do 5º Congresso Nacional do PSB, que elegerá sua nova Mesa Diretora e aprovará o Regimento Interno do 5º Congresso.

Vamos ouvir neste momento a palavra do Líder do Partido Socialista Brasileiro no Senado Federal, Senador pelo Estado do Pará, Ademir Andrade.

O SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE - Companheiros

socialistas, meu caro Presidente Miguel Arraes, fico feliz ao ver o nosso Partido no seu 5º Congresso fazer uma homenagem a dois heróis da luta do povo: de um lado, Zumbi dos Palmares, negro que se revoltou, que não aceitou a situação da sua raça raptada do meio da sua família e trazida para o Brasil para trabalhar como animal, como bicho. Um homem que se revoltou, que lutou, que foi perseguido, caçado e, ao final, barbaramente assassinado. Trezentos anos de sua vida se passaram e, no entanto, estamos aqui a lembrá-lo hoje.

O que interessa, na verdade, a cada um de nós? A cada um de nós interessa o que fica do que a gente faz da nossa vida. A cada um de nós interessa o que fica da nossa história. É a única coisa que resta a todos nós. Creio que cada um de nós que milita no Partido Socialista Brasileiro ou nos partidos de esquerda tem dentro de si esse sentimento de revolta e esse sentimento de não aceitar a exploração, a violência, a desigualdade e a injustiça. E é por isso que nós lutamos de um lado, como Zumbi dos Palmares, pegando em armas, enfrentando, arriscando a vida, os opressores.

De outro lado, um homem como Florestan Fernandes, que, como muitos de nós, sem pegar em armas e sem pregar a violência, dedicou toda a sua existência a transformar a sociedade. Acho que este é o nosso propósito.

E eu fico preocupado às vezes quando vejo entre nós, quando vejo entre todos aqueles que objetivam uma sociedade igualitária, que objetivam uma vida boa, alegre para todas as pessoas, que lutam permanentemente por isso, preocupa-me quando vejo Companheiros de mesmas idéias, de mesmos ideais, de mesmos princípios se consumirem entre si sem enxergarem o grande inimigo que esta sociedade brasileira tem. Quem são os inimigos do povo? Quem são os responsáveis pela injustiça, pela desigualdade social, pelo trabalho escravo no campo que ainda hoje existe na nossa Amazônia, pelo achatamento salarial do povo trabalhador, pelas diferenças salariais inadmissíveis que existem em nosso País? Quem são os responsáveis pelo povo que não tem casa para morar, pelo povo que não tem saúde, pelo povo que não tem educação? É contra eles que nós temos que lutar. É contra eles que nós temos que dirigir as nossas forças, as nossas energias, a nossa coragem e a nossa vontade de transformar. É chamar essa gente e botá-la no seu lugar.

Eu quero, neste 5º Congresso do Partido Socialista Brasileiro, dizer da minha preocupação quando vejo Companheiros por este Brasil afora a disputar um cargo, a disputar alguma coisa, a consumir todo o seu tempo e toda a sua energia brigando entre si por um simples espaço de poder tão pequeno quanto somos nós ainda. Mas a gente percebe isso. E a gente percebe que um partido desse jeito se constrói com muita dificuldade.

O Dr. Miguel Arraes aqui disse hoje que nós queremos um

novos tempos para o PSB. E nós realmente precisamos de um novo tempo para o PSB; de um PSB que se engaje com a luta do povo; de um PSB que traga os excluídos para o processo de participação política; de um PSB de pessoas que sejam desprendidas da própria função de direção, do próprio cargo que ocupam porque só desta forma, com desprendimento, com união, olhando em conjunto o inimigo maior da sociedade, é que vamos construir um partido que vai tomar, junto com o PT, junto com o PC do B, junto com o PCB, junto com os partidos social-democráticos que poderão vir a tomar as rédeas deste nosso País e conquistar a verdadeira democracia, porque democracia não é direito de eleger, democracia é fazer valer o direito da maioria. E a maioria do País não quer povo passando fome, não quer povo sem terra, não quer povo sem moradia, não quer povo sem educação, não quer povo sem saúde. A maioria deste País quer povo com tudo isto que falta. E é isto que o PSB e os outros partidos de esquerda têm que ajudar a construir.

Portanto, a todos os socialistas do Brasil as nossas saudações. Estamos no Senado Federal fazendo a nossa parte e representando com honra, com dignidade e com coragem a luta deste Partido a que tanto nos orgulhamos de pertencer.

A todos vocês, Companheiros, um grande abraço. Desejo que este Congresso seja um grande sucesso e que o PSB se apresente como uma força transformadora da Nação. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Ouvimos as palavras do Senador Ademir Andrade, Líder do PSB no Senado Federal.

E agora, Companheiros, vamos ouvir a palavra o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores Dominicanos, Deputado Esteban Diaz. (Palmas.)

O SR. ESTEBAN DIAZ - Sr. Miguel Arraes, Presidente do Partido Socialista Brasileiro; delegadas e delegados presentes ao 5º Congresso do Partido Socialista Brasileiro; representantes de partidos irmãos deste povo irmão do Brasil; representantes de partidos irmãos dos países irmãos da América Latina e de outros Continentes, em nome da República Dominicana e da representação do Partido dos Trabalhadores Dominicanos, recebam uma calorosa saudação plena dos mais profundos sentimentos de fraternidade latino-americana. (Palmas.) Agradecemos-lhes muito o convite ao nosso partido e desejamos a todos o maior dos êxitos.

Durante os trinta e quatro anos que se seguiram à execução do tirano Rafael Trujillo e a derrubada do seu regime despótico, o povo dominicano vem lutando valente e incessantemente para estabelecer um sistema de governo e de vida econômica e social verdadeiramente democráticos, que possibilitem o desenvolvimento econômico e o progresso do país, centrando, assim, as bases para alcançar o bem-estar de sua gente.

Nessa prolongada luta nós, dominicanos e dominicanas, temos enfrentado a intervenção e a dominação estrangeira, temos enfrentado governos autoritários a serviço das forças conservadores que vêm controlando a maior parte da riqueza do país, amparadas num estado de injustiça social, na qual uma minoria fica cada vez mais rica e as grandes maiorias continuam se empobrecendo cada vez mais. As estatísticas oficiais do meu país reconhecem que 57% dos 7,5 milhões de habitantes que povoam o território da República Dominicana vivem abaixo da linha de pobreza. Nosso país, como praticamente a totalidade das nações latino-americanas, necessita, portanto, e reclama de transformações sociais que tragam uma vida digna. Temos a convicção de que nesse propósito contamos com a simpatia do povo brasileiro irmão.

Permitam-nos, em nome do nosso povo e de nosso partido, nos associarmos ao povo irmão do Brasil numa ocasião de merecida homenagem à memória de Zumbi dos Palmares, ao se passarem trezentos anos de sua morte. (Palmas.) Desejamos êxito ao 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, que contribuirá para o fortalecimento das fraternais relações entre o Partido dos Trabalhadores Dominicanos e o Partido Socialista Brasileiro. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Ouvimos as palavras do Deputado Esteban Diaz, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores Dominicanos.

Vamos ouvir a palavra agora do representante do Partido Comunista Cubano, Dr. Jorge Ferreira.

O SR. JORGE FERREIRA - Exmo. Sr. Governador Miguel Arraes, Presidente do Partido Socialista Brasileiro; distintos líderes de partidos, Parlamentares, representantes de partidos irmãos que compõem a Mesa, Companheiras e Companheiros do Partido Socialista Brasileiro, somos portadores — e vou tentar falar em “portunhol” — da saudação fraterna e solidária do Partido Comunista de Cuba e do nosso povo ao 5º Congresso do Partido Socialista Brasileiro, o que fazemos através de toda a sua militância, seus líderes e representantes parlamentares.

Desde meados dos anos 80 efetuaram-se os primeiros contatos oficiais entre dirigentes do nossos partidos, temos cultivado uma estreita e sólida relação bilateral caracterizada pela identidade de ideais que inspiram o direito à soberania, a independência e um futuro de bem-estar para os nossos povos. Cuba, que há mais de trinta anos sofre o mais inumano e cruel bloqueio econômico imposto pelo governo dos Estados Unidos, preferiu resistir e enfrentar o desafio histórico que significou para a sua economia a desintegração da União Soviética e do campo socialista antes que renunciar a seu direito de construir o socialismo a só 90 milhas da principal potência econômica e militar imperialista.

Graças ao socialismo e só com o socialismo a Revolução Cubana, com o apoio de todo o povo, eliminou o analfabetismo. As grandes desigualdades sociais que iniciaram o caminho de uma profunda revolução educacional que permitiu-nos ter escolarizadas 100% de nossas crianças e jovens e elevar a mais de 50 mil o número de nossos médicos e termos, neste momento, uma média de um médico por cada 303 habitantes. Conseguimos também lograr uma média de um professor por cada 46 habitantes e obter uma média nacional de um cientista por cada 1.004 habitantes. Graças ao socialismo a expectativa de vida do nosso povo é hoje de 76 anos. A mortalidade infantil é inferior a 10 por cada 1.000 nascidos vivos. (Palmas.) E 95% da população desfrutam gratuitamente dos serviços da medicina comunitária.

Só com o socialismo o nosso povo está mais unido, mais solidário e decidido a enfrentar os sacrifícios necessários para defender o seu direito à vida, à soberania, independência, à liberdade e a eleger por si mesmo o sistema em que deseja viver e se desenvolver. Só com um povo educado, com elevado sentido de patriotismo e com a decisão e a seguridade de vencer foi possível enfrentar os mais duros e difíceis anos que se seguiram à derrubada do socialismo na Europa e ao recrudescimento do bloqueio imperialista.

Uma vez mais, enganaram-se aqueles que pensaram que o efeito de dominação chegaria a Cuba. Eles não contaram com a vontade de resistir e de vencer do nosso povo, como não contaram tampouco com o alento, o respaldo e a solidariedade de nossos amigos nas diferentes partes do mundo. (Palmas.)

Por isso desejo, uma vez mais, expressar-lhes a enorme gratidão que sentimos pela solidariedade que, em momentos tão difíceis, recebemos dos brasileiros e, como parte deles, dos membros e dirigentes do Partido Socialista Brasileiro.

A vocês, que sempre confiaram na firmeza e decisão dos cubanos e que como nós confiam no socialismo, desejamos todo o sucesso em seu Congresso, reiterando que, em Cuba, apesar das dificuldades, apesar de que nos anos 90 a nossa economia estava em queda e começa já a dar os primeiros sinais de recuperação, com previsão de um crescimento de 2,5% do seu PIB para este ano, reiteramos que continuaremos adiante para salvar a pátria, a revolução e as conquistas do socialismo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Aplausos para o Dr. Jorge Ferreira, representante do Partido Comunista Cubano, povo organizado, povo forte e livre, povo que serra fileiras em torno de objetivos comuns. É esta a luta do Partido Socialista Brasileiro, pela organização, pela liberdade do povo.

E agora, Companheiros, vamos ouvir o representante do

Partido Socialista Chinês, Dr. Wang Hua,

O SR. WANG HUA - Exmo. Sr. Miguel Arraes, Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro; dirigentes do partido que compõem a Mesa; Srs. Deputados Federais, dirigentes de outros partidos aqui representados tanto do Brasil, como fora dele; delegados deste honorável 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, para nós é uma grande satisfação e uma grande alegria ter esta oportunidade de aqui estar para conviver junto com os nossos delegados, que somam perto de 2 mil pessoas, representantes do povo brasileiro de diferentes setores sociais, para fazer estudos, pesquisas, debates em torno de um tema que une a todos nós: o socialismo. (Palmas.)

Sou portador de uma mensagem de felicitações do Partido Comunista da China, um partido também lutador pelo socialismo, mas que só fica do outro lado do mundo. No entanto, apesar da distância geográfica e por falarmos línguas diferentes, podemos debater, estudar junto com vocês, junto com os nossos Companheiros do Partido Socialista Brasileiro.

Após vinte e oito anos de árduas lutas armadas finalmente, em 1949, estabelecemos o nosso sistema socialista. Apesar dos erros, apesar dos equívocos, apesar das falhas em nosso trabalho, o socialismo chinês pela primeira vez na história de 5 mil anos de civilização asiática, permitiu ao nosso povo ser o verdadeiro dono do seu próprio destino. (Palmas.) E, pela primeira vez, permitindo, com o socialismo, estabelecer verdadeiramente a soberania, a independência para a nossa nação que, nos últimos cem anos, foi sempre invadida, agredida pelas potências imperialistas. Além disso, pela primeira vez, permitindo ao nosso povo, em um terreno que representa só 7% da terra cultivável do mundo, produzir 20% dos cereais do mundo e alimentar um povo que soma 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, que representam 22% da humanidade. (Palmas.)

O socialismo salvou a China e vai permitir que o povo chinês alcance a prosperidade, porque a partir de 1978 o nosso produto interno bruto a cada ano até hoje alcançou em média um ritmo de crescimento anual acima de 9%. No ano passado o nosso PIB incrementou-se a um ritmo de 11,8%. Até os próprios economistas dos países do mundo Ocidente reconhecem que a China está nos primeiros lugares no mundo em desenvolvimento econômico. Mas nós, os comunistas, falamos que não só é preciso que nós, comunistas chineses, coloquemos em primeiro lugar do mundo o desenvolvimento econômico, mas também o melhoramento das condições de vida de todo o nosso povo (Palmas.), acabando com a exploração, acabando com a polarização e atingir a prosperidade para todo o nosso povo.

Para terminar, vou fazer a leitura de uma mensagem de

felicitações enviada pelo nosso partido, em Pequim. A mensagem é muito curta, mas cada palavra está cheia de um profundo sentimento de amizade, de calor, de melhores votos para o Partido Socialista Brasileiro, para este 5º Congresso Nacional, porque é enviada pelo Partido Comunista da China, que representa nada menos do que 54 milhões de membros. (Palmas.) ... (Final da fita)

... do Recife, Estado de Pernambuco.

“Por motivo da celebração do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB, expressamo-lhes, honrados, as nossas mais calorosas felicitações. Auguramos o pleno sucesso do 5º Congresso Nacional e formulamos os melhores votos pelo fortalecimento ainda mais das relações de amizade existentes entre o Partido Comunista da China e o Partido Socialista Brasileiro e pelo constante desenvolvimento das relações da cooperação amistosa entre os nossos dois povos.

Departamento de Relações Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista da China, Pequim, 13 de novembro de 1995.”

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Ouvimos as palavras do Dr. Wang Hua, representante do Partido Comunista Chinês.

Dando seqüência ao 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, vamos ouvir o representante do Partido Comunista Português, Dr. Alexandre Pereira. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - Sr. Presidente do Partido Socialista Brasileiro, caros Companheiros da Mesa, caros Companheiros e caras companheiras, inicio por solidarizar-me e o meu partido com as duas homenagens que estão sendo prestadas neste momento. A Zumbi, solidarizando-me contra os colonialistas portugueses que oprimiram esta terra durante alguns anos, com Florestan Fernandes, grande amigo pessoal nosso, que esteve conosco na luta contra o fascismo salazarista e que foi um dos intelectuais mais intervenientes aqui no Brasil, lutando contra o fascismo e o colonialismo português. (Palmas.)

Queremos dizer apenas algumas breves palavras e agradecer o convite que o Partido Socialista Brasileiro fez ao nosso partido para participar deste 5º Congresso. Desejo os nossos votos de inteiro sucesso nos trabalhos que une a todos vocês na apreciação e decisão sobre suas teses. Por outro lado, nossa presença no Congresso, em representação do Partido Comunista Português, significa o interesse do nosso partido na aproximação com o Partido

Socialista Brasileiro e no melhor conhecimento recíproco entre os nossos dois partidos.

Como sabem, houve recentemente eleições legislativas em Portugal. O principal objetivo do nosso partido para essas eleições foi atingido. A direita, representada pelo PSD, de Cavaco Silva, Sociais Democratas, como se dizem, que desgovernou os destinos do país durante dez anos, já participaram entretanto anteriormente do governo em aliança com o PS português — que nada tem a ver com o PS que aqui está presente — foi estrondosamente derrotado e aliado do poder. Passou de 52%, uma maioria absoluta que tinha, para 35%. O grande desejo de mudança do nosso povo traduziu-se numa vitória significativa do PS português, que obteve quase maioria absoluta dos lugares na Assembléia da República. Com esses resultados existe de novo em Portugal uma maioria numérica de deputados de esquerda. Mas isso, entretanto, infelizmente, não significa uma mudança automática da política que vinha sendo praticada pelo governo Cavaco Silva.

Ao longo do processo português desde o 25 de abril, a Revolução dos Cravos, a experiência nos tem mostrado que o PS quase nunca tomou medidas que assegurassem o aprofundamento da revolução iniciada pelos capitães de abril. Pelo contrário, a anulação de muitas das suas conquistas para os trabalhadores e o povo em geral, a recuperação capitalista, latifundiária e imperialista processou-se sempre sob o seu comando e em aliança com a direita. Por esta razão, o nosso partido, embora por um lado aplauda a vitória sobre a direita, mantém sua reserva de expectativa sobre o novo governo do PS. Os resultados no nosso partido ficaram aquém do nosso objetivo, apesar de termos tido a mesma votação de quatro anos atrás, elegendo quinze deputados. Continuamos, pois, a nossa luta com confiança junto com os trabalhadores e lutando para que sejam cumpridas todas as promessas que o PS fez durante a sua campanha e que o novo governo realize rapidamente a mudança política necessária para o desenvolvimento e progresso do nosso povo.

Muito obrigado, e Viva o 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Foram as palavras do Dr. Alexandre Pereira, representante do Partido Comunista Português.

Queremos convidar todos os Companheiros para a programação de amanhã. De 9h às 12h teremos o Grupo Temático: a Esquerda e os Excluídos - A Incorporação das Massas a um Projeto de Nação. O expositor será o Governador Miguel Arraes de Alencar e os debatedores serão os Governadores João Capiberibe e Cristóvam Buarque e, como moderador, Jamil Haddad. Local, Auditório Marruá.

Agora vamos ouvir, representando o Partido Comunista do Brasil, a palavra do Deputado Aldo Rebelo.

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO - Sr. Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, Companheiras, Companheiros, delegados, estimados amigos dirigentes do PSB, Companheiros representantes das delegações dos partidos irmãos, recebam, Companheiras e Companheiros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e do Presidente Nacional do nosso Partido, Camarada João Amazonas, o mais caloroso abraço e as mais fraternas saudações pela realização do vosso 5º Congresso Nacional.

A reunião do Partido Socialista Brasileiro nesses dias difíceis em que vive o povo brasileiro, ao lado das demais forças democráticas e patrióticas do nosso País, tem o desafio de erguer a resistência a um modelo que em nome da modernidade nada mais tem representado do que o aniquilamento das forças produtivas da Nação brasileira, a exclusão social sem precedentes na nossa Pátria e a decadência em câmara lenta a que vamos assistindo ser mergulhado o nosso País. Em nome da modernidade o Brasil exhibe a maior concentração de renda do planeta. Em nome da modernidade tem-se gerado uma dívida externa que consome 20 bilhões de dólares por ano. Em nome da modernidade, de janeiro a setembro deste ano, o País passou de uma dívida interna de 62 bilhões de dólares para 98 bilhões de dólares. Em nome da modernidade tem-se destruído boa parte do parque industrial do Brasil, submetendo o nosso País a uma situação econômica que talvez levemos décadas para recuperar.

O desemprego é uma chaga que ameaça o lar de cada trabalhador. No campo já não se pode produzir. A agricultura no nosso País não suporta pagar o peso do endividamento e dos juros bancários que levam o agricultor a uma situação de falência. A abertura criminosa da economia, uma economia globalizada por oligopólios internacionais que sufocam as empresas brasileiras incapazes de concorrer com grandes empresas internacionais. As empresas estatais são praticamente doadas. A maior delas, a mais pujante, a Companhia Vale do Rio Doce, já está com a sua venda decretada pelo Governo Federal. Mesmo que o Ministro do Planejamento afirme que precisaríamos de uma Vale do Rio Doce a cada três meses somente para pagar os juros da dívida externa.

No entanto, Companheiras e Companheiros, é nesses momentos difíceis que os socialistas, que os lutadores, que aqueles que não abandonaram o conceito de Pátria e de povo, precisam se apresentar para o combate e para a luta.

Por essa razão, Companheiro Miguel Arraes, que se situa entre aqueles que não esqueceram nem o que fizeram, nem o que disseram, nem o

que escreveram no passado, que, pelo contrário, tem orgulho do seu passado de lutador e de defensor das causas nacionais e populares, entre aqueles que nós nos somamos reside justamente a esperança do nosso povo de descortinar o horizonte de justiça, de liberdade e de independência para o nosso País.

O Partido Comunista do Brasil se irmana a este sentimento do Partido Socialista Brasileiro, desde Recife, desde Pernambuco, desde a terra daqueles que fizeram em outros tempos a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, a Revolução Praieira, de espírito combatente que hoje ilumina a resistência e o futuro do nosso País.

Parabéns, Companheiros e Companheiras, à luta e à vitória.
(Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Palavras do Deputado Aldo Rebelo, representando o Partido Comunista do Brasil.

Queremos convidar para fazer parte da Mesa os Governadores do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, e do Amapá, João Capiberibe. (Palmas.) Ambos estarão participando amanhã, entre 9h e 12h, do Grupo Temático: A Esquerda e os Excluídos - A Incorporação das Massas a um Projeto de Nação.

E na seqüência da programação teremos amanhã, às 14h, a instalação dos seguintes Grupos Temáticos: Grupo I - Neoliberalismo e Globalização da Economia: Perspectiva do Brasil. Expositora: Dra. Tânia Bacelar. Debatedor: Deputado Sérgio Guerra. Moderador: Deputado Fernando Lyra. Local: Auditório Beberibe.

Grupo II - Construção Partidária: a Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral do PSB para as Eleições Municipais para o ano de 1996. Expositor: Dr. Roberto Amaral, Vice-Presidente Nacional do PSB. Debatedor: Dr. Carlos Siqueira, advogado. Moderador: Senador Ademir Andrade. Local: Auditório Ribeira.

Grupo III - Construção do Socialismo: Algumas Experiências na Atualidade - China e Cuba. Expositores: Dr. Jorge Ferreira, Secretário da Embaixada de Cuba; Dr. Wang Hua, Secretário da Embaixada da China. Debatedor: Waldo Silva, Secretário da Comissão Executiva Nacional. Local: Auditório República Pernambucana.

Grupo IV - Avaliação da Participação do PSB nos Governos Estaduais e Prefeituras de Capitais. Governador de Pernambuco, Miguel Arraes; Governador do Amapá, João Capiberibe; Vice-Governador do Espírito Santo, Dr. Renato Casagrande; Prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa; Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro; Secretário de Desenvolvimento Regional do Entorno, James Lewis. Local: Teatro do Brum.

Grupo V - Desenvolvimento Integrado da Mulher. Expositoras: Nelma Azevedo, Marilena Garcia, Regina Teixeira e Maria Luíza Fontenelle. Moderadora: Deputada Raquel Capiberibe. Local: Auditório Marruá.

E, às 17h 30min de amanhã, lançamento do livro: "Modernidade no Brasil". Autores: Acadêmico Antônio Houaiss, Prof. Roberto Amaral, Vice-Presidente Nacional. Editora Vozes. E também o lançamento do livro "Uma Vida", de autores diversos. Editora Civilização Brasileira. A apresentação do espetáculo será do Acadêmico Ariano Suassuna. Local: Auditório Beberibe.

Logo após esta sessão será realizada a primeira sessão deliberativa do 5º Congresso, que elegerá a sua nova Mesa Diretora e o Regimento Interno do Congresso.

Queremos convidar os presentes para a festa de confraternização dos delegados da juventude. Local: Clube Atlântico Olinda, na Praça do Carmo, entrada franca, a realizar-se hoje. (Palmas.)

Estamos contando também com a presença, já registrada, do Vice-Presidente Nacional do PT, Dr. Luiz Dulce, e o Deputado Wolney Queiroz, representando o ex-Governador Leonel Brizola. Em virtude do avançado da hora, não vamos ouvi-los, esperando a compreensão de todos.

Passamos a palavra ao Governador de Pernambuco e Presidente Nacional do PSB para a conclusão desta sessão inicial de abertura do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

Antes, passamos a palavra ao Dr. Roberto Amaral, para uma proposição.

O SR. ROBERTO AMARAL - Companheiros, vamos passar imediatamente às atribuições da primeira sessão plenária do Congresso com a função de aprovação do Regimento Interno e, em seguida, da Mesa Diretora.

O SR. MIGUEL ARRAES - Em votação a Proposta de Regimento Interno, distribuída nas pastas de todos os Companheiros.

A palavra está franqueada a quem dela queira fazer uso. Não havendo manifestações, coloco em votação a Proposta de Regimento Interno. Aprovado o Regimento Interno. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL - Companheiros, apresentamos agora a Proposta da Mesa Diretora do Congresso, apresentada pela Comissão Executiva Nacional.

Propõe a Comissão Executiva Nacional para Presidente dos trabalhos da Mesa o Companheiro Alexandre Cardoso; para Vice-Presidente o Companheiro Eduardo Campos; para Secretário o Companheiro Carlos Siqueira; demais membros: Companheiros Eduardo Santana e Serafim Correia.

Perguntamos se há alguma objeção ou outra indicação. Não havendo, submetemos à votação. Os Companheiros que estiverem de acordo, permaneçam como estão.

Está eleita a Mesa, declaramos os eleitos empossados e, a partir de agora, a Presidência dos trabalhos é da Mesa.

O SR. APRESENTADOR - Queremos registrar que terminou o 3º Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira. Representante Nacional da Juventude na Executiva do PSB: Augusto Carreras.

O SR. MIGUEL ARRAES - Estando empossada a nova Mesa do Congresso, declaro encerrada a primeira sessão, agradecendo a todos a presença.

GRUPO I

A ESQUERDA E OS EXCLUÍDOS A Incorporação das Massas a um Projeto de Nação

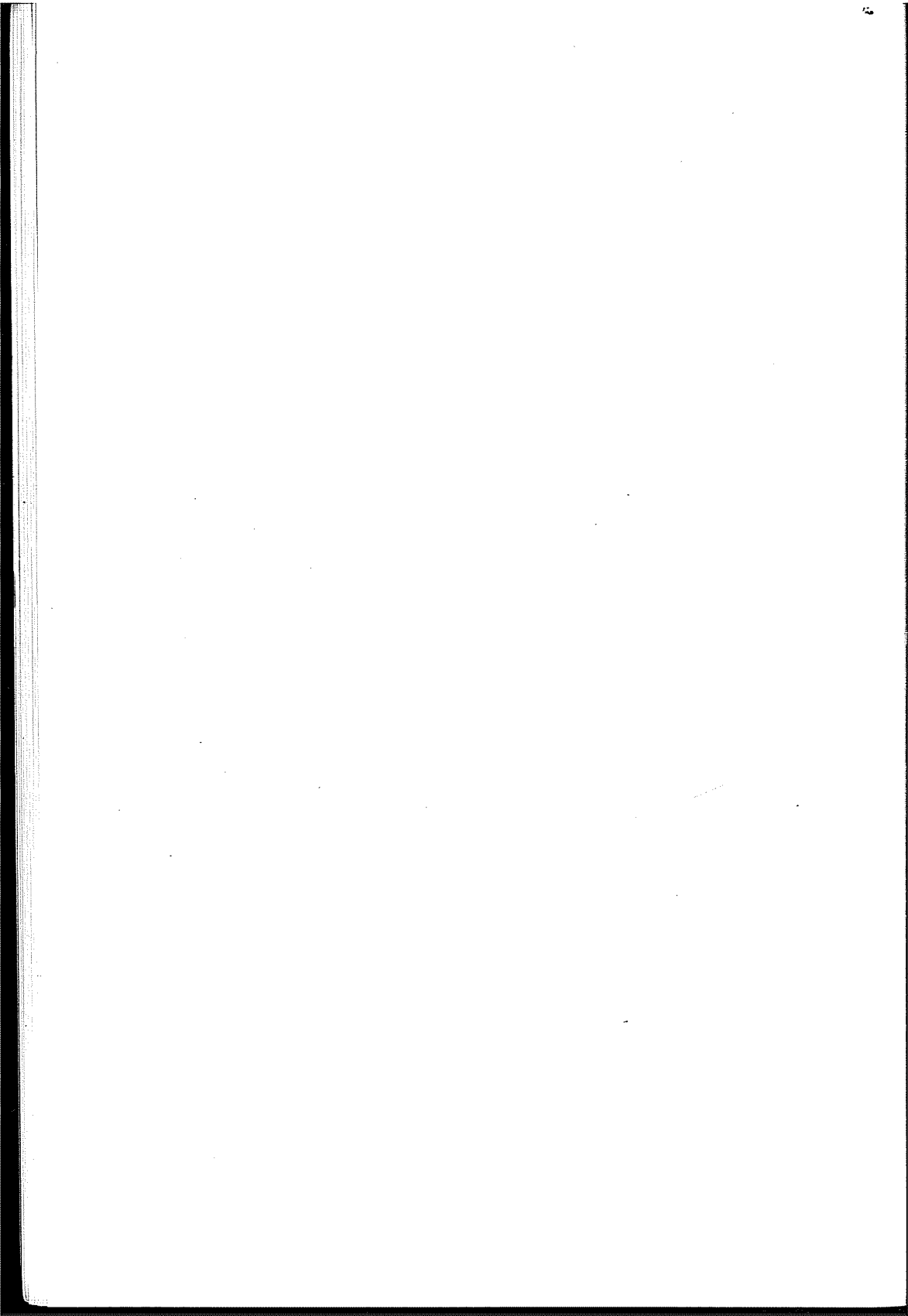
Auditório do Marruá
17 de Novembro/95 - 9:00 horas

Expositor:
Governador Miguel Arraes

Debatedores:
Governador João Capiberibe
Governador Cristovam Buarque
Presidente Nacional do PT- José Dirceu

Moderador:
Roberto Amaral





Da discussão do tema, "A esquerda e os excluídos - a incorporação das massas a um projeto de nação", participaram, além do governador Miguel Arraes, os governadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, o ex-deputado José Dirceu. A moderação do debate foi exercida pelo vice-presidente da Comissão Executiva do PSB, Roberto Amaral.

Lamentavelmente a ocorrência de falha técnica, impediu a gravação de importantes contribuições dos governadores Cristovam Buarque e João Capiberibe e do ex-deputado José Dirceu.

De outra parte, não foi possível recuperar com os respectivos autores as anotações de suas contribuições, o que, reconhecemos, muito empobrece nossos anais.

Felizmente, a intervenção do Governador de Pernambuco, Presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes de Alencar, pôde ser recuperado por haver sido produzida por escrito, cujo conteúdo, publica-se a seguir:

Pronunciamento do Governador Miguel Arraes:

Senhores congressistas

Fui solicitado a falar sobre os excluídos e um projeto de Nação para o Brasil. Os excluídos sabemos que somam 32 milhões, dos quais mais da metade estão no Nordeste. Uma população que apenas sobrevive, fora dos sistemas de produção e dos mercados formais de consumo e sem acesso aos direitos básicos da cidadania. O que é a Nação brasileira e qual o seu projeto são questões de respostas mais difíceis, apesar dos quase quinhentos anos de História, que nos deixam às portas do terceiro milênio.

Somos um País extremamente diversificado do ponto de vista econômico, ambiental, social, cultural e racial, apesar de falarmos a mesma língua. Trata-se, seguramente, de uma riqueza. Mas tamanha diversificação exige que sejam harmonizadas as diferentes faces da Nação. Para que ela tenha uma face única diante do mundo e para que brasileiros de todas as raças, culturas e classes sociais possam trabalhar integrados e enfrentar, de forma organizada, os grandes desafios que nos são impostos.

A harmonização das diferentes faces da Nação, através de ações políticas e administrativas, cabe ao Governo da União. Mas são os estados, ao traduzir a riqueza das profundas diversidades regionais, que preservam o direito da população à livre expressão de suas diferenças em todos os campos, compondo o multifacetado perfil da Nação brasileira.

Hoje pende uma grave ameaça sobre a Federação dos Estados e, por extensão, sobre a Nação. O modelo neoliberal que preside o País impõe, a cada decisão, mecanismos centralizadores de difícil controle, buscando uniformizar, pela pressão econômica e financeira, procedimentos que colidem com a diversidade histórica dos Estados e os Municípios, enfrentando pesados cortes de recursos nas transferências federais que lhe são devidas, em um contexto de recessão econômica que inibe a arrecadação de impostos.

O enfraquecimento dos estados é um recuo no processo democrático e um atentado à Nação. Onde há a riqueza da diversidade e da autonomia, corre-se o risco de se ver instalar uma uniformidade inconsistente e uma dependência que não fica a dever a imposta pelo Fundo Monetário Internacional aos países que lhe são dependentes.

Atravessamos um momento de profunda reestruturação da ordem mundial, marcado pelo movimento de globalização das grandes economias internacionais. Ela desconhece os conceitos tradicionais de fronteiras e exige de cada povo uma definição bem clara de seu projeto de Nação. Sem um projeto nacional, que expresse a diversidade do País, continuaremos a ser tratados como um território de expansão das economias globalizadas, aportando no século XXI como um país mais dividido e desigual. A globalização promoverá apenas a integração competitiva de segmentos da economia, beneficiando setores minoritários, mas ampliando o verdadeiro apartheid social gerado pela administração das elites.

Ao definir um projeto nacional que traduza a diversidade de interesses do País, aponte objetivos e beneficiários, o Brasil não terá porque temer o movimento de globalização. Estaremos em condições de assegurar a integridade real - e não apenas formal - do nosso território e desenvolver políticas que não excluam, ao contrário, incluam, a grande maioria da população - a exemplo de incentivos à formação de mercados internos, redistribuição da renda e da riqueza e acesso à terra, à tecnologia e à informação.

A globalização não inviabiliza iniciativas nesse sentido. A opção que hoje nos é colocada não é a de integração ou de isolamento do resto do mundo. A opção é entre definir uma estratégia e uma trajetória de integração a partir de objetivos nacionais, negociando-os com os interesses de fora do País e com os de dentro, a eles articulados; ou renunciar a isto, deixando-se conduzir no movimento de globalização apenas como um território de expansão de investimento dos que comandam a economia mundial.

A ênfase dada no projeto neoliberal, a uma integração competitiva, que priorize apenas certos espaços e certos mercados, revela a possibilidade de um cenário onde partes do País se deslocam de outras e encontram formas particulares de internacionalização. Não é este o nosso

caminho. Queremos a interação das diversas regiões, de suas economias e de políticas públicas que partam da heterogeneidade brasileira como pressuposto para a construção da democracia e critério de relação entre a União e os Estados.

É a partir do reconhecimento da diversidade nacional que poderemos consolidar a unidade da Nação e vencer os desafios demandados pela dimensão continental e pela complexidade do Brasil, rompendo com as políticas centralizadoras e uniformizadoras que foram emblemáticas dos regimes militares.

Ao contrário dos neoliberais, temos nos milhões de excluídos os principais aliados nesta luta. O povo, e não as elites, é o maior interessado na construção da Nação e na defesa da democracia, por saber - até mesmo inconscientemente - que sem democracia e sem Nação diminuem ainda mais suas possibilidades de sobrevivência. São os que formam a maioria que, desde 1964, sofre o arrocho salarial que até agora se mantém, resultado do capitalismo "selvagem" e da introdução de políticas oficiais que levaram ao desaparecimento de milhares de atividades urbanas e rurais, a pretexto de ganhos de competitividade e produtividade. Acelerou-se a urbanização já descontrolada, enquanto setores tradicionais foram abandonados ou, na melhor das hipóteses, ajudados a sobreviver - de que é exemplo a decadente indústria açucareira do Nordeste.

O Estado, privatizado pelas elites, foi industrializado para fomentar a concentração do sistema financeiro e apoiar a consolidação de cartéis e monopólios privados. Dois Brasis surgiram deste projeto. Um, mínimo, formado pela elite que vai do operário especializado da grande indústria à alta classe média e aos ricos; outro, máximo, que vai dos miseráveis que dormem nas ruas às camadas médias, cada vez mais incapacitadas de manter seu nível anterior de vida. Dois Brasis separados em seus extremos pelo fosso de vergonha entre os que comem três vezes ao dia e os que nada comem.

Dentro deste modelo, não há saída para os excluídos nem viabilidade para a consolidação de um projeto nacional popular, democrático e soberano. Por mais sinuoso que seja o discurso neoliberal, e por mais apoio que tenha ele da grande mídia, é impossível mascarar o fato de que o Governo da União que permite o sucateamento da rede pública de saúde, é o mesmo que viabiliza, por medida provisória, a fusão e incorporação de bancos privados, alguns deles estrangeiros. Para tanto serão gastos recursos do Tesouro Nacional da ordem de 12 bilhões de reais, segundo cálculos iniciais do insuspeito Deputado Delfin Neto.

A crise do modelo neoliberal não é conjuntural, é estrutural. O capitalismo no Brasil é uma caricatura que precisa ser rompida a partir das demandas concretas da realidade econômica, social e cultural do País, que só

podem ser apreendidas através da nossa História, do reconhecimento da nossa diversidade, das distorções havidas e do nível de consciência do povo.

Ao Partido Socialista Brasileiro, e às demais forças políticas comprometidas com a luta dos milhões de excluídos, cabe o papel de organizar o povo para as mudanças, a partir de um processo educativo que ajude a promovê-las e a harmonizar a consciência da maioria em torno de um projeto nacional e de objetivos estratégicos do País.

A construção de um projeto nacional para a superação da crise brasileira exige um Estado forte, mas não um Estado grande. Estado forte que não deve ser confundido com Estado repressor. Este é a manifestação de um poder fraco. Estado forte é um Estado identificado com o povo e organizado para servi-lo, corrigindo as distorções regionais, concentrando fundos públicos não para financiar banqueiros, mas sim obras de infra-estrutura e equipamentos sociais, desconcentrando os investimentos, revertendo a tendência à centralização e cartelização dos capitais privados. O processo de privatização do Estado, mantido intocado pelo modelo neoliberal, ameaça portanto ainda mais o frágil equilíbrio social do País e, por extensão, o recente processo de redemocratização.

A democracia política pode se tornar uma farsa se não for acompanhada da democratização da riqueza e dos direitos sociais. O culto a uma democracia formal, que se esgota em eleições, por legítimas que sejam, é insuficiente para fazer de milhões de excluídos cidadãos brasileiros. O regime democrático tem que abrigar, por definição, as aspirações de todos, possibilitando a efetivação do direito ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança. Não é o que se constata. A igualdade racial, a igualdade dos sexos, a igualdade das oportunidades no plano econômico, a proteção à infância e à velhice degradam-se profundamente, enquanto são questionados pelos representantes das elites os direitos sociais incluídos no texto constitucional.

O desafio representado por mudanças de tamanha profundidade torna-se ainda maior diante da momentânea desagregação das forças políticas que se uniram, nas eleições presidenciais de 1994, em torno da Frente Brasil Popular. Vários fatos levaram-nos a esta situação, da perplexidade diante da derrota eleitoral aos problemas cotidianos enfrentados na administração de Estados e Municípios. Recompôr a frente nacional, popular e democrática é, portanto objetivo a se buscar de imediato, reunindo forças para romper o modelo concentrador e marginalizador, e erguer, em seu lugar, um desenvolvimento que integre a diversidade da Nação, com a liquidação da marginalização em que vivem a maioria e os milhões de excluídos.

Temos a convicção de que as forças populares, que resistiram à ditadura, que lutaram pela redemocratização, que derrubam um governo

corrupto, que fizeram avançar a democracia formal, têm as condições históricas para manter viva a esperança de uma Nação brasileira soberana, justa, economicamente forte e socialmente próspera.

Séculos atrás, neste território pernambucano, brasileiros diferentes em suas raças, culturas, riquezas foram capazes de se unir para derrotar o invasor e iniciar a construção da nacionalidade. Hoje os adversários são outros, mas a luta continua. Vencê-la vai depender da nossa capacidade de encontrar convergências, reafirmar nossa unidade e acreditar sempre que está na força do povo organizado, e não nos acordos das elites, o futuro da Nação brasileira.

GRUPO II



NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA: Perspectiva do Brasil

Teatro Beberibe

17 de Novembro/95 - 14:00 horas

Expositora:

Dr^a Tânia Bacelar

Debatedor:

Ex-Senador e Presidente do PSB/RJ
Saturnino Braga

Moderador:

Deputado Fernando Lyra



O SR. CARLOS SIQUEIRA - Esta Sessão será Presidida pelo Companheiro Fernando Lyra, Líder do PSB na Câmara dos Deputados, entretanto ele teve que acompanhar o Governador do Distrito Federal, que nos honrou, pela manhã, com a sua presença e uma brilhante exposição sobre "A Esquerda e os Excluídos". Daqui a pouco ele estará aqui.

Convidaria, então, o Presidente do PSB do Amazonas, companheiro Serafim Correa, para, interinamente, substituir o companheiro Fernando Lyra como Presidente da Sessão. (Palmas.)

Temos, como Debatedor deste Grupo Temático, o ex-Senador, ex-Prefeito do Rio de Janeiro, atual Presidente do PSB Fluminense, o companheiro Saturnino Braga, a quem convidamos para compor a Mesa. (Palmas.)

Como Relatora do Grupo, vamos designar a companheira Amália para que também tome assento na Mesa e assuma a relatoria deste Grupo Temático. (Palmas.)

Passo a Presidência deste Grupo ao companheiro Serafim Correa. Infelizmente não poderei continuar aqui, pois terei também que instalar outros Grupos Temáticos, lamentando porque sei que tanto a Tânia quanto o companheiro Saturnino Braga são pessoas que vão realizar, nesta tarde, um debate profundo sobre o tema.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Boa-tarde companheiros integrantes do V Congresso Nacional do PSB.

Passo a palavra à Professora Tânia Bacelar para que realize a sua exposição a respeito de "Neoliberalismo e a Globalização da Economia: Perspectiva do Brasil".

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Queria dar meu boa-tarde a todos vocês e começar, agradecendo à organização deste Congresso a oportunidade que me dá de participar do evento e poder discutir com vocês um tema que ocupa hoje grande parte do debate nacional e mundial.

Minha exposição deve levar uns 30 minutos, pelo que acordamos aqui na Mesa, e vou trabalhar minha exposição tentando discutir, primeiro, o ambiente mundial, e dentro dele o avanço do movimento de globalização e da visão neoliberal. Num segundo momento, vou tentar vir

para o Brasil, como o próprio tema nos pede, e tentar ver como o nosso País está se inserindo nesses movimentos. E, no final, como eu discordo da forma com que o Brasil está se inserindo, e vocês vão perceber isso na minha intervenção, vou ser obrigada a discutir um pouco que outras alternativas de inserção nós teríamos. Portanto, vou tentar gastar 10 minutos em cada um dos grande blocos do meu roteiro.

Acho que a primeira observação, quando olhamos hoje o momento mundial, é de que vivemos uma crise. Este final de século é um momento de crise mundial, não é só o bloco socialista que está em crise, a economia capitalista também está em crise. Ela viveu uma fase expansiva, muito intensa no pós-segunda guerra mundial e a partir dos anos 70 o conjunto da economia capitalista vive um dos seus ciclos de baixa. Sabemos que a economia capitalista se comporta em ciclos longos, curtos e, na minha visão, vivemos hoje um dos ciclos de baixa da economia capitalista. Se tomarmos indicadores de investimento, de crescimento da produção mundial vamos ver que são taxas modestas que aparecem. A economia mundial no seu conjunto cresce 3%, as grandes economias crescem 2%, 1%, como é o caso do Japão, que crescia a 7% no pós-guerra. A China talvez seja a grande exceção neste ambiente porque tem apresentado nos últimos cinco anos brilhantes taxas de crescimento de 10, 11%. Se olharmos na média da economia mundial o quadro é de desaceleração. Acho que essa é uma coisa importante para entendermos o tema central que nos foi colocado.

Esse momento de crise, geralmente no capitalismo ele traz rearranjos importantes, os diversos momentos de crise das economias capitalistas marcaram também reestruturações importantes dessa economia. São fases em que os fatores de aceleração perdem dinamismo e busca-se construir novos fatores de aceleração. É exatamente nesse quadro que a gente vive. E talvez o primeiro grande movimento que se passa hoje na economia mundial é o que estamos chamando de reestruturação positiva. Tem uma mudança profunda na mudança da produção ao nível do mundo e muito intensa no mundo capitalista. Estamos mudando o que produzir. Se olharmos direitinho, as grandes atividades dinâmicas do Século XX não vão ser as mesmas do Século XXI e isso já se anuncia nestas duas últimas décadas. Por exemplo, o complexo metal mecânico perde velocidade, o complexo eletroeletrônico ganha velocidade. As atividades terciárias estão mais dinâmicas do que as atividades industriais; as atividades de prestação de serviços de telecomunicações têm muito mais dinamismo hoje do que já tiveram nos anos intermediários do Século XX. E por aí vai. Acho que tem novas atividades que estão se tornando cada vez mais importantes e outras que vão perdendo importância relativa. Então estamos tentando construir um outro perfil produtivo que certamente será o perfil mais típico do Século XXI. Estamos mudando como organizar a produção. A cadeia fixa típica da indústria do Século XX está sendo desmontada e substituída pela produção flexível, pelo trabalho em equipe, por uma

organização mais fluida do processo de produção. As novas técnicas produtivas permitem isso, têm uma mudança muito intensa no que produzir e no como produzir. Estamos chamando isso de revolução científica e tecnológica, que está mudando a própria matéria prima da produção econômica. Se pensarmos bem, a matéria prima estratégica do Século XX foi o petróleo, inegavelmente foi a grande pedra de toque da economia do Século XX. Vai continuar sendo muito importante o petróleo no Século XXI. Mas tem uma outra matéria prima que toma o seu lugar e que tem a ver com essas novas maneiras de produzir, que se chama conhecimento. Quando olhamos hoje as empresas capazes de produzir conhecimento tendem a ganhar espaço no mercado. Os países capazes de produzir conhecimento são os que tendem a ser os mais fortes nos Século XXI. Investir na produção de conhecimento se transformou numa coisa relevante neste final de século. E não era assim no início do Século XX. É cada vez mais importante produzir conhecimento. Vejam que a grande pressão que o Brasil recebeu neste ano foi a pressão externa, principalmente a americana, em cima da nossa lei de patentes, uma pressão explícita para que aprovássemos uma lei de patentes mais favorável aos interesses americanos do que a que estava no congresso brasileiro. Por que lei de patentes se torna uma coisa tão importante? Porque a patente regula a propriedade desta matéria prima estratégica, ela regula a propriedade do conhecimento. Por isso que ela ficou tão relevante, por isso que ela se torna num foco de pressão tão forte sobre um país como o Brasil, que aliás cedeu às pressões que recebeu em grande parte.

A forma de organizar a produção está mudando. As antigas estruturas administrativas muito pesadas estão desaparecendo, o trabalho em equipe está substituindo o trabalho isolado. Até ideologicamente você está dando um tratamento diferente no processo de produção, por exemplo na relação entre patrão e empregado.

Outro dia eu vivi uma cena muito interessante aqui em Recife, só para mostrar a vocês que isso está acontecendo aqui, não estou falando do Japão nem dos Estados Unidos. Eu participei de uma equipe que premiava gestões modernas, era um prêmio da Fundação Joaquim Nabuco, onde eu trabalhava, O Diário de Pernambuco e a Federação das Indústrias. As empresas se candidataram e a missão foi lá ver se o que eles estavam dizendo era verdadeiro. A empresa que tinha feito um programa de qualidade tinha investido na visão de que o patrão é o cliente. Essa empresa é uma filial de um grande grupo multinacional, um dos maiores. E quando fomos entrevistar o peão, ele me disse que o seu patrão não era o seu patrão, o patrão dele era o cliente que era o mesmo patrão da empresa. Quer dizer, esse grupo entendia que o patrão dele era o cliente e passou a visão para o chão da fábrica de que o patrão do peão mais simples também era o cliente, não havia mais antagonismo entre patrão e empregado porque agora ambos tinham o mesmo patrão. Por coincidência, neste dia, tinha um movimento no sindicato dessa categoria e enquanto estávamos entrevistando no chão da fábrica, tinha um carro de som

do lado de fora e o líder sindical baixando o sarrafo no patrão, e o caro lá dentro me dizendo que o patrão dele era o cliente.

Quer dizer, há um investimento que é feito hoje na cabeça das pessoas, na visão, na ideologia e no comportamento frente ao patrão, frente aos antagonismos da sociedade para quebrar isso. Aquele cara estava convencido de que o seu patrão era o cliente, ele não estava entendendo mais o que o líder sindical estava falando do outro lado, era um diálogo de surdos naquela altura.

Isso, para vocês entenderem a dimensão, a profundidade das mudanças que estamos chamando de reestruturação produtiva, está mudando a forma de organizar os mercados, a organização de grandes áreas econômicas é uma forma de organizar o mercado na economia mundial. Não era assim no Século XX e tenderá a ser assim no Século XXI. As grandes áreas de mercado tendem a se firmar daqui para frente, o NAFTA, a União Européia, o Mercosul, que é pequena comparada com as outras, estão nascendo e tendem a se fortalecer para o Século XXI, é uma forma nova de organizar as áreas de mercado que está emergindo neste contexto.

A globalização, para mim, é um processo diferente desses, mas associada a esse e concomitante a esse. A globalização para mim é a consolidação de uma tendência que Marx vislumbrou no capital. Ele, analisando a forma como a economia capitalista funcionava, tentando identificar quais eram as leis de funcionamento daquele tipo de organização social e econômica, ele disse: o movimento de concentração de capital latente e o movimento de centralização do capital que vai se firmar. Esses movimentos vão gerar atores com grande porte e a presença desses atores vai permitir a internacionalização da produção. Está anunciado no capital e é isso que vivemos hoje, vivemos um final de século onde esta tendência tende a se firmar. Nós temos atores com cacife, com tamanho para operar na escala global e esses atores, no final do Século XX, têm meios para fazer isso, o que é muito importante. Temos atores globais com meios para operar na escala global. Hoje você pode ter 10 empresas em 10 países diferentes e administrá-las em tempo real, é possível fazer isso, existe um avanço das comunicações que permite que um grande grupo situado no Japão opere dezenas, centenas de estabelecimentos espalhados no mundo inteiro. Esses grupos se planejam na escala do globo e atuam na escala do globo, acelerando uma contradição importante que cada vez é mais intensa, a contradição entre as estratégias dos grandes conglomerados econômicos e as estratégias dos estados nacionais, que nem sempre coincidem e que muitas vezes são conflitantes, mesmo nos grandes estados nacionais, mesmo nas principais economias do mundo, tal a capacidade que esses grandes grupos adquiriram. E esta é uma realidade que hoje estamos chamando de globalização, usando um termo anglo-saxão para não usar a terminologia marxista que chamaria isso simplesmente de internacionalização da produção, vulgarizou-

se o termo "globalização", que é a capacidade de operar na escala global, que traz para países como o Brasil consequências muito importantes porque esse novo modo de funcionar da economia aproxima os espaços econômicos, desafia os atores econômicos de diversos espaços a um só tempo, impõe os seus padrões. Por isso que hoje em todos os lugares o padrão de competitividade é buscado com uma ânsia fantástica, porque eu posso de repente ter sido competitivo e deixar de ser em poucos meses ou em poucos anos, porque o mundo ficou mais perto. A possibilidade que você tem hoje de operar na escala global aproximou; vejamos o exemplo nordestino, grande parte do semi-árido do nordeste era coberto de algodão e grande parte da indústria têxtil instalada no Nordeste usava o algodão produzido no Nordeste. Nos anos 80 nós destruímos a produção nordestina de algodão e as indústrias têxteis que consumiam o nosso algodão, desmontaram? Não, elas hoje importam algodão da Malásia a menor preço e não fazem questão se vamos repor ou não a base agrícola produtora de algodão, ela rapidamente substituiu a oferta que era regional por uma importação, que nas condições conjunturais impostas pela política econômica do atual governo até facilita essa opção, porque ela consegue importar com juro mais baixo e com prazo mais longo, distorcendo os padrões normais de competitividade que a gente tem. Então, essa é uma coisa importante que estamos chamando de globalização.

Tem um terceiro movimento, que gostaria de enfatizar, que nem é reestruturação produtiva, mas a ajuda, nem é exatamente globalização, mas está associada a ela: é o que temos chamado de Movimento da Financeirização da Riqueza. Acho que esta é uma grande marca da conjuntura mundial hoje, a possibilidade que você tem hoje de gerar riqueza, de acumular, de valorizar capitais na esfera financeira é fantástica. Essa possibilidade sempre existiu? Sempre, mas na escala de hoje não, a escala de hoje é fantástica e acho muito importante esse movimento para nós brasileiros, porque daqui a pouco vou tentar demonstrar que muitas das opções brasileiras eu só consigo entender com a lógica da financeirização; sem a lógica não dá para entender. Não dá para entender por que a gente usa moeda podre para privatizar empresas saudáveis do Brasil, sem a lógica da financeirização não há brasileiro que entenda, com a lógica a gente entende para o que é. Então acho que o movimento de financeirização é um movimento importante porque ele marca a conjuntura mundial e ele ajuda a economia a sair da crise, na medida em que mesmo a crise estando instalada na economia real você consegue acumular na esfera financeira.

Peguei este livrinho, que foi editado pelo Le Monde, da coleção Monde Porshe, e ele tem uma pirâmide aqui incrível que a gente olha e nem acredita. Ele montou números da economia real de um lado e números do aparato financeiro do outro e tentou comparar um com o outro. E dá comparações como esta, por exemplo: a maior economia do mundo é os Estados Unidos, tem um PIB de cerca de 6 trilhões de dólares. As ações capitalizadas

em três bolsas no mundo: a Bolsa de Tóquio, de Londres e a de Nova Iorque somam um valor maior do que a maior economia do mundo. Três bolsas valem 8,1 trilhões de dólares; a economia americana 6 trilhões de dólares. Não vale três bolsas. Depois ele somou toda a economia mundial, todo o PIB do mundo e isso dava 23,8 trilhões de dólares; arredondando, 24 trilhões de dólares. Dois meses de movimento de câmbio davam 72; e um ano de movimento de câmbio davam 440. Um ano de movimento de câmbio dá 18 vezes toda a produção mundial. É fantástica a capacidade instalada do mundo hoje de fazer dinheiro, de gerar riqueza, de valorizar os patrimônios na esfera financeira, sem passar necessariamente pela esfera da produção, o que em parte explica o desemprego, que não é só tecnológico, é também tecnológico, mas parte do desemprego que as grandes nações do mundo vivem hoje tem a ver com isso, porque é possível você enriquecer, é possível você valorizar o seu capital, sem empregar na esfera produtiva. Então acho que este é um movimento relevante para retermos no ambiente mundial.

Para encerrar, no ambiente mundial, diria que os três movimentos convivem neste final de século com a hegemonia do neoliberalismo, que não é um movimento da economia. O neoliberalismo é uma visão política, é uma visão que define o seu comportamento, é uma visão ideológica, não é uma visão da realidade econômica, mas é uma imposição da realidade econômica. Mas a força talvez com que emergiu o neoliberalismo é que esta visão ideológica se acopla como uma luva às mudanças que estão se passando na realidade econômica. Qual é a visão central do neoliberalismo? É a visão de que o indivíduo deve ter supremacia sobre o social e de que o mercado deve ter supremacia sobre o estado. Se eu pudesse definir o neoliberalismo, definiria desta maneira, uma pessoa que tem a visão neoliberal defende isso, a hegemonia do indivíduo sobre a sociedade; daí a neurose da competência que tem hoje, quem não for competente não se estabelece, como se todo mundo pudesse ser igualmente competente, é a visão de que todos podem ser competentes e quem não for não se estabelece. Então, o indivíduo é que tem que buscar ser competente, senão será tragado pela sua incompetência. E a visão de que o mercado tem que ter hegemonia sobre o estado.

Vamos ver que nesse mundo que se esboça no final do século, essas teses se ajustam como uma luva às mudanças que estão se processando. E não é à-toa que muitos países do mundo embarcam de cabeça na experiência neoliberal, que dos anos 70 para cá tem só crescido a nível mundial, com as conseqüências que vamos discutir daqui a pouco.

Queria distinguir com vocês neoliberalismo como visão ideológica, como posicionamento político da trajetória real da dinâmica econômica. Vou tentar mostrar a vocês que um país como o Brasil não precisa adotar políticas neoliberais, adota porque os nossos dirigentes, as forças políticas hegemônicas do país hoje têm a visão neoliberal, mas ela não é uma imposição,

não é uma necessidade, ela é uma opção. Então, acho que é importante distinguirmos de saída que neoliberalismo não é uma exigência das mudanças que se processam, embora, volta a dizer, caia como uma luva sobre ela. Por quê? Para uma economia que quer se globalizar, quanto menos estado nacional melhor. Às vezes gosto de comparar o momento que vivemos com o fim do feudalismo. No fim do feudalismo os excedentes econômicos estavam crescendo, a mercadoria que iria circular e o feudo era um empecilho, cada feudo tinha um senhor, cada senhor cunhava a sua moeda, cada senhor definia o seu sistema tributário, tinha as suas leis, isso era antagônico com a fome de crescer do desenvolvimento comercial. Qual foi a saída? Reduzir a importância do feudo e criar espaços econômicos mais amplos. Daí nasceram os estados nacionais. Os burgueses nascentes fortaleceram o poder do rei e o estado nacional na verdade era uma área de mercado mais ampla do que o feudo. Aí, em vez de ter centenas de feudos, tinha agora o estado nacional; centenas de moedas, tinha uma moeda nacional; centenas de legislações tributárias, tinha uma legislação tributária nacional.

No estágio que estamos hoje, com agentes econômicos que querem operar na escala global, os estados nacionais como os feudos de antigamente são um empecilho. Quanto menos estado nacional na frente melhor, quanto menos moedas melhor, quanto menos sistemas tributários diferentes melhor, quanto menos legislação trabalhista melhor. A tentativa de estruturar as grandes áreas de mercado é uma resposta a isso. Para que se faz a União Européia? Para não ter dezenas de sistemas tributários, ter um só, para não ter dezenas de bancos central, para não ter dezenas de moedas, para constituir um espaço econômico mais amplo que permita melhor aos grandes atores operar os fluxos econômicos.

Não é só o estado nacional brasileiro que é questionado, todos eles estão questionados pelo movimento de globalização. Como a tese neoliberal diz que quanto menos estado, melhor, quanto mais mercado, melhor, ela se adapta à necessidade das leis econômicas atuais de ampliar os seus espaços de circulação. Vivemos um momento em que os estados nacionais são empecilho ao movimento real da globalização e para mim essa é uma das razões que explicam por que o neoliberalismo veio com tanta força, porque ele serve para defender o que serve ao movimento de globalização; quanto mais flexibilização melhor, quanto menos regra menor, quanto menos estado nacional melhor, deixa que o mercado faz o serviço. Esta que é a visão que escutamos hoje, que se adapta às exigências da própria forma nova de funcionar da economia mundial.

Esses movimentos trazem, portanto, pressões profundas principalmente sobre países como o Brasil, porque são países importantes, o Brasil não é um país qualquer. Para mim esse é outro equívoco das elites brasileiras, parece que elas jogaram a toalha e tratam isso aqui como se fosse

um lugar completamente incapaz de tomar conta do seu destino. Não é assim que eles nos vêem, as grandes empresas, os grandes países percebem que o Brasil é uma coisa importante...

(troca de fita)

... o que era a Era Vargas que ele quer enterrar? No momento em que o Brasil se inseriu na economia industrial do Século XX, a Revolução de 30, a Era Vargas botou o Estado para regular as relações entre o trabalho e o capital. É de lá o salário mínimo, são de lá as leis trabalhistas, são de lá muitos direitos sociais que ainda persistem até hoje. Qual é a pressão que percebemos hoje? Flexibilizem, quanto menos estado regulador melhor. De novo, aceitamos a provocação, nosso ministro se orgulha de dizer que ele veio enterrar a Era Vargas, acabar com a regulação, se possível acabar com o salário mínimo, vai rever as leis trabalhistas, vai acabar a Justiça do Trabalho e por aí vai. O que é isso? Desregulamenta a relação, deixa que o mercado faça a regulação.

Só para dar um exemplo, no Chile eles fizeram isso, avançaram bastante na tal flexibilização do mercado de trabalho, tiraram o Estado chileno do meio do caminho. Hoje, o setor mais competitivo do Chile, que é a agricultura de produção de frutas para exportação, tem 40% da força de trabalho com contrato de três meses sem nenhuma cobertura social. Isso que é flexibilizar, tirar o estado regulador. Então, essa é uma pressão importante que recebemos.

Pelo que estou mostrando a vocês, estamos cedendo a todas; e como estamos cedendo a todas, começo a dizer como é que vejo que o Brasil está se inserindo nesse mundo. Acho que o Brasil está se inserindo nos quatro movimentos; nos três que são reais e na visão ideológica. As nossas elites engoliram o neoliberalismo e tentam praticá-lo no Brasil. Só não vão mais fundo porque ainda tem muita resistência na sociedade brasileira.

No movimento de reestruturação produtiva é inegável que as nossas empresas embarcaram de cabeça. Posso citar dezenas de exemplos em Recife, e não em Tóquio ou Nova Iorque, de empresas com programas de qualidade, com gestão moderna, com ISO 9000, com novas práticas gerenciais, com terceirização à vontade, com gestão de estoque zero, com tudo o que é novidade japonesa que vocês possam imaginar. O setor privado brasileiro embarcou de cabeça na reestruturação produtiva e a defende e a pratica nos dias de hoje. O Estado brasileiro embarcou de cabeça no neoliberalismo e assistimos hoje não a reestruturação do Estado brasileiro, e sim o desmonte do Estado brasileiro. E aí acho que tem um agravante. Como o movimento geral que vem de fora pressiona o Estado nacional, contesta o estado nacional, infelizmente para nós esse movimento que é muito forte encontrou o estado brasileiro numa hora muito particular, numa hora em que ele estava fragilizado,

numa hora em que ele estava financeiramente desestruturado. Acho que seria diferente se esse movimento que hoje nos pressiona, para tirar o Estado brasileiro da frente, encontrasse o estado dos anos 70 ou dos anos 60, superavitário, ativo, patrocinador do desenvolvimento brasileiro. Esse movimento nos pega neste final de século com o Estado brasileiro falido, exaurido, endividado, que está no negativo e portanto está na retaguarda, está refém dos seus credores, perdeu a sua iniciativa. Então, o mais fraco é muito mais vulnerável às pressões que buscam desestruturar. E estamos cedendo, cedendo e cedendo a essas pressões. É o que a gente assiste não é a reformatação necessária do Estado brasileiro, é o seu desmonte rápido.

No movimento de financeirização, também acho que o Brasil entrou de cabeça. Para mim, nesse desmonte do Estado brasileiro o que está sobrando é que ele deixou de ser o estado desenvolvimentista de que falávamos, um estado superavitário que dizia: não vamos fazer reforma agrária mas vamos embora para o Centro-Oeste, e saía na frente, levando estrada, levando energia, botando armazenagem, financiando produtor e dez anos depois o Centro-Oeste estava lá produzindo grãos e exportando, com agricultura moderna a nível mundial. A gente olha o Estado brasileiro hoje, acho que ele continua presente na economia, mas para mim o que ele faz hoje é patrocinar a valorização financeira; senão eu não consigo explicar por que a mesma equipe econômica que diz: a causa estrutural da inflação é o déficit público, temos que zerá-lo, senão a gente não acaba com a inflação. Pega a taxa de juro e bota no mundo da lua, aumenta a sua despesa com juros da dívida pública, aumenta o endividamento público e portanto gera mais déficit público, que é o que está fazendo agora. Quando o Fernando Henrique entrou para ser governo, tínhamos uma dívida do governo em títulos de 40 bilhões de reais, ela hoje está na casa dos 100 bilhões de reais; só ele aumentou 60 bilhões de reais. Vamos gastar este ano, só de serviços da dívida pública, 16 bilhões de reais e o orçamento de 96 prevê que vamos gastar neste mesmo item de despesa 26 bilhões de reais, vamos aumentar 9 bilhões de reais pagando serviços da dívida do governo em títulos. Sabem qual é todo o orçamento de investimento para 96 do governo federal? 8,3 bilhões de reais. É outro orçamento de investimento que vai só no acréscimo da conta de juros. É um governo refém dos seus credores, que paga regamente a quem lhe empresta. Isso serve para quê? Serve para patrocinar o enriquecimento da esfera financeira. O que é isso para mim? Isso é movimento de financeirização da riqueza.

A mesma coisa é o programa de privatização. Dá para a gente sair do aço? Para mim, dá. Acho que fez o maior sentido o governo brasileiro produzir aço nos anos 40. A produção nacional era ridícula, as empresas multinacionais não tinham interesse em produzir aço no Brasil e se o Estado não tivesse entrado no aço, não tínhamos feito a indústria que fizemos nos anos 50 e 60. Dá para tirar o Estado brasileiro do aço no final dos anos 80? Dá, tem empresas nacionais que assumiriam como assumiram a produção do aço.

Agora, para que usar moeda podre na privatização do setor siderúrgico? O que fizemos quando usamos a moeda podre? Pegamos uma grande empreiteira, não vou dizer o nome, que estava com a carteira cheia de debentures da Siderbrás, tinha feito um investimento nos anos 70, a crise nos anos 80 que não foi a Siderbrás que patrocinou, que eu saiba, desvalorizou seus títulos, ela estava com títulos que na face valiam 100 e o mercado dava 35. O que a gente fez? Espera aí, não fico no prejuízo, traga aqui o seu título que para comprar a Usiminas, uma empresa saudável, que não gerava déficit público, eu aceito por 100. O que é isso? É patrocinar a revalorização desse ativo financeiro de uma forma cavalhar, algo que valia 35 voltou a valer 100.

E a gente acha pouco e no nosso Ministro da Fazenda foi há 15 dias em Washington dizer que vai privatizar o filé do setor produtivo estatal brasileiro, que o que vem por aí é o filé, é o setor elétrico, são as telecomunicações, é segundo eles a Companhia Vale do Rio Doce, vai privatizar usando títulos vencidos da dívida externa brasileira. A gente se dá conta do que é isso? Nós fizemos uma dívida nos anos 70, contratamos a 8%, os Estados Unidos subiram a taxa de juro, passamos a década de 80 pagando a 20% a mesma dívida contratada a 8%. Como todo mundo faliu ao mesmo tempo esses títulos desvalorizaram e agora nós vamos vender a Companhia Vale do Rio Doce, a maior empresa de mineração do mundo, com o Citybank podendo vir comparecer no leilão, com um pepino que vale 25, valendo 100. Vamos revalorizar esse título vencido para ele comprar a maior estatal do Brasil, vamos jogar pelo ralo a Companhia Vale do Rio Doce. Está estimada em 8 bilhões de dólares. Sabe o que é isso? Quatro meses dos juros da dívida interna do Brasil. Para que serve isso? Para mim, só tem explicação se eu disser que isso serve para patrocinar a valorização de capitais na esfera financeira, senão não dá para entender por que a gente não faz como na Itália, que tem uma dívida pública maior do que a do Brasil, que está privatizando muitos dos seus ativos, mas privatizando a dinheiro. Até agora nós privatizamos 9 bilhões, recebemos menos de 2 em dinheiro, o restante foi moeda podre que serve para aumentar, revalorizar os ativos financeiros desses atores. É para isso que serve o Estado brasileiro hoje, infelizmente.

Qual é a grande estratégia que vemos hoje no Brasil? É a estratégia da submissão. Perdemos a dimensão da importância do Brasil e quando se ouvem as autoridades brasileiras falando, o que elas nos dizem é: deixa que o mercado faça. A gente pergunta: onde está a política industrial de um país que é a 10ª economia industrial do mundo? Não tem, deixa que o mercado nos globaliza, quem for competitivo fica, quem não for, dança. Quando a gente olha o Estado japonês, a gente vê que não é assim, quando a gente olha o Estado alemão, eles têm até hoje cota física para importação de tecido, por exemplo. Entregaram um pedaço para o mercado asiático, mas todo não, tem um pedaço que tem que ficar com a gente. O Brasil, não, abre e deixa que o que for competitivo fique. É a postura de não ter projeto.

Acho que talvez seja essa a grande discussão que temos que fazer. E como eu fui crítica, eu me obrigo a dar a alternativa para terminar. Acho que o Brasil é um dos poucos países do mundo que teria chances, que tem cacife para ter uma integração mais soberana do que está tendo. Muitos países do mundo não têm essa condição, o Brasil tem. O Brasil não é um país qualquer. Quando olho a história recente do Brasil, tudo que a elite brasileira resolveu fazer, foi feito e não eram coisas simples. Nos anos 60 o nosso sistema de telecomunicações era péssimo, privado, parte multinacional e péssimo. Os primeiros governos militares compraram o sistema de telecomunicações, estatizaram, investiram, modernizaram e a gente chegou na década de 80 com um dos melhores sistemas do mundo. O Centro de Pesquisas da Telebrás era o 5º melhor do mundo, foi desmontado por Collor. Nem todo país consegue fazer isso. O satélite que transmite as principais informações dentro do País é produzido pelo Centro de Pesquisas da Telebrás, não é satélite importado do Japão. E satélite, que eu saiba, é um bem complexo, tecnologia complexa e a gente demonstrou que dentro de uma estatal, que hoje é vista somente como exemplo de incompetência, nós fomos capazes de fazer satélites. Então, não é um país qualquer, que não tem meios, possibilidades. É um país médio, muito fraturado, mas com grande capacidade de resposta. Tudo que a gente resolver fazer, volto a dizer, coisas complexas, foram possíveis de ser feitas no Brasil. E hoje a gente não consegue negociar a nossa inserção no mundo em globalização. Não é negar a globalização, ela é real, ela existe, a grande discussão é como que vou me inserir nesse movimento? Só existe essa inserção submissa, que diz: eu saio da frente e deixa que o mercado me globaliza; ou existe a possibilidade de um País como este, com a capacidade de resposta a desafios como temos, de dizer: não, ali pode e ali não pode. A China faz isso. E quando eu olho a China e o Brasil hoje, acho que a China tem menos potencial de fazer isso do que o Brasil. E faz. Por quê? Porque tem um Estado nacional inteiro, com um projeto nacional na mão e com a firme decisão de continuar China no Século XXI, que negocia taco a taco a sua inserção no mundo em globalização, não está fechada, não. É o país que mais cresce no mundo, é o país que mais atrai capital produtivo no mundo. O Brasil atrai capital especulativo, porque pratica hoje a segunda maior taxa de juro no mundo. Com a segunda maior taxa de juro o que a gente atrai é capital de curto prazo, viramos paraíso da especulação financeira. A China não, atrai capital produtivo.

Tem uma lei de regulação do capital produtivo na China, que é um livro deste tamanho, que diz onde é que pode e ela ajuda, onde é que não pode e ela não ajuda. Nas cidades médias da China, não pode, porque lá o objetivo chinês não é se integrar no mundo global nem aumentar o seu padrão de competitividade. Lá o problema é outro, eles vão modernizar a agricultura, a população vai sair do campo e eles não querem que vá todo mundo para Pequim. Para a China as cidades médias tem um outro objetivo, criar emprego para o chinês que vai sair da zona rural, e ela concilia esse objetivo com os triângulos de objetivos onde pode vir, botar a competitividade que

quiser, que a gente quer é participar do mundo global.

Um país como o Brasil, com os meios que tem não pode ter a opção chinesa? Não tem quem me convença de que não pode, é opção das elites dirigentes brasileiras, não é uma imposição. Tanto é uma opção que a grande parte dos brasileiros resiste a essa opção, essa que é a verdade. O neoliberalismo tem aliados muito fortes.

Aliás, tem um livro muito bom sobre o pós-neoliberalismo e tem um artigo muito interessante do Perry Anderson em que ele diz que infelizmente o neoliberalismo tem muita força, é a visão ideológica predominante neste final de Século XX. Apesar dos desastres econômicos que gerou, das iniquidades crescentes que continua a produzir, ideologicamente ele ainda tem uma força fantástica. A única forma de se contrapor a ele é ter alternativas. Acho que o Brasil é um dos poucos países que ainda resiste a ele. Veja como é difícil você introduzir essas mudanças no Brasil, apesar da força e da associação de poderes que vêm nos impondo essas mudanças. Mas é um país ainda com uma capacidade muito grande de resistir, com uma sociedade muito viva e presente.

Sem querer jogar flores, acho que um dos focos de resistência no Brasil é o PSB, e portanto está na mão do PSB uma responsabilidade muito grande de construir outras propostas, de demonstrar à sociedade brasileira que não é verdade que nós só temos essa alternativa, que este é um país que tem outras alternativas, que pode se inserir no mundo em globalização sem deixar de ser país do Século XXI. E sem fazer terrorismo nenhum, num país como o Brasil, ainda em formação, a atomização, a fragmentação que o modelo neoliberal impõe, pode nos impor a fratura do Brasil em cima de uma fratura social que já é enorme, porque é disso que nós somos exemplo. Somos capazes de muita coisa, agora, somos uma sociedade profundamente fraturada, nenhum país médio no mundo tem a fratura social do Brasil, 20% mais pobres têm 2% da renda e os 10% mais ricos têm metade da renda. Não se encontra nenhum outro país médio com esse perfil e com essa fratura entre os mais ricos e os mais pobres. O risco do neoliberalismo é ampliar essa fratura e talvez possamos chegar no Século XXI, no final do século, não sendo mais um país, sendo pedaços de um país. É possível isso acontecer, já tem sinais de que possa acontecer.

Um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro se dedicou a estudar os novos regionalismo e descobriu uma coisa muito grave no Brasil, os nossos focos de competitividade se pensam primeiro mundo e negam o Brasil hoje. Ele conseguiu identificar vários municípios nas regiões Sul e Sudeste que praticam políticas explícitas de segregação, botam assistentes sociais na rodoviária para bloquear a entrada de outros brasileiros, que negam os outros brasileiros, eles que se danem, porque nós somos aqui uma mancha

de competitividade, nós estamos olhando para o primeiro mundo e o resto do Brasil que se vire e vocês vêm aqui manchar a nossa mancha de competitividade. Isso já existe no Brasil da década de 90. Isso é um sinal perigoso de pedaços que se descolam do Brasil, que negam o resto do Brasil. E um país fraturado não consegue ser nação, um país fraturado pode ser pedaços de países no final deste século.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Em nome do V Congresso, agradeço a palestra da Prof. Tânia.

Agora, vamos ouvir o nosso companheiro Saturnino Braga.

Lembro ao Plenário que as perguntas a serem formuladas tanto à Prof. Tânia, quanto ao nosso companheiro Saturnino serão formuladas por escrito e encaminhadas à Mesa. Após a exposição essas perguntas serão formuladas a cada um dos dois.

O SR. ROBERTO SATURNINO BRAGA (Debatedor) - A clareza da exposição da nossa companheira Tânia Bacelar, a inteligência com que ela caracterizou a realidade que estamos enfrentando, nós brasileiros deste mundo cada vez mais globalizado, nos permite e nos desafia a discutir agora a questão vista sob o ângulo político, a visão vista sob o ângulo dos socialistas a respeito do que é uma sociedade, com os seus valores e a visão da própria viabilidade política da continuidade deste neoliberalismo que o governo brasileiro e que a sociedade brasileira incorporou tão completamente, como se fosse, e ela disse muito bem, uma exigência, uma condição sine qua nom de inserção do nosso país neste quadro de avanço para uma nova etapa econômica e social do mundo.

É importante que tenhamos em mente que o socialismo antes de tudo é uma ética da justiça, uma ética que rejeita a idéia da desigualdade estrutural entre os seres humanos, é uma ética que tem como exigência fundamental que as pessoas tenham tratamento e oportunidades iguais perante sua vida real e não aceita a imposição da competitividade e da competência como sendo a regra fundamental que preside a vida das pessoas. Aquelas que são competentes têm direito a aspirar padrões de vida mais alto e as que não são competentes, por uma razão ou por outra, têm que se conformar a uma situação de segundo, terceiro ou de quarto plano.

Para nós socialistas essa visão da sociedade, da divisão da sociedade é absolutamente inaceitável sob o ponto de vista ético antes de tudo. Mas é claro que além desta questão ética, há uma questão de viabilidade política.

Estou convencido de que além da rejeição dos padrões neoliberais, pela questão ética e pela visão política do socialismo, acho que há também uma questão de viabilidade de que isso venha a ser possível e produza, enfim, algo que dê ao País a possibilidade de progredir e de estabilizar-se, de ter uma condição de nação estável e progressista nos próximos anos, na virada do século, nas primeiras décadas do próximo século.

Acho que pensar-se também numa rejeição ao processo de globalização, também não é viável, pretender que o Brasil instale uma muralha em torno de si e aproveite o que ele tem de potencial de crescimento interno, que efetivamente tem, mas isolando-se do mundo, politicamente, também dado o grau de inter-relacionamento que já temos com o mundo, dado o grau de ligações econômicas, sociais e políticas com o resto do mundo, é politicamente inviável senão através de uma revolução armada, que foi o projeto superado e que hoje se torna impensável diante desta realidade que aí está. Então, a globalização existe e temos que nos inserir nela. Agora, há caminhos e caminhos de inserção neste processo de globalização. E o neoliberalismo, como Tânia Bacelar disse, que vem como uma exigência, na verdade não é exigência, existem alternativas e temos que discutir entre nós com a nação brasileira os caminhos alternativos de inserção, até mostrando que a continuidade deste caminho neoliberal vai resultar numa inviabilidade política, em algo insolúvel sob o ponto de vista de estabilização política da nação brasileira.

É claro que o tema da nossa palestra de hoje de manhã, o tema pé do congresso de Maceió se centrou muito na questão dos excluídos. Pois bem, essa massa de excluídos é óbvio que nessa tendência de aumentar o seu número e sua densidade vai produzir alguma coisa muito grave em termos de desestabilização da nação brasileira, desestruturação social e inviabilização do projeto político.

Esta questão, por exemplo, do desemprego, o desemprego é a forma mais gritante, mais cruel de exclusão, embora haja muitas outras formas. Mas a história de que o desemprego é uma fatalidade que vem exatamente do processo de elevação da produtividade das empresas e que é preciso solucionar isso com maneiras adaptáveis a este aumento de produtividade, com seguro desemprego e tudo mais, isto absolutamente não traduz senão uma parte muito pequena da verdade. É claro que há sim um processo de aumento de produtividade, que não se vai de forma nenhuma reverter, é uma aspiração milenar da humanidade se libertar das exigências e das opressões do trabalho. Então, evidentemente a humanidade vai usufruir e vai ser até obrigada a usufruir sob a forma de lazer e de redução da jornada de trabalho este aumento de produtividade que ela conseguiu com o desenvolvimento da razão técnica, da razão instrumental, enfim, de todo o desenvolvimento científico e tecnológico.

Mas não é só isso. Isso existe, é um fenômeno mundial que

existe sim, mas no caso brasileiro há outros vetores, outras forças de produção de exclusão e de desemprego que se somam galopantemente, multiplicadamente sobre este fato, que é uma realidade mundial. Em primeiro lugar, a inserção do Brasil sem barreira protecionista de espécie alguma na competição leva muitas empresas brasileiras a pararem suas atividades, e a produção de desemprego que cresce por aí, somada ao processo de recessão que vem por uma série de outras razões ligadas à questão do balanço cambial, porque a abertura produz um déficit cambial crônico e crescente e para conter esse déficit se produz a recessão para que a demanda de produtos importados não cresça tanto e o resultado é que a recessão e a competição leva empresas brasileiras crescentemente ao processo de falência, que vai colocando levas e levas de trabalhadores que nunca mais voltarão, porque estes postos de trabalho simplesmente desaparecem...

(troca de fita)

... falência do estado brasileiro que se torna incapaz de produzir e realizar projetos absorvedores de trabalho e de mão-de-obra, vem se somar a todo esse processo de exclusão e à própria política. Quer dizer, a empresa brasileira jogada à competição no mercado internacional, globalizado, se ela tem custos de fatores, se ela tem graus de produtividade mais baixos do que as empresas líderes dos respectivos setores, ela vai, num esforço de sobrevivência, procurar comprimir salários, cortar custos pela compressão salarial, que por sua vez num ciclo depressivo gera menos demanda e afunda mais. É uma série de fatores que se somam uns aos outros para produzir tendência à recessão, depressão, enfim, à falência de empresas brasileiras, ao desemprego, à exclusão, à compressão salarial e a gente entra nesse círculo vicioso da impossibilidade de gerar crescimento econômico que seja compartilhado por toda a população.

Como nesse processo de inserção da economia brasileira no mundo somos condenados a ter um déficit cambial que tem que ser financiado permanentemente pelo ingresso de capitais produtivos e investimentos diretos na produção, mas de capitais financeiros que só vêm produzir um falso equilíbrio cambial, o governo brasileiro é obrigado, dentro dessa política, a manter uma taxa de juros elevados, o que contribui também para a recessão, para a falência de empresas e para a compressão salarial, porque evidentemente que as empresas têm que pagar muito ao custo financeiro, têm que pagar pouco ao posto do trabalho, ao fator trabalho e isso leva os salários para baixo. Tudo isso sob um risco permanente de um colapso cambial que pode ocorrer a qualquer momento por fatores inteiramente alheios ao controle do governo brasileiro e da sociedade brasileira de um modo geral e também a um risco de inviabilidade fiscal, pelo lado não só do Governo Federal, mas pelo lado também dos governos estaduais e municipais.

Ainda ontem, quem teve oportunidade de ouvir o Governador

Arraes falar sobre isso e dando depoimentos do que tem ouvido de outros governadores, a situação é realmente muito grave em termos de sustentação da viabilidade financeira dos estados e municípios de um modo geral.

Então, vivemos neste panorama que parece que é passado para a opinião pública, que é passado para a população e para a sociedade brasileira como sendo algo inelutável. Isto é, temos que nos inserir no processo de globalização e o único caminho é através de uma política neoliberal tal qual vem sendo praticada. E nós, olhando do nosso lado e vendo, primeiro, que este processo leva a um padrão de sociedade inteiramente inaceitável sob o ponto de vista ético, se for viável, mas na verdade a sua própria viabilidade é extremamente duvidosa, para não dizer que é certa a inviabilização desse processo num prazo que é evidentemente difícil de definir, mas um prazo que não será muito longo, pelo volume e diversidade de ameaças que estão aí diante de nós.

Então, somos desafiados no momento em que o nosso próprio Partido é desafiado à sobrevivência pela legislação eleitoral e pelos impactos que os outros partidos de esquerda têm sofrido, o nosso próprio Partido é desafiado a encontrar os caminhos de organização da sua sobrevivência, ele é desafiado também à formulação junto com outros partidos irmãos, mas tendo uma responsabilidade grande pelo fato de ser um partido tradicionalmente formulador e pelo fato de ser um partido que se equilibra entre as demais agremiações de esquerda, acho que nós do PSB temos um chamamento; uma convocação diante de nós até mais forte do que de outros partidos, de oferecer à nação brasileira alternativas viáveis e que sejam compatíveis com o nosso sentimento ético e com as nossas convicções políticas. E buscar isso através de uma formulação global, integralizada, que seja vista como um projeto de desenvolvimento do país dentro das novas circunstâncias, da nova realidade. Agora, um projeto de desenvolvimento não é um paper, não é uma formulação que se coloque num papel, mas é um conjunto de proposições de linhas gerais que vão possibilitando o desenvolvimento de um projeto na prática do exercício do poder ou de pressão que sejamos capazes de desenvolver dentro deste quadro que aí está.

Se a gente acha que este país, em primeiro lugar, que essa divisão social que se estabelece com os excluídos de um lado e os eleitos de outro, para nós é absolutamente inaceitável sob o ponto de vista ético. Por outro lado, esta é também uma caracterização da sociedade que vai produzir uma inviabilidade política e econômica também, porque esse processo não poderá ter continuidade na medida em que se integre 10% da população brasileira com os mercados globalizados de primeiro mundo e os 90% fiquem de fora, vegetando, olhando para esse progresso ilusório que a eles não atinge nunca. Isso é uma visão absolutamente inviável sob o ponto de vista político e social, que vai produzir coisas dessa natureza. Não quero dizer que isso vá

produzir uma explosão social, mas produz um escasseamento social, um aumento de desprezo pelas instituições, pela esfera pública de um modo geral, um aumento de alienação, uma elevação dos índices de criminalidade. No Rio de Janeiro estamos vivendo um quadro que nos parece muito premonitório daquilo que certamente acontecerá em todo o Brasil, a continuar esse processo de evolução que nós temos pela frente. As instituições não são mais capazes de responder as suas obrigações e responsabilidades, a população não mais nelas acredita, vale a lei do cão, cada um por si, quer dizer, é o neoliberalismo dos interesses individuais levado às últimas conseqüências, por cima de qualquer consideração de legalidade, de juridicidade, de ética, de moral etc., é cada um por si mesmo até de arma na mão a buscar a sua parcela.

Evidentemente estou caricaturando, mas para mostrar que o que pode acontecer não é tanto uma explosão social, que hoje é absolutamente controlável com o nível de eficácia das forças armadas e das forças de repressão, mas é uma desagregação das próprias forças de repressão, das próprias instituições do estado e evidentemente perpassando à sociedade como um todo. E temos que buscar formas não de excluir, mas de integrar a massa de brasileiros nesse processo econômico e social que separa cada vez mais os brasileiros.

Não vejo outro caminho para conseguirmos esse objetivo senão pensarmos, formularmos um processo de aumento gradual e viável do salário mínimo, dos salários em geral, mas a começar do salário mínimo. Não vamos conseguir nada mais se não pensarmos em evolução da massa salarial, num processo de distribuição gradativa da renda e da riqueza do país, que começa pegando os debaixo e elevar os salários. Evidentemente, temos que casar esta política de elevação dos salários com uma política de garantia de emprego. E o socialismo na sua formulação original está muito ligado a isso e o momento é extremamente oportuno até para buscarmos as formulações das raízes socialistas que sempre estiveram muito ligadas a esta questão salarial e emprego. O emprego é condição de vida digna do ser humano. O emprego não é só a fonte de renda, além disso ele é uma condição de vida digna do ser humano. E o socialismo que antes de tudo é uma ética, é uma proposta política de valorização das pessoas para que todos tenham as condições de vida digna que a nação brasileira felizmente pode dar a todos os brasileiros. Quer dizer, elevação gradual e substancial do salário mínimo, para formação inclusive de um mercado interno, de uma demanda interna que vai viabilizar investimentos para que ela seja atendida e é capaz de mudar toda a estrutura de produção inclusive do setor industrial brasileiro, do próprio setor agrícola, isto é, mudar todo o perfil de demanda e de oferta, que vai tender a acompanhar esse perfil de demanda na base de uma política de elevação dos salários e de garantia do emprego.

Agora, para viabilizar esta política, temos que firmar todo este

processo num equilíbrio fiscal sólido, temos que buscar recursos para garantir esta política de elevação de salários e de garantia de emprego, que o estado, o conjunto de governo é que tem que puxar, que propiciar e que liderar. E temos que pensar numa reforma tributária como sendo um dos projetos, talvez o mais importante do lado governamental de hoje, a reforma seguramente mais importante de todas, e diria até que precederia em termos de urgência até a da reforma agrária, porque temos que enfrentar esse problema, não é da falência do estado, porque o Estado brasileiro é nos seus três níveis, não vamos dar conta de política nenhuma enquanto o estado estiver nesta dependência de um endividamento crescente sem uma âncora que possibilite segurança no planejamento das suas despesas e no desenvolvimento de uma política que altere o rumo da política praticada atualmente.

Acho que uma reforma tributária é fundamental e defendo muito uma reforma agrária que tenha claramente as duas componentes, uma componente de justiça social e de redistribuição através de impostos sobre renda e patrimônio extremamente pesado sobre as rendas e patrimônios elevados e uma outra dimensão, um outro vetor que seja o da eficácia, da eficiência da arrecadação. Para mim o sistema tributário poderia ser todo reformulado, de modo a que tivesse uma dimensão fiscal distributivista e de justiça social, através de imposto de renda e de patrimônio, inclusive aí o territorial rural; e uma outra dimensão de eficácia, onde a arrecadação seja garantida através de impostos sobre combustíveis, sobre telecomunicações, sobre energia elétrica, sobre consumo de bebidas e cigarros, sobre operações financeiras, sobre cheques, uma componente que garantisse uma arrecadação firme de algo acima de 25% do PIB; e depois uma componente voltada para a distribuição, redistribuição e justiça social, que seria pesadamente sobre renda e patrimônio. O resto, dissolve tudo porque só faz perturbar a vida das empresas. E realmente o sistema tributário brasileiro penaliza demais as empresas e penaliza de menos as pessoas físicas. Os ricos não pagam imposto nenhum neste País, essa que é a verdade, as suas empresas pagam. O empresário brasileiro rouba a sua própria empresa e ela paga o imposto que ele devia pagar, quando não fazem todas as manipulações contábeis para que ela ainda pague menos e ele não pague nada.

De forma que é preciso dar um fim a isso tudo, estabelecendo imposto de renda e patrimônio e aí colocando toda a fiscalização competentemente habilitada para isso, voltada para esse fim, que o resto são impostos automáticos que não precisam de fiscalização quase nenhuma, porque produzem uma arrecadação que é imune a qualquer tipo de sonegação.

Claro que por outro lado temos que dar um paradeiro a essa questão da dívida interna, porque esta financeirização que a Tânia se referiu é um dos componentes da política neoliberal e que nós não temos por que respeitá-la. Não é condição de desenvolvimento da economia brasileira e de

obtenção de uma sociedade capaz de dar vida digna aos seus cidadãos que haja uma financeirização ao grau elevado com que o Brasil atingiu tão rapidamente e que chegou a ser uma surpresa para muitos.

Então, em primeiro lugar, temos que fazer um estado não mais dependente deste endividamento, é preciso haver o equilíbrio fiscal efetivo para que o estado não tenha que recorrer ao mercado financeiro, e depois que o estado tiver essa condição de independência, então atacar o problema da dívida com uma desvalorização através de um processo de alongamento dos seus prazos, enfim, um processo que pode também ter muitas formas, mas que é absolutamente indispensável.

Decidida a política de uma âncora fiscal eficaz e de uma reforma tributária eficiente, de uma política de salários e de emprego estabelecida, aí vamos então discutir com a sociedade uma nova política de planejamento, vamos definir os setores estratégicos, vamos ver as formas de desenvolver esses setores, enfim, todo um processo de planejamento reaberto, um processo de planejamento que foi fechado no pressuposto de que o mercado resolve tudo, e não resolve, a gente sabe que não, se o mercado resolvesse tudo não haveria país atrasado no mundo porque o mercado daria conta desses atrasos através de fluxos de capital e de fatores de produção, o mercado espontaneamente não resolve, é preciso reabrir o processo de planejamento. Mas para nós socialistas e para aqueles que vêem a questão política pela ótica da esquerda, pela ética da esquerda, é claro que tem que partir daquele propósito de integrar a população através de uma política de salários e de emprego e torná-la viável e firme através de uma política, de uma âncora fiscal que dê sustentação ao projeto. Daí para frente, é a política industrial, a política de desenvolvimento, a política agrária, claro que pode ter uma alternativa a ou b, mas que não será difícil encontrar os seus caminhos através de uma discussão democrática e ampla com a sociedade como um todo.

A Tânia colocou com muita clareza e muita inteligência o quadro que está aí diante de nós, e eu estou dizendo que nós do PSB temos que responder a esse desafio, porque nós falamos e devemos falar cada vez mais pela esquerda, temos credencial para isso, temos uma tradição de formulação e nós estamos submetidos a esse desafio da sobrevivência. E acredito que o desafio da sobrevivência, de deixarmos de ser um partido chamado de nanico para ser um partido respeitável, presente, militante no quadro político brasileiro, temos que também falar pelas propostas novas capazes de constituírem alternativas viáveis, efetivas a esse caminho neoliberal que vem sendo vendido para a população brasileira por todos meios de comunicação, com uma unanimidade impressionante que nunca houve neste país, como se fosse a alternativa única, inelutável para o processo de globalização.

Era isso que eu queria dizer. (Palmas.)

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - A Presidência da Mesa agradece a excelente participação do companheiro Saturnino.

Vamos, agora, passar às perguntas. A primeira pergunta é para a Professora Tânia. Eu faria três perguntas e ela daria as três respostas.

Primeira pergunta: "A palavra neoliberalismo, cujo sinônimo ainda não foi entendido pelo povo, como então inverter esse processo, acelerado como está nos dias de hoje, ou qual a melhor maneira de conviver com ele sofrendo menos?"

Segunda pergunta: "Se é uma opção a ofensiva neoliberal, onde entram e qual o seu papel neste processo? O Banco Mundial, o Consenso de Washington e o FMI apenas respondem às necessidades de expansão de capital, ou pensam e organizam uma ofensiva?"

Terceira pergunta: "Como é a visão da senhora do NAFTA, não é o enfraquecimento do Mercosul junto ao Brasil?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Como reverter, é tendo uma proposta alternativa. Não vejo outra saída, acho que este é o grande desafio que nos cabe. A gente só enfrenta algo que tem muita força com outra coisa que tenha muita consistência. Então, tem que ter proposta alternativa que mostre que serve melhor aos interesses da maioria dos brasileiros e do Brasil. E este é o desafio que está para nós.

Como conviver sofrendo menos, primeiro, acho que vai trazer muito sofrimento, não dá para evitar o sofrimento, aliás, já está trazendo muito sofrimento. E esta é uma das características e uma das inviabilidades de que fala o Saturnino. Em grande parte é a inviabilidade de longo prazo que esse sofrimento vai impor à grande maioria da sociedade mundial. Não existem hoje continentes que estão fora disso, a África é um exemplo, e dentro dos países vão existir cada vez mais pedaços de países excluídos e pessoas excluídas. A curto prazo tem uma enorme viabilidade, mas a longo prazo não tem, porque dentro dela está o germe da exclusão e do sofrimento. E as pessoas não se conformam com o sofrimento, há um instinto de sobrevivência e uma força interna fantástica nas pessoas que vai reagir a longo prazo a essa trajetória.

Como sofrer menos agora, acho que a luta política é uma forma de sofrimento, o engajamento na busca de formas alternativas talvez ajude a alma a sofrer menos e acho que é uma boa saída.

O SR. SATURNINO BRAGA (Debatedor) - A Dra. Tânia está

certíssima. Como reverter é ter uma proposta alternativa que seja capaz de suscitar um grau de adesão, de mobilização e de convencimento grande. Agora, nós temos que desenvolver um esforço, fazer das tripas coração, temos que nos desdobrar para construir veículos, canais de comunicação, porque a gente pode ter num círculo político em que nos comunicamos, a gente pode ser capaz até de produzir uma boa proposta alternativa, mas precisamos dar amplitude a essa proposta de divulgação, a gente tem uma barreira monopolística de meio de comunicação que não nos dá uma brecha para dizermos uma palavra que seja de contestação à proposta neoliberal. No Rio estamos criando mais de um pequeno jornal alternativo, instalando rádios comunitários, qualquer brecha que se abrir de comunicação com a população e nós pessoalmente, a Tânia falar, eu falar, cada um de vocês podem, quer dizer, desenvolver uma capacidade de comunicação acima de nossas forças para que sejamos capazes de mostrar à população que além de sermos capazes de formular uma alternativa, essa alternativa existe, porque a população nem sabe que esta alternativa pode existir tal é o meio do monoelitismo dos meios de comunicação. (Palmas.)

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - E acho que tem uma coisa muito importante, que é registrar a nossa divergência e deixar marcado na consciência da população que nós não concordamos com esta alternativa. A nossa alternativa hoje, politicamente, é perdedora, mas que a população não concorda com os resultados que vem por aí e um dia ela vai reconhecer que tal partido, tais pessoas, tais forças políticas foram contra o que está acontecendo. Então, manter a coerência, mostrar que somos contra é muito importante. Eu já acho que as pessoas têm medo de ficar contra porque não dá ibope, não dá cartaz etc., você é chamado logo de dinossauro, então, acho que é ter coragem de algumas vezes assumir mesmo, sou dinossauro porque a modernidade que vem aí não é a que queremos. E também a habilidade de, em torno de algumas questões, conseguirmos mobilizar mais. Por exemplo, eu acho que mobilizamos pouco com relação à Petrobrás, mas o governo recuou também, o compromisso do governo era privatizar a Petrobrás. Ele não ousou fazer isso porque ele sabe que no seio da sociedade brasileira isso é inviável. Qual foi a alternativa? O caminho de longo prazo, flexibiliza o monopólio para lá na frente privatizar a Petrobrás. Por que ele teve que recuar? Porque a privatização pura e simples da Petrobrás agora não passa. A gente discutir por que não privatizar a Petrobrás, para mim é uma coisa muito importante. Nós temos a 15ª empresa de petróleo do mundo, a 9ª em refino, uma empresa que tira petróleo do fundo do mar, com a tecnologia de ponta da extração submarina e própria. Aliás, esse é um dos exemplos que mostram que nós somos capazes. A elite brasileira, quando houve o primeiro choque do petróleo, decidiu dobrar a produção interna de petróleo e botou dinheiro na Petrobrás. Não fomos buscar nenhum PHD lá fora, foram os engenheiros de Minas, saídos das nossas universidades, os geólogos saídos das nossas universidades, lembrem que era no tempo do

contrato de risco, grandes empresas multinacionais pesquisando petróleo no litoral brasileiro e não acharam, a Petrobrás achou e desenvolveu tecnologia própria de como extrair o petróleo do fundo do mar. Vocês pensam que nós duplicamos a produção interna de petróleo? Não, nós triplicamos, produzimos 250.000 barris/dia no primeiro choque do petróleo e produzimos mais de 750.000 barril/dia hoje. E não produzimos mais porque o preço do petróleo caiu e a Petrobrás parou, que hoje importar petróleo é melhor do que produzir internamente.

Então, é um País capaz, uma empresa que consegue desenvolver a tecnologia no fundo do mar, extrai o petróleo, produz, transforma, refina e distribui, é uma empresa integrada. Se vocês lerem os planos estratégicos das sete...

(troca de fita)

... saibam que tem partes da sociedade brasileira que não aceitam essa posição. Aí, acho que a firmeza é uma coisa muito importante e nos ajuda a sofrer menos, que quando defendemos as coisas que acreditamos, sofremos menos.

Qual é o papel do Banco Mundial, do FMI e do chamado Consenso de Washington? O FMI, como o Banco Mundial, são agências que saíram do Acordo de Breton Luts, que era um tipo de organização para dar o equilíbrio financeiro do sistema financeiro do pós-guerra. Um técnico do FMI pensa em viabilizar as políticas que garantam a reprodução desse aparato. Mas não podemos cobrar do FMI políticas que pensem no Brasil, quem tem que pensar no Brasil somos nós. O FMI que é culpado. Não, o FMI está na dele, o FMI tem que garantir políticas que nos obriguem a pagar a dívida, que valorizem capitais na esfera financeira, eles são pagos pelo sistema financeiro. Quem tem que pensar no Brasil são os brasileiros, quem tem que decidir a favor do Brasil são as elites políticas, econômicas e acadêmicas brasileiras, essas é que estão erradas. Parte das elites econômicas estão adotando e bancando essa política que está aí, parte das elites políticas estão fazendo a mesma coisa e parte das elites acadêmicas se vendeu. Essa que é a verdade. Uma das partes mais brilhante da elite acadêmica deste País se vendeu. E aí deixamos de contar com muita gente na qual o Brasil investiu muito.

Não podemos esperar do FMI, do Banco Mundial, que eles venham defender políticas que sejam as que vão proteger a soberania brasileira, defender os interesses do Brasil ou pensar na maioria dos brasileiros, quem tem que fazer isso somos nós. Se não fizermos, não tem quem faça, o papel deles é esse e não adianta divergir. Esse pessoal, quando encontra firmeza do outro lado da mesa, negocia. Posso dizer isso a vocês por experiência. No segundo governo Arraes a gente recebeu um acordo firmado com o Banco

Mundial. Nós refizemos o acordo à luz dos objetivos do novo governo e refinanciamos com o Banco Mundial e eles aceitaram. Quando eles encontram atores do outro lado com outros objetivos, com outros propósitos, eles negociam. Agora, você está do outro lado da mesa e baixa a cabeça, quanto mais você baixar mais eles montam.

Portanto, eu cobro das elites brasileiras e não do FMI e do Banco Mundial, porque eles estão na deles e nós é que temos que saber o que queremos e sentarmos na mesa com honradez para defender nossos interesses que consideramos importantes para o nosso povo. E se fizermos isso eles cedem. (Palmas.) Quando eles encontram atores do outro lado com esta visão eles terminam cedendo. Acho que a postura é esta e não a de cobrar a essas agências.

O NAFTA enfraquece o Mercosul? Não, acho que por definição o NAFTA excluiu o Mercosul, por estratégia dos Estados Unidos eles preferem no momento uma situação privilegiada com o México e com o Canadá e nos excluíram. Então, acho que temos direito de construir a nossa pequena área de mercado. Na verdade, um não é antagônico ao outro e para o Brasil é uma coisa interessante, ampliar a sua área de mercado com alguns países da América Latina, já que não estamos no NAFTA. Aliás, acho que o Brasil, novamente, é o tipo do país que pode ter estratégias diferenciadas. Nós não somos um país polarizado pelos Estados Unidos, quem pensar isso se engana, os dados mostram que um terço apenas das nossas exportações, menos de um terço, trinta por cento, vão para os Estados Unidos, mais de um terço vão para a União Européia e os outros trinta vão para outros países do mundo. Não somos um país que depende em mais da metade das suas vendas do governo americano, não é verdade, somos um país médio, com um grau de articulação comercial múltiplo.

Quando a gente olha as importações, é a mesma coisa, não dependemos de um único país ou de um único bloco de mercado, temos um perfil de importação múltiplo. Quando a gente olha o investimento feito no Brasil, é múltiplo, quando olhamos o endividamento interno do Brasil, é múltiplo. Não somos um modelo de país que é quintal de outro país, submisso a outro país, não é assim. As elites políticas nos tratam assim, mas os dados econômico revelam que se tivesse uma estratégia de articulação múltipla, já tem hoje uma base de onde partir, que ele já montou ao longo de sua história uma tradição de articulação múltipla. Então, podemos fazer política comercial com diversos países e com países que tendem a ser países importantes no Século XXI e que não estão em nenhum desses três blocos, que são países médios como o Brasil, que têm muito a trocar com países como o Brasil. O que os nossos dirigentes não pensam é pensar essas diversas estratégias e aí ficam, na minha visão, acomodados a estratégias que vem de fora para dentro. Quando olho as relações econômicas do Brasil, volto a me convencer de que é o tipo do país que tem possibilidade de uma inserção muito mais autônoma,

soberana do que faz atualmente.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Quando a Tânia e o Saturnino dizem da necessidade de marcar a diferença, marcar a posição, existe um Juiz Federal, lá no Amazonas, que é também Juiz Eleitoral e, portanto, de certa forma, imune às pressões do governo, já que os demais são juizes estaduais, desembargadores estaduais vinculados ao governo. Ele de certa feita disse o seguinte: o voto-vencido de hoje é a jurisprudência de amanhã. É o nosso caso, o nosso voto-vencido de hoje haverá de ser a jurisprudência de amanhã.

Agora, vou formular 4 perguntas ao Saturnino.

Primeira pergunta: "Com o Plano Real as prefeituras estão ingovernáveis. O FPM, Fundo de Participação dos Municípios, sofreram descontos de 22%, depois mais 18, mais 12, em 30 de agosto, 25, caindo total de 77% e restando apenas 23%. Como governar os municípios que não têm renda própria?"

Segunda pergunta: "Até onde a macropolítica no Brasil, a globalização, atrapalha a consolidação das idéias socialistas?"

Terceira pergunta: "Qual a proposta alternativa dentro do capitalismo, já que o neoliberalismo é um processo histórico do próprio capitalismo?"

Quarta pergunta: "Como se explica que agricultores brasileiros deixem o Brasil e vão para a Argentina trabalhar a fim de gozar de juros mais baixos e depois exportar para o Brasil, sendo que a Argentina é mais pobre que o Brasil?"

O SR. SATURNINO BRAGA (Debatedor) - Essa questão financeira das prefeituras, que não é só das prefeituras, é dos estados também porque eles têm a sua receita em mais de 90% dependente do ICM, e o ICMS hoje é um imposto que cai verticalmente com a queda da atividade econômica, e o que está acontecendo nos últimos meses é uma queda pronunciada do ICMS que está afetando o equilíbrio dos estados. Então, até alguns estados mais fortemente do que as prefeituras. De forma que é uma consequência do Plano Real, à medida em que ele se fixou na sua manutenção, na sua condição de estabilidade, ele se fixou na chamada âncora cambial, e como nessa fixação tudo depende do equilíbrio da balança de pagamento, que está muito deteriorado, rapidamente deteriorável, o Plano Real acabou tendo que se fixar num processo de recessão para conter a demanda de importados e com isso diminuir o risco de um colapso cambial que nos ameaça aí a cada mês, quase

que a cada semana.

Acho que o Plano Real poderia ter encontrado um outro lastro, que seria a âncora fiscal, e acho que foi até um outro erro político muito grave do Presidente Fernando Henrique, porque num sistema presidencialista o Presidente recém-eleito tem uma soma de poder muito grande pelo menos nos primeiros seis meses de seu governo, ele pode até cometer muitos erros mas tem uma capacidade de obtenção de apoio e de sustentação no Congresso muito grande. Se ele tivesse proposto uma reforma tributária nos primeiros dois ou três meses do seu governo, as possibilidades de aprovação seriam relativamente grandes. Ele não fez isso, preferiu começar com o negócio da privatização e das reformas econômicas e deixou para um segundo tempo a reforma tributária. Acho que agora ele vai encontrar a maior dificuldade de aprovação, se é que será possível aprovar e que reforma tributária vai ser essa que vai sair.

Então, ele ficou sem âncora fiscal, o equilíbrio fiscal no Brasil está de pernas para o ar. Então, o governo teve que se apoiar na âncora cambial, na manutenção da relação cambial real/dólar do jeito que está e para isso só teve um jeito, apelar para a recessão. Apelar para a recessão significa derrubar as receitas dos estados e derrubar as receitas dos municípios que dependem do FPM. Porque o município que tem possibilidade de arrecadar IPTU, ele pode lançar mão, como aconteceu no Rio de Janeiro, que o FPM não representa nem 2% das suas receitas. Então, esses municípios conseguem carregar no IPTU, no ISS e evidentemente mantém uma capacidade de arrecadação no repasse do ICMS. Agora, o município que vive do FPM está numa pior, como é o caso dos estados também.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - E aí tem um complicador, é que em muitos estados houve uma indústria de criação de novos municípios. O bolo do FPM é um só. Na hora em que se cria novos municípios, esse bolo é dividido por um número maior de municípios e aí a tendência é diminuir de todo mundo.

O SR. SATURNINO BRAGA (Debatedor) - Tem que parar essa febre, diz a Tânia, e tem mesmo. Agora, é preciso até introduzir uma legislação que coíba isso de alguma forma, porque do jeito que vai esse fenômeno vai se agravar e a inviabilidade financeira dos municípios só vai aumentar.

Então, não tem perspectivas para esses municípios? Realmente a perspectiva é de uma crise generalizada e grave assim como de muitos estados da federação. Até o Estado de São Paulo começa a gritar, até o Governador Mário Covas começa a entrar em dificuldades graves.

“Até onde a macropolítica, a globalização, atrapalha a consolidação das idéias socialistas?” *

Olha, o que atrapalha é o alarido da mídia, a força da mídia e naturalmente o sucesso dos primeiros tempos de uma política que, como disse a Tânia, se encaixa como uma luva no processo de globalização que domina a economia mundial de hoje. É claro que uma política que se adapta melhor a este processo tende a colher êxitos nos primeiros momentos e isso, evidentemente, cultivado e ampliado por um conjunto de meios de comunicação inteiramente favoráveis a esse processo e que joga diariamente na cabeça do povo que este é o caminho, claro que isso atrapalha a divulgação, promoção e mobilização em torno das idéias socialistas.

Entretanto, contamos com a inviabilidade a médio e longo prazo dessa política neoliberal e contamos com a força da idéia socialista, com a força moral, contamos com uma coisa chamada ética, fundada na razão, o dom divino do ser humano, enquanto existir humanidade vai existir o sentimento moral, o sentimento da razão, da justiça e da ética; e o ideal socialista responde a essas exigências. O ideário do liberalismo passa por cima disso, a moral do liberalismo está nas relações contratuais, a pessoa ser honesta nas relações contratuais. A ética liberal admite as desigualdades estruturais, dizendo: o ser humano é desigual mesmo, uns querem mais outros querem menos, isso é assim mesmo, sempre existiu desigualdade e vai por aí, como no passado em que os escravocratas justificavam a escravidão dizendo que sempre houve escravo e senhor, que isso é uma coisa natural da humanidade. Quer dizer, a nossa força está no sentimento de moral, de ética, de justiça que é inerente da razão humana, desde que existiu um sujeito formidável, chamado Emanuel Kant, que conseguiu convencer a todos de que a moral é uma coisa inerente à razão do ser humano. Na medida em que tenhamos o fundamento neste ideal socialista e saibamos formular a alternativa para o fracasso rotundo que este neoliberalismo vai produzir, é uma questão de esforço nosso, de convicção, de solidez da nossa convicção e de um pouco de tempo de espera para vermos que essa inviabilidade do neoliberalismo vai se manifestar já.

“Qual a proposta alternativa dentro do sistema capitalista...”

Não estamos propondo como alternativa a instauração de um sistema socialista imediato, estamos propondo alternativas que signifiquem avanços para um ideal socialista, que sabemos perfeitamente o que é, que ilumina o caminhar como se fosse um farol distante. Tudo o que for passo de desenvolvimento da sociedade em direção àquele farol, é algo que está nos levando a um socialismo. Mas não queremos repetir o erro de convocar os socialistas para uma revolução armada que tome o poder através de um partido de vanguarda, que instaure o socialismo na marra e na força porque sabemos o resultado disso, esse processo tem que se basear numa ditadura

ferrenha, desmanchando um sistema de forças muito poderoso, encontrando uma oposição mundial violentíssima e sabemos que isso conduz ao fracasso. Então, temos que formular alternativas que não signifiquem em sistema socialista imediato, mas que signifique algo que aponte para aquele farol do socialismo, produzindo uma melhoria nas condições de vida da maioria da população, uma redução dessa segregação, dessa exclusão, uma redução deste verdadeiro aparteid, uma redução no grau de injustiça social através de uma proposta alternativa que englobe coisas tais como uma política salarial de elevação do salário mínimo, uma política de emprego eficaz, de garantia de emprego, uma reforma tributária que tenha fortemente o princípio da justiça social e o sentido da eficácia para restabelecer a capacidade de investimento do estado, uma política industrial, enfim, uma proposta que signifique o abandono deste neoliberalismo que acredita que o mercado resolve tudo. Não queremos eliminar o mercado, mas queremos que a sociedade, através de um estado democrático, interfira sim no mercado para impedir que ele acentue as desigualdades, porque o mercado agindo livremente só acentua as desigualdades, de riqueza, de poder; no mercado, manda quem tem mais, mais dinheiro e mais poder em prejuízo de quem tem menos. Então, o mercado livremente só faz acentuar as desigualdades e as exclusões que nós não aceitamos.

Temos que ser capazes de formular essa proposta e que ainda será uma proposta de um sistema capitalista, só que apontando já para um farol socialista lá ao longe e não agravando a selvageria do capitalismo que temos aqui.

“Como explicar que os agricultores brasileiros deixem o país...”

É claro que a gente com essa política de mercado, de mercado, não temos mais uma política agrícola, não temos mais uma política de preços. Agora o governo está imprensado diante da exigência de acelerar um pouco a questão da reforma agrária. Mas não basta a reforma agrária, é sistema político agrícola também, destinos de financiamentos, porque o setor agrícola precisa e muito, em todo o mundo ele recebe esse tipo de ajuda governamental através de financiamento, de incentivos e de subsídios até. Agora, aqui nós queremos ser os países que estão até em posição de sustentar o processo de globalização e não praticam um neoliberalismo tão radical quanto o nosso não, porque eles praticam também políticas agrícolas de incentivo, de financiamento e de subsídio. E nós estamos abandonando tudo e é claro que nesse caso haverá êxodo de agricultores do Brasil e que a agricultura acaba sendo uma atividade insustentável num país dessa natureza.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Agora vou procurar fazer perguntas que são mais pontuais, de tal forma a dar maior dinâmica na resposta.

Para a Dra. Tânia: "O que realmente significam os ISOs mundiais que estão sendo divulgados nos meios de comunicação de massa?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - ISO é um certificado, um diploma de que você é padrão mundial. Resulta do movimento de globalização. Existem birôs credenciados e as empresas que querem ter esse diploma se submetem a esse programa que fazem com que elas tenham certificação e que os produtos que elas geram estão no padrão mundial e que os processos produtivos que elas organizam também estão no padrão mundial. É o seu passaporte para entrar hoje no mercado mundial. E por isso mesmo ele é um instrumento de seletividade, quem pode tem o ISO e quem não pode não tem. Ele introduz um fator de seletividade no mercado que distingue as empresas. A certificação é um processo simples que se obtém desde que você se submeta às regras e às exigências definidas por esse birô. Ele serve ao mesmo tempo como um instrumento de seleção, porque nem todas as empresas vão conseguir ter o ISO.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - "Tânia, parabéns, você é um orgulho para todos nós pernambucanos. Com toda essa globalização, o que será de nós nos próximos anos? Vale a pena continuar no Brasil?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Bom, a primeira afirmação é contraditória com a última. Sair do Brasil pode ser até uma solução viável individualmente; agora, para botar 120 milhões de brasileiros por aí é inviável. Então, como proposta coletiva não dá para defender sair do Brasil, talvez individualmente algumas pessoas individualmente se sintam bem fora do Brasil. Eu me senti péssima, então, para mim, a saída é transformar o Brasil. Temos um país fantástico, um povo fantástico, uma possibilidade enorme de ser um país decente e respeitado. Por que desistir?

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - "Dentro do processo de globalização, como que a professora vê as desigualdades regionais no Nordeste e até que ponto o turismo servirá a nossa região nordestina?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - São duas perguntas. A tendência do Nordeste hoje é perder posição relativa no Brasil. Tem estudos de economistas que não são nordestinos, vou citar dois: Paulo Haddad, que é mineiro, e Cleriton Paulino(?), que é mineiro. Fizeram estudos recentes e estão mostrando que há um processo de reconcentração da dinâmica econômica brasileira na Região Sul e Sudeste. O pouco de desconcentração que tínhamos

feito nas duas últimas décadas está indo pelo ralo na hora em que o mercado se impõe e desaparecem as políticas regionais. E eles estão dando isso com dados muito claros. E o Nordeste que se cuide, tem uma tendência de reconcentrar a dinâmica da economia brasileira no Sul e Sudeste.

Como agravante o PPA do governo federal reforça essa tendência. Eles mapearam as áreas dinâmicas do Brasil e estão colocando os 8,3 bilhões predominantemente no Sul e Sudeste. A denúncia não é minha, é de Sérgio Guerra, que participa da Comissão de Orçamento do Congresso.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - E esta era a mesma proposta da Zélia quando Ministra do Governo Collor.

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Com impropriedades tipo: a Transnordestina vocês que arranjam uma parceria com o governo estadual, federal e o setor privado para fazer. Quer dizer, é o inverso do que se deve propor. Se o estado tem poucos recursos, ele deve ir onde o mercado não vai e não o contrário. É muito mais difícil viabilizar a Transnordestina que é um investimento autônomo, é o governo que tem que patrocinar aquilo para num futuro integrarmos a parte oriental do Nordeste e a parte ocidental do Brasil. O mercado não vai aí, não adianta convocar empresário porque não tem retorno de curto prazo, é um investimento típico de governo. Ou o governo faz, porque o setor privado não faz. Esta é uma discussão muito importante para o Nordeste hoje.

"O turismo é uma solução para o Nordeste?" Que turismo? A minha pergunta é esta. Para mim o turismo tem um potencial imenso, não somos nós que dizemos, os grandes atores do turismo mundial estão afirmando que o Nordeste tem um potencial de turismo fantástico. Agora, o modelo de turismo que estamos montando, para mim não resolve o problema do Nordeste. O grande problema do Nordeste é criar emprego. Nós temos 29% da população do Brasil e 15% da produção. Então, temos um desafio que é conseguir inserir os nordestinos na produção. Aí eu faço o seguinte modelo de turismo, que é o projeto Costa Dourada na origem: eu faço um grande hotel na beira do mar, pego o turista lá fora, tiro ele aqui no Guararapes, boto no helicóptero e tranco ele na beira do hotel. Sabe que modelo de turismo dá isso? O binômio hotel/prostituição. Resolve o quê?

O Nordeste é o tipo de região que tem um patrimônio cultural e artístico fantástico, tem uma pluralidade de manifestações culturais, tem um artesanato riquíssimo... Você chega na Grécia, na Itália, na Espanha, eles não estão fazendo o turismo do grande hotel de prostituição, estão fazendo um turismo que agrega dezenas, centenas de pessoas trabalhando para prestar o

turismo, mostrando a tradição, a cultura, o artesanato, a história daqueles lugares. Por que a gente não pode fazer isso? Estou convencida de que podemos. No segundo modelo, acho que o turismo tem a ver conosco, tem a ver com a proposta do PSB; no primeiro modelo, não, é um modelo excludente, segregador que vende as nossas praias e as nossas adolescentes. (Palmas.) No segundo modelo, pergunte ao Ariano Suassuna se a gente não tem potencial?

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - "Como faremos para chegar a um país de primeiro mundo o mais breve possível?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Desistir de fazer isso é a grande pedida. Uma das grandes desgraças da sociedade brasileira é querer ser o que ela não é. Nós não somos um país de primeiro mundo, somos um país em formação, que conseguiu chegar a ser a 8ª economia do mundo a que custo? Ao custo da maior fratura social conhecida no mundo. A esse custo não vale a pena ter o 8º PIB industrial do mundo. E não vamos ser primeiro mundo, acho que essa é uma das lições que a China nos dá. A China se nega a querer ser, ela se assume como terceiro mundo. Nós somos um país médio, uma potência emergente, com enorme potencial e profundamente fraturado. O grande objetivo prioritário do Brasil é aproximar socialmente os brasileiros. A hora que conseguirmos fazer isso, vocês vão ver como este país explode.

Lembrem-se do Cruzado I, o que ele fez? Dez mil réis de distribuição de renda, vez um ajuste do salário pela média, que comeu um pedaço porque a inflação era ascendente, depois deu um aumento de 8%, mas a inflação ficou estabilizada muitos meses; este país explodiu, o país inteiro explodiu, o que tinha de distribuição de renda era impressionante e o país explodiu. É isso que temos que buscar, temos que distribuir mais as riquezas, dá mais acesso às pessoas, dá mais oportunidade aos brasileiros. O dia em que tivermos a lucidez de fazer isso vocês vão ver como este país vai explodir...

(troca de fita)

... primeiro mundo, eu quero ser Brasil. Esse é o desafio da sociedade brasileira. Por que é difícil? Na minha visão é porque a elite brasileira se nega a fazer isso, historicamente se nega a fazer isso, ela exclui o resto, ela é incapaz de pensar o Brasil como um todo, ela se pensa olhando para o primeiro mundo. O viés do colonialismo na cabeça da elite brasileira é uma das maiores pragas que temos neste País, não conseguimos pensar nós mesmos, estamos sempre olhando para fora para ver quem vamos copiar agora. Isso é uma peste, é uma forma de olhar o país completamente distorcida. É para se fechar? Não, é para olhar o que a gente é e quais são as oportunidades que temos no mundo que está aí. Agora, primeiro o que a gente é e o que a gente pode ser.

E nossas elites têm uma dificuldade enorme de fazer isso, inclusive as nossas elites acadêmicas. A gente tende a ir lá para fora e copiar o que tem lá para botar aqui. Não dá certo, é um país diferente, plural, diferenciado, completamente diferente do Japão, completamente diferente da Alemanha, com história e com trajetórias completamente diferentes.

Então, por que a gente se coloca esse objetivo: quero ser primeiro mundo. Ora, para chegar onde os Estados Unidos estão hoje, um pedaço do Brasil consegue, mas a grande parte do Brasil não consegue. Portanto, é um objetivo que não nos serve. Então, a primeira coisa é tirar esse objetivo da frente. Podemos ser melhor do que a grande maioria dos países do primeiro mundo.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Existem agora perguntas que de certa forma foram respondidas tanto por um quanto por outro.

"Os senhores falaram de uma proposta alternativa. Existe uma forma de gerenciamento do sistema capitalista, ou será que o sistema capitalista é ingerenciável?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Para mim ele é gerenciável nos moldes capitalistas. Como acho que o sistema capitalista é excludente e a ética capitalista é incluyente, o sistema capitalista não pode ser a proposta do Partido Socialista.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - "Como acontecem as descentralizações de poderes econômicos e políticos no sistema neoliberal na visão mundial?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Acho que esta é uma pergunta fundamental. Nós vamos saindo de uma ditadura que centralizou violentamente este país. Qual é o anseio da população brasileira hoje? Descentralizar. Vejam que toda vez que propomos centralizar a população vomita. E toda vez que propomos descentralizar a população adere. E ela está certa, não se consegue administrar um país desse tamanho, diferenciado, plural, fantasticamente heterogêneo de Brasília. É um despropósito centralizar este país, os partidos de esquerda não podem assumir a bandeira da centralização.

No mundo em globalização, a descentralização tem um perigo, que é a fragmentação, quanto mais formos descentralizados, mais fácil fica nos

fragmentar. Então, para mim, qual é a proposta que temos que discutir com a sociedade brasileira? A descentralização coordenada. Descentralização sim, concentração não. Descentralização atomizada não, descentralização coordenada. Para isso tem que ter União forte, estado presente, articulações nacionais, e a sociedade brasileira está nos dando exemplos concretos desse modelo: movimento nacional dos sem-terra. Não teve nenhum estado organizando aquilo ali, a sociedade brasileira que nasceu com ele em vários pontos do território brasileiro e construiu uma unidade em cima: Movimento Nacional dos Desalojados de Barragem, são pessoas que sofreram a mesma coisa em diversos pontos do território nacional, têm problemas concretos específicos no seu local, mas construíram uma organização nacional. Este que é o modelo que serve a um país plural, múltiplo, continental e diferenciado. Descentralização coordenada, porque descentralização atomizada ajuda a fragmentar o Brasil. E centralização não presta para o Brasil.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Vou procurar acelerar as perguntas e pediria aos dois que acelerassem as respostas, dado o adiantado da hora.

“Diante do neoliberalismo emergente que aí está, como o Brasil deveria enfrentar essa internacionalização com uma economia fechada como a nossa? Qual a estratégia que deveríamos adotar para se adequar a revolução científica e tecnológica mundial?

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Só quero dizer uma coisa: o Brasil não é uma economia fechada. Quando dizem isso me irrita. Somos uma economia profundamente articulada na economia capitalista mundial. Só temos um sintoma de fechamento, temos uma balança comercial fechada, exportamos menos de 10% do que produzimos e importamos menos de 10% do que produzimos. É o indicador de fechamento. Taiwan tem um grau de abertura de 40%, mas Taiwan é uma porcaria deste tamanho, nós somos um país continental. Vejam esse indicador nos Estados Unidos, que também é uma economia continental e exporta 15% do que produz. Por que esses países fazem isso? Porque têm mercado interno. Nós não somos Taiwan, não somos Singapura, não somos o Japão, nós somos um país continental e todos os países continentais usam o seu mercado interno, por isso que tem grau de abertura comercial pequena. Agora, olhem para o resto do Brasil, estamos integrados do ponto de vista do capital produtivo, integrados do ponto de vista do capital financeiro, nós não somos um país fechado; ao contrário, essa é uma dificuldade, como o Saturnino falou, exatamente porque não somos fechados, não temos como alternativa o projeto de autonomia, temos que ser inteligentes para manter este grau de articulação que já temos e tirar partido dele para nós. Isso não é verdade, isso é o que botam na nossa cabeça que

somos fechados e que temos que abrir. Somos um país aberto, nascemos aberto, nascemos articulados à dinâmica do capital internacional, éramos colônia de uma das matrizes do capital internacional da época. Agora, comercialmente é que somos relativamente fechados. E uma das razões é porque somos um país continental, com um fantástico mercado interno, que se for bem aproveitado será muito mais fantástico, porque deste país somente um terço consome, se os outros dois terços consumissem vocês iam ver que mercado interno ia dar aqui.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - "Como se dá o controle da produção na China, com capital produtivo sem gerar um processo de acumulação?"

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - E quem disse que não gera processo de acumulação? É um dos processos de acumulação mais brilhantes que existem.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - "Por tudo que foi dito pela Tânia e pelo Saturnino, o que fazer? Não seria o momento importante no V Congresso para criarmos um fórum nacional em defesa da nação contra o neoliberalismo e contra a importação desenfreada?"

O SR. ROBERTO SATURNINO BRAGA (DEBATEDOR) - Acho que um congresso da dimensão do nosso e com a importância do momento de desafios que estamos enfrentando, seria uma oportunidade e uma convocação do Partido para que ele mobilizasse a sociedade em torno da formação de um fórum e de uma instituição que congregasse os partidos e as correntes de pensamento que não estão militantes em partidos, para o esforço de pensamento e de formulação de uma alternativa. Acho sim, acho, espero e tenho a sensação de que isso vai até acontecer como uma das conclusões do nosso congresso.

O nosso companheiro do Rio Grande do Sul, Deputado Beto Albuquerque, chamava atenção, e este é até o conteúdo de uma das teses trazidas pela nossa delegação do Rio Grande do Sul, para o risco de nós socialistas ou nós partidos de esquerda virmos a assumir parcelas crescentes de poder, administrando ou gerenciando um estado desmontado, um estado falido propositalmente ou reduzido a escombros propositalmente pela política neoliberal, de tal forma que estejamos condenados ao fracasso no momento em que virmos a assumir esse poder. Acho que isso deve ser uma preocupação nossa também. Nesta atividade de divulgação das nossas propostas, das nossas

idéias, temos de também fazer à população denúncias deste tipo. Este propósito de desmontar o Estado, amanhã vai produzir uma situação de extrema dificuldade quando a população, a sociedade optar pela alternativa que nós estamos começando a propor. E acho que este congresso é um momento oportuníssimo para isso.

Então temos sim que propor a constituição desse fórum e temos que denunciar coisas desse tipo como os companheiros do Rio Grande do Sul chamaram atenção.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - A pergunta seguinte é para o companheiro Saturnino.

"A despesa dos 800 mil funcionários públicos nos Estados Unidos é reflexo do contexto dessa globalização do fluxo e refluxo da economia nesse ciclo, do contraponto do executivo e do congresso democratas e republicanos no fechamento do orçamento, ou coloca-se como exemplo para outros a seguir ou encorajá-los?"

O SR. ROBERTO SATURNINO BRAGA (DEBATEDOR) - Esse é um problema político cujas raízes são locais, mas que não deixam de refletir a consequência de um abandono, de uma renúncia do estado em traçar rumos de política econômica e deixar que o mercado resolva tudo. Acho que essa inviabilidade a que estava me referindo, por exemplo, da aplicação do neoliberalismo no Brasil, pode até inesperadamente, porque a política é misteriosa e sutil em tantos aspectos que fazem a previsão no seu campo uma tarefa de adivinhos, mais do que futurólogos, e de repente pode-se produzir um colapso financeiro dentro dos Estados Unidos, dentro do próprio país, matriz, motor de todo o sistema capitalista. O sistema financeiro americano já tem passado por muitas dificuldades, foram vários os episódios se sucedendo de colapso de instituições financeiras americanas muito graves. E agora essa disputa entre republicanos e democratas em torno da questão orçamentária, também reflete toda essa ambiência global de renúncia ao traçado de políticas por parte do estado e entrega tudo à questão do mercado.

Não acredito que esse episódio em si vá deflagrar, acho que eles vão compor politicamente e vão encontrar a solução, como precedentemente encontraram em casos análogos. O que quero dizer é que um acontecimento desastroso nos Estados Unidos da América pode nos surpreender sim, embora aparentemente aquela seja a economia mais sólida do mundo. É sólida mas não sabemos se não tem pés de barro e podem ruir no momento e que nos surpreenda a nós todos. Esses movimentos financeiros hoje em dia são absolutamente incontroláveis, em volume tão grande que

podem rebentar qualquer economia, até uma economia da pujança da força da economia americana.

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Queria só fazer uma observação sobre um número que está aparecendo na imprensa com a crise do governo americano. Não sei se vocês perceberam, mas os Estados Unidos botaram 800 mil para casa. Eles têm 2 milhões e meio de funcionários públicos federais. A população dos Estados Unidos é de 200 milhões de habitantes. O Brasil tem 150 milhões de habitantes e 600 mil funcionários públicos federais. E a equipe do Fernando Henrique quer acabar com a estabilidade para demitir funcionário público no Brasil. E os Estados Unidos é apresentado como o reino do mercado.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Temos aqui uma pergunta que está subdividida em três.

“Qual a posição de vocês do ponto de vista técnico, econômico, social e político sobre os decantados programa de qualidade total? Qual deve ser a estratégia e formas de luta do movimento sindical em relação a tais programas? A questão da concorrência como forma de conseguir eficácia no atendimento do consumidor tem sido um argumento forte em defesa da mesma. Qual a opinião a respeito?”

O SR. ROBERTO SATURNINO BRAGA (DEBATEDOR) - Os programas de qualidade total se inserem dentro desta política de melhorar o grau de competitividade, de produtividade etc., que tem aspectos evidentemente positivos e tem conseqüências também perigosas, que a gente comenta no segundo momento.

Só quero dizer que os programas de qualidade total, quer dizer, essa estratégia de qualidade total tem também uma dimensão que acho positiva na medida em que seja praticada como se pratica, por exemplo, no Japão, ou como se pratica em muitas empresas brasileiras hoje, dando uma crescente participação do empregado na definição das políticas e das decisões da empresa. Uma das dimensões do programa de qualidade total é a integração do empregado nas decisões da empresa. Acho que essa integração, sob o ponto de vista de estabilização do empregado no seu emprego, tem um dado positivo, uma dimensão positiva que a gente precisa considerar. Acho que a sociedade que aponta para o socialismo é uma sociedade que crescentemente traz o cidadão e o empregado para participar das decisões do governo, das decisões públicas e das decisão da própria empresa, mesmo no sistema capitalista. Naquilo que os programas de qualidade total integram o empregado e na medida

em que o empregado participe das decisões da empresa, claro que a questão do emprego, que é o objetivo fundamental do empregado e não da empresa, ele passa a ter uma consideração de grau mais elevado em termos de prioridade do que teria quando o empregado não tem nenhuma participação.

Agora, esta questão de aumento, o processo de desenvolvimento é um processo de elevação da produtividade geral da economia em todos os setores e é claro que é um objetivo que pode ser absorvido por políticas de garantia de emprego sem gerar processos de desemprego ou de exclusão aguda. Agora, a competitividade como é colocada perante nós, ligada à inserção inteira do Brasil na economia mundial, a inserção do Brasil no processo de globalização sem qualquer diretriz traçada pelo estado, enfim, medidas minimamente protecionistas que são necessárias, evidentemente vai produzir isso, vai produzir uma seleção natural de empresas em que as que tem competitividade correspondente às lideranças setoriais mundiais vão sobreviver e as demais, que são a esmagadora maioria, tendem a fechar as suas portas, serem desativadas, gerando um processo de desemprego galopante. Então, temos que ter cuidado na sustentação de certas políticas de protecionismo, quer dizer, ter uma política industrial é ter uma política dosada, de protecionismo dosado para impedir que haja uma derrocada de toda a nossa estrutura industrial, baseada na competitividade. Só as que tem competitividade merecem sobreviver, as demais que morram, isso significa um colapso industrial na estrutura industrial brasileira que não podemos aceitar em hipótese alguma. Então, tem que ver essa questão da competitividade num ângulo crítico bastante acentuado, sem evidentemente descuidar da questão da produtividade que é outra coisa. Temos que elevar os graus de produtividade dentro das possibilidades e das características nossas, da nossa economia e da nossa sociedade e não querer de repente jogar fora todas as barreiras e integrar abruptamente o Brasil na economia mundial só permitindo a sobrevivência de empresas que tenham hoje a competitividade semelhante às empresas líderes dos setores do mundo.

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Esgotadas as perguntas, há sobre a mesa uma proposta de Luíza, do Espírito Santo, de uma forma de comunicação entre os parlamentares do partido e as bases do partido, que vou encaminhar à Amália.

Dito isto, caros companheiros aqui presentes, quero agradecer em nome da Mesa Diretora dos trabalhos a exposição tanto da Professora Tânia quanto do nosso companheiro Saturnino e a presença de todos os senhores aqui.

Franqueio a palavra aos dois para suas considerações finais.

A SRA. TÂNIA BACELAR (Expositora) - Queria usar este instante final para me despedir deixando uma frase para vocês pensarem. É a frase

final do artigo do Perry Anderson sobre o neoliberalismo. É a avaliação que ele faz:

“Economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. O capitalismo continua em crise apesar do neoliberalismo; e contraditoriamente no Século XX o momento que ele foi mais dinâmico foi quando ele foi menos neoliberal. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão estatizadas como antes. Então, se o objetivo é promover desigualdade, a receita é o neoliberalismo. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores profundamente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos sejam confessando ou negando tem que se adaptar às suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal de hoje. Esse fenômeno chama-se hegemonia. Ainda que naturalmente milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes, a tarefa de seus opositores, nós, é de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento da virada de uma onda é uma surpresa.” (Palmas.)

O SR. ROBERTO SATURNINO BRAGA (DEBATEDOR) - Queria agradecer o convite da direção do Congresso, a atenção de vocês aqui nesta tarde conosco e repetir o que eu já disse, este Congresso para nós é um momento muitíssimo especial. Queria que cada um tivesse a consciência disso, porque é o nosso Partido que está sendo convocado a encontrar os meios de sobrevivência e de consolidação e é a nação brasileira que está pedindo de nós um esforço de formulação de uma alternativa, de formulação e de divulgação de uma alternativa a isso que se tem imposto como sendo a salvação do Brasil.

De modo que vamos, com essa consciência, para as conclusões amanhã no nosso Congresso e partir daqui para uma nova etapa para nós do PSB e para os brasileiros em geral. (Palmas.)

O SR. SERAFIM CORREA (Moderador) - Agradeço a presença de todos e está encerrada esta plenária. Convido os presentes para os lançamentos dos livros no Centro de Convenções.

GRUPO III

CONTRUÇÃO PARTIDÁRIA: A Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral do PSB para as Eleições Municipais para 1996

Teatro Ribeira
17 de Novembro/95 - 14:00 horas

Expositor:
Segundo Vice-Presidente Nacional do PSB
Roberto Amaral

Debatedor:
Carlos Siqueira

Moderador:
Senador Ademir Andrade



... cientista político de formação. A questão que está posta nessas duas leis fazem parte desse pacote. Fernando Henrique, que tinha um projeto de modelo político, propõe o enxugamento dos partidos. Para nós, em termos práticos, o art. 13 da lei, amarrada depois nas disposições eleitorais para o próximo ano, nos dá até 2004 para dobrarmos nosso número de Deputados, sob pena de não podermos eleger e não ter funcionamento, seja no Congresso, seja nas Câmaras.

Essa lei diz que, dentro desse prazo das disposições transitórias, podemos eleger um vereador e ele não poderá fazer parte da Câmara, porque não cumpriu os requisitos de um partido que tem de ter 5% do eleitorado em todo o Brasil

Apesar de existirem disposições amenizadoras nas Disposições Transitórias da Lei 9.096, essas disposições nos dão prazo até 2004 para dobrarmos de tamanho. Qual é a consideração inicial para mim? Se dobrarmos - e dobrarmos no campo da esquerda - vamos estar ganhando companheiros que estão em outros partidos. Então, estamos entrando num processo, provocado pelo Governo, de concorrência dentro da esquerda, para ver quem vai sobrar como partido em 2004.

Por outro lado, o que temos de contrapor a isso? Se sairmos para um processo de engorda, como fizeram o PSDB e o PFL, sabendo o que passava a lei, todos procurando ter 80 Deputados, porque com isso eles tem o dobro de Vereadores, se entrarmos num processo de concorrência, de crescermos a qualquer custo a fim de dobrar, estaremos inviabilizando outros partidos de esquerda.

O que está posto para nós, e foi enfatizado ontem no debate da Frente de Esquerda, em Porto Alegre, é que temos de caminhar pelo processo de frente. Já até se levantou de frente orgânica, quer dizer, o modelo de frente esquerda do Uruguai, que tem diversos partidos dentro do mesmo partido da Frente. Modelo de frente da África do Sul, onde existe um partido da frente dentro dos diversos partidos, porque a lei é uma camisa-de-força. Se nós entrarmos no processo de crescer a qualquer custo, vamos ter de crescer sobre outros partidos, irmãos, companheiros. Esse é um dilema para uma lei liberal dentro do projeto que é da concorrência.

Em segundo lugar, a eleição no ano que vem novamente nos faz o quê? O que acontece em uma eleição? Nós que trabalhamos em frente sempre que possível, sindical, estudantil etc., chega numa eleição cada um por si para eleger seus vereadores, sobretudo. A preocupação a ser discutida é que essa temática, as duas leis nos levam a pensar seriamente como trabalhar em frente e não fazer uma antropofagia de esquerda para ver quem é que sobra para se enquadrar.

Na verdade sou PSB. Até a segunda legislatura a ser eleita em nível federal não dobrar de tamanho, exatamente dobrar de tamanho ele fecha. Fecha institucionalmente.

Há outros itens mais graves da lei do ponto de vista digamos mais institucional, mas esse é o tema central.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Por enquanto não se inscreveu nenhum companheiro. Agora, eu gostaria de convidar o nosso companheiro João Augusto, do Pará, como nós, e é o primeiro suplente de Senador também para nos dar uma ajuda, secretariando os trabalhos e anotando as inscrições, inclusive fazendo as anotações de propostas.

(Não identificado) - Então eu deixo essa proposta. Qualquer decisão sobre esse projeto neoliberal de fechamento ou de cerceamento das esquerdas, dos pequenos partidos de esquerda, passa por uma discussão nossa de frente, a menos que queiramos atropelar todos os companheiros que temos abrigado, numa proposição de frente. Muito obrigado.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - O companheiro que não se identificou ao chegar à tribuna identifique-se por favor.

O SR. LUIZ BEZERRA DA SILVA - Sou delegado do Congresso, Pernambuco, Paudalho. Queria apenas fazer umas perguntas. Pediria a uma pessoa mais esclarecida sobre esse assunto, que diz respeito às próximas eleições, que pudesse responder. Eu queria que o companheiro, atualizado na leitura dessa nova lei, o advogado principalmente no assunto legislação eleitoral, pudesse nos dar uma explicação sobre as coligações a serem feitas agora na próxima eleição, tanto majoritária, quanto proporcional, e o procedimento das filiações. Pelo que estive lendo, há alguma diferença.

Gostaria que alguém da plenária, ou mesmo da mesa, que tivesse facilidade em nos esclarecer.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Qual é a dúvida que o companheiro tem em relação à coligação? Não ficou claro.

(Não identificado) - Eu queria uma explicação detalhada como vão ser feitas as coligações, depois as novas filiações, qual é o procedimento, porque antes filiávamos, mandávamos para o cartório. Pelo que estive lendo, há umas modificações.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Ok. Estamos anotando e enquanto discutimos vamos ver se damos um tempo para o

companheiro Roberto Amaral chegar. Se ele não chegar, procuraremos dar as explicações ou pedir a companheiros que nos ajudem a dá-las.

Companheiro do Rio Grande do Norte.

O SR. ISRAEL VIEIRA - Sou Secretário de Organização do Diretório Regional do Rio Grande do Norte e sou também advogado. Eu vou tentar levantar para os nossos companheiros as armadilhas colocadas nas Leis nºs 9.096 e 9.100.

A Lei nº 9.096 é complementar que, pela hierarquia das leis, é superior a uma lei ordinária, que é a de nº 9.100. O art. 10 da Lei nº 9.100 naturalmente para 96 contradiz o art. 18 da Lei nº 9.096. A Lei nº 9.096 diz que o prazo para filiação partidária é de um ano, o que significaria 3 de outubro. A Lei nº 9.100 contradiz esse princípio, elevando o prazo para 15 de dezembro.

Outra armadilha que pode ser para os partidos pequenos que tentam, por intermédio do processo de filiação, de articulação política, trazer filiados para montar o seu quadro político com maior potencial de densidade eleitoral, é o art. 19 da lei 9.096, que diz que os partidos têm de enviar à Justiça Eleitoral, na primeira semana de dezembro, a listagem dos seus filiados para efeito de concorrer às eleições de 96.

Ora, se o art. 10 da Lei nº 9.100 diz que o prazo de filiação é até 15 de dezembro, e o art. 19 da Lei nº 9.096 diz que o prazo da remessa dessa listagem é na primeira semana de dezembro, pode ser uma armadilha, porque já o parágrafo desse artigo diz que se não comandar essa listagem o Juiz Eleitoral considerará a lista anterior disponível na Justiça Eleitoral. E se naquela lista anterior não estão os novos filiados, que pretenderão sair candidatos a Vereadores em 96, será uma armadilha, como a tal história da dupla filiação.

Pela lei, o novo filiado tem de cancelar no partido anterior no dia seguinte a sua filiação. E os partidos de direita não estão-se incomodando com esse processo. Qual é a armadilha dos grandes partidos? Aquele cidadão que para o seu partido não tinha tanta importância, mas que para o meu partido será importante a sua participação, pela sua densidade(?) eleitoral, ele está deixando o processo correr e amanhã levantar na Justiça Eleitoral a dupla filiação, que é cancelada filiação daquele partidário. Como ele não pode mais se inscrever para sair candidato, já ultrapassou a 15 de dezembro, vem aí outra armadilha da lei, feita pelo processo da direita, para impedir o progresso da esquerda, o progresso principalmente dos partidos pequenos.

Essa é uma questão com a qual temos de ter muito cuidado e não entrar nessa de mandar a listagem depois do dia 15 de dezembro. A minha

recomendação, a minha proposta é a de que os companheiros, na primeira semana de dezembro, mandem a sua relação dos seus filiados até então, e depois mandem uma lista suplementar dos filiados depois do dia 8 de dezembro, até o dia 15, para não cairmos na armadilha da lei em relação a essa questão.

Conversando com o Procurador-Geral da República do Estado, Armando Holanda, disse-me que realmente é uma contradição da lei e a solução é uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral que, até essas alturas, não saiu essa resolução. Como serão resolvidos esses conflitos?

Outra questão fundamental é a do Município que vai querer concorrer às eleições. Se não tiver diretório ou comissão provisória, constituída até 31 de dezembro não poderá concorrer às eleições. E como se vai fundar um diretório depois do dia 15 de dezembro se não se tem filiados naquele Município? Como se vai concorrer? O partido amarrou a questão em 31 de outubro. O PSB condicionou o último prazo para convenções e formações de comissões provisórias no dia 31 de dezembro. E aí, como vai ficar o PSB na questão de novos Municípios que querem nele ingressar no período de novembro a 15 de dezembro? Esta é uma questão que levanto para o partido, a fim de que se dê uma solução em nível de direção nacional, no sentido de contornar a questão do prazo do envio de comissões provisórias do partido ao Tribunal Regional Eleitoral nos diversos Estados.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Companheiros, antes de dar prosseguimento aos inscritos, quero convidar o companheiro Carlos Siqueira para fazer uma exposição sobre a lei. O companheiro Carlos Siqueira é Advogado, é Assessor da Liderança do Partido e preparou inclusive um trabalho de interpretação do texto da lei. Então, o companheiro Carlos Siqueira substitui o Sérgio Sérvulo que não veio ao nosso Congresso, devido a problemas, e enquanto o companheiro Roberto Amaral não chega. E baseados na sua exposição nós ficaremos mais embasados para prosseguir o debate, dando, em seguida a sua palavra, prosseguimento à falação dos companheiros inscritos.

Esclarecemos que os questionamentos estão anotados e serão respondidos em momento oportuno. Estive conversando com o companheiro Carlos Siqueira e eu gostaria que os companheiros João Augusto e Magda fossem os Relatores dos trabalhos desta Comissão, para que no final apresentássemos a conclusão de todas as propostas aqui trazidas.

Com a palavra o companheiro Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Sr. Presidente, Senador Ademir Andrade, Sr. Relator, companheiros que aqui estão presentes neste debate tão importante. Inicialmente, quero relembrar, sei que todos estão com o programa,

que aqui se trata de um grupo, a meu ver, da maior importância para este Congresso e para a vida do Partido Socialista Brasileiro, para sua organização e para concorrer às eleições. O tema é: Construção Partidária: A Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitora do PSB para as Eleições de 1996.

De minha parte, com a permissão do Sr. Moderador e dos presentes, desejo tratar desse tema nos seus aspectos macro, porque os aspectos micro, ou seja, os aspectos meramente jurídicos, são esclarecedores mas não são suficientes e haverá outro momento, inclusive em cada Estado, em que as pessoas poderão efetivamente se dedicar a esses pequenos esclarecimentos de natureza jurídica.

O tema é eminentemente político. A nova lei dos partidos políticos nos coloca diante de um desafio. A nós, do Partido Socialista, como a outros companheiros que compõem partidos de esquerda, partidos populares como o PPS, o PV, o PDT, um desafio porque a intenção do legislador ao aprovar esta lei, e da maioria conservadora que, durante muitos anos, discutiu e debateu esta lei, e em que pese toda resistência dos partidos de esquerda e democráticos nos impuseram uma legislação que tende claramente a no mínimo reduzir a influência da participação dos partidos de esquerda no Parlamento brasileiro em todos os seus níveis e, em muitos casos levará alguns partidos de esquerda à extinção, na prática.

Embora se diga que a nova lei dos partidos políticos não extingue partido, e do ponto de vista jurídico podemos assegurar que efetivamente não extinguirá partido algum, mas do ponto de vista real, concreto, ela poderá levar alguns partidos à extinção, porque o simples fato de não extinguir o registro do partido não significa dizer que efetivamente ele continue a existir, porque a lei tem restrições gravíssimas em relação ao funcionamento parlamentar, em relação ao acesso dos pequenos partidos aos programas gratuitos de rádio e televisão, em relação à participação desses partidos ao Fundo Partidário e esses três itens se refletem no art. 13 da Lei dos Partidos Políticos, que estabelece uma cláusula de barreira. O que significa essa cláusula de barreira? Ela é aquela que está estabelecida no art. 13 e que exige que o partido, para ter acesso em condições de igualdade com os demais partidos ao Fundo Partidário, à propaganda no rádio e na televisão e a representação parlamentar, é necessário que ele tenha 5% da votação do eleitorado nacional para a Câmara dos Deputados. Esta é a regra geral, ou seja, aquela que estabelece a cláusula de barreira e que exige que o partido tenha os 5% do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos 9 Estados da Federação.

Há também dois períodos de transição estabelecidos pela lei. Essa regra não entra imediatamente em vigor. É um período de transição que vai da publicação da lei, no dia 20 de setembro passado, até 1999. E um outro

período que vai de 1999 até o ano 2000. Nesses períodos a lei é mais flexível, ou seja, nós temos direito já agora a apenas 29% da participação do Fundo Partidário, temos direito a partir do próximo ano a apenas 10 minutos de programa partidário gratuito e ainda continuaremos com direito à representação parlamentar. O que a lei diz que é representação parlamentar? É a formação de bancadas nas casas legislativas e de liderança. Até 1999 teremos esse direito, mesmo nas condições em que atualmente se encontra o Partido Socialista Brasileiro.

Ocorre que, a partir de 1999, ainda se restringirá mais o acesso ao rádio e à televisão para os partidos que não atinjam os 5% determinados pelo art. 13 da nova lei dos partidos políticos. E passa de 10 para 5 minutos, sendo 5 minutos no primeiro semestre e 5 minutos no segundo semestre, quanto ao programa partidário gratuito.

Então, a regra de transição que vai diminuindo gradativamente a participação dos pequenos partidos quanto a esses três itens aos quais me referi e sobre os quais incide a chamada cláusula de barreira.

Obviamente não podemos entender que isso tenha sido feito por acaso. Todas as decisões do Parlamento, especialmente as que foram tomadas nos últimos meses, da reforma econômica e agora da reforma política, significa que elas são uma consequência da reforma econômica. A reforma econômica que se operou já por intermédio da mudança da Constituição, fazendo a privatização de setores estratégicos da economia nacional, é uma sinalização e uma consequência clara de que os setores políticos pretendem também fazer restrições à participação autêntica de partidos como o Partido Socialista Brasileira e outros de esquerda, porque eles sabem que as consequências da política econômica que atualmente se opera no País serão gravíssimas, consequências de natureza social, política e econômica. Essa é a experiência vivida por outros países como a Europa Ocidental, onde se estabeleceram legislações partidárias e eleitorais que praticamente reduzem os partidos populares a uma representação mínima, a uma influência mínima nos seus parlamentos.

No Brasil temos condições objetivas de reverter esse quadro. Refiro-me particularmente ao Partido Socialista. Creio que é um partido com um potencial de crescimento muito grande, que tem revelado a cada eleição crescimento da bancada federal, crescimento de participação dos governos estaduais, das prefeituras de capitais, sem falar nas prefeituras municipais em todo o País, e que mesmo diante dessa legislação, ao invés de ela representar para nós uma acomodação ou uma resignação, ela haverá de representar, creio, para o conjunto dos dirigentes e dos militantes do Partido Socialista Brasileiro, um desafio que teremos de enfrentar para construir e consolidar o nosso partido.

Esse desafio está agora colocado, no momento em que se

realiza esse 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, e aqui estamos para discutir como enfrentar essa nova lei dos partidos políticos, como organizarmos o nosso partido para que ele possa alcançar ou superar, antes do prazo determinado pela lei, a cláusula de barreira, e como poderemos também nos utilizar de outros métodos que não sejam tão-somente as eleições. Porque essa é uma lei e, como tal, é passível de mudança. Então, acredito que podemos enfrentar dentro do Parlamento tentativas de mudança nesta lei, pelo menos para que as dificuldades de superar as cláusulas sejam pelo menos minimizadas. Temos sobretudo - e o que me parece mais importante - de nos preparar para as eleições de 96 e, principalmente, para as próximas eleições para a Câmara dos Deputados, estabelecendo estratégias no sentido de que o partido possa fazer crescer a sua representação na Câmara dos Deputados, pois que a lei impõe como critério para superar a cláusula de barreira a representação na Câmara Federal, ignorando por exemplo, como no caso do nosso partido, a existência de centenas de Vereadores, de Senadores, como o Senador Ademir Andrade, o Senador Antônio Carlos Valadares, que também já se filiou ao nosso partido, a mais de uma centena de Prefeitos do Partido Socialista. Então, ignoram toda essa representação e reduzem a questão à representação na Câmara dos Deputados, como se a Câmara efetivamente só representasse a importância de um partido político.

Não vêem também o desgaste pelo qual passa o Parlamento. Se vocês verificarem o quadro que tive oportunidade de publicar nesse trabalho que está no Brasil Socialista, poderão perceber que nas últimas eleições tínhamos 94 milhões de eleitores e votaram para Deputado Federal um pouco mais de 45 milhões. Então, esta Câmara dos Deputados que aí está foi eleita por menos de 50% do conjunto do eleitorado nacional. Só este dado nos revela o grau de descrédito a que o Parlamento brasileiro chegou, porque se se verificar os dados para as eleições de governadores e até mesmo de senadores percebe-se um número muito mais alto de participação eleitoral.

Não podemos admitir resignadamente que esse seja o único critério a demonstrar que o partido é mais ou menos representativo, embora seja um elemento que se deva considerar, não se podendo ignorar as outras formas de representação tanto em nível de participação no Poder Executivo, quanto nos parlamentos municipais, estaduais, no Senado Federal e também a representatividade que partidos como o nosso e como outros têm em nível da inserção social nos movimentos populares. Então um partido não é mais ou menos importante apenas pela sua representação no Parlamento, mas por um conjunto de fatores e critérios que a lei não levou em consideração, lei contra a qual devemos estabelecer uma política para que a direção do partido possa, junto com o conjunto de seus militantes, executar essa estratégia, visando enfrentar mais esse desafio que a parte conservadora do Parlamento nacional nos impõe.

Creio que apenas assumi a palavra porque estava ausente o

Professor e nosso Vice-Presidente Nacional, Roberto Amaral, bem como o advogado Sérgio Sérvulo, convidado para esta sessão e que, infelizmente, por alguma razão não pôde estar presente, mas eu gostaria de encerrar minha participação, dizendo que fiz apenas uma avaliação macro sobre esse assunto e concluiria por aqui, até por que preciso também sair porque tenho outros compromissos relacionados com a organização do Congresso neste momento.

Agradeço aos companheiros pela atenção e me coloco também, quanto às resoluções que venham a ser tomadas por esse grupo temático, à disposição dos companheiros em Brasília, à disposição da Direção Nacional, porque temos muito o que fazer e estou seguro de que as resoluções deste grupo serão objetivas e que serão aprovadas pelo Plenário do 5º Congresso e serão levadas à Direção Nacional, em Brasília, para, em conjunto com as direções estaduais e o conjunto dos militantes do PSB, executar essas tarefas, visando a superação desse desafio ao qual não podemos nos acomodar e tão pouco nos resignar. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Quero dar boas-vindas ao Senador Antônio Carlos Valadares, aos companheiros mais novos e gostaria que o companheiro fizesse parte da mesa dos nossos trabalhos. Agora somos dois Senadores do PSB no Senado da República.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Dobramos a bancada.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Cem por cento de aumento e temos muito orgulho de ter um companheiro do valor de Antônio Carlos Valadares ao nosso lado... (Troca de fita)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - ... questão macro, alguns companheiros se pronunciaram, querendo esclarecimentos micro da lei em si. A questão de como realmente efetivar a coligação, de como fazer a filiação, qual é o processo correto, a questão de como superar o problema da camisa-de-força criada na lei para os pequenos partidos e também a possibilidade de frente de partidos, como funcionaria legalmente a questão de frente do partido. Gostaria que o companheiro Roberto Amaral pudesse responder a essa indagação de alguns companheiros que falaram anteriormente.

Com a palavra o companheiro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL - Companheiros, inicialmente eu quero apresentar meu pedido de desculpas pelo atraso, que se deveu a outras obrigações que tenho com a condução do Congresso.

Pediria que o companheiro Carlos Siqueira permanecesse conosco. Sei das suas obrigações, mas é muito importante a sua colaboração.

Por outro lado, o meu atraso possibilitou a exposição do companheiro Carlos Siqueira, que fez uma intervenção certamente melhor do que a que eu faria. Concordo plenamente com a parte que ouvi da sua intervenção, e a também concordo com a parte que não ouvi, por uma razão muito simples, porque estamos há bastante tempo discutindo em conjunto, eu conheço a leitura que ele faz da legislação.

A minha preocupação em face do tema é mais a segunda parte: a Política Eleitoral do PSB para as Eleições Municipais para 1996. Já de início eu advirto que tem de ser pensada a partir de uma estratégia global. O que quero dizer com estratégia global? Temos de ter como base de referência que o ano de 1998 será o que chamo agora de o ano vestibular do PSB. Estamos desafiados a atingir em 1998, e esta é a minha proposta já de início, deve ser a conclusão, a tese fundamental deste grupo, e uma tese a ser aprovada e absorvida pelo Congresso. Nós temos de tirar como decisão obter nas eleições de 1998 um mínimo de 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados. Esta tem de ser uma meta. Se ela é uma meta ela passa a ser o objetivo final. Se ela é o objetivo final, tudo o mais tem de ser condicionado a isto.

Quero dizer fundamentalmente que a nossa estratégia para as eleições de 1996 tem de considerar a meta inafastável de atingir 5% do eleitorado válido nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados.

De início eu diria que essa péssima legislação é boa. Vou tentar explicar o aparente conflito de idéias ou falso paradoxo.

Quero registrar a chegada no recinto do Prof. Antônio Houaiss, Primeiro Presidente do nosso Partido, membro do Diretório Nacional, cuja presença no Congresso muito nos homenageia, particularmente sua presença agora neste debate.

Retomando, eu diria que essa péssima legislação é boa. Ela é péssima pelo simples fato de ainda termos de nos submeter a uma regulação legal: a existência de um controle extrapartidário, interferindo na vida partidária. Ela é péssima porque vamos ter de nos recorrer a uma legislação para que oriente a política de construção partidária. Mas ela é boa pelo simples fato de já existir, e a sua existência começar a anular a campanha terrível, malévola que sofremos nos últimos 8 meses com o noticiário de imprensa a noticiar a todo dia a extinção ou a inviabilidade do nosso partido, num momento crucial, pois era o momento em que estávamos necessitando de atrair quadros para o partido. Pelo menos isso não se pode mais afirmar. Isso criou inclusive uma cultura dentro do próprio partido, que pensava que essa legislação, que o estabelecimento da cláusula de barreira, à qual se referia o Carlos Siqueira, por si só já estava estabelecendo o fim do nosso partido.

Nesse sentido ela é boa, porque existe e porque cumpriu essa finalidade. Mas é terrível que tenhamos, o partido, de finalmente discutir a sua construção, porque existe uma legislação que está dizendo: ou nós nos organizamos, ou perecemos. Nesse sentido essa péssima lei é boa, porque ela vai contribuir - os companheiros mais antigos de partido já me devem ter ouvido falar nisso algumas vezes, o Ademir umas cem vezes - , ela vai agora nos ajudar a desmistificar dentro do partido a falsa cultura, segundo a qual a organização partidária é uma questão burocrática. Nós vamos agora entender que organização partidária é a tarefa política mais importante em um partido político qualquer, particularmente em um partido socialista. Nós precisamos nos organizar porque se não o fizermos não atingiremos os coeficientes estabelecidos por essa legislação. Não os atingindo, não é a nossa vida, a nossa existência partidária que ficará sob risco, mas a nossa militância, a nossa vida orgânica, porque como todos ouviram da exposição do Carlos Siqueira a participação na Câmara dos Deputados, o percentual de votos vai ser parâmetro para tudo o mais: para o reconhecimento da liderança e de cargos; para o tempo de televisão na campanha eleitoral; para o número de candidatos até nas disputas das câmaras municipais; para a distribuição do Fundo Partidário; para os programas anuais de rádio e de televisão. Ou seja, se nós antes tínhamos a obrigação de investir na organização partidária por si, porque sem ela não há partido, agora temos de investir também para poder atender a essa provocação legal.

Essa legislação tem de ser cumprida. Mas a questão da organização apresenta um ponto superior a ela. De certa forma, portanto, considero a questão legislativa secundária, menor, porque a questão básica é a seguinte: com essa legislação, sem essa legislação, com outra legislação, o Partido Socialista Brasileiro dificilmente sobreviverá e, certamente, não cumprirá o seu papel - ao qual nos referíamos ontem e hoje, no debate matutino - se não crescermos. Somos irrelevantes como uma bancada de 14 deputados Federais num conjunto de 503 e num Parlamento que consagra a ditadura dos blocos de liderança.

Por mais notável que seja o desempenho desse notável Senador, que é o companheiro Ademir Andrade, e que cujo crescimento partidário muito está dependendo do seu excelente desempenho, por mais notável que seja e é a contribuição que nos traz o Senador Valadares, eles poderão em seguida dizer quais são as suas limitações para o exercício do mandato e para a difusão do nosso programa, como a bancada que ontem era de 1, hoje é de 2 e que amanhã poderá ser de 3 Parlamentares.

Nós precisamos compreender que é uma tarefa fundamental o crescimento eleitoral do partido. Não se trata, como alguns companheiros entendem - e do meu ponto de vista - de um viés errado que estamos a fazer tão simplesmente um partido parlamentar, que é um partido que inviabiliza a

organização popular partidária, a organização no movimento sindical, no movimento popular. O que se dá - e isso independe da nossa vontade - é que, independentemente da importância do Parlamentar na construção partidária, principalmente em um partido como o nosso, que não tem inserção sindical e que não utiliza - quando tem inserção sindical - o aparelhismo do sindicato para os seus projetos, temos de avançar eleitoralmente, até porque esse é o projeto estratégico do partido. E é impossível crescermos eleitoralmente se não envidarmos esforços na construção parlamentar e na conquista dos postos legislativos.

Se isso é por uma obviedade tática necessário, torna-se necessário e inadiável em face dessa ameaça, dessa espada de Dâmocles, representar por essa legislação. Em face disso, temos de agora, com toda frieza, estabelecer uma política de coligações conseqüente a esse objetivo. O que quero dizer com isso, companheiros? Temos de ter uma linha geral de política de coligações para 1996 e 1998. Mas essa linha precisa ser aprofundada e ter uma certa autonomia de aplicação nos Estados em 1998 e nos Municípios em 1996. Por quê? Dificilmente cresceremos se adotarmos como fomos obrigados a adotar em alguns anos a política de concentração de votos em um número mínimo de candidatos em coligações.

Considerando a necessidade de eleger o maior número possível de parlamentares, e sem prejudicar isso, como conciliar? Não sei, terão de saber os companheiros em cada município. Temos de organizar em cada município o maior número possível de candidatos, porque o maior número possível de candidatos é que possibilitará o aumento da legenda e o enraizamento do partido na sociedade. Em 1996, preparando-nos para ter um máximo de candidatos em 1998, para que o maior número possível de candidatos possa favorecer o partido com um número maior de legendas e, assim, nos aproximarmos dos 5% que não são proporcionais, mas nacional. O que significa dizer que 12%, como obtivemos no Amapá, no cômputo geral é 0, 0 qualquer coisa.

Tenho defendido dentro do partido que temos de ter - o partido tem de estabelecer e a Executiva Nacional precisa presidir - uma política de construção partidária específica para os diversos Estados e específica para determinadas regiões. Quero dizer que não podemos tratar Estados como o Paraná, São Paulo e Minas Gerais com indiferença. Esses três Estados que, em seu conjunto, reúnem mais de 60% do eleitorado brasileiro têm de merecer um tratamento diferenciado. Principalmente São Paulo e Minas que têm uma extensão geográfica muito grande, cuja construção e organização requer não apenas a existência de lideranças locais que aglutinem adesões, mas que necessitam também de recursos. Os companheiros que estão com o encargo da organização desses partidos precisam receber a atenção e ajuda do conjunto do partido, porque 1% do eleitorado em São Paulo, em Minas ou no Paraná

tem um peso inumeráveis vezes superior ao de qualquer outro Estado para a contagem daqueles 5%.

Uma outro ponto que me parece fundamental discutir dentro das estratégias, e que é importante para nós a decisão política de investir na construção partidária e de estabelecer estratégias conseqüentes a isso. Mas os companheiros que participam desse processo de construção, e todos aqui participam, sabem que não basta a nossa decisão. É preciso que se acople à nossa decisão a receptividade do eleitorado. É preciso que saibamos a que contingente nós vamos dirigir e é preciso que tenhamos para esse contingente a mensagem, o projeto e a tese adequados.

Quero tomar um ponto de referência, inclusive motivo de algumas considerações pela manhã. No nosso Congresso de Maceió decidiu-se a opção pelos excluídos. Mas qual é a política conseqüente a isso? Que tática estabelecemos em função desse objetivo? Qual é a nossa estratégia para nos tornarmos o partido que será o receptáculo das ações, das reações, das emoções dos excluídos? Para realizarmos isso teremos de ter um projeto concreto e enfrentar, antes de mais nada, uma discussão ideológica.

Nesse ponto considero irrepreensível uma parte da intervenção do companheiro José Dirceu pois a questão dos excluídos torna-se importante para nós do ponto de vista humanitário, ético, político e ideológico, mas há também um aspecto importantíssimo que é o tático, ou seja, vamos trabalhar não apenas um segmento da sociedade que precisa se organizar, mas se o conseguirmos organizar vamos retirá-lo dos braços da direita, que tem sido o nosso desafio. O discurso da esquerda, particularmente o da esquerda socialista, é um discurso de livre trânsito junto à pequena burguesia, junto à burguesia, à classe média, mas que tropeça nas periferias da sociedade, que tropeça junto às populações mais carentes, mais pobres, que são mais facilmente - e por razões óbvias - cativadas pelas práticas do clientelismo. Nós não vamos adotar as práticas do clientelismo, mas temos de adotar uma prática de organização que tem como ponto de partida a formulação de um discurso coerente, que possa substituir junto a essas camadas da sociedade brasileira o discurso da direita, da divisão, da desorganização, do paternalismo, do clientelismo e do populismo de direita ou de esquerda.

Encerrando essa primeira fase das nossas considerações, quero analisar duas questões finais que me parecem também importantes. O PSB, desde 1985, defende a política de frente, como é a tradição da esquerda no Brasil e no mundo, como é a sua tradição, e é evidente que essa política temos de mantê-la agora. E o PSB foi o primeiro partido - nós temos de ter orgulho disso - a fazer uma frente de esquerda. Nas eleições municipais do Rio de Janeiro de 1985 concorremos com a coligação formada pelo PSB, pelo PCdoB e pelo então PCB. Essa tem sido a nossa tradição. E fomos também o primeiro

partido a defender a federação das esquerdas. Esta questão precisa ser retomada. Não se trata, como sempre dissemos, de inviabilizar os nossos partidos, mas de fortalecê-los, não cada um de per si, isoladamente, em seu conjunto num organismo que possibilite a integração eleitoral. E essa pode ser uma grande frente dos partidos de esquerda, pode ser uma federação dos partidos de esquerda, dos partidos socialistas, que possibilite um permanente diálogo, que possibilite a unificação de nosso projeto em torno de um projeto comum que já tem como ponto de referência o combate ao Governo na social democracia.

Essa tese o PSB precisa retomar, uma tese antiga e se não a assumirmos ela será assumida por outros partidos e vamos aderir a uma idéia que era nossa, que passa a ser formulada por outros, porque a unidade das esquerdas não é mais uma formulação puramente teórico-ideológica, mas uma imposição da realidade. Eu usaria aqui até uma expressão emprestada, lembrada hoje pelo Arraes na discussão matutina: "A dor ensina a gemer". Os nossos partidos de esquerda finalmente vão entender que ou crescemos todos juntos, ou na divisão vamos todos perecer.

Vou apresentar-lhes um dado que me tem preocupado fundamentalmente, que é a questão da imagem partidária. Não sei em que medida temos tido dificuldade na construção dessa imagem, dessa identificação, pelo fato de professarmos muito corrente e coerentemente a política de frente e a política de coligação. A inserção de um partido na sociedade é medido não apenas pelo número de votos conquistados, mas, do meu ponto de vista, principalmente pelos votos de legenda. A esquerda defende isso no mundo inteiro e, quer dizer, o partido se fortalece quando o voto deixa de ser no candidato e passa a ser no partido. O ideal na formação política é que primeiro eu escolha o meu partido, ou seja, eu escolha um programa e depois eu escolha nele o meu candidato. Isso se reflete na legislação brasileira, no chamado voto de legenda, aquele voto dado pelo candidato não a um candidato, mas a um partido.

Segundo as últimas eleições, o partido que teve maior votação para a Câmara, o PMDB, seguido do PFL, PSDB, PPR, PDT, PTB, PT, PP, PL e PSB. Isso nos votos totais. Agora, companheiros, se nós pegamos os votos de legenda isso muda: o primeiro lugar passa a ser o Partido dos Trabalhadores, com 1 milhão e 800 mil votos; em segundo, com quase um terço, o PSDB, com 665 mil votos; em terceiro, o PMDB, com 286 mil votos; em quarto, essa excrescência chamada PRONA; em quinto, o PDT, com 151 mil votos; em sexto, o PPR, com 89 mil votos; em sétimo, o PFL, com 80 mil votos; em oitavo, o PRN, com 47 mil votos; em novo, o PTB, com 44 mil votos; em décimo, o PL, com 33 mil votos e; em décimo segundo, o PSB, com 17 mil votos.

Trouxe esses dados para a nossa discussão e reflexão, que falam por si da necessidade da fixação da imagem do nosso partido, da sua identidade,

da divulgação de nossos símbolos e nossa legenda na campanha eleitoral.

Por fim, a última questão que abordaria seria darmos como encerrada a fase da autocrítica da esquerda, da autocrítica do socialismo e retomarmos o nosso velho papel, nossa velha atividade, nosso velho permanente compromisso, atual e urgente compromisso de denúncia do capitalismo. Temos de nesse ponto assumir a radicalidade socialista. E quanto mais nos identificarmos na denúncia do sistema neoliberal, do sistema capitalista, denunciando seu fracasso, estaremos fixando a imagem do nosso partido, facilitando a construção partidária.

Antes de encerrar, quero dizer do prazer de haver tido na mesa não só a companhia do Senador Ademir Andrade, mas o fato de ele haver acedido em ser Moderador, porque um companheiro que vem conosco desde 1985/86, da construção partidária, entrou em nosso partido num momento difícil, quando poucos acreditavam na construção partidária. Está levando a construção partidária ao Estado do Pará, onde temos não apenas inserção eleitoral, mas inserção popular no movimento popular, no movimento dos sem-terra, no movimento camponês, e é Senador da República pela segunda vez, eleito duas vezes, porque a primeira à anterior lhe foi roubada. Está desempenhando um mandato que nos honra como seu amigo, honra ao partido pela sua... (Troca de fita)

... do nobre Senador Valadares de ingressar em nosso partido.
(Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado, companheiro. Vamos então prosseguir os nossos debates. O primeiro inscrito é o companheiro que peço se identifique.

O SR. MARLOS DUARTE - Sou de Pernambuco. Sobre a questão partidária teríamos alguns questionamentos concretos que faço questão de colocar e peço ao Prof. Roberto Amaral ou algum outro membro da mesa que apresentasse a justeza dessa nossa colocação prática. A lei diz o seguinte: na primeira semana de dezembro, e na primeira semana de maio temos de remeter a primeira relação para o cartório eleitoral, ou seja, os partidos vão deixar de enviar aquelas fichas ao cartório eleitoral, vão ter de pedir a devolução no cartório eleitoral das fichas, com base nessa devolução vamos remeter a primeira lista de filiação que, pela lei, é considerada a primeira filiação dos partidos. Estamos exatamente a pouco menos de quinze dias para a primeira semana de dezembro. Então, para cumprir a lei, teremos de na primeira semana de dezembro remeter essa primeira lista de filiados. A própria lei diz que essa lista tem de ser baseada na devolução das fichas que se encontram em cartório.

A lei eleitoral para as eleições de 1996 diz o seguinte: até o dia 15 de dezembro a pessoa pode-se filiar, ou seja, pode ter novo partido e

novo domicílio eleitoral. Então, vamos remeter a lista de filiados antes de terminar o prazo para mudança de partido. Se a pessoa for filiada, evidentemente tem de sair de um partido, comunicar ao presidente do partido e ao juiz. Se a pessoa não for filiada a partido algum, a relação que vai interessar para candidaturas a cargos de Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos será exatamente a lista de filiados que será remetida no mês de maio. São pontos que temos de enfatizar e com o que temos de nos preocupar, porque o partido tem de se organizar em nível dessa nova lei.

Aproveito a oportunidade para dizer que acredito que o momento ideal para começarmos esse processo de organização, inclusive vendo a questão do próprio tempo, se possível que desse grupo saísse uma orientação concreta aos companheiros que vieram de outros Estados, um manual que fizesse com que os companheiros que fossem para outros Estados, para o interior, soubessem como se posicionar e se colocar daqui para a frente.

Se nós começarmos a nos organizar nas bases, criando núcleos de bases, como manda o Estatuto, e agora foi dado ao partido o direito de se organizar, pelo menos nesse ponto, independente de juiz eleitoral. Nós vamos organizar o nosso partido ao nosso modelo. O partido vai adotar que tipo de organização? Nós vamos fazer nossas filiações agora a partir de quê? Qual é a ficha que vamos preencher? Será num livro? Teremos fichas específicas por partido? Como vamos proceder daqui para a frente? Cada Estado, cada Município vai proceder de que forma? Devemos ter unanimidade na forma de proceder.

Outra questão que queria saber do Prof. Roberto Amaral é em relação às coligações. A lei diz que é permitido fazer coligação em nível proporcional, desde que também seja na majoritária. Ou então a coligação só pode ser feita na majoritária. No meu modo de entender essa lei quer dizer exatamente o seguinte: você tem uma coligação de 3 ou 4 partidos. Essa coligação pode fazer uma coligação na majoritária. Mas não pode existir uma outra coligação, independente dessa primeira, ou seja, o PSB, o PCdoB e o PV reúnem-se e fazem uma coligação. Se eles fizeram uma coligação apoiando o mesmo prefeito não pode existir uma outra coligação apoiando esse mesmo prefeito. O que pode existir é um partido isolado, que pode lançar seus candidatos a vereadores e pode apoiar o mesmo prefeito. Não sei se é esse o entendimento do nobre Prof. Roberto Amaral.

Então, essas questões devem ficar bem claras porque existe a questão do limite dos vereadores. A lei diz que só se pode apresentar 120% do número de vagas nas câmaras de vereadores. Existe juiz, professor, que está admitindo que 120% do número de vagas são 9 mais 120%. Se não me engano, um juiz de Jataúba diz que a lei permite que sejam 9 vereadores mais 120%. O que não é verdade, porque 100% de 9 são 9. E 120% de 9 são 11. Então, o

cálculo é baseado em cima do número de vereadores, claro. Mas a lei diz que os partidos que têm de 0 a 20 Deputados Federais podem apresentar mais 20% do número de vagas. Se eu sou um partido lá no Congresso Nacional de 0 a 20, então na prática todos os partidos já começam a apresentar 140% das vagas, é lógico. Vem aí a questão de como e com quem me coligar. Evidente que espero que o partido passe orientação às bases sobre com quais outros partidos podemos fazer coligação. Sabemos que com alguns já são naturais, normais as nossas coligações: PT, PDT, PCdoB, mas a preocupação fundamental é com o número de vagas dos vereadores, porque existem muitos candidatos para poucas vagas.

Era exatamente essa questão que queria aprofundar mais com os companheiros e que nos fosse passada alguma orientação, a fim de que levemos para os nossos Municípios a trabalhar melhor a organização do PSB, porque acredito que só fortalecendo os núcleos de base do nosso partido, começando a fortalecer de forma global a organização partidária, é que poderemos ter um grande partido e construir o socialismo que queremos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL - Eu havia combinado com o companheiro Moderador que esperássemos 3, 4 perguntas para eu dar a resposta, mas acontece que a do companheiro foi tão grande e com tantos pontos que tenho medo de me perder se tiver mais duas aqui. Pediria então para responder logo a dele.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Ok. Inclusive já tinha sido feita por outro companheiro anteriormente. Mas pode responder então.

O SR. ROBERTO AMARAL - Eu vou tentar responder. Primeiro pela parte mais fácil. Primeiro, política de coligações. Esta é uma questão que não tem pressa, porque nós vamos exercê-la a partir de maio de 1996. Então temos tempo para isso. Como ocorre anualmente em todas as eleições, o Diretório reunir-se-á e vai estabelecer sua política de coligações.

Outra questão relativa à organização é a seguinte: o partido já sabe, já está convocando o Congresso Extraordinário para março. Este Congresso vai fazer a reforma dos Estatutos de dois pontos de vista. Um com obrigatoriedade legal para adaptar o atual Estatuto, apesar de novo, a nova orientação legal. E o prazo é de 6 meses que, no caso, se esgota em março. Segundo, porque há experiência e o partido está demonstrando que vários dispositivos do Estatuto são inaplicáveis ou estão provocando dúvidas e será o momento da revisão. Portanto, já temos um Congresso convocado para março/86 para enfrentar essa questão.

Sobre a orientação, vamos tentar, com a ajuda da assessoria do partido, particularmente eu e o companheiro Carlos Siqueira, logo que

haja o mínimo de espaço em nossa vida, vamos tentar fazer uma cartilha, pormenorizando todos os movimentos. A idéia é não apenas explicar um artigo, mas aduzir tudo que ali está implícito. Por exemplo, ele diz: requerer ao juiz tal coisa. Já vai o modelo-requerimento. O mais explicativo e mais simples possível.

Agora passamos às questões de certa forma complicadas. A primeira delas é que o companheiro é de Pernambuco e não sei qual tem sido a conduta do tribunal aqui, porque nós temos 27 tribunais e são 27 condutas. São 28 porque o TSE já tem outra. Vários tribunais estão simplesmente devolvendo qualquer provocação dos partidos, alegando que nada podem fazer porque a lei não foi ainda regulamentada pelo TSE.

Tenho a impressão de que essa questão vai se apresentar de forma objetiva, porque muitas das suas perguntas e de outras podem ser o motivo da regulamentação do TSE, que vai ter o seu espaço de interpretação. Essa regulamentação não saiu ainda, mas não sabemos o que ela vai conter nem quando sairá. Nada obstante a questão grave que o companheiro colocou que já existem prazos a serem cumpridos a menos de um mês.

Em relação a filiação, a registro, não existe mais ficha. Acabou-se. O partido nem tem de ter ficha nem tem de mandar ficha. Ele pode, doravante, fazer a ficha que quiser, com o modelo que quiser, com os dados que desejar, do tamanho, da cor que quiser, e fazer dela o uso que quiser. O que ele tem de fazer doravante é simplesmente uma listagem, renovável a cada 6 meses. Este é um fato novo que, do meu ponto de vista, é simplificador. Por quê? Além de acabar com a história das fichas, ele consagra o espírito do art. 17 da Constituição, vale dizer, é o partido a única instância para decidir sobre a filiação. Casos outros que já ocorriam de o camarada ir ao cartório filiar-se ou ficar esperando 3 dias que determinava a legislação para impugnação, na justiça essa questão hoje se resolve no âmbito partidário. O que, no entanto, precisa ser regulamentado, e o PSB não regulamentou. O PSB não disse ainda para os companheiros qual é o processo de filiação, se vai ter ficha, se não vai ter ficha, como é o cadastramento etc.. É preciso fazer isso. Enquanto ele não fizer - meu entendimento - as regionais têm total autonomia. Se o partido demorar muito, vamos tentar uniformizar lá adiante, ou - e esta é uma fórmula maluca mas é uma fórmula de regulamentar - dizer que cada Estado resolva como quiser, contanto que não infrinja esses limites legais.

Essa primeira listagem é feita com base no fichário, mas não necessariamente. Não há dispositivo legal algum - que eu me recorde - que determine a exata repetição na listagem partidária e nas fichas. O que a legislação determina é o partido requerer ao respectivo cartório a devolução das fichas, porque há, inclusive, filiados que não têm ficha e nunca tiveram. Por exemplo, este é o meu caso e o do Houaiss, aqui presente. Os 101 fundadores do PSB não encaminharam suas fichas ao TRE, porque eles eram

dispensados, como fundadores. Isso pode ter ocorrido também em alguns Estados.

Então esta é opinião minha? Não, é decisão partidária, porque o partido não refletiu sobre isso. Todos os companheiros requeiram imediatamente, dependendo da instância, municipal ou estadual, a devolução das fichas e imediatamente tenham uma forma de transformar isso numa listagem. Já discuti com alguns companheiros o fato de que deveríamos centralizar isso, dependendo do Estado, na regional, hoje quase toda regional partidária tem computador, é mais fácil concentrar lá os esforços, ela cadastrar isso para ter uma ficha. Agora, isso não impede a adição de novos nomes, porque nesse processo o partido pode e deve filiar, em face do dispositivo da nova legislação, que permite a filiação até o dia 15.

Essa filiação até o dia 15, na minha opinião, só deve ter vida para nós até maio. Por quê? Até maio ela tem de existir porque ela é o ponto de referência da legislação para a justiça eleitoral de limite para o registro partidário. Comprovado o registro partidário daqueles candidatos, ela não tem mais para nós utilidade alguma. O que sugiro então? E é uma proposta concreta que já estou fazendo. Que a partir da segunda semana de maio realizarmos a partir daí, concomitantemente um novo processo de filiação em moldes que serão definidos pelo partido, e um novo cadastramento, que pode ser feito acopladamente a uma campanha nacional de filiação.

O SR. MARLOS DUARTE - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO AMARAL - Eu entendo da sua forma mas aí temos de ver como vai ser a regulamentação.

O SR. MARLOS DUARTE - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO AMARAL - Eu acho que está claro na legislação.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Companheiro Joaquim. Vamos ver se adotamos o critério de ouvir 4 companheiros e depois o nosso Expositor terá a sua palavra, para darmos oportunidade a mais companheiros de se manifestar.

O SR. JOAQUIM - Companheiro Roberto Amaral, companheiro Ademir, companheiro Valadares, companheiros delegados. O que me entristeceu com a palavra do nobre companheiro Roberto Amaral foi quando ele comentou que o Partido Socialista Brasileiro deve dar mais apoio a alguns Estados do Sul e Sudeste. Estou vendo aqui na relação, dos 12 Deputados Federais que temos, são 2 do Amapá, 2 da Bahia, 1 do Espírito Santo, 1 do Maranhão, que é Nordeste, Bahia também é Nordeste, 7 de Pernambuco, que

é Nordeste, 1 do Rio de Janeiro, realmente é Sudeste, e 1 de São Paulo, que hoje não mais pertence ao nosso partido. Se falamos tanto, debatemos tanto, ontem, hoje, sobre a questão dos excluídos, entristece-me o 2º Vice-Presidente do partido querendo excluir nós do Nordeste.

Olha, companheiros, concordo que o pessoal de São Paulo e do Sul têm de ter um apoio. Eu não estou tirando o mérito dos companheiros de São Paulo, mas não podemos de forma alguma nos esquecer de nós do Norte e Nordeste, porque hoje se falarmos no território brasileiro estamos falando da dimensão do Brasil. Nós, do Partido Socialista Brasileiro, temos de dar apoio às regiões onde o nosso partido tem condições de eleger esses parlamentares. Não adianta darmos apoio para candidato em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo que, amanhã, quando se elegerem amanhã saírem para o PFL e para o PPR. Isso não interessa para nós, socialistas. O que interessa para nós é desenvolver um projeto de educação e trabalhar o nosso partido em todo o território nacional.

Acredito que esse critério usado pelo companheiro Roberto Amaral é o mesmo da questão da escolha dos delegados. Nós do Piauí não estamos hoje aqui com uma bancada de cento e poucos delegados porque não tivemos estrutura, enquanto, pelo que fiquei sabendo, alguns Estados como São Paulo, Rio Grande do Norte e Bahia a Nacional deu estrutura para virem para o Congresso. Enquanto muitos outros companheiros de Minas Gerais, do Piauí e do Maranhão não tiveram apoio para que viéssemos com uma grande bancada de delegados.

Espero que essa posição seja apenas do companheiro Roberto e não seja do partido, porque estou aqui hoje acreditando em sairmos daqui com união para construir o Partido Socialista Brasileiro, a fim de que amanhã tenhamos condições de realmente ter um partido identificado com as lutas populares, e não querer ter um partido de região.

Quero deixar ainda para o companheiro Roberto Amaral que nós, do Piauí, realmente não elegemos nenhum Deputado Federal, mas tivemos, proporcionalmente, uma votação superior à de muitos Estados. E não tivemos apoio para ter condições de eleger parlamentares. Acredito que em muitos outros Estados aconteceu o mesmo. Espero que o companheiro realmente se esqueça um pouco de algumas mágoas com nós, Nordestinos, e passe a nos ver como realmente força de luta e de história deste País. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Muito bem. Vamos passar a palavra ao companheiro de São Paulo.

O SR. ROBERTO AMARAL - Companheiro, eu gostaria de responder em seguida para não passar. Para sermos socialistas precisamos ser,

acima de tudo, sérios. Como o companheiro é sério a minha suposição é a de que ele não entendeu, porque todo mundo que aqui está sabe que eu não diria a tolice que ele me atribui. Primeiro de tudo, ninguém nesta sala, a começar pelo companheiro, vai me dar aula de organização. O companheiro não sei onde estava, eu já estava organizando o partido, inclusive no Piauí. E ninguém vai me dar aula de nordestinismo, porque ninguém aqui é mais cearense do que eu.

O que eu disse e repito é que esse partido, se quiser ficar fazendo retórica, muito bem, mas que ele não pode pensar que a organização partidária num Estado da importância de Minas Gerais, do tamanho de Minas Gerais é uma questão irrelevante que pertence só aos companheiros de Minas. Desde 1985 o partido por organizar em Minas e ele não se organiza. Nós precisamos organizar o partido no Paraná e em São Paulo. Essa questão que coloco se aplica a todos os Estados. O partido precisa se voltar e ajudar todos os Estados na organização. (Palmas.) Agora, há Estados, como esses que citei, sem os quais, independe da nossa realidade, são casos concretos onde o partido não está avançando, precisa avançar, as dificuldades não são apenas dos companheiros que lá estão, mas da própria estrutura desses Estados. Eu não vou me deter para explicar isso, mas precisa o partido ter uma política nesse sentido. O partido não pode ignorar essa questão e não pode cruzar os braços diante de um fato concreto. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Apelo para o companheiro Roberto no sentido de que, apesar das cutucadas, tivesse um pouco de paciência para que pudéssemos dar oportunidade a todos os companheiros que desejam falar. Apelo para que desta vez o companheiro ouça 3 companheiros para depois dar a sua posição.

Companheiro de São Paulo.

O SR. JOSÉ CARLOS - Atento a todas as ponderações feitas pelos companheiros, venho no sentido de chamar atenção do plenário para a camisa-de-força que é a lei feita pelas elites para regulamentar os partidos políticos. E isso, é lógico, vem colocar uma camisa-de-força nos partidos de esquerda.

Porém, é preciso que, diante também das ponderações e das preocupações que aqui vimos dos companheiros da mesa e dos que usaram da tribuna com referência à organização e ao crescimento do nosso partido. É preciso que hoje, nesta Comissão, possamos levantar alguns pontos que venham chamar atenção do Partido Socialista Brasileiro, e o 5º Congresso Nacional do Partido pode muito bem fazer isso, regulamentar para que de fato possamos fazer o nosso partido cada vez maior e de qualidade.

Sabemos que internamente existem alguns problemas em vários Estados onde no partido têm vez os amigos do rei. Se não tiver influência

no Diretório Regional ou no Diretório Nacional, acaba sendo prejudicado por estar simplesmente na base do partido, fazendo o partido. Quero chamar atenção do plenário para esse ponto porque vivi isso em São Paulo e sei de alguns companheiros que viveram isso em outros Estados, onde em São Paulo milito no Movimento dos Sem-Terra, somos vítimas de perseguições políticas. Na última, a elite dominante daquele Estado nos colocou na cadeia por 42 dias, pela nossa luta no Movimento dos Sem-Terra. Logo em seguida veio o processo eleitoral e uma briga danada para conseguirmos fazer aquilo que o companheiro Amaral dizia, que seria lançar o máximo de candidatos, no sentido de fazer o nosso partido crescer. Candidatos com inserção em movimentos sociais, candidatos com viabilidade eleitoral.

No entanto, meia dúzia se reúne e diz que não pode lançar candidatos representando certos segmentos, e aí foi um pau danado lá em São Paulo, que me custou 3 processos de companheiro socialista que me processou por discutirmos o partido.

Com isso, queremos chamar atenção do plenário para que possamos discutir. Mais recentemente, companheiros, São Paulo tem um câncer chamado malufismo, que é uma desgraça que se alastra a cada dia, que temos combatido, sobretudo na questão da falta de investimento na área social, e mais recentemente tivemos um programa de TV do partido onde eu gravei um minuto e quinze segundo dando pau nesse picareta, e fui cortado do ar, porque falei mal desse elemento que, repito, é um câncer para a sociedade brasileira.

Por isso, quero aqui propor concretamente à mesa que anote essa proposta e peço ao plenário ajuda no sentido de que possamos viabilizar uma redação que dê resposta a isso, que seria um órgão regulamentador internamente no partido que minimamente democratize o partido nas suas instâncias. Que os militantes, que são a base do partido, possam participar de discussões, fazendo valer suas vontades. Que na hora de se distribuir programa de televisão que toda militância possa discutir.

Eu fui candidato a Deputado em São Paulo, companheiros, só para vocês terem uma idéia, e os companheiros da direção me cortaram do horário de televisão, eu tive 7 mil e 32 votos. E os que eles colocaram na televisão, aparecendo de cabeça para baixo, de costa, de lado, tiveram 5 mil votos. Isso demonstra que a falta de habilidade de certos dirigentes faz com que o nosso partido fique numa situação difícil.

Por isso queremos apresentar uma proposta de que tenhamos um órgão que possa regulamentar o processo do partido nos Estados. Seria esta a contribuição de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado. Quero dizer ao presentes que estou inscrevendo algumas pessoas, como não

sei o nome de todos, mais pela fisionomia. Eu gostaria que os companheiros que se inscrevessem viessem até a mesa deixar o seu nome. O próximo agora é um companheiro que vi na escada, de camisa branca e boné verde. Só que não estou visualizando esse companheiro agora. Ele estava ao lado da porta de vidro. Acho que esse companheiro se retirou. Então vou chamar o próximo, que é o companheiro Lessa. O companheiro aqui está se propondo a pegar o nome dos que quiserem se inscrever.

Com a palavra o companheiro, por 3 minutos.

O SR. LESSA - Quero saudar os companheiros de todos os Estados aqui presentes. Eu não acredito que este Congresso vá dar o grande passo no sentido de avançar do ponto de vista orgânico, do ponto de vista de aprofundarmos ideologicamente, mas acredito que ele possa tirar alguns princípios, entre eles o primeiro de reafirmar o PSB como um partido socialista, como um partido que defenda... (Troca de fita).

... porque parece que até companheiros que integram a assessoria jurídica do Diretório Nacional vêm Alagoas num momento como este como se fosse até inimigos. Solicitamos ao companheiro Carlos Siqueira, por intermédio do nosso Assessor Jurídico, que fizesse uma consulta ao TSE no sentido até de ele apressar a definição dessas questões aqui expostas com muita propriedade pelo companheiro Marlos. Acredito que discutirmos em determinados momentos aquilo que já entendemos que há um consenso entre nós na interpretação dessa legislação, acho que devemos ser mais práticos no sentido de solicitar ao TSE que baixe normas que dêem a interpretação de como se aplica. Não simplesmente o companheiro, porque foi uma consulta de Alagoas, simplesmente se negou, dizendo que achava que tudo já estava pronto e que a posição dele prevaleceria.

Esta foi a denúncia que queria fazer e gostaria que o companheiro Carlos Siqueira estivesse aqui presente. (Palmas.)

Esse momento que o partido está vivendo é importante que saia daqui também como o princípio da política de construção do partido que o Diretório Nacional, ou a Comissão Executiva Nacional não venha a ser essa coisa ultrapassada, simplesmente porque o presidente fala em nome do partido, o Presidente de repente acha que a reeleição é uma indignidade e passa a se posicionar numa questão onde não existe dentro do partido uma definição concreta quanto esta. Acho que se deve definir normas dentro do partido, princípios, de que para essas questões polêmicas não seja convocado somente o Diretório Nacional, mas também os Estados para que sejam amplamente discutidas essas questões.

Esta é mais uma proposta que passamos à mesa, sobre a qual

gostaríamos de ouvir a apreciação.

Um outro ponto que abordamos e julgamos ser extremamente necessário para o partido é que se defina uma direção colegiada, o caráter das vice-presidências, que se defina com posições onde os Estados possam estar todos representados.

Esta é outra proposta que em nível de Alagoas encaminhamos à mesa.

Levantamos também uma outra questão e achamos que do ponto de vista orgânico do partido temos que avançar na fixação de programas internos, definição de ações do ponto de legislação interna e termos encontros permanentes em nível regional, para termos políticas regionais. Nós só sabemos das coisas do partido pelos jornais. O Congresso foi totalmente encaminhado sem haver um processo de discussão nos Estados, no sentido da elaboração de um programa maior até em nível das políticas regionais.

Então, propomos que, a partir de agora, haja dentro do partido uma política onde permanentemente sejam convocadas reuniões dos diversos secretários em nível estadual. Que o secretário, por exemplo, de organização em nível nacional promova reunião com as secretarias de organização em nível dos Estados, porque senão o pessoal, na hora de aplicar a política do partido, cada um o fará do seu modo dentro dos Estados.

Outra questão extremamente fundamental é que a Direção Nacional encare a aplicação dos Estatutos do partido com a implantação dos núcleos de base, que tire uma política específica a esse nível e que passe a dar aos Estados o subsídio mínimo no sentido da formulação dessa política. Ou que convoque os Estados para discutir essas questões.

Eram estas as contribuições e pedimos à mesa para que sejam aprofundadas, a fim de que fossem à plenária. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Quero anunciar ao plenário o nome das pessoas que estão inscritas e se eu esquecia alguém, por favor, que o companheiro dê o nome para o nosso colaborador. Vou ler o nome dos inscritos. Possivelmente deixei de anotar uns 2 por não ter o nome. Então estão inscritos os companheiros: Isaura, Vitória, Rui, da Paraíba, o companheiro de São Paulo, Ricardo Prata, Bordalo, do Pará, Luís Contarte, de Goiás, José Lacerda e Genário Silva. Esses são os que estão inscritos. Quem faltou, por favor, venha dar o nome.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Eu gostaria o seguinte. O companheiro está reivindicando a segunda inscrição. Então, gostaríamos de dar oportunidade a todos que não se manifestarem e em seguida nós voltaríamos a palavra aos que se inscreverem pela segunda vez. Certo assim?

Então com a palavra a companheira Isaura.

A SRA. ISAURA - Bom, pessoal, sou de Goiás e acho que essa discussão está muito importante porque há 20 anos milito no partido de esquerda. Estou vindo para o PSB há um ano, durante 23 anos estive no PCdoB e minha grande frustração era quando íamos analisar os mapas eleitorais e víamos ali que os nossos candidatos de esquerda eram mais bem votados nas regiões onde tinha ali a pequena burguesia, a burguesia, do que nas regiões onde morava o pessoal mais da área trabalhadora, mais popular. Essa era a nossa grande frustração. Por que nós, que somos de partido de esquerda, nós que realmente temos o desejo de melhoria de vida, que lutamos pela melhoria de vida, pela transformação da sociedade, por que não conseguimos comunicar isso com o nosso povo? Qual é o problema que existe em nós? Porque o problema é nosso, não é de ninguém. Nós é que temos de resolver esse problema.

Foi por meio de muito trabalho que fomos percebendo que o nosso era realmente um discurso que não despertava interesse algum no povo. O nosso é um povo sofrido, abandonado, totalmente desprezado, excluído, principalmente por meio desse plano neoliberal. O que apresentamos para esse povo? Nós temos medo de nos comprometer com o povo. Nós temos medo de fazer promessas, e digo promessa não de arrumar uma casa, um lote, mas promessa de luta mesmo. Tenho a certeza de que na medida em que façamos um discurso mais positivo, mais firme de que realmente, companheiro, você venha para o PSB, ajude o PSB, porque o PSB é o futuro, ele vai melhorar a sua vida. Mas vocês poderiam pensar: mas assim nós vamos iludir o povo. Não. Não o estamos iludindo ao convencê-lo disso. De fato se não se põe essa questão de forma muito convicta você não desperta o interesse daquele companheiro, o interesse da massa com vacilação. Não se desperta o interesse da massa para vir para o seu partido e abraçar as propostas que vão melhorar a sua vida com timidez. E ó o que vemos, porque a direita não é tímida nesse ponto e nós somos tímidos. Somos apegados a formas muito sutis de campanha eleitoral, a formas muito: - Olha, sabe o que é? Eu não posso falar isso porque não estou sendo honesta. Quer dizer que você duvida que está sendo honesto? Duvida que aquilo que você está pregando e por aquilo que você está lutando realmente você vai dar a vida para conquistar aquilo.

Acredito que os partidos de esquerda, o PSB precisa refletir

porque essa postura, esse discurso vacilante, tímido, não ganha e não vai ganhar massa para o PSB. (Palmas.) Então, companheiros, nós temos de mudar o discurso a partir deste Congresso, e principalmente a nossa prática.

Nós construímos em Goiás um movimento de luta pela casa própria que conseguiu, de 15 mil que cadastramos, 8 mil lotes. E não foi na negociata. Nós conseguimos esses lotes com passeatas, concentrações em frente ao Palácio do Governo, viramos cri-cri mesmo de ficar ali mesmo e não arredar o pé dali enquanto o Governador não nos recebesse. Com isso conseguimos esses 8 mil lotes e construímos uma cidade em Goiânia. Várias vezes eu me perguntei: será que nós vamos conseguir? Será que nós vamos conquistar isso? E nós conquistamos e estamos para conquistar mais, porque nós fazemos um trabalho realmente de pressionar.

Acredito que não devemos temer essa pressão. Nós podemos ou não conseguir, mas o movimento é de luta pela casa própria e, desde que o companheiro entra para o movimento, ele sabe, existe até uma carteirinha onde é registrada a frequência do companheiro nas reuniões, é uma experiência muito rica mas não dá para eu me alongar no assunto, mas realmente fez o companheiro se vincular ao movimento. Hoje, vários desses companheiros vieram para o Congresso e para o PSB. Então, no momento oportuno, abordaremos essa experiência.

Finalmente, sobre as coligações e sobre um depoimento que ouvi do companheiro de São Paulo, devemos coligar sim e o caminho natural é os partidos de esquerda, é claro. Mas temos de ver que a principal questão ao fazer a coligação é ver quais os partidos de esquerda que interessam para eleger os nossos candidatos. Porque o que temos visto são muitas coligações em que se torna totalmente impossível eleger os candidatos do PSB. Então, não podemos abrir mão de fazer coligação que garanta a eleição dos candidatos do PSB.

Sobre a questão do companheiro de São Paulo acho que existe na esquerda - e é uma crítica que faço e sobre a qual também devemos refletir -, a direita é objetiva, ela pega o quadro que tem projeção e vai conseguir eleger e nesse momento ela objetiva, põe o quadro ali. Já a esquerda não, são os grupinhos e mesmo aquele grupinho que sabe que aquela pessoa não é a melhor, lança aquela pessoa em detrimento de um companheiro que tem mais representatividade e pode ter uma votação.

Abaixo os grupinhos dentro do PSB, vamos levantar os nomes de quem realmente tem voto e pode ser eleito! (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado. Eu queria esclarecer ao plenário que, durante a falação do companheiro Vitório

nós vamos encerrar as inscrições para este debate. Gostaria que todos os inscritos, por favor, passassem seus crachás ao companheiro para que nos ajudasse nesse processo.

O SR. VITÓRIO - Sou Presidente Regional do PSB no Paraná há 3 meses, onde estamos fazendo um esforço para estabelecer uma estratégia da construção partidária que vá até 1988, tirando o partido, que vivia de comissões provisórias, para se transformar num partido de diretório de massa e de expressão na sociedade.

Em 3 meses nós efetivamos 18 Diretórios, queremos atingir 40 no final do ano, fazer 80 ano que vem e fazer com que o partido no ano de 1998 tenha candidatos a Governador de Estado, Senador, chapa cheia, Deputado Federal, Deputado Estadual.

Concordo com o Amaral no sentido de que o importante hoje é definirmos que a próxima Direção Nacional não faça uma composição dos Estados, mas se estabeleça uma estratégia nacional de construção do partido. Isto significa tencionar nacionalmente o PSB realmente para às vezes acudir certas regiões e para estabelecer que o conjunto dos Deputados Federais, Estaduais e dirigentes são dirigentes nacionais do partido e que o partido vai ter de corresponder nos 5% em 1998 como um partido nacional.

As outras questões que considero importantes vamos deixar para o mês de março, quando vamos discutir o novo Estatuto do partido, o Regimento Interno e disciplinar. O que me preocupa é que eu acho que a Direção Nacional tem condições de dar uma orientação a respeito aqui, agora, já, hoje, no sentido do processo de filiações. Quero aqui apresentar as minhas sugestões à luz do que está contido na legislação, na lei dos partidos políticos e o estatuto partidário. Diz a lei que o que vale agora, o que é a regra é o estatuto partidário. Mas ela requer alguns pedidos dos partidos, que é essa lista duas vezes no ano. E neste ano é na última semana de dezembro, porque a Lei nº 9.100, no seu art. 74, que é a lei que disciplina as eleições municipais, fala da última semana de dezembro. A filiação vai até o dia 15 de dezembro.

Como é a filiação no PSB? De acordo com o nosso Estatuto, quando alguém se filia, faz o pedido, tem 15 dias para dar a resposta a Comissão Executiva. E se é um ato da Comissão Executiva, da Comissão Provisória do Diretório é um ato formal e consta de ata. Se isso vai para o tribunal tem de constar os elementos essenciais: o número do título, a zona, a seção e o seu nome. São esses elementos fundamentais que devem constar de ata. Porque hoje a filiação é um ato muito importante, porque ela é a porta de entrada de alguém de Vereador a Presidente da República neste País. Se não for registrado em livro-ata vai ser folha solta.

Por outro lado, consideramos a necessidade de simplificação do processo. Achamos que basta uma proposta de alguém como filiado e a lei fala que o partido tem de dar um comprovante e basta uma carteirinha de filiado. Nós trazemos as propostas aqui que foram estudadas à luz da legislação e à luz dos estatutos partidários, para se quiser a Direção Nacional adote também como proposta nesse sentido. Porque se não for assim, um ato de um filiado às vezes ficar desprotegido é muito sério. A lei eu acho que até foi muito sábia ao estabelecer 3 princípios fundamentais: o da ampla defesa, o da tipificação prévia das condutas passíveis de punição e de expulsão e estabelecimento do devido processo legal dentro dos estatutos do partido. Por isso necessariamente teremos de fazer um congresso extraordinário no mês de março. Mas essa questão é para depois.

Mas, insisto que neste momento o partido deve adotar a posição de exigir que os diretórios coloquem nos seus livros-atas das suas Executivas os elementos fundamentais das filiações, senão trará muitos embaraços internamente para o partido.

Passo, então, as sugestões do Estado do Paraná. Quem quiser delas ter conhecimento, tenho mais cópias. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Ok, companheiro. Companheiro Rui, da Paraíba. Em seguida o companheiro Ricardo, de São Paulo.

O SR. RUI - Boa-tarde companheiros da mesa, companheiros do plenário, a nossa preocupação na questão da organização é que no nosso contato com o Tribunal Regional da Paraíba para ver a questão da organização não há nada de concreto que ele nos responda a respeito de quorum de congressos municipais, a questão de como vai se dar a solicitação do pedido de registro do Diretório Regional, em síntese, estamos hoje em processo no Estado da Paraíba de reorganização partidária, assumimos a Direção Regional há menos de 1 mês, mas isso por uma questão de alguns atropelos da Executiva Nacional, e estamos nesse processo de organização para registrar definitivamente o nosso diretório que agora, segundo o TRE, essa questão é puramente partidária.

Se os componentes da mesa têm alguma experiência mais concreta ou alguma sugestão eu gostaria que nos repassasse como vamos encaminhar agora a solicitação de pedido de registro do diretório, seja municipal, seja estadual, já que, segundo comentários pessoais do Coordenador da Secretaria Judiciária do TRE, isso vai se dar em nível partidário simplesmente com uma comunicação ao TRE sobre os novos diretórios, seja municipais ou estaduais. Esta é uma questão.

Outra questão então entramos no que tange ao próprio tema deste grupo de trabalho, ou seja, na organização do partido. A Paraíba teve um

problema muito sério no final do ano passado e mais sério ainda para se reorganizar neste ano. Fomos solicitados por companheiros, estávamos um tanto quanto afastados das atividades diretivas, a reassumir a discussão. Mas esbarramos num problema. A Executiva Nacional, por meio dos companheiros que ficaram responsáveis para reorganizar o partido na Paraíba, foi contatada várias vezes e simplesmente os companheiros ficaram de fora e não quiseram nem dar ouvido nem ir ao Estado da Paraíba para organizar o partido. Foi o caso do companheiro Pedro Eugênio, da Executiva Nacional. Passamos de fevereiro até junho contatando direto e o companheiro não apareceu nem se pronunciou. Não fosse a nossa atuação junto ao companheiro Ronaldo Lessa e Roberto Amaral, pois fizemos todo um trabalho para realizar encontros para deles tirarmos a comissão provisória, não teríamos estado aqui neste Congresso porque não existiria o PSB no Estado da Paraíba. mas, mesmo assim, no dia 13 de agosto, fizemos um encontro com a participação de 102 delegados, tiramos a comissão provisória e a Executiva Nacional não se reuniu para homologar e nomear essa comissão provisória. Não fossem os nossos esforços mais uma vez junto ao companheiro Roberto Amaral certamente estaríamos ausentes - repito - a este Congresso.

Com isso eu quero dizer que é muito importante que a direção que venha ser eleita tenha um compromisso com a organização partidária, porque com a nova legislação, se casos dessa natureza ocorrerem novamente teremos dificuldades de existência, mas existência por falta de organização. E isso é grave para o Partido Socialista, preocupou-nos bastante e na minha condição - muitos mais antigos no partido me conhecem - aceitamos reassumir essa questão em função de todo um trabalho anterior que tínhamos feito já à frente do Partido Socialista Brasileiro, tanto no Estado da Paraíba quando na Direção Nacional.

Mas venho solicitar ao grupo que envideemos esforços para que uma nova direção, comprometida com a organização partidária, saia eleita deste Congresso, visando a organização do partido rumo a um partido forte, que atenda a essas cláusulas de barreira que nos preocupa muito. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado, companheiro. Quero esclarecer aos companheiros do plenário que temos 16 inscritos. Vou passar agora a palavra ao companheiro Roberto Amaral, para responder alguma das questões apresentadas e após a falação de todos os companheiros nós teremos um intervalo de 20 a 30 minutos para elaborarmos a redação da proposta e novamente reiniciarmos para colocá-la em votação.

Passo a palavra ao companheiro Roberto Amaral e em seguida ao companheiro Ricardo, de São Paulo, e logo depois ao companheiro Bordalo, do Pará.

O SR. ROBERTO AMARAL - Serei bem rápido. Fundamentalmente a única questão que envolve dúvida é a do companheiro

Rui, porque a do companheiro de São Paulo é uma afirmação.

Eu orientaria o Rui da seguinte maneira: problema de prazos, das dificuldades, é do tribunal. O tribunal hoje não tem mais poder de julgar o registro, mas o partido tem de requerer para anotação. Quer dizer, eu encaminharia ao tribunal, protocolando. Se ele vai fazer isso em 1 ou em 10 semanas o problema passa a ser dele. Eu apresentei em prazo, em tempo.

Suponho ainda - este é meu entendimento - que as exigências anteriores para registro definitivo permanecem, em face dos dispositivos do Estatuto. Então, eu acho que tem de trabalhar no mesmo sentido, com a mesma busca da mesma quantidade de filiados. O Código Eleitoral não foi atingido na modificação.

Então, a orientação que eu daria é a de continuar os procedimentos. Quando o tribunal resolver alterar isso aí vamos examinar, o que vai depender dessa famosa regulamentação e de outra coisa que o partido não fez, acho que o partido está falho nisso: tínhamos de, imediatamente a isso, baixar uma série de atos de regulamentação: como proceder nas provisórias, no registro definitivo etc., o que o partido não teve tempo de fazer.

Outra questão eu acho fundamental e acredito que o Congresso deveria ser todo dedicado a esse assunto trazido pelo companheiro de São Paulo, mas não é uma questão eleitoral e organização, mas de democracia interna. O partido tem de aprender a conviver com a divergência. Não é apenas botar dois blocos em votação para saber quem tem mais voto. Não é consagrar a maioria legítima, mas o direito das minorias, das divergências, da participação no partido. Enquanto não entendermos isso estaremos repetindo cacoetes stalinistas. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Companheiro Ricardo, de São Paulo, seguido do Companheiro Bordalo, Secretário Geral no Pará, e depois Luís Contarte, de Goiás.

O SR. RICARDO PRATA - Lamento a ausência do debatedor na mesa e pediria ao eminente companheiro reorganizador do partido, Roberto Amaral, que me permitisse discordar da sua proposta central.

Peço permissão porque eu militara no PSB em 1965, em Minas Gerais, em 1985 eu estava ausente do País, não participei legalmente de outro partido, e pelo menos como militante de esquerda, de toda clandestinidade no período da ditadura meus dois anos e meio de prisão no Carandiru e no Tiradentes.

O companheiro propõe que este é o ano-vestibular e passa que essa lei de certo modo é boa. Quero discordar totalmente. A lei é uma

camisa-de-força que tem como objetivo liquidar, estrangular os partidos de esquerda. O que é vestibular? Eu tenho uma vaga para 5 candidatos, 4 ficam fora. Pelo menos a imagem, companheiro, é péssima. O que temos hoje? São 20% de Deputados de esquerda, a maior bancada da história de representação eleitoral no Congresso deste País. Desses 20, 10% são PT, arredondando, 5% PDT e 5% é o resto. A menos que imaginemos que nesses poucos anos que a lei nos permite nós vamos crescer, na verdade nós vamos estar para crescer nesse quadro fechando outros partidos de esquerda que, por uma razão ou outra, discordam de nós.

O que o Governo quer com essa lei é exatamente que façamos uma concorrência para conseguir os 5%, como se estivéssemos no vestibular. E é verdade, porque se não tivermos os 5% não vamos ter bancada parlamentar, vamos ter redução drástica de tempo de TV e de capacidade de mobilização, porque o nosso tempo vai para 2 minutos.

Parece-me que toda a questão na defesa em resistência a essa lei é pensar frente, até para crescer com companheiros que estão em outros partidos, porque não existem militantes isolados, que estão fora de partidos. Até para crescer é preciso ampliar a democracia, discutir frente, é preciso discutir o crescimento da esquerda. Não vai ser tendo uma identidade específica, uma imagem pura do PSB que vamos atingir os 5%. Então eu acho infeliz a proposta - se é que ela vai como proposta para o plenário - do nosso ano vestibular, em que nós vamos correr ou para ganhar companheiros ou para ser mais rápidos e conseguir os 5%, porque é impossível, matematicamente, que todos os partidos de esquerda hoje consigam os 5%. Se isso ocorrer, teremos feito a revolução nesses 4 anos, porque aí poderemos dizer que teríamos quase maioria no Congresso. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado, companheiro. Companheiro Bordalo, do Pará e em seguida Luís Contarte, de Goiás. (Troca de Fita.)

O SR. BORDALO - ... Os dois apelos dizem respeito à postura em face das fichas. Realmente as fichas, a partir da nova legislação, perderam sua razão de ser. Entretanto, nós achamos, no Pará, que enquanto não sair um normativo nacional sobre o procedimento a ser adotado pelo PSB devem ser mantidas as três vias na ficha eleitoral. De que maneira? Uma, recido do eleitor, outra, fica no Diretório Municipal, e a terceira, imediatamente encaminhada para o Diretório Regional, para evitar aquele caso de alguém que entrou para uma comissão provisória e depois desgostou-se com o partido, afastou-se e dá fim às filiações feitas no Município.

Então, enquanto não fosse feita uma normatização que valha do Oiapoque ao Chuí mantivéssemos as fichas eleitorais. Este é o primeiro

apelo.

O segundo é sobre a questão das coligações. Apesar de vivermos imersos nos problemas do setentrão, que são enormes, não deixamos de ter na cabeça a colocação nacional do partido. Queremos que o nosso partido seja nacional. Então, queríamos que houvesse uma recomendação, se possível generalizada, para que em todos os municípios que pudéssemos, nas eleições de 1986, concorrer com candidatos apenas do PSB, quer dizer, nas eleições proporcionais saíramos isoladamente que assim o fizéssemos. Porque essa eleição de 96, é o primeiro passo para 98. Então, se não conseguirmos fazer uma grande base de Vereadores, não elegeremos Deputados Federais e, até o momento, é o parâmetro que temos para o crescimento no partido.

A sugestão que estamos adotando no Pará, eu diria que o Roberto Amaral foi até modesto ao dizer que os 27 juízes dos tribunais eleitorais são 27 sentenças. Eu diria que são muito mais: em cada zona eleitoral o seu juiz acha de legislar sobre como se cumpre a lei eleitoral. E o Município de Itupiranga diz que para ele lá, para ele fazer aquilo, o Município de São Feres do Xingu já acha diferente, são coisas completamente sul-realistas que acontecem.

Então, a nossa sugestão é a seguinte: como o Roberto disse, o problema é deles. Então, registrada em ata a comissão provisória, no Pará poderemos fazer o seguinte: carimba-se no tribunal para autenticar a ata, manda-se uma cópia para cada Diretório Municipal para que ele, isto sim, faça um registro. Se o cartório eleitoral vai considerar ou não é um problema a ser resolvido posteriormente, mas já fica a nossa comissão provisória arquivada no cartório eleitoral. Ninguém pode dizer que o nosso representante não é o dirigente do partido.

Para concluir, a provocação é a seguinte: sou professor de estatística e mexo com números a vida inteira. Como eu disse, minha cabeça fica não só no PSB, no Pará, que graças a Deus está indo bem, mas em nível nacional. Se somarmos os votos de Minas, São Paulo, o Paraná, eu diria até o Rio Grande do Sul, somando os três que o Roberto falou são 32 milhões de votos. Se botarmos o Rio Grande do Sul vai a quase 38. Ora, se virmos por exemplo o Estado do Pará, tem 1 milhão e 800 mil eleitores. Se eu conseguir lá 10% dos votos do Estado do Pará eu conseguir para formar os 5% do PSB 180 mil votos. Se eu conseguir 1% dos votos de São Paulo eu consigo 184 mil votos.

Então, eu acho, sim, que a Direção Nacional tem de enviar esforços no sentido de reforçar esses companheiros que estão tendo dificuldade de se regularizar. Porque eu não penso no PSB só para o Pará ou a Paraíba ou para o Maranhão. Eu quero um PSB nacional. E nós vamos ser nacional com São Paulo, com Paraná, Piauí e Pará também. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado. Companheiro Luís Contarte, de Goiás. Em seguida o Roberto Amaral e após o companheiro José Lacerda.

O SR. LUÍS CONTARTE - Companheiros e companheiras, amigos da Mesa, Senadores do nosso partido, o partido tem a honra de ter 2 brilhantes Senadores; quero saudar também o Roberto Amaral que, muitas vezes, é mal compreendido pelas suas observações, mas é um homem realista, que busca no PSB a realidade e não a fantasia partidária. É por isso que muitas vezes é mal compreendido. Gostaria que ele continuasse eternamente o nosso timoneiro, porque o partido tem-se dado bem com ele. O partido hoje é grande, está tendo expressão. Basta ver neste Congresso, onde comparecem mais de 2 mil pessoas para debater a situação do partido e do Brasil. Portanto, minha saudação especial ao Amaral, pela sua exposição realista de hoje e pela sua atitude em favor do partido.

Quero também dizer que o partido vive em Goiás uma luta interna muito intensa. Na realidade, vimos buscando a unidade partidária de há muito, mas sempre buscamos lideranças que não correspondem aos anseios do partido. Tivemos a experiência de Ivan Ornellas, de Jaime Máximo e de outros elementos de nossa direção e o partido ficou à míngua de lideranças, de voto. Hoje o partido está com uma direção provisória sectária, fraudulenta, buscando impor a vontade de 5, de 6, de 7 até para uma maioria de mais de 500 pessoas. Exemplo disso foi o nosso último Congresso.

Realizamos o Congresso Municipal de Goiânia. A capital mandou para as dependências da Câmara Municipal de Goiânia já para realizar o Congresso e eleger o Diretório. Foram mais de 500 filiados em 2 mil já inscritos. No entanto, a Direção Regional do partido resolveu acatar um Congresso paralelo de 5 a 10 elementos, que elegeu apenas uma comissão provisória, desprezando a decisão do Congresso que elegeu um Diretório. É com isso que não concordamos e pedimos à Direção Nacional apoio para coibir esses abusos que se realizam em Goiás. Uma simples comissão de 5 quer passar por cima da decisão de 500, alegando irregularidade. (Palmas.) São todos filiados!

Mas, quero pedir a esses amigos de Goiânia que façam uma luta interna mais consciente para ao bem do partido, que procurem prestigiar as lideranças verdadeiras. Estamos recebendo agora a Isaura, que falou há poucos momentos, e o seu marido, o Euler Ivo, que poderá vir, depois de 20 anos de militância no PCdoB, Suplente de Deputado Federal, militar no partido e agora estão combatendo essa filiação e tentando extingui-la. Acredito que aqui viemos lavar a roupa suja. Quero-me congratular com o Congresso por haver a possibilidade dessa discussão. Nós temos de discutir. Eu sou um velho

socialista de 50 anos de luta, de militância, de direção partidária e de movimento. Não admito que o PSB de Goiás continue na mão de 5, em detrimento de mais de 2 mil, que querem que o partido cresça, um partido de massa como o partido quer aqui neste Congresso, um partido de massa que venham os excluídos participarem. Eles querem um partido de 5 pessoas. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado. Companheiro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL - O companheiro Bordalo trouxe duas questões. Eu não vou entrar no mérito da proposta, porque ela já torna a outras questões anteriores. A Executiva tem de regulamentar. Então nessa hora vamos examinar a questão do aproveitamento das fichas. Agora, tem de regulamentar realmente. Esse procedimento acredito que já tenhamos nos referido e discutido, eu acho corretíssimo isso que se está adotando: pega a ata, autentica a cópia na Secretaria do Tribunal, protocola e manda para a zonal.

A outra questão ele deu uma aula, ele é estatístico e eu não sou, tenho a impressão de que ele explicou o que eu não quis explicar. Tenho a impressão de que agora ficou mais claro, talvez o companheiro do Piauí tenha entendido o que eu quis dizer. Então, agradeço ao companheiro.

A questão do companheiro Ricardo Prata, meu querido amigo, que criticou uma afirmação que não fiz e uma tese que não apresentei. Então, como ele é uma pessoa que conheço de longa data, dos tempos de ABTEC, um eminente professor de Comunicação, nosso colega no famoso Congresso de Belo Horizonte, como ele é uma pessoa inteligente, e mais do que eu, certamente foi mais uma dificuldade minha de explicação. Eu não disse que a lei é boa, eu tentei fazer um jogo de palavras, começando a dizer que essa lei é péssima. Eu disse que ela termina sendo boa simplesmente por existir, porque não aguentávamos mais na sua inexistência o noticiário da imprensa, dizendo que a legislação vinha acabar com o partido.

E o companheiro Prata talvez não saiba mas eu lhe posso dizer, e talvez o Ademir confirme, não sei se alguém nesta sala lutou tanto quanto eu contra essa legislação. Inclusive tive reuniões com o companheiro Ademir, coordenei a ação da nossa bancada com o companheiro Carlos Siqueira, as emendas fomos nós quem fizemos em entendimento com outros partidos. Portanto, ninguém precisa me dizer que ela é um ato de força. Ela é. Eu estou dizendo que ela é. E concordo com o companheiro quando diz que ela é. Eu comecei dizendo que ela é péssima e continuo dizendo. O único mérito que ela tem é que afinal ela saiu e agora podemos desmentir a imprensa quando diz que o PSB vai-se acabar. Este é o seu único mérito.

A segunda questão é a expressão vestibular. Foi um problema também de comunicação, porque a palavra vestibular não quer dizer apenas aquele concurso. Quer dizer também a ação primeira. Talvez tenha sido aí um cacoete de antigo advogado de chamarmos a petição inicial de petição vestibular. O que eu quis também foi usar uma metáfora para dizer que a eleição de 1998 passa a ser uma eleição primeira. Quis acentuar com isso a sua importância, a importância que temos de envidar o máximo de esforços para eleger o maior número de Parlamentares.

O companheiro deixou-me sem alternativas: ou atingimos os 5% ou não. O que estou propondo é que se atinja. Agora, se vamos tirar votos de quem eu não sei. Agora, eu quero que o PSB sobreviva. E até que eu consiga revogar essa legislação eu tenho de atingir 5%. Acredito que deveria atingir esses 5%, independente dessa lei. Gostaria que o partido tivesse, no plano nacional, um desempenho que teve em Pernambuco, muito superior a 5%. Gostaria que ele tivesse o desempenho que teve no Amapá, que foi de 12%. Agora, se isso vai impedir o crescimento de outro partido é outra questão. E eu tenho usado muito a tese de que nós, a esquerda, precisa entender que ou crescemos juntos, ou perecemos.

Portanto, não defendo nenhuma autofagia e isso eu disse hoje aqui. Não sei se consegui me explicar, porque agora se consegui me explicar não há divergência entre nós dois.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Ok. Um aviso para os Delegados do PSB de São Paulo que deverão se reunir às 18 horas, na sala de reunião Aníbal Fernandes. Pediria aos companheiros inscritos que usassem o tempo regulamentar para que pudéssemos concluir com rapidez o nosso debate. Companheiro José Lacerda, em seguida o companheiro Genário Silva, de Pernambuco.

O SR. JOSÉ LACERDA - Companheiros que integram a Mesa, companheiros do Partido Socialista, ouvi de alguns companheiros uma preocupação com a questão de organização partidária e em alguns momentos parecia que estávamos falando de uma pequena igreja, ou de uma seita religiosa. Acredito que o PSB precisa romper, se é que esta prática existe em larga escala, com essa prática.

A questão de nos transformarmos num grande partido não implica dizer e não exige de nós que tenhamos de ficar num âmbito restrito. Pelo contrário, precisamos sair da estreiteza à qual, muitas vezes, somos remetidos e procurarmos fazer com que a população adira ao nosso projeto. Para isso precisamos de um projeto claro.

Quero solicitar que conste como resolução que os nossos Parlamentares, em todas as instâncias, desde o Senado Federal - e queria dizer que faz muito bem o nosso Senador Ademir Andrade e, com certeza o nosso

3

novo Senador, companheiro que ingressa no Partido, o Valadares, que vai fazer muito bem esse papel - mas os nossos Deputados, na maioria dos casos, têm deixado muito a desejar. As assembleias legislativas e as câmaras de vereadores, onde estiver um parlamentar socialista, precisam levar a proposta do partido, mostrar o programa partidário e transformar as propostas partidárias em propostas de ações parlamentares, para fazer com que o partido chegue em todas as instâncias, em todos os recantos. Que o discurso do partido não seja apenas o dos militantes, mas também das suas bancadas, que deverão ser os deputados parlamentares orgânicos e engajados com o programa partidário.

Outro assunto que ouvimos aqui e que até nos espantou. Por duas vezes ouvimos que o Partido Socialista não poderia crescer muito - pareceu-nos - porque ia tirar voto de outras legendas também de esquerda. O crescimento do Partido Socialista não se deva dar em disputas de base com outros partidos de esquerda. O crescimento do Partido Socialista deva-se dar no sentido de fazer trazer para seus quadros pessoas que estão fora de partidos, as grandes massas que não participam de nada, que não estão integradas, e devemos ter um programa, uma proposta, um projeto de engajamento dessas massas no projeto do partido, fazendo com que elas compreendam a importância do partido, a sua importância como massa, como pessoa e que elas fazem parte desse conjunto de idéias que temos. Mostrar essencialmente que o Partido Socialista não quer dominar para ter hegemonia, mas quer que a sociedade se organize para ter a sua própria hegemonia. Isso é fundamental e se conseguirmos andar nesse norte, faremos com que muita gente que está votando na direita venha votar no Partido Socialista e até em outros partidos de esquerda.

Então, vamos ver se acabamos com essa história de dizer: não podemos fazer assim porque vamos estragar as bases de outros partidos.

Quero também dizer que estamos próximos a uma eleição no ano que entra. O ano de 1998, disse aqui o companheiro Amaral, é o grande vestibular do partido, é como se fosse o grande momento do partido, o primeiro momento de teste do partido nessa nova legislação. E para que tenhamos um 1998 bom, precisamos ter um 1996 pelo menos regular. Precisamos eleger boas bancadas de vereadores, precisamos eleger prefeitos e começar nossa organização partidária a partir de agora, reforçando o que já temos e apontando para o futuro, fazendo com que essa estrutura partidária seja resultado de uma estrutura partidária que sirva à população e que seja instrumento de organização da grande massa que está desorganizada, sem rumo e sem destino.

Para concluir, companheiros, quando falamos dos excluídos que, de fato, são eleitores privilegiados do sistema dominante, do sistema de direita. Mas quero dizer que o clientelismo também existe na classe média e na classe alta, e precisamos combater todo clientelismo. A facilidade da classe média é a questão de entendimento e nós, se tivermos um trabalho de discussão,

de aprofundamento, de levarmos o nosso programa aos trabalhadores, vamos poder mudar muita coisa, fazer com que muitos deles entendam o nosso programa e nos dê respaldo e apoio. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado. Quero anunciar a presença ao nosso lado do companheiro Pedrinho Valadares, Deputado Federal, também filiado ao PSB junto com o nosso Senador Antônio Carlos Valadares. (Palmas.) A presença também do ex-Deputado Álvaro Ribeiro, também de Pernambuco, que está aqui do lado, e da nossa Deputada Estadual Suzana Azevedo, também filiada ao Partido Socialista com o grupo do Antônio Carlos Valadares. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL - Quero só esclarecer que a companheira é Deputada Estadual de Sergipe.

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Companheiro Genário Silva e logo em seguida Jailson, da Bahia.

O SR. GENÁRIO SILVA - Sou Secretário do PSB, Pernambuco. Lutamos para derrubar uma ditadura neste País, mas nos esquecemos de destruir as suas raízes. É o que vemos dentro dos nossos partidos de esquerda, nossos partidos pequenos, lutando pela sua sobrevivência. Que democracia vivemos neste País? Na mata norte de Pernambuco, onde crianças de 12 anos, que deveriam estar na escola, estão praticando trabalhos escravos, cortando cana, para sobrevivência e para manter a própria família? Esse tal estado de coisas tem de acabar e nós do PSB, nós que fazemos a esquerda neste Brasil temos de lutar para que não se dê trégua a essa direita que cada vez mais esmaga os nossos direitos, a nossa liberdade e a democracia.

Quero fazer uma pergunta, mas antes falar da minha preocupação sobre a discussão que está em torno do crescimento do partido. Mas há uma preocupação também sobre como se dá esse processo, porque é só crescendo que o partido será grande. É preciso que ele seja orgânico, tenha consistência e não crescer só por crescer. Ela mesmo que vem do PFL e se veste de socialista e a mãe diz que é socialista. Não acredito, não acredito. Socialista tem de nascer das lutas e das bases. Nós do PSB e da esquerda democrática perguntamos à Mesa: dentro de todo esse processo, como fica a situação nas convenções municipais? Qual é a interferência entre as convenções e entre os cartórios eleitorais? Porque há o processo jurídico, há os editais e para se realizar uma convenção como se dá esse processo? (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado, companheiro. Companheiro Jailson, da Bahia, e em seguida ainda Astério Santos, da Paraíba. Quero também anunciar a presença nesta Comissão do companheiro Deputado Federal Beto Lélis, da Bahia. (Palmas.)

O SR. JAILSON - Companheiros da mesa, do plenário, hoje temos alguns temas importantes a serem discutidos: a construção partidária, a nova lei orgânica dos partidos políticos, a construção da eleição de 1996, mas eu não poderia fazer um relato ou expressar meu pensamento sobre esses temas sem fazer uma explanação sobre o que ocorre em meu Estado.

Nós temos em meu Estado um partido cartorial, que não está inserido nas massas, não está nas entidades dos trabalhadores, dos estudantes, um partido que não respeita, companheiros, nem a sua democracia interna. Um partido que tem uma executiva familiar e cito a vocês: o Presidente é sobrinho do Vice-Presidente, que tem a sogra como Tesoureira e o Secretário-Geral é funcionário do seu gabinete. Nós temos, juntamente com alguns companheiros, o Deputado Beto Lélis, o companheiro Vice-Presidente do Partido, Rui Correia, o companheiro Ricardo Xavier, de Itabuna, apesar de travar uma luta inconstante contra o ACM na Bahia temos de travar uma luta contra a ditadura interna no PSB. E compreendemos que este é o momento importante para que discutamos esses problemas.

Tentamos construir o partido pela base. Nós estamos nas entidades. Quando digo nós, dizemos um grupo que é dissidente da direção partidária fechada, que quando colocamos para eles nossas comissões provisórias, por exemplo, encaminhamos à Secretaria-Geral do partido 15 comissões provisórias e todas foram arquivadas, enquanto outro grupo encaminha 48 comissões e todas passam, inclusive tendo membros compondo essas comissões pessoas vindas do PFL, do PPR, do PP e do PDS.

Companheiros, estamos travando na Bahia uma grande luta contra a ditadura comandada pelo companheiro ex-Deputado Udurico Pinto. Digo como exemplo que no último horário regional eleitoral do partido fomos vetados, nós que estamos construindo o partido, que vivemos e amamos tanto esse partido. Sou Coordenador Estadual da Juventude do PSB da Bahia, juventude que nunca foi entusiasmada a se organizar nesse Estado, e nós com muita luta, muita perseverança conseguimos estar hoje nos DCEs, nos CEAs e em alguns sindicatos de Salvador, companheiros, e nos vimos vetados no nosso horário político regional do PSB. Em solidariedade a esse veto o companheiro Beto Lélis, Deputado federal, companheiro Arnaldo Teixeira, Deputado Estadual, o ex-Governador da Bahia, Waldir Pires, não aceitaram gravar. E temos travado algumas lutas incessantes na Bahia, inclusive no último Congresso Estadual na Bahia, que trouxe 100 delegados para este Congresso Nacional.

Precisamos intervir com a justiça para que fosse suspenso aquele Congresso, que era irregular, não teve as determinações preliminares para ser convocado. Nós entendemos e o Estatuto é bem claro quando diz que o Congresso Estadual, Municipal ou Nacional do partido respectivamente seja extraordinário ou ordinário deverá ser convocado pelo seu Diretório. E nós

temos lá na Bahia 8 meses que esse diretório não se reúne. A Executiva do partido quando se reúne o faz na casa da sogra do Deputado Ubaldino Júnior. Há dois anos não prestamos contas do que entra e do que sai desse partido. Tivemos 40 candidatos a Deputado Estadual e 5 candidatos a Deputado Federal. Cada candidato a Deputado Estadual pagou 176 reais e cada Federal pagou 217, como taxa de contribuição do partido. E até hoje não sabemos onde foi parar esse dinheiro.

Então, companheiros, obrigatoriamente, tivemos de ir à Justiça para fazer prevalecer o respeito, a democracia nesse partido. Mas continuamos acreditando no PSB, acreditando nessa executiva... (Troca de fita)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - ... vai usar da palavra, em seguida continuaremos com os inscritos.

O SR. ROBERTO AMARAL - Vou usar da palavra para pedir licença e para fazer um agradecimento. Tenho agora uma reunião com os companheiros do Movimento Sindical, já havia marcado uma reunião com o Presidente do Partido, o Governador Miguel Arraes, e no mesmo horário o lançamento do livro do Prof. Antônio Houaiss, que já aconteceu. Peço licença aos companheiros porque as questões agora não são sobre a legislação, quer dizer, a minha presença é irrelevante. Agradeço aos companheiros a atenção às minhas intervenções, não sei se contribuí, mas esta foi a minha intenção. Muito obrigado e permitam que me retire. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - O último inscrito é o companheiro do Pará, de Marituba. Em seguida três reinscrições para encerrarmos os debates sobre a questão. Os companheiros Joaquim, Rui e José Carlos Silva.

O SR. ASTÉRIO SANTOS - Companheiros, agradeço ao Senador Ademir Andrade, ao Senador Antônio, aos Relatores e a esta plenária. Companheiros, nós, no Pará, estamos desenvolvendo uma política de socialismo, envolvendo as ONGs, o Movimento Sindical, o Grupo dos Sem-Terra e dos Sem-Teto. Com isso conseguimos eleger Ademir Andrade Senador e pretendemos eleger uma bancada forte do Pará como Deputado Federal e entendemos que só se caminha se dermos os braços, unidos com o povo oprimido que está lá, o povo sem-terra, o povo que está nas ONGs, o movimento sindical, a associação de moradores.

Se outros Estados copiarem o que está acontecendo no Pará, temos certeza de que esses 5% de que hoje precisamos serão o mínimo, porque temos certeza de que iríamos chegar a 10%. Nós vamos fazer uma das maiores bancadas de vereadores no municípios e prefeitos com essa união.

Queremos apresentar como proposta aos companheiros de outros Estados que colocassem pontos positivos dos dois Estados, para que aqui conseguíssemos crescer e saíssemos daqui unidos com propostas.

Obrigado. (palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - A reinscrição de 3 companheiros para encerrarmos os debates. Companheiro Joaquim.

O SR. JOAQUIM - Companheiro, fico triste que o companheiro Roberto Amaral não esteja presente porque ele disse que eu estava dando aula de nordestino, de regional para ele. Jamais! Quem seria eu para dar aula para uma pessoa como Dr. Roberto Amaral. O que quis dizer, se hoje esse partido Socialista Brasileiro existe, companheiro Ademir, e hoje companheiro Antônio Valadares, os parlamentares contribuem com 20% para esse partido. Coincidência ou não, não é porque sou regionalista, mas hoje em nosso partido ingressou mais um Senador e um Deputado e os dois são do Nordeste. É mais uma demonstração de que o partido tem de ser respeitado no Nordeste, porque o Nordeste brasileiro é quem faz esse partido sobreviver hoje, porque hoje Pernambuco tem 7 Deputados Federais e todos eles contribuem com 20%. Hoje a Bahia tem 2 Deputados Federais e eles contribuem. Hoje o Maranhão tem um Deputado ele contribui. Não que eu esteja tirando os méritos dos companheiros do Sul do País, porque não sou racista, mas quero deixar claro que o tratamento que os outros Estados recebem eu quero que o Nordeste receba da mesma forma, porque nós do Nordeste somos o braço de luta para a construção deste País. (Palmas.)

Quero dizer ainda que nós, socialistas, e os intelectuais têm de ter um pouco de coerência para analisar que todos os nordestinos quando completam sua idade de 18 anos, sexo masculino, e 16 anos, sexo feminino, vão para São Paulo. Se eles saírem daqui politizados, naturalmente terão tendência de militar no movimento sindical, no movimento estudantil, no movimento popular e, sem dúvida alguma, teremos condições de ter um partido socialista forte em nível nacional.

Eram estas as minhas palavras, companheiros. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Obrigado, companheiro. Companheiro Rui.

O SR. RUI - Eu queria cumprimentar a mesa mas não poderia deixar de usar o espaço para um simples esclarecimento, já que um companheiro do Município de Baeux veio até aqui relatar um fato inexistente. Na verdade, o Congresso Municipal de Baeux contava com quarenta e poucas pessoas, embora tenha filiados em número de 300. Mas o fato não é este. Pelo Estatuto Estadual apenas 18 delegados. O regulamento é muito claro quando diz que só podem ser votados os delegados presentes. Pelas contas, Baeux teria direito, numa discussão política, a 2 delegados, no máximo. Houve tanta perturbação que os companheiros cederam mais uma vaga para Baeux, a ponto de ter 3 delegados.

Era o esclarecimento que gostaríamos de trazer à Mesa, visto que houve um encaminhamento de uma proposta e a relação dos presentes está na ata que encaminhamos para a comissão organizadora. Portanto, parecia que o Congresso Estadual da Paraíba teria alijado companheiros. Pelo contrário. A nossa tradição dentro do Partido Socialista Brasileiro é construir um partido com a participação efetiva de todos e que seja amplamente democrático em sua base. (Palmas.) Agora, não aceitamos pessoas com mau caráter, que venham aqui deturpar as questões colocadas de forma real. Inverdades é que o PSB da Paraíba não aceita, nunca aceitou, o companheiro Ademir Andrade me conhece de velhas datas e sabe que nunca aceitamos e não vamos aceitar e não será agora que mudaremos de atitudes. Meu muito obrigado e boa-noite. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Para encerrar, companheiro José Carlos Silva.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVA - Concluindo, só queria fazer mais uma proposta à Mesa, retomando o ponto específico da discussão, que o PSB colocasse como proposta uma discussão no campo de aliança, que não sejam meramente alianças ideológicas. Queríamos discutir alianças no campo programático. Queríamos discutir com outros partidos, abrir um arco de aliança com outros partidos que cada região, cada município veja a sua realidade e possa estar discutindo. É lógico que dentro desse campo de aliança não dá nem para conversar com os partidos de extrema direita que têm massacrado o nosso povo, tipo PFL, PPR, PL, PTB, esse lixo todo. Mas que pudéssemos colocar como proposta a discussão no campo de aliança, revendo cada realidade com os partidos de centro-esquerda. É lógico que não dá para ponderar a política nacional desses partidos, mas dá para discutir a política local.

Era o que queria propor à Mesa. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Ademir Andrade) - Gostaria saber dos nossos relatores quanto tempo seria necessário para que pudéssemos ler a proposta aos companheiros do plenário. (Pausa.)

Inclusive há uma solicitação de que se for haver um intervalo razoável que concluíssemos a votação da proposta no Auditório do Brum, aqui do lado, porque querem fazer uma projeção neste auditório. Gostaria que os companheiros participassem, fazer político já é algo que a maioria do povo faz tão pouco, então eu gostaria de apelar aos companheiros para que não deixassem o centro de convenções e que participassem até o fim das discussões dessas propostas aqui apresentadas.

Os companheiros concordariam em aguardar meia hora para votarmos a proposta desta comissão? Daí iríamos para o Auditório Brum, exatamente às 18h40min. Apelo aos companheiros para comparecerem, porque nós deliberaremos com qualquer número.

GRUPO IV

CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO: Algumas experiências na Atualidade - China e Cuba

Auditório República Pernambucana
17 de Novembro/95- 14:00 horas

Expositores:

1º Secretário da Embaixada de Cuba

Dr. Jorge Ferreira

1º Secretário da Embaixada da China

Dr. Wang Hua

Debatedor:

Segundo Secretário da

Comissão Executiva Nacional

Waldo Silva



(Não identificado) - Estamos atendendo a uma solicitação da Executiva Nacional de que já encaminhássemos a abertura dos trabalhos relativos ao Grupo IV, previsto para hoje, devido a alguns compromissos do companheiro Waldo, que é o 2º Secretário e impedido no momento de fazer a apresentação, e nos foi solicitado então que encaminhássemos a abertura dos trabalhos, a fim de que possamos terminar com a maior brevidade, para não entrarmos noite a dentro, o que acaba se transformando sempre em uma atividade muito cansativa.

Com grande satisfação contamos com a presença do representante de Cuba, nosso companheiro conhecido de muito tempo, Secretário Político da Embaixada de Cuba, Jorge Ferreira Dias, e o Dr. Wang Hua, que é Secretário da Embaixada da China, que já tiveram ocasião de se apresentarem na Abertura do nosso Congresso. Contamos também como representante do Partido dos Trabalhadores da República Dominicana, o Sr. Esteban Dias, e o representante do nosso querido Partido Comunista Português, Alexandre Pereira.

Estão previstas hoje exposições do Dr. Jorge Ferreira, Secretário da Embaixada de Cuba e do Dr., Wang Hua. Queremos propor que seja feita uma apresentação de 15 minutos como uma introdução e depois então abriremos para o plenário, a fim de que possam ser encaminhadas perguntas e possamos ter esclarecimentos a respeito da experiência socialista, quer em Cuba, quer na China e também com a participação do representante da República Dominicana e de Portugal, onde também temos partidos do campo popular organizados, uma luta até centenária.

Inicialmente, passamos a palavra ao Dr. Jorge Ferreira que faria sua introdução durante 15 minutos a respeito da experiência do socialismo em Cuba. Posteriormente, passaremos ao Dr. Wang Hua e, em seguida, então, encaminharíamos ao plenário.

Com a palavra o Dr. Jorge Ferreira.

O SR. JORGE FERREIRA - Obrigado. Boa-tarde. A realidade de abordar um tema como a experiência do socialismo num país determinado, pode ser Cuba, ou qualquer outro país, em um período tão limitado de tempo faz com que precisemos ir aos aspectos mais destacados e aos momentos mais importantes e deixar um espaço para que depois, mediante as perguntas, se tenha a possibilidade de completar um quadro em relação a algum país.

Sobre Cuba é conhecido e eu vou relembrar toda a primeira etapa da revolução e concentrar-me mais nos últimos anos, os anos mais difíceis das crises, depois da queda do socialismo no leste da Europa. Mas sobre Cuba poderemos começar por citar, como todos conhecem, que a revolução popular

em 1º de janeiro de 1959, com o apoio maciço da população, em seu primeiro ano foi uma revolução com um caráter antiimperialista, caráter de liberação nacional e popular. E somente quando mais agudo, quando mais tenso era o confronto com o governo dos Estados Unidos, às vésperas da invasão mercenária aqui conhecida como Bahia dos Portos, em 1961, foi decretado o que para todo mundo não era um segredo: o caráter socialista da revolução. Foi uma decisão tomada por um país, estava pronto para enfrentar uma agressão armada, pronto para iniciar uma guerra e se queria que todo cubano que fosse defender a revolução tivesse plena consciência de que também iria defender o socialismo.

Aquela invasão, preparada durante muitos anos, com muito apoio financeiro do governo dos Estados Unidos, reconhece-se que foi rejeitada em 72 horas, com um saldo logicamente de vidas humanas, principalmente da parte do povo de Cuba.

A partir desse momento a revolução se consolidou e se estabeleceram relações comerciais, relações de colaboração com a antiga União Soviética, com os países da Europa do Leste. Cuba já é um País que conta com poucos parceiros na América Latina. Quase todos os países, à exceção do México, romperam suas relações com Cuba. Cuba foi expulsa da OEA por não acatar suas decisões desse órgão interamericano e, mais do que isso, por não acatar as decisões do governo dos Estados Unidos.

Assim começou uma relação que, durante anos, se foi desenvolvendo e fez com que 85% de nossas relações comerciais fossem estabelecidas com governos do antigo bloco socialista. Foram muitas, realmente, realizações de Cuba nesses primeiros anos. Cuba era um País que vivia somente da cana-de-açúcar, o principal meio para obter ingresso em nossa economia. Ao passar dos anos foram desenvolvidas diversas tarefas de caráter social que deram credibilidade à revolução e que acrescentaram consideravelmente apoio popular. Assim, por exemplo, uma das primeiras grandes tarefas foi a luta contra o analfabetismo. Cuba tem uma população de 10 milhões de habitantes e 1 milhão eram analfabetos. Essa foi uma batalha que se ganhou em um ano somente pela ativa participação do povo e, principalmente, dos jovens estudantes, que foram às montanhas, aos campos e alfabetizaram os que não sabiam ler e escrever.

Essa campanha educacional continuou durante vários anos e fez com que nesse momento informes indicam que 100% de nossas crianças e nossos jovens estão escolarizados. Temos um analfabetismo residual de 1, 2%, principalmente pessoas idosas ou doentes mentais, incapacitados realmente para se educar.

Criou-se toda uma grande rede de educação no país. Antes a universidade estava somente na capital. Hoje temos uma universidade em

cada província. E existem províncias com mais de uma universidade, já que tem outros centros de ensino superior.

De maneira que a educação foi uma das primeiras grandes prioridades e ainda continua tendo atenção especial do governo e de todas as instituições da revolução.

Outra grande tarefa iniciada num primeiro momento foi na Saúde. Cuba, nos anos 1966/67 conseguiu eliminar doenças que constituíam flagelos humanos em nosso país e que ainda hoje constituem flagelo para muitos países da América Latina. A Poliomielite, por exemplo, que sempre registrava vários casos por ano, é uma doença que desde 1967 não se conhece em nosso país, pelas campanhas de imunização que se desenvolvem e também por todo um trabalho de informação, de educação, que nesse sentido está chegando às vias de efeito.

O importante é que em Saúde no país realmente investe-se de maneira muito maciça, não somente descentralizando a Saúde, que antes de concentrava nas capitais e antes, por exemplo, o principal hospital que atendia a doenças específicas estava na capital do país. Hoje, todas as capitais de províncias têm centros especializados, e não somente isso, toda uma rede de policlínicas e de centros que brindam a atenção primária e nesse caso a medicina comunitária.

A partir dos anos 80 desenvolveu-se uma experiência que era a de levar o médico não somente a atender uma comunidade de população específica, mas a algo entorno de 120 famílias. Essa é uma experiência que hoje cobra 95% de nossa população, contando prioritariamente essa estatística nos setores de montanha, nos setores mais afastados do país, que foram os primeiros a receber esse sistema de atendimento primário.

A Saúde realmente é uma das conquistas mais importantes. Um país que tinha 3 mil médicos ao triunfo da revolução tem hoje 55 mil e este ano vamos conseguir 2 mil e 500 mais. Isso nos permite levar nossa assistência médica a mais de 30 países do mundo. Neste momento inclui-se o Brasil uma presença de médicos cubanos, de especialistas e pesquisadores. À saúde não somente acrescido o número de médicos, número de especialistas, mas temos centros de pesquisas que já produzem remédios que não existem em outros países. Nossa vacina antimeningocócica por exemplo é única no mundo. Nossa vacina contra hepatite b somente existe na França. Como essas, toda uma série de técnicas cirúrgicas, uma série de tratamento de ortopedia, realmente numerosos, além de outros medicamentos que o país também produz e exporta. Há excelentes equipamentos médicos, como na aplicação importante da informática, e nesse caso alguns deles já estão no Brasil, sendo testados em localidades como Vitória, Niterói, entre outros locais.

De maneira que até 1990 o país conseguiu louros importantes, além do citado serviço na reforma agrária, entregou-se a terra a quem realmente lá trabalhava, iniciou-se um processo cooperativo a partir da voluntariedade dos camponeses que quisessem se reunir e produzir em conjunto, para evitar o isolamento e a anarquia na produção de alimentos agrários. O país está em capacidade de produzir usinas açucareiras. Criou-se a indústria sideromecânica, que não existia antes do triunfo da revolução. Em matéria de esporte, em matéria de cultura foi notável também o desenvolvimento alcançado. É importante assim mesmo destacar que o país só tinha leis estabelecidas para que toda pessoa maior de 18 anos tivesse obrigações sociais, como o trabalho. Estava garantido o pleno emprego na totalidade do país e desenvolveu-se para isso uma estratégia de não se concentrar somente na capital, nos grandes centros industriais.

Ao chegar em 1989/90, começa a chamada crise do socialismo, que deu lugar à desintegração da União soviética e à queda do socialismo no Leste da Europa. Já falamos que 85% de nossas relações comerciais eram com esses países, por diversas razões, e uma delas era bloqueio, uma delas era que Cuba somente mantinha relações econômicas na América Latina com o México. Os demais países romperam com Cuba no começo dos anos 60.

Quando se produziu o desastre da antiga União Soviética pelos países do Leste Europeu, com os quais tínhamos relações comerciais já estáveis, relações comerciais projetadas a longo curso, sem dúvida foi um grande golpe não só para a economia, mas um golpe digamos psicológico, político contra a revolução. É neste momento que o governo dos Estados Unidos começa a estabelecer medidas para endurecer o bloqueio contra Cuba. Nós estávamos realmente diante do desafio: ou tomávamos a decisão de desistir, a decisão de defender, porque com muito esforço, com muito trabalho, com muita dificuldade havia-se concluído em fazer entrega de tudo o que com esse esforço havia sido conseguido.

Foi assim que se tomou a decisão de resistir e de vencer. Para isso foi elaborada uma estratégia, porque Cuba, entre outras coisas, não recebe crédito do Fundo Monetário Internacional, não recebe crédito de Banco Mundial, não recebe crédito de muitos governos. É um país que tem de criar a forma de se sustentar, de atrair capitais. Foi assim que a partir dos anos 90 elaborou-se uma estratégia para enfrentar as crises e dela sair triunfante, com sucesso. Essa estratégia, por exemplo, contemplou uma abertura para o turismo que já está dando bom resultados. Cuba recebia 150 mil turistas por ano e este ano devemos receber perto de 1 milhão. Somente no ano passado o turismo representou 750 milhões de dólares de ingresso para o país, um pouco mais que colheita de cana.

E assim temos preparando o país, desenvolvendo no país o

turismo com a consequência que o turismo tem e que todos aqui conhecem, mas uma alternativa que realmente não havia outro jeito que não fosse o de acontecer.

Outra parte dessa estratégia era desenvolver um programa que pudesse garantir na maior brevidade possível a alimentação da população. Foi assim que o setor estatal da estrutura fundiária do país foram cedidos hectares de terra para famílias de camponeses que produziram alimentos para seu autoconsumo e também para vender. Foi criada uma ampla rede de mercados agropecuários, onde concorrem cooperativistas e privados e é uma atividade que mais rapidamente conseguiu realmente não satisfazer cem por cento das necessidades alimentares da população, mas fez com que 50% em que não vimos realmente possibilidade de satisfazer essas necessidades crescer para 80, 85% que neste momento é o índice de satisfação dos problemas alimentares.

Outras atividades foram a abertura na área econômica, a criação de empresas mistas, de joint ventures, de associações comerciais com capitais estrangeiros e que já significam neste momento a criação de mais de 250 empresas mistas em Cuba. E de outras 200 que estão sendo consideradas. Esse é um processo que se desenvolve controladamente. Não é qualquer um que chega num país com um malote cheio de dólares e vá montar um negócio. O país está desenvolvendo uma política caso a caso, analisando proposta por proposta e já aprovamos recentemente uma lei de investimento que estabelece a política. A continuar nesse processo de associação de capitais e nesse processo de joint ventures.

Em princípio, estamos em posição de criar essas empresas mistas e essas associações em todas as áreas da economia do país com exceção de educação, saúde e das forças armadas. São setores que consideramos que não precisam por enquanto proceder a essa associação. Agora, em todas as áreas onde precisamos de mercado, de tecnologia, de financiamento estamos em posição de estabelecer essa política de empresas mistas.

Outra área importante é continuar desenvolvendo nossa indústria de saúde. Aí existem possibilidades potenciais que estão sendo demonstradas durante os anos. Já não só remédios que se vendem em países da América Latina, em países da Europa. Já no Brasil também começam a aparecer também alguns medicamentos registrados oficialmente no Ministério da Saúde e essa é uma área que promete realmente muito de contribuição para a saída da crise.

Foi liberado o trabalho por conta própria. Há 2 anos não existia o trabalho por conta própria legalizado. O Estado se responsabilizava por tudo, desde uma reparação na torneira de uma casa até coisas maiores. Mas foram liberadas categorias de trabalho por conta própria. Estabeleceu-se

um procedimento impositivo: Cuba somente cobrava um imposto, o imposto de circulação, não havia imposto para mais nada. Agora já se procedeu a criação de um sistema impositivo para estabilizar nossas finanças internas. Até aqui realmente as medidas têm sido adotada e estão dando certo.

Cuba que nos anos 90 tinha uma economia em queda, já a partir deste ano essa economia começa a dar sinais de recuperação. Não é muito mas no primeiro semestre deste ano o crescimento foi de 2,5%, e acreditamos que até o final do ano o PIB do nosso país pode chegar a ser de 2,7%. Já existe realmente base para o próximo ano conseguir um crescimento superior. Faltam em determinados momentos como matéria-prima, energia, alimento, mas ainda assim a situação do país é de normalidade e de tranquilidade com as tensões que logicamente ocasionam a falta de energia, a falta de comida. Isso em qualquer lugar ocasiona tensão. Mas o que demonstra realmente a fortaleza do processo cubano, o que demonstra realmente o nível de apoio popular desse processo é que durante 5 anos o país não tinha nada. O país perdeu 70% do seu poder de compra. De 8 bilhões e meio que era o seu poder de compra em 89 caiu para 1 mil e 700 bilhões. Na medida em que tudo era um desastre, faltava transporte, comida, energia, tudo. Ainda assim não se introduziu o caos em nosso país.

Por isso, em matéria de experiência eu poderia concluir essa parte, referindo-me a que alguns elementos que contribuíram e contribuem para que o processo cubano se fortaleça, se mantenha, e o processo cubano está o exemplo do efeito dominó que caracterizou a guerra foi sem dúvida alguma que em Cuba uma das características principais do socialismo foi a da existência de uma vinculação muito estreita entre Estado, o partido e sua população. Uma dessas experiências válidas também é que foi o povo o principal protagonista de todo o processo, atuando não somente no partido, mas nas organizações de massa o país desenvolver fortes organizações de moradores, de mulheres, de jovens, de sindicatos, de estudantes que seguem o canal que permitiu organizar o povo e convocá-lo para todo esse grande esforço.

Uma experiência muito importante é que a principal política do país em matéria por exemplo de constituição dos outros poderes populares, a reforma agrária,, em funcionamento das organizações de massa, enfim, a principal política mais determinante sempre partiu de critério de adequar a experiência de outros países, adequar a experiência do campo socialista às características, às condições.

É verdade, e agora que estamos em família, e se não estivéssemos em família poderíamos também falar, é verdade que cometemos o erro de fazer cópia, de copiar muitas coisas. Copiamos por exemplo um sistema de direção e planejamento econômico, que seria bom para um país desenvolvido, mas não para um país atrasado, um país que vivia somente do

monocultivo da cana-de-açúcar. Esse foi um erro que cometemos. Agora, o erro que não cometemos. Nosso sistema eleitoral por exemplo nada se parece ao que tinha a União Soviética, que elegia o princípio do candidato único. Nós, sempre por lei, incluindo que é importante de 2 a 8 candidatos. É um processo que difere totalmente do processo soviético e do processo de muitos países. a partir de que em Cuba não se nomina os partidos nem as organizações sociais de massa, nomina-se o candidato dos eleitores. E não há candidato de partido, mas candidato da igreja. Não há candidato dos eleitores sem distinção de caráter político. Pode ser Vereador, Deputado ou militante de partido, mas pode ser Deputado também um batista ou um católico, como nós temos em nosso parlamento. Essa foi uma experiência também que deu certo.

Com ela uma outra experiência também que fez com que o povo identificasse muitas decisões adotadas à consulta popular. Nossa Constituição vigente de 1976 foi submetida ao plebiscito e 98% da população votou a favor dessa constituição: Código da Família, Código da Juventude e decisões importantes de caráter interno, todos submetidos à consulta popular.

A última experiência de consulta popular - sem querer tomar mais tempo - no ano passado o nosso parlamento discutiu durante dois dias um pacote de medidas que eram necessárias ser aplicadas para a estabilização das finanças internas. Os economistas tinham uma série de considerações técnicas, os deputados, operários, trabalhadores tinham uma concepção diferente e foi um processo que durante dois dias não se conseguiu realmente conciliar e chegar a uma decisão. A decisão foi que antes que o parlamento tomasse qualquer decisão tinha de ser submetido à consulta popular. Durante quatro meses e meio houve todo um processo de debate, onde o povo decidia, por exemplo, se havia de dobrar um preço, se havia de estabelecer um preço porque ainda os espetáculos esportivos que se dão em Cuba, em eventos internacionais, como o Pan-americano, em Cuba não se cobravam ingressos para eventos esportivos, mas se cobrava ingresso para eventos culturais, e... (Troca de fita)

... porque se preservou sobretudo não dobrar o preço, não incrementar o preço dos produtos de primeira necessidade que afetaram os setores de mais baixo ingresso. E assim por exemplo triplicou-se o preço do cigarro, quadruplicou-se o preço do Room, do charuto, começou-se a cobrar os ingressos de espetáculos esportivos e culturais e isso representou no primeiro trimestre do ano e o país pôde recuperar um déficit de 4 bilhões de dólares que tinha em sua economia interna. O país quase recuperou em 3 meses. Mas o grande mérito disso não foi a discussão do parlamento, porque ele não poderia ter chegado a uma conclusão tão sensata como a que chegou a consulta popular. Uma das grandes experiências durante esses anos foi a consulta popular e a vinculação dos órgãos do governo com as bases do país.

Sem dúvida que nem tudo é cor de rosa, cometemos erros, e eu citei somente alguns, e no curso dos debates é possível que apareçam outros. Mas esse é mais ou menos o quadro que queremos apresentar para depois procedermos o debate com a participação de todos os presentes.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Com a permissão dos componentes da Mesa eu gostaria de fazer dois anúncios. O primeiro é convidar os companheiros que tenham interesse, como reivindicação dos companheiros do Movimento Sindical, comunicamos que amanhã será instalado um grupo, às 8h30min, que tratará da questão sindical. Aos companheiros que têm interesse, o grupo funcionará no Auditório Marruá.

Também fazemos um convite aos companheiros para hoje, as 19 horas, no Teatro Beberibe, a apresentação da Aula-Espetáculo, pelo escritor filiado ao PSB, o Socialista e também acadêmico Ariano Suassuna. Será realmente um espetáculo muito bonito que ele já tem apresentado em alguns Estados da Federação, com muito sucesso, e que, a nosso convite, veio apresentar hoje para os companheiros participantes do 5º Congresso Nacional do PSB. O Teatro Beberibe fica logo à esquerda, descendo um lance de escada, e esperamos contar com a presença de todos vocês que, certamente, ficarão bastante impressionados com essa aula-espetáculo, um verdadeiro painel da cultura nordestina e nacional.

Quero ainda lembrar aos presentes que às 17h30min teremos o lançamento de dois livros na entrada próximo ao credenciamento. Os livros são: "Modernidade no Brasil", de autoria do acadêmico e também fundador do Partido Socialista e diretoriano o companheiro Antônio Houaiss e de Roberto Amaral; e "Semeando Democracia", de Margarida Vieira e Miracy, também duas companheiras do partido que fizeram tese de doutorado e lançaram o livro que traça a trajetória do socialismo democrático no Brasil de 1945 a 1965. Seguido ao lançamento dos livros creio que já será hora de assistirmos ao espetáculo.

Muito obrigado.

O SR. DEBATEDOR (WALDO SILVA) - Vamos ouvir agora o nosso companheiro chinês, Wang Hua, que fará um balanço sobre a experiência chinesa.

O SR. WANG HUA - - Agradeço a todos essa excelente oportunidade que nos permite pensar um pouco sobre o socialismo. O socialismo como uma teoria já até a partir de estar estabelecida há mais de 140 anos. Como prática o socialismo tem uma história de mais de 70 anos, a partir da Revolução de outubro da ex-União Soviética. Mas até hoje em dia, dando uma olhada retrospectiva damos conta de que existiam no mundo socialismos de variados tipos, com teorias diferentes, com práticas diferentes, até em alguns

países com nomes diferentes. Por exemplo os socialismos estabelecidos em alguns países africanos.

Para não irmos muito longe, só da experiência da China o socialismo em nosso país tem mais de 46 anos e estabelecido a partir de 1949. Pode-se dizer que as experiências nossas estão cheias de experiências positivas e negativas. As negativas, na maioria dos casos, tem a ver com dois problemas: o primeiro é a falta de preparação ideológica, política, teórica suficiente para conhecer qual é o conteúdo, qual é o objetivo real de nosso socialismo. O segundo erro sempre tem a ver com nossa impaciência, com nossa imprudência na prática do socialismo. Porque ainda com boa vontade e um bom desejo gostávamos de colher resultados imediatos e rápidos, sem lembrar a realidade própria de nossa terra, de nosso próprio país.

Os grandes mestres do socialismo estabeleceram a teoria do socialismo sobre a base, ou seja, uma base teórica que permite dar a conclusão do socialismo tomando em consideração, em referência aqueles países europeus, os países econômica e industrialmente desenvolvidos. Mas no caso da China em particular, que estabeleceu esse sistema avançado, o socialismo supre uma base semicolonial e semifeudal, totalmente diferente daquela base de referência onde se estabeleceu o socialismo como uma teoria.

Então agora qual é o reconhecimento do Partido Comunista da China sobre o nosso socialismo? Há três níveis. Em primeiro lugar, como entendemos a natureza do socialismo. Entendemos que o socialismo na China tem a tarefa fundamental, isso falando no aspecto das relações produtivas, que consiste na libertação e no desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, o nosso socialismo não procura outra coisa senão o desenvolvimento constante, a libertação constante de nossas forças produtivas.

Em segundo lugar, o objetivo do nosso socialismo procura três metas: acabar com a exploração, com a polarização e procurar trabalhar por uma prosperidade comum para todo o nosso povo.

Então, qual é a característica do socialismo na China? Economicamente, o nosso socialismo está baseado sobre um sistema de propriedade pública e aplicamos o princípio de a cada um segundo o trabalho. Politicamente, esse socialismo só pode existir com o estabelecimento como condição indispensável com poder do povo. Culturalmente, o nosso socialismo procura construir, estabelecer uma civilização socialista no espiritual e, com isso, diferenciamos radicalmente do sistema capitalista em que tudo funciona em torno do capital. Esse nosso entendimento da natureza, da característica do nosso socialismo.

Em 1992, concretamente durante o último Congresso Nacional

do nosso partido, estabelecemos a teoria da construção de um socialismo com as peculiaridades chineses, como tarefa principal para o nosso povo, na construção do socialismo. São seus conteúdos principais: primeiro, na via de desenvolvimento. Essa teoria destaca andar pelo caminho aberto por nossas próprias mãos. Não copiar modelos estrangeiros, porque as condições de cada país são diferentes, porque a situação interna e externa que afetam todo o processo de desenvolvimento do nosso socialismo é diferente. Esse caminho do socialismo não pode ser definido de uma vez por todas. Sempre podemos encontrar outros problemas, outros impedimentos, obstáculos no nosso caminho de avanço. Então, procuramos emancipar, libertar nossa mente constantemente. Procuramos a verdade dos fatos, na prática e respeitamos a iniciativa das massas, do nosso povo.

Em segundo lugar, estabelecemos uma teoria da etapa primária do socialismo. Claro que isso tem a ver só com o socialismo da China, que nasceu de uma sociedade semicolonial, semifeudal, pobre e atrasada. Então, para a construção do socialismo é preciso condições materiais, econômicas, não só morais e ideológicas, porque o socialismo real não está construído sobre o céu, tem a base na terra, no chão. E estas são as condições materiais do nosso socialismo.

Persistimos então nessa teoria de que nossa etapa primária do socialismo inclui um período de cem anos, a partir de 1949 até 2049. Em todo esse período o Partido Comunista da China chama que estamos trabalhando, lutando na etapa primária do socialismo. Justamente esse período é muito precário, muito inicial. A superioridade do socialismo às vezes ainda não é tão destacada, mas temos essa paciência para depois de cumprir essa etapa primária, até por exemplo o ano 2050, quando já teremos completada a etapa inicial, poderemos fazer declaração com orgulho, com satisfação de que o socialismo é superior ao capitalismo.

Em terceiro lugar as tarefas fundamentais já explicadas anteriormente, que são fundamentais e consistem em desenvolvimento constante das forças produtivas de acabar com a exploração do homem pelo o homem, de terminar com a polarização, de procurar a prosperidade comum para todo o mundo, e não só num pequeno grupo. Sempre durante esse período de cem anos tomar a economia como tarefa prioritária, central, a menos que se instale uma guerra de invasão estrangeira.

Em quarto lugar, a respeito da força para esse desenvolvimento do socialismo destacamos que a reforma significa a revolução. A reforma é uma renovação da iniciativa própria do nosso sistema socialista para superar nossos erros, para consertar os erros e para reorientar nosso avanço sobre as novas condições históricas, as novas condições internas e externas.

Em quinto lugar sobre as condições externas, quer dizer,

internacionais para nosso sistema socialista procuramos trabalhar com todo empenho e esforço a fim de procurar um ambiente de paz duradoura, favorável à nossa construção do socialismo. Claro que nessa luta persistimos constantemente com nossa política internacional da independência, autodecisões, não nos aliarmos a nenhuma potência estrangeira, e sempre mantendo uma abertura ao exterior.

Em sexto lugar, politicamente, persistimos na orientação política do Partido Comunista da China. Persistimos no caminho socialista e no poder popular. Lá na China em nossas palavras ditadura democrática popular.

Em sétimo lugar, as medidas estratégicas do nosso socialismo de definir as três etapas de desenvolvimento, ou uma primeira etapa a partir de 1978, para completar todo o ano de 80, uma segunda etapa a partir do ano de 1990 para o fim do presente século e um terceiro passo entre o ano 2001 até o ano 2049, justamente para completar uma primeira etapa primária do nosso socialismo, porque a cada passo, a cada etapa temos metas econômicas bem marcadas.

Teoricamente o nosso partido destaca que a pobreza não é socialismo. O socialismo é prosperidade para todos.

Em oitavo lugar, a classe operária tem de ser a força núcleo diretiva de nosso socialismo e no mesmo processo de trabalho, de luta, é preciso consolidar constantemente sua coligação entre a classe operária e as massas camponesas, os intelectuais e no caso específico da China uma coligação de todo o nosso povo, um povo integrado por mais de 56 grupos étnicos diferentes. Ou seja, nossa base de apoio é uma unidade popular, uma unidade em torno do socialismo.

O nono lugar é que persistimos durante todo esse período na teoria de um país com dois sistemas sócio-políticos para solucionar o problema das duas colônias estrangeiras. um tem a ver com a Grã-Bretanha, o problema de Hong Kong, e outra tem a ver com o governo de Portugal sobre a colônia de Macal. Dois problemas que têm a ver com elementos históricos do século passado. Agora, felizmente, segundo esse princípio de um país com o nome da República Popular da China, com dois sistemas sócio-políticos ou se na parte continental seguimos com nosso socialismo, mas depois do ano de 1997, quando retornar Hong Kong para a China e quando depois de 1999, quando Macal retornar à China, em Hong Kong e Macal vamos estabelecer um novo sistema, sem precedentes nem na história da China nem na história do mundo. Lá vamos estabelecer uma região administrativa especial com a bandeira nacional da China. Hino Nacional da China. Mas mantendo sem alteração seu sistema político, mantendo sem alteração seus costumes e usos econômicos, sociais e

culturais. Até temos o compromisso de manter o funcionamento do cassino em Macal. Claro que não vamos tolerar nenhum atentado contra a soberania, contra a independência e a integridade territorial da República Popular da China nem em Hong Kong nem em Macal.

Finalmente, durante essa etapa do socialismo, com as peculiaridades chinesas, vamos trabalhar para realizar a reunificação da pátria, ou seja, o retorno da província de Taiwan para a pátria.

Creio que já tenha ultrapassados os quinze minutos e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Bem, companheiros, para esse debate estava prevista a seguinte mecânica: falaria o Jorge, em seguida Wang Hua e em seguida eu faria um pouco o advogado do diabo. Nós temos ainda o nosso companheiro que representa o Partido dos Trabalhadores da República Dominicana e o nosso companheiro que representa o Partido Comunista Português.

Proponho como mecanismo o seguinte: mantemos o método que havia sido definido antes, eu farei algumas considerações a respeito da fala do Jorge e do Wang Hua, e, em seguida, daremos a palavra aos dois companheiros e abriremos o debate com o plenário. Alguma objeção? (Pausa.) Não. Então, vamos prosseguir na nossa lógica.

Eu queria inicialmente fazer uma observação, e procurarei ser o mais breve possível, sobre a qual nós, socialistas, temos de pensar com profundidade. Existem hoje com uma certa significação na arena internacional 3 países que se declaram socialistas, dentro da concepção tradicional do socialismo: Vietnã, China e Cuba. Existem outros na periferia mas esses são os 3 grandes, digamos, exemplos do chamado socialismo real, que persistiu.

Excetuando-se o caso da União Soviética, esses são praticamente os 3 únicos países que mantiveram a perspectiva da construção da sociedade socialista, cujo ingresso nessa construção se deu por intermédio da mobilização popular. Se olharmos para trás poderemos verificar que a imensa maioria do Leste Europeu e a imensa maioria de experiências que se declaravam marxistas, ou marxistas leninistas que se estabeleceram na África e em vários países do mundo resultaram de golpe de Estado ou de invasão militar.

É fundamental para que compreendamos o que foi esse desastre do Leste Europeu ter em mente que a extensão ou a propagação do chamado socialismo real do ponto de vista quantitativo se deu principalmente em cima de golpe de Estado e de ocupação militar. A nossa experiência latino-americana é uma demonstração cabal disso. Quem conhece História do Brasil

sabe que em 1934 a orientação que tinham os partidos comunistas em toda a América Latina era a de organizar golpe de Estado. Chamava-se de revolta popular. Na realidade, eram golpes de Estado.

No caso da China, de Cuba e do Vietnã a ascensão dos socialistas ao poder se deu depois de uma longa luta popular... (Troca de fita)

... o que as diferencia fundamentalmente do resto das experiências socialistas. Não vou discutir a União Soviética, dada a complexidade do problema. A União Soviética, obviamente a instalação de um Estado socialista se deu a partir da luta popular. Mas esse exemplo tem de ser tratado isolada e especificamente.

Todas as questões sublinhadas tanto pelo Wang Hua como pelo Jorge Ferreira é que a construção socialista em Cuba e na China se fez por intermédio da organização popular, principalmente em Cuba. A China é uma complicação ainda maior, porque se não existe - e em princípio isso não está organizado - um sistema de participação popular como o que se instalou em Cuba, houve um momento da história da China - as minhas diferenças com Wang Hua já conversamos - onde a revolução cultural fez ingressar o povo chinês na luta pela construção do socialismo. Certo ou errado, a análise que se possa fazer dos erros da revolução cultural isso não discutiremos, mas a verdade é que a revolução cultural mobilizou massas na construção de um país. O Presidente Mao Tse Tung exerceu sempre um papel de mobilizar as massas nessa construção.

Isso diferencia a experiência chinesa. O Vietnã, nem se diga. Ele é um Estado que resultou de 20, 30 anos de organização e revolta das massas para expulsar a invasão colonial. Essa diferença é fundamental, na minha opinião, para ter permitido que essas experiências cubana, chinesa e vietnamita tenham sobrevivido a essa tormenta, a esse turbilhão que foi o desastre do Leste Europeu.

Contudo, quero ainda entrar mais detalhadamente naquilo que eu faria, diria, o papel do advogado do diabo: o caso cubano. Quem viveu viu. Em Cuba, durante os anos 60, houve profunda disputa de natureza ideológica e estratégica, da qual fez parte um dos mitos desse século, que foi o nosso Che Guevara. A estratégia de construção econômica de Cuba, definida durante os anos 60, particularmente no que concerne à questão da monocultura da cana, teve uma sólida e radical oposição do Che Guevara. Digo isso porque não estou inventando, nem ninguém me disse. Eu vivi essas divergências como militante de esquerda. Nós aqui no Brasil vivemos essas divergências. Essa diferença acabou sendo um pouco catalisada pela China, que defendia um desenvolvimento autônomo e soberano, enquanto Cuba optou por uma integração no COMECON.

Sabíamos que isso foi motivo de profundo debate em Cuba e pessoalmente considero que esse foi o principal elemento das dificuldades do ponto de vista econômico que Cuba sofreu depois do desastre do leste europeu.

Eu diria que houve um momento em que em Cuba se estabeleceu uma sociedade quimérica, quase ideal. Todo mundo tinha direito a tudo: à saúde, educação perfeita, comida para todos, lazer para todos, prazer para todos. Mas tudo isso montado e dependente de uma integração na economia do chamado Leste Europeu, na economia do COMECOM (Mercado Comum do Leste Europeu).

Obviamente que com a ruína desse sistema Cuba foi obrigada a enfrentar uma crise em condições muito difíceis, enquanto que no caso da China, contrariamente, apostou-se talvez e provavelmente num excesso de zelo em relação à integração da China com o resto do mundo. Houve um momento onde a China se fechou mais do que devia ter-se fechado. E isso teve consequências. Foi obviamente esse o momento da revolução cultural, principalmente. Os chineses mesmo hoje culpam a revolução cultural por uma parte dessas dificuldades. Foram duas tendências diversas e que trouxeram dificuldades para a construção socialista nesses dois países.

Existe um terceiro elemento que eu gostaria de sublinhar. O nosso partido nasceu no final dos anos 40, principalmente por intermédio de intelectuais que se rebelaram contra a idéia do partido único, a idéia da centralização política e administrativa. O livro que os companheiros vão lançar agora à tarde conta - confesso a vocês, não estou fazendo demagogia - a brilhante história do pequeno partido que soube há quase 50 anos levantar questões que hoje fazem parte da atualidade. O Partido Comunista do Brasil, há meses, realizou sua conferência e fez uma mudança nos seus Estatutos e no seu programa político. Se examinarmos essa mudança vamos ver uma grande aproximação do PCdoB em relação a teses que o PSB defendia há 40 anos.

A questão da democracia não pode ser considerada simples e unicamente do ângulo da democracia eleitoral. É outra coisa. Democracia é participação do povo na determinação do seu destino. É isso que é democracia. Essa democracia formal de eleições eu até concordaria em dizer que o sistema cubano, onde pelo menos formalmente existe uma chamada ditadura do proletariado, no que concerne a democracia formal é talvez menos formalista do que a nossa democracia, mas é muito mais democrático no sentido de que a participação popular nas decisões do seu próprio destino é muito mais intensa do que no Brasil, ou qualquer outro país dito democrático.

Foi o que salvou o socialismo em Cuba, e não foi outra coisa. Não houvesse isso e Cuba teria ruído, como ruíram todos os países do leste europeu. Teria desmoronado. Essa é uma questão básica que a história presente

da construção, da superação do capitalismo, da construção de uma sociedade socialista nos deixou como herança. Sem o povo, sem mobilizar o povo, sem integrar o povo na construção da história, sem fazer - e aí tem um debate de natureza filosófica extremamente complexo, porque em parte o marxismo passou a negar o homem como sujeito da história. Não estou dizendo Marx, mas o marxismo, muitos filósofos marxistas num momento determinado passaram a ridicularizar essa história de que o homem era o sujeito da história. No caso específico de Cuba certamente as circunstâncias fizeram o homem sujeito da história cubana. No caso da China certamente, durante um longo período, os indivíduos tornaram-se sujeitos de sua própria história, ainda que tenham provocado um cataclisma. O simples fato de a sociedade chinesa durante 10 ou 15 anos ter-se mobilizado violentamente na participação transformou-a em uma sociedade onde o indivíduo teve participação como sujeito da sua própria história.

Esses três pontos: a questão estratégia do desenvolvimento da independência nacional, a questão da democracia e da participação popular e a questão estratégica do desenvolvimento que o Wang Hua levantou longamente são três pontos básicos que temos que tirar como lições da história da construção socialista nos últimos 50 anos. (Palmas.)

O SR. ESTEBAM DIAS - Companheiros, primeiro como não falo português tratarei de no possível fazer-me entender no idioma que domino, o Espanhol. Esta manhã em seu discurso, o companheiro Miguel Arraes dizia: queremos um projeto nacional que expresse a diversidade do país, e dizia que o projeto socialista do Brasil teria que se desenvolver, tomando em conta a diversidade, a complexidade deste imenso País.

Creio que qualquer comentário que possa fazer sobre a intervenção dos companheiros Ferreira e Wang, deve partir precisamente dessa característica: o socialismo como solução histórica que se dá em cada uma das sociedades dos diferentes países, partindo exatamente das características que expressam essas sociedades e como não há duas sociedades iguais é óbvio que o projeto socialista tem tantas expressões como expressões têm cada uma das sociedades.

Com isso, penso que estamos rompendo com o que era uma espécie de dogma que, durante muito tempo, teríamos, nós que acreditamos no socialismo, e que foi um dos males que me parece que afortunadamente estamos superando. Não pode haver socialismo sobre a base de copiar, de calcar as experiências de outras nações. Nesse sentido o socialismo é portanto uma responsabilidade exclusiva dos que em cada país têm a carga a tarefa de levar adiante os esforços encaminhados para resolver os grandes problemas que temos em nossos países.

De todas as maneiras, em cada país há momento de se expressar esse projeto nacional, tem de se dar de modo geral soluções que têm denominadores comuns, que têm expressões praticamente similares a um que não é igual para cada uma dessas nações. E os companheiros em suas intervenções que foram diferentes a meu entender frisaram precisamente essas características similares.

Não há socialismo na República Dominicana e creio que se houver terá de ter características como as observadas pelos companheiros, enquanto sua forma geral. A primeira que me ocorre é óbvia, a independência e a soberania. Não pode haver socialismo em um estado de subjugação, de domínio estrangeiro ou de influência decisiva estrangeira sobre outro país. E penso que isso foi o que ocorreu como aspecto negativo no Leste Europeu. O Exército da União Soviética liberou o nacional socialismo, o nazismo, o fascismo a numerosos povos do Leste Europeu e de certo modo criou-se um socialismo que não poderá nunca se liberar dessa influência liberadora decisiva que ocorreu na Segunda Guerra Mundial. Isso evidentemente conspirou, foi a causa, em grande medida, dos grandes problemas e do fracasso experimentado em vários desses países.

Portanto, a condição de soberania, de independência, de autodeterminação tem de estar presente desde o início em todo o projeto que se chame socialista.

A participação popular. Não pode haver socialismo verdadeiro se esse socialismo só é expressão de uma elite, uma minoria por muito bem intencionada, por muito capaz, por influência que tenha na sociedade. O socialismo tem de ser sempre a sustentação da participação do povo em sentido federal. Se não é uma expressão do povo, com todas as características, incluindo algumas que possam parecer negativas, esse socialismo será qualquer coisa mas não o socialismo verdadeiro. Entendo que procurar buscar, criar as condições para que aquele povo sempre participe é a condição por excelência de todo socialista. Nunca atuar pensando que ele está refreando a verdade e os interesses dos outros. Há de se propiciar que os outros participem e sobretudo que a maioria participe.

Em terceiro lugar, o sistema de propriedade. É óbvio que não pode haver socialismo que deve ser sempre expressão de interesses coletivos se a propriedade, se a riqueza está concentrada em poucas mãos. Porque então poderá haver caridade, poderá haver uma forma de expressão caritativa, mas não definitivamente participação pela sociedade no desfrute dos resultados do trabalho social que a sociedade acumula. Portanto, pela forma que seja, pela guerra, pela utilização das formas legais de luta, por qualquer outro procedimento tem de se produzir sempre uma redistribuição da riqueza que seja possível a que em seu conjunto da sociedade desfrute das distintas

expressões que dão a propriedade coletiva ou a propriedade social em seu conjunto.

Portanto, a propriedade privada sobre os grandes meios de produção e sobre os grandes meios de informação e de opinião medularmente contraditória com um projeto que expresse os interesses do socialismo. Esta manhã um dos oradores dizia da necessidade de que os partidários do socialismo no Brasil comecem a trabalhar para ter e criar meios de opinião para enfrentar esses monstros que são os meios de informação e de opinião nas mãos das elites, das minorias, o que ocorre não só no Brasil, mas na imensa maioria dos países da América Latina.

Eu diria que essa luta pelo controle dos meios de comunicação, dos meios de informação e opinião é uma luta já de caráter decisivamente estratégico, porque definitivamente quem tem a possibilidade de influir mediante a informação, a opinião tem cá se lamentar da batalha ganha como a que tenha perdido aquele que não dispõe dessa possibilidade.

O bem-estar da gente. Um dos estereótipos que isso fracassa projetos socialistas no Leste Europeu a meu entender foi eleito de que se deu muita ênfase ao domínio dos estados dos meios de produção no controle estatal sobre as fontes de riquezas. Se se preocupassem mais com o fato de que a riqueza tem de ser sempre posta a serviço daqueles que a produzem, para procurar o melhoramento das condições de vida dos que a produzem, porque a lei natural mais importante da vida do homem, socialmente falando, é procurar o bem-estar. Tudo que o homem faz em sociedade tem como fim último melhorar, o progresso, ter melhores condições de vida. Nós da República Dominicana chamamos: viver com dignidade. As pessoas querem viver com dignidade, satisfazer suas necessidades fundamentais de uma maneira crescente e não só essas necessidades materiais, as que têm a ver com a vida vegetativa das pessoas, senão também o crescimento espiritual. Esse outro componente de um projeto socialista. Aí sim que o socialista tem de permanentemente demonstrar sua superioridade, porque deve expressar desde o início um estado de civilização superior. Essa civilização começa precisamente com o problema cultural.

Aquele socialista, aquele partido socialista, aquele dirigente socialista, aquela pessoa que se diz socialista, que não mostra preocupação fundamental com o problema da cultura, anda a médias, não é um socialista verdadeiramente completo. Então, temos de trabalhar porque é uma forma de emancipação mental do homem, por intermédio da cultura.

Finalmente, entendo que o socialismo tem de expressar em todas as geografias a descentralização nas formas de administração da coisa pública. Vocês aqui no Brasil, País imenso, é óbvio que tem de se manifestar

de uma maneira descentralizada, não há outra maneira. Mas nós também na República Dominicana, que tem só 48 mil quilômetros quadrados, menor que qualquer Estado do Brasil é óbvio que também temos de manifestar a descentralização. Aos povos não custa... (Troca de fita)

... de decisão, de administração, de segmento, de supervisão. Penso que também é outra característica que evidentemente é necessária para o projeto socialista. Os demais, a disposição ao sacrifício, desde que tenhamos pelo menos a vocação de ajudar a transformar o mundo, porque é óbvio que a grande obra do socialismo não pode fazer com pessoas que lhe dedicam o tempo que lhes sobre. O socialismo é construído em todos os dias, com uma luta tenaz, combinando a comunicação direta com a gente, com o exemplo em sua vida privada, mas sempre sabendo que o socialismo também é a expressão suprema do respeito ao homem e à mulher, de que sempre o primeiro será o homem e a mulher. Se pensamos assim estamos seguros de que poderemos estar trabalhando em favor da causa socialista, que é a causa da humanidade. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - Depois da intervenção do companheiro eu queria tecer apenas breves considerações e pegar a questão da China e de Cuba por um outro lado. É evidente que todas essas considerações da liberdade, da cultura, da participação eu penso que o importante mesmo tanto no caso de Cuba como de China foi a existência de partidos que realmente estão organizados, estreitamente ligados, que souberam estar ligados e representaram verdadeiramente os interesses dos seus povos. Isso nos parece ser bastante significativo, porque sem esse apoio efetivo de cada um dos povos não teria sido possível no caso concreto de Cuba, mais do que China, manter-se nesse turbilhão, e ali ao lado do imperialismo, sofrendo todas as consequências do bloqueio e todos os atentados que tem sofrido.

Aqui há um aspecto que realmente nos parece contraditório aparentemente. Um companheiro disse que enquanto Cuba alinhava o COMECOM a China seguia uma política própria, soberana, dentro das características do próprio País. Parece-me que isso é importante. Nós também no Partido Comunista Português desde sempre colocamos essa premissa de política nacional como a principal impulsionadora de toda a política do partido. Isso explica em parte por que o Partido Comunista Português no mundo ocidental foi um dos pouquíssimos partidos que menos sofreu em consequência da derrocada do mundo socialista representado pela Rússia e demais países. Mas esse aspecto da política interpretação sem cópias, como foi dito, é importante. Mas penso eu que sem realmente existir um partido com as características que têm os partidos chinês e cubano não teriam condições de subsistir e nesse caso, embora sendo partidos praticamente únicos nas suas sociedades eles souberam se integrar, como já disse, e representar especificamente e no geral as aspirações de cada um dos povos. Quem esteve

em Cuba sente isso e sente que nesses 5 anos, os mais difíceis da revolução cubana, apesar de dificuldades de todos os tipos a população cubana ficou com o governo e com o partido cubano na defesa da revolução.

Penso que todas as considerações realmente de levarem o partido a interpretar e a ser o diligente de vanguarda do povo deve nos levar a pensar que a existência do partido, devidamente organizado, com características - e por esse princípio somos leninistas - deve existir para que possamos levar à construção do socialismo a bom termo. Senão, realmente nas condições atuais, com a força que o imperialismo continua a ter, teremos muitas dificuldades.

A esquerda no Brasil, como foi dito hoje na reunião da manhã, deve se unir, mas cada partido deve ter suas condições de se estruturar e realmente representar uma força organizada e ter objetivos muito claros. Penso que não devemos nos esquecer da construção do partido para levar a cabo a construção da sociedade socialista.

É só isto. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Os companheiros que quiserem se inscrever para falar vamos anotando.

O SR. JOÃO ANANIAS - (Intervenção fora do microfone) . Eu prefiro falar daqui, porque tem pouca gente, dá para ouvir perfeitamente (porém com muita dificuldade) . Eu primeiro queria dar um testemunho sobre as observações do companheiro Jorge e vimos isso in loco, muitos companheiros aqui estiveram lá, onde estive em 1992 e assistimos aos avanços, apesar de toda crise e todas as dificuldades inerentes ao bloqueio e às questões econômicas impostas pelo ...

Mas ouvimos o companheiro Jorge falar sobre a questão do PIB, Cuba este ano deverá ter crescimento ... e fazendo referência a isso, distinguindo claramente o que é um crescimento de 2,7% num país onde as oportunidades são iguais, onde os direitos são igual. Então esse é o crescimento uniforme. Todos crescerão 2,7%, indistintamente do que acontece nos países capitalistas, principalmente o Brasil. Vou dar uma referência o Estado do Ceará que teve um crescimento econômico que muitas vezes aparentemente faz inveja a.... (ininteligível)... o crescimento do Estado do Ceará e que na realidade caiu de 10 anos atrás, que era o oitavo Estado mais pobre do País, hoje é o terceiro mais pobre, apesar do grande crescimento econômico, em função da concentração da economia. O crescimento do Estado cada vez mais concentrado no crescimento (ininteligível).

Duas preocupações...

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - João, só um minutinho, eu me esqueci de que você tem de falar no microfone porque está sendo gravado.

O SR. JOÃO ANANIAS - É a ditadura do gravador, então. As duas

preocupações sobre as quais eu gostaria que o companheiro Jorge se referisse, primeiro, com referência à empresa privada ou a empresa particular em Cuba se a longo prazo não vamos estabelecer classes sociais em Cuba. O que está sendo feito para evitar que se estabeleça a longo prazo a questão das classes e volta da exploração do homem pelo homem.

Em relação ao companheiro Wang, qual é a contribuição efetiva que a China, com esse boom da economia interna está dando para a internacionalização do socialismo? É uma questão que nos preocupa por entendermos que nunca haverá o socialismo numa só nação. O que a China está fazendo efetivamente pela internacionalização do socialismo. E mais, esse grande crescimento econômico da China se isso não vai trazer um isolamento, ou seja, a China vai ser alçada ao privativo grupo das nações ricas, estabelecendo como hoje existe sendo guindada a esse patamar das nações ricas, não vai se distanciar mais ainda do mundo pobre ou das nações periféricas. Dentro desse planejamento até o ano de 2050 o que está sendo feito nesse sentido?

Eram as duas preocupações que tinha e sobre as quais gostaria de ouvir a opinião dos companheiros. Muito obrigado.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Eu proponho, para sermos mais efetivos, que façamos 3 intervenções e aí eles responderão às três, depois faremos mais 3, por bloco.

O segundo inscrito é o Walton.

O SR. WALTON - Companheiros, gostaria de fazer algumas reflexões em cima do que foi abordado. Evidentemente que as experiências cubana, chinesa e do Vietnã têm toda essa dimensão popular, essa dimensão de massa que o companheiro Waldo ressaltou. Agora, interessante no exame dessas situações é até que ponto nós podemos tirar não decalques ou cópias dessas experiências, mas podemos tirar proveito no sentido da compreensão da nossa própria revolução.

As condições atuais colocadas para nós no Brasil e no mundo podem não ser compatíveis com nenhum processo revolucionário do tipo explosivo. Não temos mais, em função da sociedade civil com a sua mecânica mediada pelo sistema comunicacional e por outros mediadores da sociedade civil condições de qualquer revolução explosiva, senão revoluções processuais que, no máximo, articulam mecanismos parlamentares com mecanismos outros, diretos de ação popular, comunitária etc., mas nunca do tipo explosivo, como aconteceu no Vietnã, na China ou em Cuba.

Até por consequência desse raciocínio, em função disso é impossível deixar de admitir que a própria situação histórico-social condiciona

hoje a existência no nosso País de uma situação específica, onde o pluripartidarismo é fundamental. Quer dizer, para nós hoje é incompatível compreender uma estrutura que possa estar integrada por uma visão de ditadura democrático popular. Isso é uma contradição em termos que implica contradição maior do ponto de vista do consensual que as sociedades democráticas do tipo ocidental vão alcançando. Acredito que esse tipo de posicionamento não nega o valor, a dimensão histórica e a grandeza dessas três revoluções, mas acredito que as suas raízes estruturais hoje no mundo são incompatíveis tanto com o caminho revolucionário, quanto com o caminho institucional, com o caminho que a revolução segue dentro da sociedade civil.

Queria que depois os companheiros se manifestassem sobre isso. Muito obrigado.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Companheiro Jaime Cardoso. A pedido do plenário, foi pedido que você se identificasse.

O SR. JAIME CARDOSO - Sou Secretário-Geral do PSB do Rio de Janeiro. Quero ser bem breve, falando sobre duas questões: uma do companheiro que me antecedeu sobre a pujança da China e como essa pujança pode servir à causa do socialismo internacionalmente não só como exemplo. E eu queria ser bem específico. O que a China com sua pujança pode fazer de solidariedade com Cuba e o que está fazendo hoje? (Palmas.)

Esta é uma pergunta que acredito todos os socialistas latino-americanos se fazem.

A outra é sobre a questão da participação da economia privada nos países socialistas, em Cuba, na China, no Vietnã. Quero dizer que uma das revisões que é necessário que os marxistas façam é exatamente esta: confundir socialismo com simples estatização. Marx ou Hengel já disseram que se instituição estatal fosse sinônimo de socialismo o cabeleireiro da rainha da Inglaterra seria uma instituição socialista, porque é uma instituição estatal. Isso não tem nada a ver.

Socialismo é, antes de mais nada, a projeção do poder para a base. Eu faria até uma caricatura de dois tipos de sociedade, quer dizer, uma sociedade onde toda propriedade fosse estatal, mas todo processo de decisão fosse tomado em nível da gerência, sem participação da base. E um outro tipo de socialismo, onde a forma jurídica da propriedade fosse privada, mas os processos de decisão tivessem que passar pela base. É evidente que esse último tipo de sociedade aproxima-se muito mais do ideal socialista. Ou seja, a questão da propriedade privada, de remover ou não a propriedade privada, ela é uma questão do meio da democratização da sociedade. Se ela se interpõe a esse processo de democratização ela tem de ser removida. Se ela se interpõe, como

disse muito bem o companheiro, ao processo de transferência do poder para a base da sociedade ela tem de ser removida. Mas aquela visão do automatismo de simplesmente estatizar os meios de produção e que isso levaria imediatamente o poder para a base, isso foi desmentido pelo fracasso das experiências do Leste Europeu.

Eu até diria o seguinte, para polemizar um pouco: aquela questão toda que aconteceu no Leste Europeu, na União Soviética, não foi uma revolução, como diz a imprensa ocidental, do povo contra a burocracia. Aquele processo foi dirigido pela burocracia. Foi um processo de cima para baixo. O que se está fazendo hoje a Rússia é um processo de acumulação primitiva. Quem está se tornando proprietário lá não são os trabalhadores. É evidente que se formou uma casta naquela sociedade, candidata à classe. Só faltava mudar a superestrutura jurídica para se transformar em classe proprietária. Foi o que aconteceu.

Então, dentro dessa ótica, gostaria de saber como os mecanismos de participação popular nos países socialistas, na China e em Cuba, podem ser desenvolvidos e implementados, tendo que conviver com a economia de mercado que eu acho que é uma realidade que a nova visão do socialismo vai ter de enfrentar. Mas eu gostaria de saber como essas experiências estão sendo vividas. Cuba, por exemplo, notabilizou-se pela participação, pela democracia popular direta. Lembro-me da experiência das microbrigadas, uma experiência riquíssima de participação popular direta. Então como isso pode, por exemplo, digamos o sistema de turismo, os grandes hotéis com participação de capital espanhol, como se pode compatibilizar isso com a participação dos trabalhadores?

Eram as questões que queria colocar.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Passamos então a palavra para os dois palestrantes responderem as perguntas.

O SR. WANG HUA - - Muito obrigado por essas perguntas. Vou responder a algumas. Uma primeira entendo que se trata de uma contribuição internacionalista. O produto interno bruto da China no ano passado foi um pouco mais de 500 bilhões de dólares norte-americanos. Segundo uma prática do nosso governo, nossa solidariedade internacional, nosso apoio internacionalista é mobilizar 1% de nosso PIB para a materialização de nosso apoio.

Essa cifra é insignificante. Estamos conscientes disso. Mas na etapa atual é o que os chineses podem fazer. Mas não vamos nos limitar a essa contribuição, porque já temos o compromisso de fazer maiores contribuições para a humanidade, lembrando que na história o povo chinês já contribuiu

para o desenvolvimento da civilização humana, como por exemplo invento de pólvora, papel, etc... Quando tivermos maior capacidade econômica vamos fazer maiores contribuições para outros países e povos, sobretudo aqueles em desenvolvimento.

O outro problema que tem a ver com essa solidariedade é um apoio ou em que medida pode fazer a China com Cuba. A situação atual do mundo é diferente da situação internacional dos anos 50, 60, até 70. Agora, para nós, o importante, o que permite a um povo desenvolver-se economicamente é, em primeiro lugar, a conscientização de desenvolvimento. Um exemplo: a própria China. Enquanto o seu patamar de desenvolvimento econômico ou desenvolvimento social não é uniforme de Changay para o interior da China. A China é igual ao Brasil, um país continental. Temos lugares desenvolvidos, temos lugares menos desenvolvidos, muito atrasados.

A prática tradicional do nosso governo foi mobilizar recursos econômicos, humanos, materiais da zona desenvolvida em um apoio incondicional, em um apoio periódico, sistemático a lugares menos desenvolvidos. Quarenta e seis anos depois, agora, nos damos conta de que isso não é possível. Não é possível que em primeiro lugar essa modalidade é como um transfusão de sangue. O desenvolvimento de uma região menos desenvolvida em primeiro lugar precisa de uma conscientização de desenvolvimento desse lugar. Se lá costuma-se receber essa transfusão de sangue até um determinado período pode-se fazer comentários sobre por que essa vez a contribuição é menor?

Então para nós, na própria China, para alcançar uma prosperidade comum, estamos fazendo dois trabalhos. Um primeiro, continuar com o apoio econômico, financeiro, educacional aos recursos humanos da zona mais desenvolvida para a menos desenvolvida. Segundo, e a mais importante conscientização da gente lá para analisar o seu próprio caso, estudar a modalidade de desenvolvimento e em vez de receber transfusão de sangue, perfeccionar o próprio mecanismo produtor de sangue. Agora, entre os países socialistas que depois da decomposição da União Soviética, depois do sucedido em muitos países do leste europeu a situação é grave. O socialismo, como um movimento internacional, está em lugar de estar impondo alto e agora impondo baixo. A dificuldade passa com cada um de nossos países, política, economicamente. A pressão contra o socialismo vinha de todas as partes. Cada um de nós agora está procurando o seu próprio caminho, sua própria iniciativa para superar essa etapa difícil. Claro que dentro de nós, dentro dos países socialistas, China, Cuba, Coréia, Vietnã, até Laos, estamos desenvolvendo uma solidariedade recíproca. Não uma solidariedade unilateral, em vários sentidos. Primeiro, apoio mútuo no moral; segundo, um apoio mútuo no político; terceiro, um intercâmbio das experiências, experiências positivas e negativas, para evitar que se cometa erros de outros e trazer para o próprio proveito

experiências positivas de outros países; quarto, desenvolver, dentro de nossas capacidades, uma cooperação econômica de igual para igual. E mais eficiente, e partindo das nossas realidades, não como contribuições unilaterais. E desenvolver um intercâmbio no sentido da essência da tecnologia, que agora esse aspecto é muito importante porque na China consideramos que a essência da tecnologia é uma força produtiva número um. E daqui para...
(Troca de fita)

... muito mais forte agora é o outro nível, será uma concorrência de poderio econômico integral e uma concorrência de nossa força da ciência e tecnologia. Por exemplo, agora com o amplo uso de tecnologia de computação eletrônica, de software, que isso vai solucionar problemas de uma maneira inimaginável. Uma vez manejadas essas tecnologias de ponta nossas forças produtivas ficarão altamente livres e desenvolvidas.

Um segundo problema tem a ver com que uma vez desenvolvida a China quais seriam as suas relações com o clube dos países desenvolvidos. As potências internacionais ficarão mais afastadas dos países pobres, menos desenvolvidos. O governo chinês já tem um compromisso de que a China agora, e será sempre, um membro a mais dessa comunidade dos países em desenvolvimento. Agora a China é um dos cinco países membros permanentes da Comissão de Segurança da ONU. Ou seja, a China, como os Estados Unidos, França, Inglaterra ou Rússia, tem direito a voto ou veto. O governo chinês fez uma declaração aberta sobre que esse direito não pertence exclusivamente aos chineses, mas aos povos dos países menos desenvolvidos. Uma vez cumprida nossa meta de modernização, de industrialização, sentiremos estar ao lado dos países em desenvolvimento. E esse direito a voto ou veto pertencerá a esse povo sofrido, que luta por uma vida melhor e por uma ordem internacional mais justa, não política nem econômica.

Um terceiro problema tem a ver com o seguinte termo, usado em minha intervenção, textualmente: ditadura popular democrática. Essa expressão não foi um invento dos comunistas chineses. Depois da programação da República Popular da China, em 1949, ou seja, depois de que o próprio povo chinês chegou a ser o verdadeiro tônico(?) do país, fora da China foi feita uma propaganda de que a China agora está fazendo uma ditadura. Então o companheiro Mao Tse Tung aproveitou essa palavra e disse: está bom. Caso vocês denominam nosso poder popular como uma ditadura, aceitamos. Mas essa ditadura tem duas funções: ditadura contra aquela força hostil ao socialismo. Sem essa mão dura não será possível resistir a uma ofensiva ideológica, militar o bloqueio econômico e comercial. E essa ditadura pertence a nossa mão, mas para combater vocês. E uma segunda função e dentro dessa mão dura temos outra mão, que é a democracia.

Democracia para o nosso povo, de dentro do nosso povo.

Ditadura contra os inimigos do nosso povo. E em defesa do nosso sistema socialista. Sem essa defesa não há chance para se estabelecer o sistema socialista na China, pagando alto preço de milhões de vidas. Ou seja, para nós, para defender o socialismo e para garanti-lo, não permitindo a restauração do sistema capitalista na China é para nós indispensável : democracia e mão dura.

Um quarto aspecto tem a ver com o sistema de propriedade no socialismo. Em princípio, uma das condições do socialismo tem a ver com a implantação do sistema de propriedade pública, mas esse é um aspecto principal de nosso princípio na vida econômica. Por quê? É imaginável que um país tão atrasado, com miséria, com pobreza, desenvolvido como China há 40 anos, de onde vêm os recursos econômicos para funcionar nossa economia pública? A primeira medida nossa foi a expropriação, a estabilização da economia do capitalismo burocrático que, antes do ano de 1949, na economia chinesa quatro famílias controlavam tudo. Incluindo a família de Chan gue se (?), a família de Kung Chance (?), enfim, quatro famílias que foram depois denominadas o capitalismo burocrático tipo chinês, porque estava mesclado com o elemento capitalista, o elemento feudalismo e o elemento militarista. Agora, na implantação de nossa economia, expropriamos, estabilizamos a parte, essa parte da economia capitalista burocrática, mas depois quando falei de se cometer alguns erros esquerdistas foi justa e economicamente nesse sentido, de ter impaciência, de dar um salto adiante, rapidamente, superando alguma etapa que foi indispensável para esse período do socialismo inicial.

Para um país como a China que, até 1978 (?) do começo de nossa reforma econômica nós nos demos conta de que só com o sistema econômico planificado, que só com uma economia de propriedade pública não foi possível. Não foi possível porque nosso nível de forças produtivas não estavam ao patamar dessas relações de produção. Então, é preciso mobilizar a iniciativa de todo o nosso povo. Por exemplo, funcionam na China pelo menos quatro tipos das propriedades, principalmente o que representa o corpo principal, que é a economia de propriedade pública, com um pouco mais de 40%. Em segundo lugar é a economia coletiva, entendida como a economia em todo campo rural. Antes foi chamado de comunas populares. Agora avançamos mais e temos estabelecidas mais de 220 mil empresas dos camponeses. São empresas agroindustriais. É uma economia cooperativa, que oferece essa economia agroindustrial de iniciativa própria dos camponeses 1290 milhões de postos de trabalho. Ou seja, quando falamos que 90% da população chinesa mora no campo não é que todo mundo trabalha na terra. Uma boa parte, que representa 26, até 27% da mão-de-obra do campo trabalha na agroindústria, são operários industriais. E essa economia coletiva representa quase um terço da nossa economia. Não é de propriedade estadual, mas coletiva.

E depois temos a economia individual. Por exemplo, uma

pequena oficina de consertar sapatos, um pequeno restaurante, com quatro mesas. Nesse tipo de empresa o governo não precisa investir nenhum centavo, mas lá está oferecendo o emprego para o nosso trabalhador. Segundo cálculo do nosso governo, para a criação de uma empresa de economia estatal pelo menos há 10 anos foi 1000 ienes, à maneira chinesa, mas para uma economia privada fazer uma pequena fábrica de quatro ou cinco pessoas não precisa investimento do governo. Em lugar de receber esse investimento contribui em oferecer emprego, mantendo a estabilidade, contribui com o pagamento de impostos e além disso representa uma iniciativa privada sã e na participação do desenvolvimento econômico da China, mantendo a baixa taxa de desemprego. A China, com mais de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes a nossa taxa de desemprego agora é menos de 3%.

Então, essa participação de toda a sociedade, mobilizando a economia estatal, a economia coletiva e a iniciativa privada permite-nos ver desenvolvida uma economia diversificada. Em outras palavras, uma economia mista. Mas dentro de tudo isso a economia de propriedade pública é principal, porque lá garante para o governo recursos indispensáveis para as funções sociais: educação, saúde e cultura.

O último aspecto tem a ver com a participação popular que, para nós, é muito importante. Claro que temos algumas experiências negativas durante justamente a revolução cultural, mencionada pelo companheiro Waldo Silva. Essa experiência de 10 anos da revolução cultural foi iniciada, mobilizada pessoalmente pelo companheiro Mao Tse Tung, o líder do nosso partido, fundador da República Popular. Mas ele, partindo de uma consideração própria de nível de gravidade da luta de classes sociais na China nos anos 60, queria ensaiar algumas medidas chinesas para evitar, segundo ele, restauração do revisionismo, para garantir a nossa orientação do socialismo. E mobilizou as massas, permitindo que o povo fizesse o que pensava. Depois, lá atrás, algumas pessoas com outras intenções desviaram a orientação de luta das massas, fizeram com que alguns dirigentes do governo, por exemplo, o Presidente da República, sem uma tramitação formal da Assembléia Popular Nacional, organismo que elegeu o Presidente da República sem um consenso, nenhum relatório para esse mecanismo. O presidente da república da China ficou destituído do cargo e foi encarcerado.

Essas experiências e algumas outras nos dão lições muito importantes para que ao mesmo tempo de desenvolver nossa democracia é importante para nós desenvolver e perfeccionar constantemente nosso sistema jurídico. A democracia e o sistema jurídico são indispensável. Ou seja, para não fazer excesso a nenhum dos lados é preciso um balanço.

Então para nós o conteúdo principal da participação do nosso povo nas decisões políticas tem três trabalhos específicos: nas eleições dos

dirigentes do governo chinês, no controle, na fiscalização do comportamento e da realização de promessas dos dirigentes e em terceiro lugar o poder de nosso povo na distribuição dos dirigentes eleitos através da assembléia popular nacional, ou assembléia popular a diferentes níveis. Mas tudo isso não é inorgânico, tem de ser através de canais, de organizações, por exemplo, nosso sistema da assembléia popular nacional.

Nosso sistema da conferência consultiva política do povo chinês é um mecanismo paralelo ao Poder Legislativo, com participação do Partido Comunista da China e oito partidos políticos existentes na China e com personalidades do setor religioso, cultural, da ciência e tecnologia, ou seja, uma participação conjunta de toda a sociedade, os representantes de toda a sociedade, até representantes de cada um dos 56 grupos étnicos diferentes.

Tudo isso, para que o nosso povo volte a ter uma participação plena e sadia nas decisões políticas da China. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JORGE FERREIRA - A primeira pergunta que responderemos agora foi feita no sentido de se com a abertura tem lugar na economia a criação de empresas mistas, se isso propiciava a criação de novas classes sociais. Devo dizer que a primeira lei de investimento com capital estrangeiro aprovado em Cuba foi no ano de 1982. Naquele momento realmente nossa economia crescia a quatro e poucos por cento por ano, não tínhamos os problemas que temos desde 1990 para cá. Naquele momento essa lei foi concebida mais como o início de um processo que, a posteriori, contribuiria para a integração de nossa economia com a economia de outros países da América Latina. Seria uma contribuição a um processo de integração que já naquele momento começava a se articular e a se projetar.

No entanto, a partir dos anos 90 realmente essa lei começou a ser aplicada e começou a se dinamizar o processo de associação, de empreendimento conjunto até chegar como explicávamos às quase 250 empresas mistas. Um exemplo é uma que vamos ter com o Brasil, por enquanto o maior investimento brasileiro em Cuba, que será a criação de uma fábrica de cigarros, instalada em Havana, da Souza Cruz, para produzir o cigarro Continental para consumo nacional e também para atender o mercado caribenho e centro-americano, de maneira que o amigo dominicano poderemos daqui a pouco vender-lhe cigarro Continental.

Agora, é interessante essa pergunta porque todas as decisões que tinham sido adotadas nos últimos meses, como a discriminação do dólar, como esse processo de criação de empresas mistas, como a liberação do trabalho por conta própria, todas essas medidas que têm implicação social têm sido realmente muito analisadas antes de se proceder a sua aplicação.

Devo dizer que certamente a criação dessas empresas beneficiam um setor da população. No entanto, outro setor da população não tem possibilidade de trabalhar em uma empresa mista onde de uma ou outra maneira tem alguma mordomia que não existe em outro setor. Concretamente estabelece um nível de diferenciação social que antes não tinha.

A sociedade cubana antes do ano 90 era e se pode assim falar uma sociedade igualitarista. Em Cuba se você tinha arroz era distribuído equitativamente. Se tinha feijão era distribuído equitativamente. E coisas que por exemplo produtos que não davam para toda a população não se repartia a nenhum setor e se assegurava para escolas, creches, hospitais. Até esse nível chegava realmente a concessão de igualdade, de equidade que nós desenvolvemos em Cuba.

Concretamente nesse processo de discriminação do dólar e da criação das empresas mistas eu devo confessar que realmente tínhamos um projeto antes de tudo de fazer uma mudança de moeda. O que acontece? Em Cuba, oficialmente o dólar não circulava, mas circulava na periferia, no mercado negro e no Estado realmente nunca se via, não tinha maneiras de (ininteligível). Inicialmente pensou-se em criar uma nova moeda livremente convertível e fazer uma transição durante alguns meses, talvez um ano, um ano e pouco, fazendo com que essa moeda, livremente convertível, chegasse a ter confiança suficiente de parte dos investidores, dos turistas etc.. Agora, foi tão crítica a situação do nosso país em 1993, devo falar que esse foi o ano mais duro de todos os anos da crise. Foi tão difícil a falta de liquidez do país foi tão grande que fez com que esse processo tivesse que se violentar e se aguardasse aquela transição que deveria se proceder de imediato, a permitir a circulação do dólar. Essa foi uma medida que realmente esteve condicionada à crise, ao imperativo econômico do momento. E é assim também que certamente um setor da população é beneficiado, esse setor tem quem envia dólar, ou esse setor que viaja, porque não são poucos, são muitos: esportistas, artistas, técnicos, médicos, marinheiros. Um setor grande da população certamente criou alguma desigualdade, algumas incompreensões. Inicialmente não era muito bem entendido. Realmente já passaram quase dois anos e já está-se informando muito qual seria a política do país com esse ingresso que está recebendo. Há organismos, como o Instituto do Esporte, o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, ou seja, alguns organismos que recebem em dólar pela atividade que realizam. E são organismos que estão encarregados de financiar determinados projetos sociais. Por exemplo, o Instituto do Esporte, que recebe dólares pela participação de nossos esportistas em eventos com o assessoramento de esportistas nossos em diferentes países, entre eles o Brasil. Nós estamos assessorando o Brasil em baseball, que é o esporte olímpico pelo qual o Brasil está interessado. Já por exemplo a seleção que estamos assessorando, o juvenil, quase ganha de Cuba agora, recentemente. É uma prometedora seleção que vocês terão aqui. Então esse organismo do esporte financia a compra de caderno, a compra de lápis,

de material escolar. O Ministério da Cultura financia algum projeto de saúde.

Na medida em que estou explicando esse setor da população, porque não entendia, vai compreendendo que como queira que seja estar recebendo o benefício daquela medida que foi preciso adotar. Agora, de jeito nenhum isso representa a criação de novas classes sociais, porque o caminho não é, como explicávamos, ter uma só moeda. O caminho é de transitar, moeda livremente convertível e na medida em que ganha credibilidade do setor investidor e dos turistas eu acho que com o tempo, com a experiência que se vai acumulando nesse processo será questão de pouco tempo para ... (Troca de fita)

...porque pode ser uma parceria de 5, de 10 anos, 15 anos, pode ser também um contrato de risco. Por exemplo, temos contrato de risco com o Canadá, com a França, com a Inglaterra. Dizia-me um companheiro nosso da juventude que agora se estabelecia com a França para achar petróleo. Já achamos Petróleo com uma empresa canadense. Esse é um contrato que tem um término de tempo, não é que dê por vida. Não vamos manter capital espanhol por exemplo explorando o turismo, tem um momento em que o contrato vai vencer e a lei estabelece que será prorrogado o contrato, a depender dos interesses das partes.

Mas cremos e confiamos que realmente esse é um processo ... (ininteligível). Estamos produzindo no país um dia por cento de nossa necessidade de petróleo sem ainda tocar esse que achamos ser o marco . (Ininteligível)... aí determinados setores que não vamos precisar dessa associação. Mas foi a crise realmente que fez com que em todas as áreas, educação, saúde e forças armadas, de onde precisamos de mercado, de tecnologia, de financiamento tivemos de ir a esse processo de parceria, a esse processo de investimento conjunto. Por enquanto a experiência tem sido boa e por enquanto os critérios são favoráveis tanto da parte cubana, quanto da parte estrangeira. E é um processo, repito, cultural. Não qualquer empresário que chegue pode dizer onde vai investir, quando vai começar. Não. É uma decisão que corresponde à parte cubana. O país fica sendo o nosso, o país fica sendo do cubano e nós continuamos realmente decidindo o que interesse ao País.

Uma pergunta também, ou um comentário que eu considero muito interessante a ele dedicarmos uns minutos que é a questão do unipartidarismo. Esse é um tema que sempre realmente é abordado e acho importante que se aplique, é importante abordá-lo porque sem dúvida é bom que se tenha o argumento do elemento que nesse caso nós cubanos temos para manter uma posição, uma decisão.

Em Cuba realmente nunca, antes da revolução, teve um partido

que poderíamos dizer tradicional. Cuba não teve tradição partidária antes do triunfo da revolução. Os partidos que existiam precediam seis, oito meses das eleições. Quando se anunciavam as eleições, criava-se o partidos de todos. O partido autêntico, partido ortodoxo, o partido unitário. Criava-se todo tipo de partido. Passadas as eleições eles desapareciam. Diferente dos países da América Latina, pois não existia a tradição partidária de 40, 50, 60 anos.

Por outro lado, com o triunfo da revolução três forças políticas que apoiaram a revolução, trabalharam junto com a revolução e decidiram em um momento determinado unirem-se em uma só organização política. Por quê? Porque havia sido uma prática aplicada por Martin, o herói nacional de Cuba, quando organizou a guerra necessária, no final do século passado. Martin explicava que para dirigir a guerra era necessário só um partido, e era necessário só um partido para garantir a unidade de ação de todas as forças. E esse mesmo critério foi que no ano de 1962 levou a que o movimento de 26 de julho, que havia apoiado a revolução nas cidades, o Diretório 13 de março, que era uma força que aglutinava os estudantes universitários e pré-universitários, e o Partido Socialista Popular, que era o partido comunista da época decidiram juntar-se e criar um só partido.

Aqui há um componente histórico concreto que é importante ter em conta. Estamos falando dos anos 60, os primeiros anos da década de 60, se nos remetemos à história foram anos de sobrevivência, anos em que o país constantemente se mantinha mobilizado, foram quase os primeiros quinze anos de mobilização militar, de defesa da nossa costa, de nossas montanhas, tinha-se em conta que em Cuba aconteceu em menos tempo e em menor magnitude o mesmo que aconteceu em Nicarágua, quando triunfou a revolução constantemente se procedia a infiltração de grupos armados em regiões do interior do país. Até o ano de 1967 chegamos a ter praticamente em todas as províncias focos de grupos armados fazendo a guerra suja, a guerra que se fez também contra a Nicarágua. Só que em nosso caso ... (ininteligível) ... todos os grupos foram eliminados. Por conseguinte nós precisávamos muito da unidade e para preservá-la era importante que existisse um só partido. Foi isso que fundamentou naqueles anos a criação de um partido único.

Em Cuba, amigos, estiveram recentemente jornalistas internacionais, personalidades internacionais, acompanhando o nosso processo eleitoral, porque partimos da base de que nosso processo de democracia é mais democrático do que muito processo democrático, porque no caso cubano o partido não nomina candidatos. No caso cubano só os eleitores se reúnem e nominam de dois a oito candidatos. Não pode ser um, sempre tem de ter concorrente. E para isso é bom interiorizar que realmente não precisa de mais partidos.

No ano passado o instituto Galup fez uma pesquisa em Cuba.

Lamento não ter os dados dessa pesquisa que foi extremamente reveladora. Era uma pesquisa para mostrar para a cúpula das américas que Cuba não foi convidada, como sempre, e o que passou pela pesquisa foi tão boa para Cuba que não foi publicada na cúpula das américas. Mas o interessante é que já conhecíamos alguns dos dados porque em Cuba se pesquisa também, e quando essa pesquisa formula a pergunta: você está de acordo em que haja um só partido ou que haja mais de um, foi uma pergunta que realmente não concitou resposta da maior parte. Agora, a pergunta sobre qual o maior problema em Cuba, 78% dos entrevistados disse que o maior problema de Cuba era o bloqueio dos Estados Unidos. E 83% dos entrevistados sobre a pergunta de se era feliz em Cuba responderam que sim, que eram felizes em Cuba. E essa enquete foi feita num dos momentos mais críticos do país.

De maneira que com independência do argumento que temos, do fator histórico que ocultava, o unipartidarismo não é um problema em Cuba. Esse é um problema que as organizações contra a revolução, as entidades realmente antigas queriam explorar e queriam constituir em um problema. Mas em Cuba não é um problema. Nós em Cuba não ouvimos isso, lá em Cuba isso não nos preocupa. Porque sabemos que quando uma eleição para vereador, prefeito, deputado não há restrições para nominar as pessoas. As únicas restrições que existem é não estar neste momento cumprindo uma sanção legal, estar em plenas faculdades mentais e ter mais de 16 anos. Fora isso não nos interessa se a pessoa é favorável ou não à revolução. Isso não interessa. Já nós conhecemos um caso de uma circunscrição onde se vetou uma candidatura porque a pessoa não simpatizava com a revolução. E aconteceu que ao conhecer essa decisão a Assembléia Municipal revogou a decisão e tiveram que repetir o processo, propuseram à pessoa que queriam propor. Depois não foi eleito, mas foi proposto o candidato. Está claro que em Cuba o fato de não ser socialista ou não coincidir com as posições do partido não é limitante para poder ser vereador ou deputado.

Quando falava das empresas mistas eu me esqueci de explicar que as nossas conquistas do ponto de vista social tentavam preservá-la quando falamos de saúde, de educação e foi feita uma pergunta interessante também sobre o caso do turismo com esse investimento como ficam os trabalhadores cubanos. A empresa cubana, uma cadeia cubana, dedicada a atender ao turismo nacional, o turismo cubano, e a própria empresa que trabalha no setor internacional ingressa um fundo a essa empresa para que cada vez seja maior o número de cubanos que tenham possibilidade também de fazer turismo, que tenham possibilidade também de participar dessas instalações hoteleiras etc., com a independência de que todas as nossas praias, todas as nossas instalações esportivas continuam sendo patrimônio de toda a população. Então você mora no ocidente e chega no oriente e quer tomar um banho de praia ninguém vai pedir identidade, nada. Esse aspecto não é estabelecida nenhuma mudança.

Fico por aqui. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone).

O SR.DE CÉSARO - Nós queremos fazer uma sugestão de encaminhamento porque temos um problema regimental ainda a resolver. Nós ainda não instalamos a comissão temática. Esta comissão ainda tem de eleger um relator, tem de debater as teses do PSB, que ainda não o fez, e nós depois vamos ter de propor o encaminhamento como faremos, se ainda hoje à noite, entrando horas a dentro, ou se retomamos amanhã de manhã.

Hoje tivemos quatro apresentações de alto nível, enriquecedoras para o trabalho do PSB, sem dúvida alguma, mas até pedagogicamente, depois de quatro horas, ao invés de o companheiro assimilar conteúdos para trabalhar com eles começa a desassimilar. Então um processo bastante cansativo depois de quatro horas.

Gostaria de encaminhar ao presidente da mesa para que fizéssemos uma saudação aos nossos quatro brilhantes visitantes porque ainda temos... É uma sugestão, haja vista o fato de estarmos reunidos há quatro horas e ainda termos de instalar a comissão e resolvermos as questões de regimento que ainda não cumprimos. Ou arrematar. Desculpem, eu não sabia que estava pendente ainda uma questão a ser abordada.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - César, o problema é o seguinte: nós temos ainda 6 pessoas inscritas. Quer dizer, infelizmente o debate começou com 2 horas de atraso. Eu me sinto muito constrangido em propor o encerramento ou o adiamento do debate. Proponho que os companheiros que tinham perguntas a serem feitas e que se consideram eventualmente respondidas que abdicuem do direito de fazê-las. Agora, os que não se considerarem respondidas temos de garantir aos companheiros o direito de fazer as perguntas, tome o tempo que for necessário.

Para prosseguir, tenho inscritos os companheiros Leda Alves, Jane, Ismar, Walton, o Gilvan Evangelista e o Inácio Rocha. Todos esses companheiros mantêm suas perguntas?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível).

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - A companheira Jane mantém.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível).

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Vou dizer o seguinte: temos tudo gravado. A solução que nós teremos, isso eu vou propor em seguida, é que algumas pessoas aqui, uma ou duas pessoas, escutem a fita e façam um relatório, porque não tem mais milagre para ser feito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível).

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Olha, eu não vou levar em consideração a intervenção do companheiro pelo seguinte: nós já pedimos ao plenário que quem pudesse abdicar das suas perguntas o fizessem. Quatro companheiros disseram que não abdicam e então vamos garantir as perguntas. Em seguida, vamos ver o que vamos fazer, porque já são 18h15min. Então a companheira Leda.

A SRA. LEDA ALVES - Sou do Diretório do PSB em Pernambuco e sou do Recife. Não vou fazer nenhum questionamento, mas vim trazer um testemunho de uma pessoa que teve o privilégio de passar quase dois meses em Cuba, em Havana, como julgadora do prêmio Casa das Américas, na categoria de Teatro. Era a primeira vez que o Brasil participava. Foi um privilégio que não interessa agora a vocês saber com quem conheci ou convivi dois meses mas tenho o dever de a cada vez que se coloca isso, principalmente agora que Cuba está sendo tão bombardeada por críticas: olha aí, eu não dizia? Tiraram o tapete e ela caiu. Eu queria dizer o que vi como dois ou três fatos que denuncia, atestam, são sinais daquela grande experiência que o povo estava vivendo em 1980.

Sou católica de fé, praticante, ligada à igreja da teologia da libertação e claro que lá eu ia procurar padres que estivessem na mesma perspectiva de luta e que me falassem das dificuldades de exercer a religião em Cuba. Isso não aconteceu. Eu vi as igrejas abertas e havendo o batismo coletivo, como uma coisa normal, com pouca juventude dentro, como aqui também por uns tempos também era assim. Então marquei um encontro com um padre católico que era professor da universidade de Havana, da cadeira de História das Religiões. Foi o primeiro susto que tomei. História das religiões da América Latina. Então marquei esse encontro no hotel e já estava me relacionando muito bem com os recepcionistas, garçons e tal. Sei que estava sentada esperando o professor universitário e o recepcionista disse: o que você está fazendo aqui essa hora, tão cedo? Eu disse: porque tenho um encontro com o reverendo fulano. Ele disse: ah, eu sei. E fez muitos elogios ao professor. Eu disse: você o conhece de onde? Ele disse: foi meu companheiro de hospital quando nós dois nos operamos na mesma época. Eu quase caí da cadeira, porque onde um professor universitário se opera no mesmo quarto de hospital com um recepcionista?

Mais adiante, à noite eu ia ao teatro e estava em dúvida sobre o que assistiria e o garçom que nos atendia, que também já tinha se relacionado muito bem, aliás o meu companheiro de viagem nessa época era Francisco Weffort que fazia parte do grupo, o atual Ministro de Cultura do Brasil. Então o garçom disse: você está em dúvida? Eu digo: estou, não sei o que vou assistir. E ele discutiu comigo as opções de teatro à noite, dizendo o que eu deveria assistir, que era um espetáculo muito bom. E eu disse? E você já foi ver? Ele

disse: Já vi todos, a temporada agora está terminando do balé. E eu ficava boba como um garçom estava por dentro de teatro, tanto quanto eu de curso superior.

E mais um companheiro meu , Baldo, um poeta premiado e naquela época já era jurado, eu perguntava a ele como era para ele um poeta e a revolução, a morte, a violência da luta, ele disse: Leda, eu sou filho de camponeses e era analfabeto. Hoje sôu professor de estética da Universidade de Havana, sou um poeta com livros publicados. Eu tive chance.

Então são coisas pequenas que podem passar despercebidas, eu não vi as ruas cheias em Havana porque as pessoas estavam trabalhando ou nas escolas. Não tinha menino fora pedindo lápis para vender, nem limpando o carro. Não vi ninguém de pé descalço nem de sandália japonesa. Vi uma grande classe média. Ninguém comia muito nem estragava, mas também ninguém passava fome. Então eu saí certa de que essa experiência era muito mais perto do pensamento de Deus do que o do meu País, onde os meninos catam comida nas latas de lixo para poder agüentar o dia.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Companheira, está registrado o seu testemunho. A próxima é a companheira Jane.

A SRA. JANE - Vou ser rápida e sucinta sobre as minhas perguntas ao Dr. Wahg Hua. Conhecedora, não participativa, do processo de educação da China, que deu muito certo, proponho um pacote, que seja importado, ao sistema de educação que foi aplicado na China, que é altamente desenvolvida, que nos remeta para a Executiva do PSB.

A globalização da economia em nosso País imposta pelos americanos - não tenho medo deles - porque antes de mais nada eu sou Brasil e o meu povo. Não tenho medo. Por que uma aliança do Brasil com a China? Porque a China não tem uma política intervencionista dentro de país nenhum. Respeita, humanamente. Esta é a minha posição.

Outra proposta é que sejam aliados a China, o Japão e o Brasil para barrar esse protecionismo dos Estados Unidos que desmantelou a nossa sociedade, quebrou tudo. Foi verdade. Com o sistema de privatização está tudo entregue na mão deles. Tudo. A siderurgia, é triste, é doloroso. A nossa siderurgia, o petróleo, tudo na mão deles. Imposição. E mexeram abusivamente na nossa Constituição, ditado por eles, de fora para dentro.

Proponho uma aliança para que vocês nos ajudem, sinceramente. Agora, o problema da nossa pobreza e miséria, dentro da minha visão política, eu não aprendi isso com PHD nenhum em política. A minha visão como política é a de que o crescimento da miséria na País está direcionada

através de uma mídia manipulada pelos americanos, para fazer justamente o consumo deles aqui dentro, colocando o povo à sua mercê. Então, não temos alternativas, porque a mídia está direcionada justamente para que não tenhamos estudo, sejamos consumistas dos americanos.

Eu gostaria que a Embaixada - estou sendo nossa representante - que fosse feito esse pacto de sinceridade e lealdade que existe na China e entre os povos asiáticos. Muito obrigado.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - O próximo companheiro inscrito é o Ismar.

O SR. ISMAR AUGUSTO - Sou de Alagoas. Companheiros ilustres da mesa e demais presentes, fico me questionando quando vejo no tema : A Construção do Socialismo. Bem, para construir o socialismo... (Troca de fita)

... a erradicação do analfabetismo em nosso País. Queria saber dos companheiros que fazem parte da Mesa, principalmente de Cuba e China, que fator principal levou a minimizar ou mesmo erradicar o analfabetismo nesses dois países.

Uma terceira pergunta é que eu gostaria de saber do Waldo Silva que sugestão ele daria ao nosso Partido Socialista Brasileiro para que ele possa fazer alguma coisa para minimizar o analfabetismo em nosso País, principalmente no Estado de Alagoas, que se encontra em primeiro lugar. E também aos companheiros conferecionistas eu gostaria de saber que sugestões dariam para realmente acabar com o analfabetismo no País, que é uma vergonha nacional. Obrigado.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - O próximo é o companheiro Dalton.

O SR. DALTON - Sou Delegado de Mato Grosso. Ilustres expositores, temos a propor é simplesmente um encaminhamento, porque o que vimos aqui no Grupo IV foi a construção do socialismo. Aqui diz ainda algumas experiências na atualidade de Cuba e China.. Só que nós passamos quase 40 minutos ouvindo o companheiro da China fazendo exposição. Não sou contra. Ele tinha que dar a resposta. O companheiro de Cuba passou quase 30 minutos. Agora, como vamos fazer a construção do socialismo para o Brasil, sabendo que existem as diferentes regiões? Por exemplo, o Centro-Oeste é uma região basicamente ligada à agricultura e pecuária. O Sul é um outro tipo de atividade. A Região Sudeste é outra. E o que vamos fazer? Após terminar as exposições, que já será 18h30min, nós vamos parar e voltar para o nosso repouso? Ou vamos continuar a discussão até o decorrer da noite para

levar essas propostas amanhã para a plenária? Porque tem o grupo de temática. A plenária já se esvaziou.

Quando aqui cheguei - peço até desculpas por chegar atrasado - havia mais colegas presentes. As pessoas foram saindo porque não mais tinham interesse. Gostaria de saber sobre a postura da mesa e da plenária. Como serão encaminhados os trabalhos? Se vamos fazer a conclusão ou vamos dar continuidade como o companheiro do Rio Grande do Sul disse na parte da manhã para o dia seguinte, no caso do dia 18, ou vamos dar continuidade agora no período noturno?

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Companheiro, eu já havia explicado isso. Na hora em que terminar as intervenções dos companheiros que querem fazer perguntas nós resolveremos essa questão. Enquanto não for assegurado o direito deles o que vamos fazer? Interrompê-los, cassar a sua palavra? Então em seguida à intervenção das pessoas que querem fazer perguntas nós decidiremos o que vamos fazer. Não pode ser antes.

O SR. DALTON - Companheiro, entendemos o que o senhor fez. Só que o companheiro do Rio Grande do Sul levantou esse encaminhamento e nós no Mato Grosso também estamos levantando para dar apoio, porque o nosso interesse é a construção do socialismo no âmbito do Brasil.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Eu sei, companheiro. Faltam dois companheiros só para falar e em seguida discutiremos essa questão. O que não podemos é cassar o direito de as pessoas fazerem perguntas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Isso não é culpa de ninguém, companheiro, atrasou a reunião 2 horas. Ou nós mantemos isso, ou se você tem outra proposta alternativa, faça-a.

O SR. DALTON - A proposta que foi levantada que foi levantada pelo companheiro do Rio Grande do Sul, à qual apoiamos, é como será encaminhado esse trabalho.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Mas essa não é uma proposta, é uma pergunta.

O SR. DALTO - Nós estamos querendo saber se vamos discutir...

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Nós vamos discutir isso em seguida, companheiro. O próprio inscrito é o Gilvan Evangelista.

O SR. GILVAN EVANGELISTA - Boa-tarde. Sou também de Mato Grosso, sou Secretário do PSB e Delegado também. Em parte eu fui contemplado nas observações anteriores em relação ao encaminhamento. a minha preocupação era a de discutirmos a questão da construção do socialismo no Brasil. Tem sido válido, é enriquecedor o debate, as observações e experiências que foram trazidas por parte dos representantes da China, de Cuba e de outros países, como de outros também que não foram citados, a própria experiência negativa da União Soviética. É muito válido para nós discutirmos isso em cima da nossa proposta de se criar o socialismo no Brasil. Porém, urge a necessidade de começarmos a debater. Não sei como está esse encaminhamento sobre a construção do nosso socialismo. Não sei se iríamos discutir...

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Companheiro, nós veremos isso em seguida. Nós dissemos que asseguraríamos às pessoas o direito de fazerem perguntas aos palestrantes.

O SR. GILVAN EVANGELISTA - É que a minha pergunta depende desse encaminhamento. Vou perguntar e se houver oportunidade, respondam. Quer o perguntar como se implantaria o socialismo no Brasil? Queria discorrer mais sobre o assunto mas não houve um debate em cima dessa temática específica, porque percebemos que não há uma clareza sobre o socialismo.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - O próximo é o companheiro Inácio Rocha.

O SR. INÁCIO ROCHA - Sou do Maranhão, minha posição dentro do partido é como Delegado Municipal e membro do Diretório Regional. Companheiros representantes da mesa, eu ia fazer duas perguntas, mas como vejo a inquietude prefiro não fazê-lo, porque iria envolver, no caso da China, problemas do seu socialismo que tiveram grande repercussão no mundo inteiro, principalmente no Brasil, e questão de Cuba que também particularmente tive oportunidade de participar de um encontro na Venezuela e com um professor cubano e líder da revolução, inclusive não vive mais em Cuba, que nos disse que era um dos poucos que ainda tinham prioridade de entrar e sair em Cuba. Então, iria envolver um avanço maior das exposições. Por isso eu vou deixar de lado.

Quero só reforçar a idéia da bancada do Maranhão, não sei se coincide com as demais bancadas, de que quanto ao tempo isso depende de nós debatermos. Acredito que é uma oportunidade rara encontrarmos personagens de governos estrangeiros, onde existe o socialismo, pois estamos tendo as informações mais fidedignas e reais possíveis. Só sabemos dessas informações por intermédio da grande imprensa e geralmente manipuladas, jogadas pelo lado do avesso. Acredito que seja o momento de termos mais paciência para tirarmos melhor proveito.

Eu e outro companheiro fomos escolhidos para vir a este Congresso e depois repassar essas informações para os outros companheiros e estamos dispostos a ir até 20, 21, 22 horas, para isso viemos para o Congresso. Não foi só para fazer turismo. Então por isso estamos dispostos. Muito obrigado.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - As intervenções que foram feitas praticamente nenhuma delas implicou perguntas novas. Os companheiros falaram mais sobre o método. Eu quero dar um esclarecimento. O debate é sobre a Construção do Socialismo: Algumas Experiências na Atualidade - China e Cuba. Esse debate é para discutirmos a questão da China e de Cuba, e não a construção do socialismo no Brasil, que é uma decorrência das experiências. Mas não é o aspecto central desse debate. O aspecto central é uma discussão sobre a experiência chinesa e a cubana. Claro que foi generalizado pelos vários interventores no debate.

Nós temos dois problemas a resolver: primeiro, precisamos fazer um relatório dessas intervenções; segundo, a apresentação de teses a respeito. Em princípio, os companheiros que vão apresentar a tese, pelo regimento, têm direito a um tempo de apresentação e a um tempo de debate das suas teses. Elas seriam aprovadas ou não. Agora, isso implica bloquearmos nossa participação nas outras atividades de hoje. E acho que nós devemos respeitar o que está no nosso regimento. Se houve um atraso no nosso debate não podemos fazer com que dessa forma levemos adiante esse atraso porque perderemos o resto do Congresso. Esta é a minha opinião pessoal. Se os companheiros decidirem continuar o debate e perder o resto da programação, por mim tudo bem. Agora, as pessoas que levantaram a questão do método eu queria propostas.

A minha proposta é a de que nomeemos alguém para fazer um relatório a ser apresentado na plenária de amanhã e incorporássemos nesse relatório - não sei qual o conteúdo da tese dos companheiros do Rio Grande do Sul, pois parece que são os únicos que têm uma tese para defender. Poderíamos ouvir o companheiro e se não houver nenhuma divergência de fundamento a sua tese será incorporada ao relatório de amanhã como aprovado.

Alguém tem alguma outra proposta?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Amanhã temos a plenária dos grupos temáticos às 9 horas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - De qualquer forma nós temos de escolher alguém aqui para apresentar um resumo do grupo temático já dessa parte de hoje, e amanhã retomaremos com o que está faltando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Isso não faz parte do tema, companheiro. Nós estamos discutindo a experiência chinesa e a experiência cubana.

Com a palavra o João. É a única proposta concreta apresentada. A menos que os companheiros do Rio Grande do Sul queiram apresentar outra alternativa. Então está aprovada esta proposta. Agora, eu pediria que a plenária imediatamente agora determinasse quem será o relator dessa primeira fase, para que se apresente no plenário amanhã.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Eu acho complicado que ele seja o relator. Mais um nome.

Companheiro João. Terminado esse problema.

O SR. CÉSAR - Um esclarecimento a alguns companheiros, porque um dos temas do nosso Congresso Nacional era a discussão sobre o projeto político da esquerda socialista. Como nós chegamos aqui e desapareceu esse nome, procuramos em qual temário se encaixaria o trabalho. E o temário veio então na experiência do socialismo. Então a compreensão que muitos de nós pelo menos tínhamos era a de que seria feita a exposição da experiência do socialismo em Cuba e na China como uma parte enriquecedora para um posterior debate do partido sobre o seu tema. Isso não foi bem conduzido ao nosso entendimento e gerou confusão. Nós, preocupados com a metodologia, inclusive, fizemos essa intervenção.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - O César, tanto esse debate como o que houve pela manhã fazem parte do projeto político da esquerda socialista. obviamente tem de haver, após terminados os relatórios, alguém que vá fundir as questões levantadas. Num certo sentido o debate que houve agora à tarde sobre o neoliberalismo e globalização também faz parte desse tema.

O SR. CÉSAR - Só que nós tínhamos que compatibilizar as exposições com os trabalhos que os Estados trouxeram. Muitos deles já publicados antecipadamente no Brasil Socialista. Então nossa tendência é juntar.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Claro. Em seguida o Congresso vai nomear relatores que farão a compatibilização global desses temas.

O SR. CÉSAR - Não está no regimento.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Está sim. O regimento diz que em seguida esses temas serão todos fundidos num caderno único, num relatório único do Congresso, como sempre nós fizemos. Todas as vezes foi feito isso.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Eu não li esse regimento.

O SR. CÉSAR - Há um regimento aqui que fala da instalação das comissões temáticas, onde todos os trabalhos seriam discutidos, votados e aprovados, e o relator da comissão levaria para a plenária geral, onde seria feita a aprovação de todos os trabalhos em conjunto, com as rejeições, conforme o caso. O que o regimento trata é apenas da publicação das resoluções do Congresso no prazo de 60 dias após o seu término.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Certo. Essas resoluções necessariamente são um trabalho de fusão. Sempre foi assim no PSB. Alguém vai ter de fazer um trabalho de fusão dessas diversas plenárias.

O SR. CÉSAR - É o que o partido não fez ainda.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Eu digo para você que eu fiz duas vezes isso e a última vez não foi feito e asseguro a você que eu me recusei a fazer, porque é um trabalho muito complicado. Mas alguém vai ter de fazer isso.

O SR. CÉSAR - Não vamos discutir o Regimento, tem um encaminhamento apresentado. Nós sugerimos até em consideração aos nossos companheiros.

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Está aprovado. Alguém foi contra? Ninguém foi contra esse encaminhamento. Está aprovado, o João está eleito como Relator do grupo temático.

Vamos passar a palavra aos companheiros cubano, chinês e aos outros debatedores e encerraremos, para retomarmos amanhã às 9 horas no mesmo plenário.

Companheiro Wang Hua.

O SR. WANG HUA - - Muito obrigado aos ilustres delegados pela participação no 5º Congresso. Perguntávamos finalmente sobre o analfabetismo. Na China, antes do ano de 1949, na população que foi de 450 milhões de habitantes, gente que não sabia nem ler nem escrever somava mais do que 60%. Até o ano passado essa gente que não sabe ler e escrever da idade

entre 15 a 45 anos ficou reduzida a 7%. O esforço do governo é imenso. Estamos trabalhando intensamente nisso, que forma parte do trabalho da civilização socialista no espiritual.

Agradeço a todos pelo apoio e pela participação de todos. Desejamos pleno sucesso do 5º Congresso Nacional do partido. Muito obrigado.

O SR. JORGE FERREIRA - Muito brevemente no caso de Cuba a campanha para a erradicação do analfabetismo aconteceu ao longo dos anos 60./ Tínhamos 1 milhão de analfabetos no país. Acontece que não tínhamos número suficiente de professores para no curso de um ano alfabetizarem uma população de 1 milhão de pessoas. Por esse fato foram constituídas brigadas de estudantes, uma brigada de mais de 120 estudantes e brigadas também de trabalhadores em torno de 90. 100 mil trabalhadores que durante todo o ano foram às montanhas, às regiões rurais do país, lá moraram, porque eram pessoas que trabalhavam, eram camponeses, lavradores, operários. E as aulas já eram dadas no horário da noite quando não se tinha atividade. Logicamente isso precisava de um convívio de professor com as pessoas que estão sendo alfabetizadas. Um convívio que foi muito bom, permitiu àquelas pessoas da cidade conhecer a vivência, a realidade do campo, compartilharam dessa realidade durante todo o ano, e justamente poucos dias antes de terminar o ano, no dia 22 de dezembro de 1961 o país declarou a erradicação do analfabetismo logo de uma avaliação feita em todas as províncias por técnicos da área da educação e também técnicos da UNESCO que foram lá conferir o trabalho realizado.

Acontece que esse é um trabalho que se começa e deve-se terminar. Depois de 1961 iniciou-se uma campanha que chamamos de segmento, continuidade, estimulando a pessoa que foi alfabetizada continuar estudando e tirar um mínimo do sexto ano, que era a meta mínima. E foram criadas escolas, centros de ensino noturno para trabalhadores nos 168 Municípios que tem o país. Nesses locais, nos centros de trabalho, nos sindicatos estimulavam a que as pessoas assistissem diariamente e tirassem no mínimo o sexto ano. NO sindicato por exemplo houve estímulo ao estudante também e foi um processo que tomou vários anos, até chegar a década dos anos 70 desenvolveram uma campanha para conseguir que todos os trabalhadores tivessem como mínimo nove graus. Objetivo conseguido no começo dos anos 80 e no qual ainda o País se mantém. Nós já conseguimos que todos os trabalhadores tenham no mínimo nove graus de escolaridade. Tanto é assim que o centro de trabalho que às vezes o sindicato tem de defender os trabalhadores porque vão buscar emprego e se têm menos de nove grau o centro de trabalho não o quer admitir. Às vezes, para um trabalho de faxineiro, ou para um trabalho para o qual não se precisa de escolaridade o centro de trabalho não quer também perder essa categoria de ser um centro onde todos os trabalhadores têm como mínimo nove graus.

Quero aproveitar essa oportunidade para expressar também meus agradecimentos pela atenção, pelo interesse que pude conferir hoje e somar-me também ao que foi dito pelo amigo Huan que o Congresso tenha em todos os gêneros muito sucesso, de triunfo para esse partido que acho realmente merece conseguir o seu triunfo, por seu trabalho, pela sua seriedade, sua atividade e fidelidade às idéias do socialismo. Por isso muito obrigado e muito sucesso. (Palmas.)

O SR. ESTEBAM DIAS - Creio que o mais importante em um debate como o que foi realizado esta tarde é que elevamos a motivação e o entusiasmo pelo estudo e conhecimento dos problemas que têm a ver com a construção da sociedade a que aspiramos. Se logramos elevar esse entusiasmo então haveremos avançado com toda segurança. E como todos sinto-me também muito entusiasmado. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - Companheiros, quero agradecer também por me terem proporcionado participar deste debate, e também tive ocasião de ouvir os companheiros da China e de Cuba, como antes não tinha acontecido.

Em relação ao partido que represento, o Partido Comunista Português, quero dizer aos companheiros que se tratando de discutir a implantação do socialismo e o caminho do socialismo para o Brasil a nossa modesta contribuição para os companheiros será a seguinte: estou à disposição de todos aqueles que se interessarem em receber o programa do Partido Comunista Português, que tem um programa para a instalação do socialismo com vista ao socialismo em Portugal pode-me dar o endereço que eu farei chegar com o máximo prazer uma cópia desse programa. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEBATEDOR (Waldo Silva) - Nós vamos encerrar a parte desse grupo temático. Portanto, retomaremos amanhã. Os nossos companheiros permanecem convidados, mas se puderem comparecer teremos o maior prazer em recebê-los. Lamentamos profundamente a grande quantidade de pessoas que aqui esteve e foi-se embora, pelo atraso, mais uma vez um aprendizado, e quero dizer o seguinte: independentemente de esse debate ter chegado às últimas consequências, estou convencido de que ele foi uma contribuição importantíssima para a evolução da construção do pensamento socialista no Brasil. Não tenho dúvida alguma de que esse pensamento não será originado na cabeça de meia dúzia de pessoas e depois proposta para ser cumprida por uma grande maioria da população.

Alguém me fez a seguinte pergunta: como se vai construir o socialismo no Brasil? Organizando e mobilizando a população, da mesma maneira que conseguiram China e Cuba, e tendo ao mesmo tempo aprendido

as lições com os erros e acertos que tiveram. Isso é fundamental. O Presidente Mao Tse Tung dizia: o erro é a mãe do acerto. E nós estamos demonstrando que não temos complexo de Édipo e não vamos ficar fixados na mãe. Nós vamos aprender com os erros deles, com os nossos e vamos construir uma alternativa. O simples fato de estarmos aqui com tanta liberdade, discutindo e rediscutindo as nossas opções é uma prova da vitalidade dos ideais socialistas que, sem dúvida alguma, terminarão... (Troca de fita)

(Não foi gravado o final desta reunião)

GRUPO V

AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PSB NOS GOVERNOS ESTADUAIS E PREFEITURAS DE CAPITAIS

Teatro do Brum
17 de Novembro/95- 14:00 horas

Governo de Pernambuco
Governador Miguel Arraes
Governo do Amapá
Governador João Capiberibe
Vice-Governador do Espírito Santo
Renato Casagrande
Prefeitura de São Luiz
Prefeita Conceição Andrade
Prefeitura de Maceió
Prefeito Ronaldo Lessa
Vice-Prefeito de Belo Horizonte
Célio de Castro
Secretaria de Desenvolvimento Regional
do Entorno de Brasília-DF
James Lewis



O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Sugeriria que o nosso Vice-Governador iniciasse o debate.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Vice-Governador do Estado do Espírito Santo) - Boa-tarde a todos vocês, nossa Secretária Municipal de Saúde, James, Secretário do Entorno do Distrito Federal, vamos dar início ao Debate sobre "Avaliação da Participação do PSB nas Administrações Estaduais e Prefeituras de Capitais".

Esta avaliação é fundamental, neste momento, em diversos locais; nos três Estados onde o PSB tem, de forma direta, sua participação: Pernambuco, Amapá e Espírito Santo e as outras participações nos municípios, faz com que façamos uma reflexão sobre esse momento muito difícil que estamos vivendo, momento onde vamos ter que demonstrar de fato toda a nossa criatividade, a nossa capacidade para romper as barreiras que nos são impostas e também é importante porque a sociedade espera uma resposta.

No Espírito Santo, na participação em primeiro turno, tivemos uma coligação do PT, PSB e do PC do B. Fomos para o segundo turno e conseguimos aliança com outros partidos: com o PSDB, com parte do PMDB, com parte do PDT, com o PMN, PPS e algumas outras facções de partidos que apoiaram a nossa candidatura. Foi a primeira vez no Estado que tivemos um governo de esquerda, o Governador Victor Buaiz, do PT, e eu, do PSB, e também é a primeira vez que o PSB elege um vice-Governador. Nesta eleição o PSB elegeu o vice-Governador, dois Deputados Estaduais e um Federal.

Saindo um pouco da questão do Espírito Santo, o que devemos deixar bastante claro, seja governo socialista, seja governo petista, seja governo de lideranças progressistas, o que está colocado hoje é a necessidade de termos sucesso nesses projetos políticos e administrativos; sucesso para que não tenhamos problemas com relação ao nosso projeto político. Se ficarmos ameaçados nestas administrações que hoje temos nos Estados, estaremos ameaçando o projeto político que teremos que desenvolver, seja nas eleições municipais, seja nas eleições estaduais ou na eleição de Presidente da República...

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Permita-me um aparte? Acaba de entrar no Plenário o nosso companheiro Governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, e queríamos convidá-lo para nos dar a honra de fazer parte da Mesa. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Vice-Governador do Estado do

Espírito Santo) - Então, nosso sucesso é fundamental para a garantia, para a manutenção e para a estabilidade dos projetos políticos que temos que desenvolver a nível nacional.

Para desenvolver essas ações políticas e administrativas, enfrentamos diversas dificuldades. Acho que é dificuldade de todo governante: prefeito, governador, presidente, a relação com os poderes. A relação com a Assembléia é uma relação difícil porque temos uma Constituição do Poder Legislativo que muitas vezes, na sua maioria, não se iguala, não se equivale politicamente à administração, ao Executivo. O estabelecimento de uma nova forma de relação com o Poder Legislativo é uma das dificuldades que enfrentamos, que todos os governadores, prefeitos às vezes enfrentam quando se tenta estabelecer uma nova forma de comportamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo, tentando sair um pouco daquela relação mais fisiológica. Mas não é fácil estabelecer essa nova relação, é uma procura que temos que ter a todo momento de qual é a relação política mais adequada entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Da mesma forma é a relação com o Poder Judiciário. O Poder Judiciário, acostumado a estar numa posição acima de outros poderes, também enfrenta, nessa crise financeira que vivemos, as dificuldades do repasse do duodécimo, a autonomia que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo têm, mas com relação ao Poder Judiciário, muitas vezes a incompreensão de uma situação que se vive a nível de estado, a nível de arrecadação, que é função do Executivo, e existe a obrigatoriedade, a constitucionalidade desse repasse do duodécimo. Esta relação estabelece sempre uma relação em que ou o Executivo se adequa ao que o Poder Judiciário estabelece como norma, ou de fato acontece o enfrentamento entre também o Executivo e o Judiciário.

Pela pouca experiência que temos a nível de Executivo, enfrentamos as questões partidárias. Há necessidade, para que tenhamos o sucesso nas administrações, do apoio dos nossos partidos. Não é o apoio que não seja questionador, o apoio tem que ser no intuito de questionar, de propor e de sugerir. Temos nossas debilidades internas, tanto o PSB, como o PT, como os demais partidos, e em muitos momentos isso se transforma numa dificuldade. No Espírito Santo, temos nossos problemas internos no Partido e que de fato têm prejudicado a nossa participação mais efetiva e consolidada no Governo do Estado. Então, a questão partidária, seja no Espírito Santo, em qualquer outro estado e em qualquer município, é fundamental para a consolidação da nossa participação e para o sucesso do nosso projeto político.

Agravando todas essas situações, enfrentamos a situação econômica de cada estado. Espírito Santo consome em torno de 94 a 96% da sua arrecadação com pagamento de pessoal. Teremos um déficit, no final do ano, em torno de 174 milhões de reais. Não temos condições de administrar

de forma adequada com este déficit. Agravando este déficit, temos a situação hoje do Governo Federal. Comentava com o James e com a Secretária, há poucos minutos, que a estabilidade econômica todos nós buscamos e todos nós queremos, mas ela tem trazido para nós, neste momento, uma dificuldade muito grande. Até maio, abril, do ano passado, os governantes tinham condição de ter um reajuste salarial, que às vezes era 3 em 3 meses, de 5 em 5 meses, de 6 em 6 meses, de acordo com a política salarial adotada pelo Estado, e que você tinha uma correção monetária de 40, 50, de 30 por mês. Esse reajuste, essa correção monetária, quando você comprimia o salário, você conseguia pagar os servidores com este reajuste da moeda. Hoje, é uma instabilidade, com uma inflação de 1%, 0,5%, 1,5%, tem um juro, quando você capta dinheiro com empréstimo de 10 e de 15%, fazendo com que tenhamos que ter uma ação muito forte, criativa para sairmos dessa crise. E a recessão imposta pelo Governo Federal, com as ações que o Governo Federal tem feito para que não haja uma possibilidade significativa do aumento da arrecadação. E essa posição do Governo Federal se reflete na posição política do Governo Federal. Os nossos governantes, que querem um governo forte, não um governo grande, mas um governo forte, se vêem num confronto com o Governo Federal, que neste momento tem o apoio da sociedade para as diversas políticas neoliberais que tem adotado. Então, temos a posição de termos um governo forte, enfrentamos uma posição dos meios de comunicação e enfrentamos às vezes uma posição de setores da sociedade para que não tenhamos como ação de governo algumas das funções essenciais para a sociedade.

Portanto, essas dificuldades eu relaciono como as dificuldades dos administradores públicos à frente ou do estado ou das prefeituras, mas que são dificuldades agravadas quando estamos num governo administrado por partidos de esquerda, como no nosso caso o Partido Socialista Brasileiro.

Agora, temos que ter a garantia de alguns compromissos. Essas nossas dificuldades não podem consumir o nosso tempo e não podem fazer com que nós não tenhamos condições de dar um retorno. Existe uma expectativa muito forte. Quando o Capi foi eleito lá no Amapá, a expectativa certamente era maior do que hoje, tínhamos, por parte da sociedade, uma expectativa muito grande. Temos que ser realistas neste momento e dizer que muitas das expectativas que a sociedade tinha, às vezes temos dificuldade de dar resposta, mas não podemos ficar só na reclamação. Quando falo da criatividade, é o poder que o Estado tem, é o poder que a instituição tem de articular políticas, seja com a iniciativa privada, seja com outros órgãos de governo, seja com as ações através da orientação, da educação, para que tenhamos a presença do governo junto à sociedade. Nossa presença, com todas essas dificuldades, junto à sociedade é fundamental, não podemos ir escapando dessa relação direta com a sociedade, não conseguiremos construir um nível de equilíbrio apenas através da imprensa, precisamos estar visitando, reunindo, conversando para demonstrar essas dificuldades para descobrirmos

em conjunto o que podemos desenvolver nessa situação. Esse contato direto com a população é fundamental para a garantia da credibilidade partidária e para a garantia da credibilidade da liderança política. Não podemos, em hipótese alguma, estar escapando ou fugindo devido às dificuldades que enfrentamos. Também temos que viabilizar a todo instante a participação da sociedade nas decisões do governo. Um dos compromissos maiores do PSB é viabilizar a participação direta, não desconsiderar a participação de representantes institucionais, mas complementar essa participação com a ação direta da sociedade nas decisões do governo.

Estabelecemos, lá no Estado, uma discussão participativa do orçamento, com assembleias municipais, posteriormente com assembleias regionais, culminando com a decisão, com a composição de uma comissão orçamentária que acompanha o orçamento na Assembleia Legislativa e que vai acompanhar, o ano que vem, o desenvolvimento do orçamento através do Poder Executivo. Então, essa forma de participação foi muito aceita lá no Estado, conseguimos ter uma receptividade, uma participação da sociedade tal a credibilidade que o governo ainda consegue ter, pela esperança que a sociedade ainda consegue ter e isso aumenta a nossa responsabilidade para que busquemos esse equilíbrio e possamos dar esse mínimo de retorno. Para se ter uma idéia, estabelecemos metas: para o ano que vem o governo vai ter 5% do seu orçamento para investimento. É uma percentagem ínfima, pequena, mas que é a expectativa que temos dentro do nosso planejamento para o ano que vem. Com base nisso, estabelecemos, com base no nosso planejamento de governo, as nossas prioridades na área da agricultura, segurança pública, da educação e da saúde e dividimos esses 5% nas micro e macrorregiões do Estado e fizemos essa discussão do orçamento participativo. Foi a fórmula que encontramos, nessa discussão do orçamento, como estamos encontramos outras fórmulas de discussão com a sociedade, de participação e de decisão com a sociedade através dos conselhos, das câmaras setoriais específicas, seja da cafeicultura, seja do corredor centro leste, estamos discutindo e viabilizando essa participação.

A outra preocupação nossa enquanto partido e enquanto governo é como chegarmos, através das estruturas de governo, às pessoas que estão excluídas. O PSB foi o Partido que discutiu e lançou esse debate sobre os excluídos e temos, além de termos lançado esse debate, a responsabilidade de termos colocado para a sociedade esse debate sobre os excluídos, temos que agora também viabilizar o atendimento a essas pessoas. Para nós é muito mais fácil governarmos com quem tem uma organização e com quem tem acesso ao órgão público. É fácil às vezes governar com uma entidade que tem uma estrutura, ela pode entrar na parceria, ela pode ajudar, ela pode desenvolver projeto. Temos às vezes um público que tem uma vinculação com a entidade e que o governo tem que trabalhar com ela e é mais fácil trabalhar com essas entidades, mas temos um público que não tem vinculação com entidade

nenhuma, que não tem um acesso a nenhum órgão da administração, que não tem quem diretamente, de forma efetiva no dia-a-dia, represente os seus interesses e os interesses da sua comunidade.

Então, como chegarmos a essas pessoas? Como teremos condições de fazer o atendimento a essas pessoas que estão marginalizadas? Essa tem que ser a nossa preocupação, porque senão acabaremos o nosso governo e estaremos governando por uma percentagem pequena da sociedade. Precisamos estar desenvolvendo e estabelecendo políticas.

Lançamos agora, acho que o Governado Miguel Arraes também está desenvolvendo aqui em Pernambuco, um financiamento para a economia informal. Por exemplo, das pessoas que não têm como dar a garantia, das pessoas que não têm como comprar seu carrinho de pipoca, sua máquina de costura ou qualquer outro equipamento para complementar a sua renda familiar, é uma ação que estamos desenvolvendo para o atendimento a essas pessoas que não têm o acesso ao crédito normal.

Então, temos essa responsabilidade hoje. O Congresso do PSB está com a participação de quase 2.000 delegados e isso demonstra que o PSB é uma realidade neste País. Ele poderá se consolidar, com mais tempo ou num tempo menor, dependendo dessa unidade, conseguiremos estabelecer. A unidade não significa termos todos os mesmos pensamentos ou termos uma participação única no Congresso, é o compromisso que temos com o programa do Partido, com o desenvolvimento das ações do Partido. A forma de condução dessas políticas às vezes pode ser diferente, mas se tivermos o compromisso com o programa do Partido, compromisso com o programa estabelecido de governo, conseguiremos ter a unidade verdadeira dentro do nosso Partido e ele conseguirá avançar e se consolidar com muito menos tempo. Tenho acompanhado e participado dos últimos congressos do Partido e verificamos as diversas tentativas de impedir o crescimento do Partido e até agora o PSB conseguiu passar por cima disso tudo. Agora temos essas participações nos governos estaduais e nos governos das capitais; teremos que ter muito mais no ano que vem na eleição municipal. Agora, para isso há a necessidade de termos o sucesso nestas administrações, de termos um governo forte que possa fazer com que haja a diminuição das desigualdades dentro da sociedade. Não queremos um governo grande, monstruoso, até porque quem construiu isso não fomos nós, quem construiu este governo do tamanho que está hoje não foram os partidos de esquerda, foram os mesmos que hoje querem destruir o Estado, construíram, usaram, se beneficiaram e agora estão descartando. Não fomos nós que construímos esses grandes monstros que existem por aí, mas nós queremos um governo forte, com condições de fazer a intervenção necessária para fazer com que haja o atendimento a essas pessoas que muitas vezes não tiveram o mínimo de atenção da administração pública.

É por isso que temos que estar trabalhando no fortalecimento do Partido e é por isso que temos que estar trabalhando também no sucesso dessas administrações.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Vamos ouvir o Governador do Estado do Amapá, companheiro João Alberto Capiberibe.

Gostaria de registrar a presença em Plenário do companheiro Jacob Bitar, de Campinas, São Paulo, e do companheiro Sebastião Abreu, Presidente da Comissão de Ética Nacional e Administrador Regional de São Sebastião, Brasília. (Palmas.)

O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE (Governador do Estado do Amapá) - Meus companheiros de Mesa, companheiras e companheiros do PSB, falar do nosso governo para mim é um fascínio; foi um governo cultivado ao longo de muitos anos, planejado meticulosamente desde a campanha eleitoral, desde os procedimentos militantes nossos, o programa de governo, a discussão com a população, vou historiar rapidamente como conquistamos o direito ao começo.

Vivemos numa região de 154.000 km², na margem esquerda do Rio Amazonas, graças a Deus, sem ligação rodoviária com o resto do País, porque temos uma forte vocação caribenha de nos relacionar com povos situados no Caribe.

No Estado se concentra uma diversidade fantástica, que vai desde a floresta tropical até a costa atlântica, com seus manguezais, rios caudalosos, um subsolo absolutamente mineralizado, uma biodiversidade fantástica e uma população de 600.000 habitantes; uma população e uma economia formada a partir do extrativismo vegetal e animal, desde a época em que se corria atrás de onças e gatos para tirar o couro, até hoje com a extração da madeira e do ouro, do palmito, do açaí, da castanha etc. Então, é uma região que tem como base econômica a extração dos recursos naturais.

E como fazer a minha interrogação permanente quando da construção desse programa nosso de governo, paralelo ao programa de desenvolvimento daquela sociedade, como fazer um governo socialista num sistema capitalista que tem como base a propriedade privada desde a Revolução Francesa? Para socializar os meios de produção é necessário acabar com a propriedade privada. Pretensão eu até tenho, mas não temos força legal e capacidade política de eliminar a propriedade privada, então temos que

trabalhar dentro desses parâmetros da democracia liberal. Ora, se não podemos socializar os meios de produção, então passamos a pensar numa fórmula de socializar os recursos naturais, de distribuir em equidade esses recursos, de utilizá-los com justiça social e daí construímos um programa de desenvolvimento, nessa discussão com ribeirinhos, camponeses, pescadores e garimpeiros, homens e mulheres que lotam as periferias urbanas das cidades de Macapá e Santana...

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Tenho a honra de anunciar a presença do nosso companheiro Vice-Prefeito de Belo Horizonte, o futuro Prefeito, Célio de Castro. (Palmas.)

O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE (Governador do Estado do Amapá) - É fundamental que elejamos Prefeitos, Governadores, porque podemos fazer intercâmbio econômico. É um fator importante.

Então, passamos a discutir fórmulas de socializar a utilização desses recursos e definir um programa de utilização desses recursos colocando as populações tradicionais, as populações locais como beneficiária do resultado do seu trabalho. Daí, desenvolvemos um programa de desenvolvimento que tem como base, evidentemente, a sustentabilidade econômica, porque sem esta torna-se difícil você manter os trabalhadores, que tenham também como base a sustentabilidade ambiental e social.

Elaborado o programa de desenvolvimento, passamos a traçar um programa de governo, que seria o instrumento de implantação desse novo modelo de desenvolvimento dentro do Estado. Ora, é possível fazer isso em outros estados brasileiros? Não sei. Nas condições do Amapá, sim, é possível estabelecermos uma mudança no modelo predatório da utilização das riquezas e discriminatórios socialmente. Nós elegemos penas econômicas e vinculamos cada pena econômica desta às comunidades locais. Então, temos um Estado com riquezas distribuídas de norte a sul e a partir dos potenciais dessas comunidades, desenvolvemos o programa de utilização da riqueza diretamente vinculado a cada comunidade...

(troca de fita)

... distantes da região. E o resultado desta prática, que além de provocar impactos ambientais terríveis, acumulavam uma pobreza social incalculável. Vou citar como exemplo, 20, 25 anos atrás, um milionário norte-americano chamado Daniel Ludric, acho que alguns já ouviram falar, o cidadão teve um sonho e uma alucinação, queria estabelecer nos trópicos uma grande civilização e comprou 1 milhão de hectares, 2 milhões, até hoje não se sabe

bem, há uma grande discussão em torno do tamanho da área, para implantar essa civilização na Amazônia. Desenvolveu uma série de projetos, desde a pecuária, agropecuária até a utilização de recursos minerais e arrastou para o meio da selva milhares de trabalhadores. A implantação do seu projeto se deu na fronteira do Estado do Pará com o Amapá, no coração da floresta. Imaginem uma floresta, como a Amazônica, absolutamente intocada pela mão do homem, de repente chegam 5 bilhões de dólares e aterrisam ali em forma de empreendimentos econômicos diversificados. Atraiu trabalhadores de todos os estados, principalmente do Nordeste e do Norte e essa concentração de homens ali se transformou em duas imensas favelas, hoje com 40 mil habitantes vivendo sem água, sem energia, sem esgoto, sem escola, sem saúde e sem a mínima condição básica de sobrevivência, mas o projeto, o empreendimento econômico se desenvolveu, mas a custo de uma brutal acumulação de pobreza. E eu teria vários outros exemplos.

Recentemente, uma empresa mineradora abandonou, cessou suas atividades numa mina de ouro, chamada Minas do Lourenço. A empresa, durante 10 anos, retirou 20 toneladas de ouro. E um belo dia, em maio deste ano, comunicou que estava abandonando a exploração, deixando 300 pessoas desempregadas e mais 1.500 pessoas que viviam em torno desse grande projeto. Este é o modelo de utilização das riquezas, um modelo que não tem nenhum tipo de correspondência social com as populações que ou ali vivem ou procuram emprego no momento em que esses projetos se instalam.

Então, com essas experiência histórica, estabelecemos, além evidentemente daquilo que a lei já nos favorece, que a legislação ambiental já nos favorece, que aliás é uma legislação bastante interessante e avançada, a brasileira, que, se cumprida, é possível estancarmos essa ação predatória dos grandes empreendimentos. Então, passamos a vincular a qualquer empreendimento, além evidentemente de exigirmos que se cumpra a legislação ambiental, passamos a vincular a necessidade de se estabelecer responsabilidade a qualquer empreendimento com as questões sociais. Esse é o caminho que estamos buscando para estabelecer uma parceria com o setor privado, uma co-responsabilidade com as questões sociais.

Daí que nos organizamos, a partir de janeiro, para intervir, com rapidez, em algumas áreas historicamente exploradas, como os castanheiros, os pescadores etc. e a partir de janeiro criamos créditos para os excluídos para financiar a produção, para garantir a comercialização. E a primeira experiência nossa foi exatamente com os castanheiros. Para que os senhores tenham uma idéia, a exploração da castanha é centenária e uma família domina a exploração da castanha ao longo de todos esses anos. Os castanheiros, que arriscam suas vidas na mata, que é uma atividade coletora, perigosa, ao longo de todos esses anos trabalhando, nunca chegaram ao final de uma safra com saldo com o patrão, sempre deixavam dívida para a próxima safra.

Em 1985, para que eu possa situar com clareza o nível de exploração sofrida pelo castanheiro, pelos seringueiros é a mesma coisa, pelos garimpeiros também, trocava-se 1 hectolitro de castanha, um metro cúbico de castanha, que dá em torno de 63 quilos por uma lata de leite em pó de 456 gramas. Este ano, com o financiamento da safra e o controle pelos castanheiros, que se organizaram em cooperativas, hoje eles trocam o mesmo hectolitro de castanha por 50 latas de leite em pó.

É impossível se desenvolver uma comunidade, uma nação, com esse nível de retorno para o trabalhador. E assim estamos fazendo em todas as atividades, estabelecendo políticas públicas para todas as atividades de utilização dos recursos naturais. Esse mineradora que se retirou, nós, através das instituições do estado, mobilizamos os garimpeiros para formar uma cooperativa, fomos ao Ministério das Minas e Energia para transferir a licença de lavra da mineradora para a cooperativa, que hoje vocês sabem que o capital internacional pode entrar na atividade mineral, está aberto ao capital externo, e com muita luta, diria até com momentos de muita tensão com o Ministério das Minas e Energia, conseguimos transferir a licença de lavra para a cooperativa dos garimpeiros. E essa comunidade de 2.000 ou 2.500 pessoas sem nenhuma atividade econômica, há 30 dias, depois que assumiu a mina, são 600 cooperados, e esses 600 homens passaram a ter trabalho imediatamente. E esse recurso que era arrecadado por uma empresa, que não tinha vínculo local nenhum, não comprava uma caixa de fósforos lá da comunidade local, essas atividades passaram a se desenvolver a nível da localidade e a economia dessa vila voltou a ser florescente, em 30 dias está todo mundo trabalhando, ganhando seu dinheirinho, sobrevivendo.

Um dos aspectos fundamentais do nosso programa, e que é uma grande dificuldade, acho que lá no Espírito Santo deve ser igual, comprometemo-nos a descentralizar o governo e municipalizar todas as ações do governo. E que o governo seria um grande coordenador das ações da sociedade organizada e dos municípios. Essa descentralização enfrenta uma barreira poderosa, um obstáculo poderoso pela estrutura do estado, distribuída em pequenos poderes que rejeitam sistematicamente o processo de descentralização. Para que pudéssemos iniciar nossas ações com os municípios, até porque tivemos politicamente alguns problemas internos porque os prefeitos que fizeram oposição ao nosso governo, esses não poderiam participar da municipalização, porque os nossos companheiros da base não aceitavam uma relação com aquele prefeito, porque aquele tinha sido nosso adversário. E fazer entender aos nossos companheiros que nós tínhamos um compromisso coletivo, um compromisso com a sociedade, que tínhamos definido esse programa a nível de partido e que ali já não nos cabia discriminar a ou b, que a sociedade tinha votado para que se implantasse esse programa, tivemos conflitos que se arrastam até hoje. E a estrutura administrativa do Estado também não aceitava porque significa perda de poder. Para que pudéssem dar

o pontapé inicial ao processo de municipalização, tivemos que deslocar o governo, da noite para o dia, em 24 horas, porque não caminhava, não se elaboravam os projetos. Então, tomamos uma determinação de ir aos municípios, levando toda estrutura, inclusive equipamentos, reunir com as populações dos municípios, fazer levantamento com a população de suas necessidades e passamos dois dias em cada município e, em seguida, reunimos com todos e repassávamos os cheques aos prefeitos, sob os olhares meio atônitos da população. Descentralizamos e conseguimos colocar em cada escola — e as escolas na Amazônia são diferentes da daqui, são nas cabeceiras dos rios, às vezes é preciso navegar 10, 15 horas de barco para chegar a uma escola — mas com o processo de descentralização e municipalização pela primeira vez conseguimos colocar 95% das nossas crianças na escola e fazer chegar ao professor, até a última escola a merenda escolar. A merenda escolar, até há alguns anos, a FAE comprava a merenda no Sul e nos mandava para o Norte. Então, tínhamos todo tipo de produtos: farinhas, leites, leite de soja, e a criança, imagina numa tribo indígena, comer leite de soja é uma coisa quase que impossível. Então, com esse processo de municipalização conseguimos fazer chegar aquela merenda que a criança não estava acostumada a comer ali.

Criamos linhas de crédito também, para os castanheiros, garimpeiros, pescadores, camponeses, para os índios, temos uma relação de respeito com os índios, financiamos os projetos dos índios sem intervirmos, temos dois grandes programas de educação e saúde nas aldeias indígenas, programas bilíngües para que se preserve a cultura indígena. Estamos descentralizando hoje a educação e a saúde. Esse processo de descentralização se dá a nível de cada unidade escolar, com a formação do conselho escolar. Por isso o dinheiro rende muito mais, porque o processo concentrado de compra se presta, não sei se a experiência do Espírito Santo é igual, a todo tipo de clientelismo e de corrupção. Quando você descentraliza, o controle social é maior. A mesma coisa na saúde, descentralizar a saúde por unidade, estabelecer conselhos locais de saúde, estamos trabalhando nisso e os hospitais, as unidades que já funcionam desse jeito conseguem se destacar das demais.

Para encerrar, queria falar rapidamente sobre as relações com os poderes e como estamos pensando em equilibrar essa relação com os poderes. No dia 31 de dezembro, quando tomei posse, no meu discurso eu acusava os poderes de cumplicidade. E fui muito claro nisso: o Legislativo, Judiciário e Executivo, no meu Estado, se juntar todo esse povo, são 50, 60 pessoas. E é muito fácil dividir a utilização do recurso público entre 50, 60 pessoas, que foi o que foi feito, porque havia uma grande cumplicidade. E como fomos eleitos pelo Partido Socialista, numa coligação com os partidos de esquerda, fomos eleitos para não ter cumplicidade. A única cumplicidade nossa era com o povo do Estado, com um projeto coletivo. E fui claro dizendo isso. E acho, e aqui vai uma grande convicção minha, que a sociedade é refém desses poderes; presenciamos isso a nível dos estados, dos municípios, os prefeitos

se acumpliciam com as câmaras municipais, os governadores com as assembleias, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e o Presidente da República com o Congresso Nacional e com o Poder Judiciário também. Então, a sociedade está refém desses poderes. Como é que vamos nos libertar disso? Como fazer com que possamos recuperar o poder da sociedade diante dessa cumplicidade das instituições democráticas do Estado? Ou democrática, entre aspas. Este é o papel do nosso Partido. Estamos num processo ainda embrionário, estamos engatinhando numa discussão com o fórum da sociedade civil, mas um fórum não sectário, um fórum amplo que possa reunir todas as formas de organização da sociedade para que estabeleçamos transparência a partir da ação do Executivo, transparência na execução orçamentária, na execução financeira; estamos tentando nos credibilizar diante das organizações da sociedade civil para que então, aos poucos, possamos arrastar também os demais poderes do Estado.

No meu Estado, substituí um governo oligárquico, conservador, desonesto, cúmplice de um grande saque praticado contra aquela sociedade, e nós ganhamos o Executivo, mas os demais poderes continuam. O que estou falando aqui certamente desagrada muito, porque tem que haver harmonia entre os poderes e esta questão da harmonia me cheira cumplicidade, porque harmonia é você estabelecer transparência em suas ações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Isto sim é harmonia. Agora, estabelecer acordos de elites para saquear a sociedade, isso deixa de ser harmonia entre os poderes.

Portanto, esse é um aspecto que o Partido Socialista Brasileiro, que a militância do PSB deve preocupar-se e o Partido deve orientar no sentido de como romper com esta cumplicidade, mobilizar seus militantes para discutir e mostrar, porque se tivermos conhecimento dos recursos disponíveis da arrecadação da execução orçamentária, certamente os atendimentos sociais básicos seriam infinitamente melhores.

Vejo que encerrou o meu tempo, mas a nossa grande preocupação hoje no Amapá é dar este salto, porque a sociedade está identificando tudo o que há de ruim com o Poder Executivo e é normal que seja assim; estamos saindo de uma ditadura militar onde os executivos detinham o poder. O legislador da Constituição de 1988 diluiu o poder do Executivo, criou instrumentos para que os Poderes Judiciário e Legislativo passassem a ser intérpretes da cidadania, mas o que aconteceu não foi exatamente o que pensava o legislador, o que aconteceu foi que esses poderes passaram a utilizar esses mecanismos que poderiam ser de participação cidadã para as suas próprias corporações para se autoproteger. E agora temos que começar uma nova luta para exigir transparência na ação dessas instituições.

Era isso que queria dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Companheiros, quando

demos início ao debate, havia muito pouca gente em plenário e para nossa surpresa, uma boa surpresa, o plenário cresceu.

Então, vamos reapresentar a Mesa, porque eventualmente alguns companheiros perderam uma parte da exposição, e vamos dar alguns informes para prosseguirmos no debate.

Em primeiro lugar, designamos um Relator, que não tínhamos antes, o companheiro Petrúcio Bandeira, de Alagoas. Na extrema esquerda da Mesa está o nosso companheiro João Alberto Capiberibe, Governador do Amapá, que acaba de fazer o seu relato sobre o Governo do Amapá. O Companheiro Renato Casagrande, Vice-Governador do Espírito Santo, foi o primeiro expositor. A Dra. Kátia é a Secretária Municipal de Maceió e representa nesse debate o companheiro Ronaldo Lessa, prefeito da cidade. O companheiro Carlos Siqueira é membro da Mesa Diretora eleita no Congresso. O Dr. Célio de Castro é o prefeito em exercício da cidade de Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais. E aqui, assumindo a coordenação da Mesa, foi também uma improvisação, meu nome é James Lewis, sou Secretário de Desenvolvimento Regional do Distrito Federal, Governo Cristóvan.

Queríamos dar alguns recados: amanhã, de 8:30 às 10:30 o Movimento Sindical se reunirá no Auditório Marruá. Daqui a pouco, teremos o lançamento, às 17:30, de dois livros redigidos por escritores socialistas: Modernidade no Brasil, do Prof. Antônio Houaiss, fundador do Partido Socialista Brasileiro (Palmas.) e Semeando a Democracia, que é uma história do próprio PSB, de Margarida Vieira e Miraci Gustinco.

O companheiro Carlos Siqueira quer explicar um outro evento, que parece interessante.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Faço questão de divulgar que é uma oportunidade de os colegas de outros estados assistirem, hoje, às 19h, no Teatro Beberibe, aqui ao lado, a apresentação da Aula Espetáculo. Será apresentada pelo escritor e socialista filiado ao PSB, Ariano Suassuna, é o verdadeiro painel da cultura brasileira, com dança, música e a própria apresentação dele, que além de escritor é ator. Ele está oferecendo como homenagem a todos os congressistas, particularmente àqueles que são de outros estados e que ainda não tiveram oportunidade de assistir.

Contamos com a participação de todos os companheiros. Vocês não se esquecerão desse espetáculo que vai refletir tanto a cultura nordestina como a nacional. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Dando prosseguimento às Políticas Governamentais do PSB, O PSB no Governo, vamos ouvir a palavra da

Dra. Kátia Born, Secretária Municipal de Saúde de Maceió, e representa, neste debate, o nosso companheiro Vice-Presidente Nacional do PSB, Prefeito Ronaldo Lessa.

A SRA. KÁTIA BORN (Secretária Municipal de Saúde de Maceió) Companheiro James, Petrucio Bandeira, Dr. Célio de Castro, Casagrande, nosso Vice do Espírito Santo e o nosso sofredor do Amapá, porque é difícil administrar o Amapá, do outro lado, onde para se chegar lá é muito distante e para se fazer uma história socialista ainda é pior e nós o parabenizamos por este seu trabalho e por esta sua vitória.

O Prefeito Ronaldo Lessa me deu a difícil tarefa de substituí-lo, porque lá em Alagoas estamos comemorando os 300 anos de Zumbi, em União dos Palmares, onde Zumbi viveu durante anos; hoje tem a inauguração de algumas praças em Maceió e alguns eventos do movimento popular. Ele foi mas volta agora à noite.

Queria começar colocando um pouco da história deste Partido, que sou uma das fundadoras lá em Alagoas, eu, Fernando Costa, Anice Vilela, filha do nosso saudoso Teotônio, que no momento em que o Collor entrou no PMDB nós todos saímos e a sigla do PSB naquele momento era a sigla que atraía os companheiros que tinham a linha socialista. E durante esses anos todos nessa militância fomos contra o Fernando Collor em 86 e em 90. Em 92, o grupo de usineiros da cidade se reuniu e o grupo do Collor se reuniu. Nós não entramos nem de um lado nem do outro, e mais uma vez vai o Ronaldo Lessa e mais uma meia-dúzia, junto com o PT, que não tinha nenhuma expressão eleitoral, o PDT e o PV. E conseguimos, naquele momento, obter uma vitória no primeiro turno e no segundo turno. Mas o que fazer dessa vitória? Setenta por cento da população votou no projeto socialista do Ronaldo Lessa. Mas o que fazer? Tínhamos que fazer uma administração diferente. E como seria essa administração diferente? Porque nós pegamos uma prefeitura sucateada, devendo aos funcionários, sem pagar todos aqueles ganhos que eles tinham direito, as licitações públicas todas fraudadas, tudo sucateado...

(troca de fita)

... brigamos durante esses anos inteiros para que o PSB tivesse uma visão diferente do socialismo. E depois de dois anos e meio, o que é esse espelho do Governo Ronaldo Lessa? Ronaldo Lessa consegue, depois de dois anos, ser eleito, por unanimidade, Presidente da Associação dos Municípios do Estado de Alagoas e olha que só tínhamos dois prefeitos, mas a sua luta foi tão grande na organização popular em Maceió que isso refletiu no interior do Estado e todos aqueles prefeitos atrasados, de PFL, de ex-ARENA precisavam de alguém que tivesse a coragem do companheiro do PSB. E foi bom porque isso fez com que o PSB, a sua política de Maceió, ela se transferisse como

espelho para alguns municípios que não eram PSB. Pode Maceió, como é que não pode Porto Calvo? Pode Maceió, por que não pode na Viçosa? E começou a poder. Então os prefeitos começaram a administrar ao método Ronaldo Lessa. E como foi isso? Começamos a criar, dentro da Secretaria de Educação, uma nova metodologia. Na educação, nem o Prefeito Ronaldo Lessa, nem nenhum Vereador não indicam nenhum diretor de escola. Durante um ano nós organizamos as escolas, pintamos e agora vamos entregá-las à comunidade. Quem elege o diretor da escola são os pais dos alunos, os alunos e os professores. Depois disso, vamos criar o Fundo Municipal da Escola. Os recursos do município, na área da educação, terão também que ser administrados pelos seus conselhos populares. Isso provocou uma confusão, os vereadores diziam: mas a vida me elegi com a educação e agora não posso indicar o diretor da escola? Muitas vezes, como diz o nosso Governador, o Poder Legislativo e o Judiciário não é aquilo que nós queremos para a sociedade e a gente não pode compactuar com isso, temos que atravessar essas fronteiras, mesmo às vezes tendo minoria nas câmaras, mas é preciso para que mostremos à sociedade a parceria que temos com ela. Aí avançamos na área da educação.

Passamos para as regiões administrativas e criamos 10 regiões administrativas em Maceió. Cada região dessas discute o que é a prioridade daquele bairro. A prioridade não é o que o vereador quer, a prioridade é o que a comunidade quer. Agora que estamos começando a deslanchar, até porque quando você cria uma coisa nova a sociedade começa a dizer: será que isso é verdade mesmo, será que vou participar desses conselhos comunitários? E é uma realidade, está acontecendo.

Na área dos transportes urbanos, brigamos com empresários a vida inteira e agora que chegamos no poder, agora vamos ter que discutir com os empresários como podemos trabalhar através do conselho deliberativo e consultivo. Criamos o Fundo Municipal de Transporte. Toda a arrecadação de transporte de Maceió, 3% vai para o Fundo Municipal de Transporte, que os conselhos locais de transportes é quem define. Estes recursos para que são? São para aqueles terminais de ônibus, são para as construções daquelas vias onde são os corredores de transportes, e estão aí funcionando a mil.

Depois disso, vem a área da criança e adolescente. Tínhamos 200 crianças nas creches, hoje temos mais de 1.800, quase 2.000 crianças nas creches. Recuperamos casas, botamos a comunidade para trabalhar.

Em 1983, criamos o primeiro diretório nacional de mulheres dentro do PMDB. Por quê? Os homens do PMDB não davam valor às nossas propostas, que eram propostas da sociedade, que era a criação de creche no local de trabalho, que eram as delegacias das mulheres, quando elas eram espancadas pelos companheiros, quando eram estupradas. Essa que foi votada, agora, dos 20% das mulheres, na Constituição, nós discutimos isso desde 1979.

Então, nós avançamos na área da creche e era preciso que no Governo Ronaldo Lessa déssemos uma resposta. As creches têm que funcionar para que as mulheres tenham condições de trabalhar fora e deixar seus filhos em locais onde tivessem a mínima segurança, orientação e alimentação. E isto está acontecendo no Governo Ronaldo Lessa.

E as crianças de rua? É engraçado que você começa a trabalhar com as crianças de rua e você começa a trazê-las para limpar a praça, a Secretaria da Criança tem um terreno grande e elas estão começando a plantar, então você está tirando as crianças da rua, que nunca tiveram oportunidade de ser cidadãs.

E na área de saúde? Essa, Governador, foi uma briga, porque a área de saúde é a mais difícil deste País e foi a área que assumimos. E o que fizemos? Criamos a Secretaria e agora vamos municipalizar os recursos. O Governo do Estado não queria municipalizar os recursos porque isso era perder poder, por isso que acho que este congresso tem que sair com algumas propostas como a descentralização do poder. Na hora em que o Governo do Amapá busca a descentralização e a municipalização, os municípios estão buscando a descentralização dos seus serviços através da comunidade. Quando você descentraliza o poder, quando você passa isso para os municípios, o povo está mais perto dos prefeitos, dos vereadores, cobrando deles. Então, esta proposta do PSB tem que ser crescente.

Então, na saúde municipal, quem comandou até hoje o processo não foi a Secretária Kátia Borner, foram os conselhos municipais de saúde, criamos o Fundo Municipal de Saúde. Em Alagoas, o Governador acabou com o Conselho Estadual de Saúde e com a Bipartite, nós levamos 42 prefeitos para Brasília e municipalizamos por Brasília, e o Governador foi obrigado depois, o anterior, a aceitar o processo da municipalização. E hoje temos trabalhado juntos com tudo aquilo que pegamos sucateados.

Esta vendo neste livrinho aqui a questão do CPMF, a questão das fraudes na saúde. Se vocês não sabem, temos hoje mais de 2.000 municípios municipalizados neste Brasil, que estão mostrando ao Brasil uma coisa fantástica: é fácil você controlar o recurso público através da sociedade, é fácil você fiscalizar o paciente se ele está no hospital ou não. Eu tenho na Secretaria Municipal de Saúde quase 40 supervisores que todos os dias vão de hospital em hospital ver se o paciente foi internado ou não; ainda tem o agente comunitário que uma semana depois vai verificar se o paciente foi bem tratado ou não. Isso é a descentralização, é uma coisa fantástica, (Palmas.) a municipalização é um processo de organização social e o PSB tem que ter essa cara. Eu tenho um pouco da cara deste Partido e seu eu tiver que brigar com alguns companheiros aqui, eu brigo politicamente, porque se eu sair daqui eu não sei para onde ir, não me identifico com nenhum outro partido. Então, eu brigo aqui

organicamente, vou resolver meus problemas dentro do PSB porque é daqui que sairemos com a unidade. (Palmas.)

Então, se estamos fazendo uma coisa nova, os companheiros que entrarem no Partido a partir de agora têm que ter a nossa cara, têm que aprender. Se eles nunca aprenderam onde estavam, vão vir para o nosso Partido e aprender conosco. (Palmas.)

Não se nasce socialista, aprende-se o que é o socialismo. Quando você recupera a educação de um município ou do estado, quando você recupera a saúde, quando você discute com o povo, que coisa mais fantástica, temos em Maceió algumas lideranças comunitárias, esse reflexo do Governo Ronaldo Lessa tem feito com que criemos os núcleos de bases do PSB em Maceió inteiro, você começa a descobrir lideranças, mulheres, mães, estudantes, professores, desempregados que nunca tiveram oportunidade de discutir o que é um partido socialista. E dizem: Mas Kátia Borner, eu via você e o Ronaldo Lessa com aqueles discursos radicais no meio da rua e eu achei que vocês eram terroristas. A gente não come fígado de crianças, muito pelo contrário, a gente alimenta as crianças. (Palmas.)

Então, é a isso que nos propomos neste V Congresso, que saiam propostas onde as nossas divergências políticas, o nosso sucesso em algumas administrações seja o crescimento do socialismo no Brasil. Só se faz socialismo com crescimento e unidade, não se faz socialismo jogando companheiros uns contra os outros, não se faz socialismo atropelando, queremos um partido forte, coerente e produtivo porque só assim teremos uma proposta coerente para 1996 e para 1998. Se em 1996 não elegermos vereadores e prefeitos comprometidos com a sociedade, não chegaremos a 1998. E é preciso que mostremos ao Brasil que o PSB tem crescido e com esta nossa cara aqui, com a cara do povo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Vamos ouvir agora o Prefeito em exercício da Cidade de Belo Horizonte, companheiro Célio de Castro.

O SR. CÉLIO DE CASTRO (Prefeito em exercício de Belo Horizonte) - Companheiro James Lewis, quase que eu ia falando "James Bond", Kátia, minha colega na área de saúde, Governador Capiberibe, Vice-Governador Casagrande, nosso querido relator, minhas companheiras e meus companheiros, Belo Horizonte tem uma experiência de três anos de uma prefeitura de uma frente popular, constituída do PT, PSB, PC do B, PV, PPS e PCB. Eu pretendia, de início, fazer um relato dessa experiência destes três anos, mas aí mudei de

idéia, porque achei que o relato poderia ser excessivamente benevolente, ficar muito elogioso, ou, por outro lado, ficar muito severo. Então, fugindo da severidade rigorosa e do elogio fácil, vou tentar, num prazo de quinze minutos, discutir com os companheiros uma proposta de reflexão, defendendo a seguinte tese: as prefeituras e os governos de estados, das experiências das frentes populares, que vou chamá-las de "poderes locais", constituem, no meu modo de ver, a forma mais eficaz de politicamente combater o projeto neoliberal.

Os fundamentos pelos quais defendo esta tese, faria sumariamente o relato deles. Primeiro, o sistema neoliberal é o sistema arquitetado, hegemônico de dois terços do globo, tem uma construção teórica sólida, tem, atrás dele, uma sustentação econômica e de divulgação social muito grande. E aqui eu lembro Lenin, que disse que não devemos, jamais, subestimar adversários. Não vamos subestimar o projeto neoliberal, que as suas características básicas no ponto de vista da economia são bem conhecidas, a defesa absoluta da lógica do mercado, a globalização total da economia, a defesa do estado mínimo, a privatização radical, ter todos os recursos das nações submetidos às normas da Carta de 1989, a chamada "Carta do Consenso de Washington". Isso pode ser verificado claramente na prática, essas tendências, essas marcas no chamado "Projeto Neoliberal". A autonomia do mercado, total, globalizado, chega a nível tão grande que hoje, só para os companheiros terem uma idéia, nas bolsas que negociam papéis financeiros, em Londres, circulam, em 24 horas, o equivalente ao PIB do México; em 36 horas, o equivalente ao PIB do Brasil, que hoje são 400 bilhões de dólares. Esse capital, em segundos, pode migrar de um lugar para o outro, de um país para outro, de um continente para outro e deixar absolutamente desarticulado e desestruturada a economia que sustentava, como é hoje o projeto neoliberal no Brasil, num aporte de capital estrangeiro para praticar a sua política econômica.

Do ponto de vista da política monetária, o sistema liberal se sustenta na ortodoxia financeira, monetária mais rígida. A estabilidade monetária é o valor supremo, inquestionável, inclusive não se pode sequer ousar se perguntar a que preço é feita a estabilidade monetária. O custo social não conta para os ideólogos e para os praticantes do sistema neoliberal.

Essas são questões conhecidas do ponto de vista do sistema neoliberal, menos conhecido talvez sejam os componentes políticos e ideológicos do sistema neoliberal. Esse talvez eu deveria me deter um pouquinho mais neles, para que os companheiros percebessem que a lei de componentes econômicos e não é possível hoje que um Partido, como o PSB faça raciocínios meramente economistas. É preciso então verificar quais são os componentes políticos do sistema neoliberal.

A grosso modo esse sistema nasceu logo no pós-guerra, quando um grupo liderado por um austríaco, Frederith Augusto Rajek se junto a Valter

Lippi, a Milton Friediman, que depois ficou conhecido como os "Chicago's Boys" e começaram a se reunir numa cidade chamada Mompelerent. Eles aí começaram a trabalhar a lógica política das idéias neoliberal. O princípio fundamental do ponto de vista das idéias, vamos chamar de filosóficas, do sistema neoliberal parte do seguinte enunciado: se numa sociedade, cada um cuidar dos seus interesses e apenas do seu interesse, estaremos no melhor dos mundos possíveis. Esta é a lógica do sistema neoliberal. Então, esta lógica perversa tem como contrapartida um combate tenaz do sistema neoliberal alguns dos valores mais caros do socialismo, o valor da fraternidade, da solidariedade, da igualdade, da liberdade; chega ao seu ideólogo principal, que é este Rajek, a dizer que ele detesta a solidariedade, detesta igualitarismo - estou citando quase literalmente - diz ele: para mim solidariedade e igualdade nada mais do que a inveja sublimada. Então, o componente político do sistema neoliberal tem um caráter fortemente autoritário, eu diria mesmo um caráter totalmente totalitário.

Resumindo, sob o ponto de vista da economia, defende-se a lógica absoluta do mercado, e do ponto de vista da política, defende-se o individualismo mais feroz em que os poderes locais podem se contrapor a esse sistema com essas características no campo econômico e essas definições no campo político.

Aí eu me remeto à experiência que temos de três anos em Belo Horizonte. Ela vai exatamente no sentido contrário a todas as propostas do sistema neoliberal, todas. Na verdade, a prefeitura de Belo Horizonte pratica uma política em que o estado não é jamais o estado mínimo, pelo contrário, o estado é eficiente, ele regula todas as ações ou a maioria delas, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista social, político e cultural que se dão no âmbito de Belo Horizonte. Então, contrasta com o sistema liberal e defronta nitidamente com o sistema neoliberal nesse sentido.

Em segundo lugar, ele pratica uma democracia participativa, cujas principais características pode-se citar para os companheiros rapidamente: primeiro, o orçamento participativo de obras e de habitação, que já está no seu terceiro ano e que terminando, fechando este ano o orçamento participativo de 95, teve a participação efetiva de 65 mil pessoas. Eu participei de todas as assembléias do orçamento participativo e nenhuma delas houve menos de 2.000 pessoas discutindo recursos a ser aplicados em obras, prioridade, cronograma e fiscalização. Esse tipo de democracia participativa através do orçamento permitiu que se criasse uma instituição popular nova em Belo Horizonte, que se chama "Com Força", que são as comissões que fiscalizam a execução do orçamento. Elas são hoje realmente poderes legitimados pela sanção popular e que intervêm de maneira constante em todas as etapas do orçamento participativo.

Dentro ainda dessa perspectiva de participação popular, a Prefeitura criou inúmeros conselhos populares. Eu citaria, desde o início da nossa administração o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, os nove conselhos tutelares, que estão no estatuto, e além disso foram criados inúmeros outros conselhos: Conselho da Habitação, Conselho Popular da Alimentação, Conselho Popular dos Transportes, da Saúde, da Educação etc. Isso compõe uma contrapartida fundamental ao projeto neoliberal naquilo em que ele nega a participação popular mais efetiva.

Um outro destaque foi na questão das políticas sociais, o papel do estado nas políticas sociais. As políticas sociais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte tem o caráter nitidamente de investimento nas comunidades mais carentes. Essas políticas sociais hoje mudam o perfil de Belo Horizonte e conseguem fazer com que a cidade hoje sinta-se com seu grau de auto-estima muito mais elevado. Essas políticas de desenvolvimento social mereceram hoje o reconhecimento nacional. O Prefeito Patrus Ananias está hoje em Genebra, na Suíça, recebendo o prêmio por ter sido Belo Horizonte considerada a cidade que melhor desenvolveu políticas de ação social no mundo.

Finalmente, no que diz respeito ao autoritarismo, que aqui deixei claro do sistema neoliberal, a prefeitura popular ou a experiência dos poderes locais tem hoje uma forte característica de participação dos setores organizados: sindicatos, organizações populares, sindicato dos servidores públicos, todos eles participam intensamente da organização, tendo conhecimento de todos os aspectos que dizem respeito ao desenvolvimento da própria organização.

Nesse sentido, é importante salientar que uma questão que foi muito tratada aqui neste Congresso, os poderes locais todos estão conseguindo democratizar a informação. Em Belo Horizonte, especificamente, editamos já pela terceira vez 100 mil exemplares de um Guia do Cidadão, que é distribuído gratuitamente a cada cidadão, com informações sobre todos os serviços que ele tem direito a exigir da Prefeitura de Belo Horizonte. E neste mês de dezembro informatizamos as informações, estamos inaugurando inicialmente 6 pontos informatizados para que qualquer cidadão de Belo Horizonte entre na rede da Prefeitura e obtenha as informações que desejar a respeito de questões as mais variadas, até inclusive de informações referentes às contas públicas, ao orçamento etc.

Nesse sentido, deixo aqui consignado que a experiência dos chamados Poderes Locais constitui hoje, no meu modo de entender, a forma mais eficiente, a forma concreta do ponto de vista político de combater o sistema neoliberal. Isso aqui seria pouco, e estou encerrando, dentro dos 15 minutos a que me propus, se eu não fizesse aos militantes, bravos companheiros do PSB, mais do que um apelo uma convocação: esses Poderes Locais têm que ser

ardorosamente defendidos, porque na verdade nas eleições de 96 vão tentar evitar que não haja prefeitos dos poderes locais, das frentes populares nem em Belo Horizonte, nem em Porto Alegre, nem em São Luís do Maranhão, nem em Maceió e em tantas outras cidades que essa experiência cresceu, multiplicou-se e consolidou-se.

Então, na verdade, o Partido Socialista Brasileiro tem uma tarefa que eu diria um compromisso histórico em prol das políticas emancipatórias de defender e ampliar esses poderes locais para que o contraponto prático, concreto ao projeto neoliberal seja posto frente a frente para que todo o povo brasileiro avalie, pense e decida.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Agora, ouviremos a intervenção da companheira Conceição Andrade, Prefeita de São Luís.

A SRA. CONCEIÇÃO ANDRADE (Prefeita de São Luís) - Boa-tarde, caros companheiros, desculpem-me pelo atraso do vôo, atraso de uma hora, mas estamos aqui para dar também a nossa colaboração e trocar um pouco da experiência que temos tido como Prefeita de São Luís. São Luís é uma cidade, hoje, de aproximadamente 1 milhão de habitantes, com uma receita mensal de 11 milhões e uma folha de pagamento que hoje está em torno de 7.2 milhões de reais. Estou fazendo esse balanço para demonstrar que há uma dificuldade financeira muito grande de mexermos nas questões estruturais que temos vontade e que faz parte dos princípios e das metas do nosso partido. Mas mesmo com toda essa dificuldade, temos conseguido avançar em determinados aspectos em São Luís. Uma das nossas metas principais era exatamente uma ação de governo que pudesse gerar emprego e renda para as populações mais carentes e começamos a investir logo no começo da administração na geração de emprego e renda ligada à parte de agricultura. São Luís, em 1992, produzia apenas 5% do que se consumia; hoje, concretamente já estamos produzindo 20% do que é consumido. Como fizemos isso? Investindo em infra-estrutura básica para produção: estradas, eletrificação rural, água para a produção, capacitação técnica da equipe que faz a Secretaria de Produção e Abastecimento e dos Produtores Rurais. Não colocamos de uma forma autoritária que tipo de cultura as populações iriam trabalhar, não. Primeiro, fizemos uma discussão democrática com todas as entidades que trabalhavam nesta área já e a partir do que eles produziam nos seus povoados nós fomos aprofundando e dando incentivo no sentido de que essa produção pudesse aumentar e entrasse efetivamente na comercialização. O resultado disso foi que com três anos de governo nós temos 20% já do que é consumido em São Luís, produzido em São Luís pelos pequenos produtores em 20 pólos

de produção, que dispõem da infra-estrutura básica e além do mais integramos a produção e comercialização. Portanto, todos os dias esses produtores se transformam também em feirantes em 32 feiras livres e em 3 grandes feiras noturnas que, para vocês terem uma idéia, circulam aproximadamente 25 mil pessoas. Geramos com isso mais de 4 mil empregos diretos e os produtores, dependendo do tipo de produção, estão tirando líquido de um e meio a quatro salários mínimos. De uma forma muito concreta, investimos nesta área de produção e realmente está dando resultado mais do que esperados.

Na área de saúde, investimos na questão política...

(troca de fita)

... os enormes obstáculos que tínhamos para a municipalização da saúde. Há cinco meses conseguimos a municipalização parcial, mas não nos contentamos com isso porque de qualquer maneira a parcial fica ainda sob a gerência do governo do Estado. Há um mês, enfim, conseguimos a semiplena, que foi conseguida de uma forma sui generis, os nossos adversários políticos, depois que havíamos conseguido já a parcial, deram um jeito de pedir uma auditoria ao Ministério da Saúde, que a mandou. E foi a própria auditoria que deu o parecer favorável ao Município de São Luís, dizendo que a Prefeitura tinha todas as condições para realmente arcar como gerente das ações de saúde em todo o município. (Palmas.)

Realmente, digo a vocês, foi a salvação da lavoura nesta área, porque investimos 70% de recursos próprios e agora, com a municipalização, realmente estamos cumprindo rigorosamente o que manda a lei. O dinheiro vem e primeiro dividimos entre o setor público, tanto da Prefeitura, quanto do Estado e do Governo Federal, e depois é que colocamos para as filantrópicas e para as privadas. E todos os meses temos os demonstrativos de quantas AIHs cada setor recebe e fazemos questão de publicar isto para ter uma transparência muito grande ao alcance da população.

Outra coisa fundamental que fizemos na área da saúde, isso já desde o primeiro ano de governo, foi o respeito ao Conselho Municipal de Saúde. Existe um conselho, como todos sabem ele é paritário e é lá, na verdade, que são decididas as metas prioritárias na área da saúde. Isso nos dá uma tranquilidade muito grande, temos uma abertura muito grande com o Conselho e o deixamos totalmente livre para que ele possa realmente se sentir corresponsável com a administração pública no gerenciamento da área de saúde.

Outra coisa que temos investido pesado é na área de transporte coletivo. Quando assumimos o Governo, existia uma inadimplência de 90% no setor de transporte coletivo. Os empresários pagavam na verdade o que queriam para a Prefeitura e começamos a fazer um cadastramento adequado

dos ônibus, depois lacramos as catracas e esse ISS, que era de aproximadamente uns 10, 15 mil reais, hoje significa mais de 250 mil reais, que é um número significativo para nós. Com isso, estamos fazendo um sistema integrado de transporte coletivo em São Luís, já estamos construindo o primeiro terminal com recursos próprios e já sabemos hoje quanto vai ser a tarifa na hora em que tivermos a tarifa única, será de 0,45 centavos.

Portanto, conseguimos, com muito jeito e com muita postura, fazer com que houvesse um diálogo melhor entre a Prefeitura e os empresários no sentido de beneficiar a população. O primeiro terminal deve estar pronto para inauguração agora no começo do ano, com isso vamos integrar 68% de toda a ilha de São Luís e, posteriormente, partiremos para os demais terminais.

Portanto, temos trabalhado sempre no sentido de trazer recurso para o Município de São Luís. A situação financeira do País é muito grave, então não vale a pena às vezes você gastar tantas idas à Brasília, o Governo Federal não está dando respostas concretas aos municípios e aos estados, não adianta ir aos estados também, que todos estão alegando falência. Então, a nossa visão no município é aumentar a receita a partir do nosso próprio município. Tudo que é possível fazer dentro do município para aumentar a receita própria nós temos feito, porque é uma vergonha dependermos eternamente do Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS, pois sabemos (Palmas.) que a tendência, cada vez mais, é diminuir. Então temos tentado de todas as formas gerar emprego e renda, que é uma coisa fundamental e importante para as pessoas, mas também capitalizar o município no sentido de que se transforme no município que tenha mais condições de investir na área social, na área econômica do próprio município.

Não temos nos esquecido de um problema que é muito grande na nossa cidade, que é o problema do saneamento básico. São Luís é uma ilha, tem muita área alagada, muita área de mangue e evidentemente as populações mais carentes ocupam essas áreas. O resultado disso é que não há esgoto, calçamento e nenhuma urbanização para uma vida mais adequada. Então, apesar de ser muito cara esta área de infra-estrutura básica de drenagem, temos feito o que é possível. Hoje estamos com 301 obras em São Luís, entre drenagem, macrodrenagem, drenagens pequenas, calçamentos, melhoramentos de bairros, aterrando áreas alagadas, enfim, conseguindo tirar milhares de pessoas do convívio diário com a lama, com o esgoto. Nós não somos responsáveis pelo esgoto, lá em São Luís, quem tem a responsabilidade do esgoto é o Estado, mas de uma forma paliativa estamos optando por um sistema de canaletas laterais, nos bairros mais populares, que pelo menos tira o esgoto do meio da rua, até quando num tempo vindouro haja mais condição de cuidar da questão do esgoto especificamente.

Olhando essa parte de investimento no município, no primeiro

ano de governo, fizemos a municipalização da merenda escolar. A merenda que as crianças do município comiam eram merendas que vinham do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e eu não via nenhum sentido nisso. Então, investimos, junto com o Ministério da Educação, e conseguimos municipalizar a merenda escolar e hoje as crianças de São Luís comem coisas compradas no próprio município. É bom para o comércio local porque há uma circulação de dinheiro na própria cidade. Hoje estamos dando galinha, carne, enfim, produtos de boa qualidade lá mesmo comprados na cidade de São Luís.

Portanto, gostaria de colocar o seguinte: a saída para o município não é ir atrás apenas de ajuda do Governo Federal, do Governo Estadual ou ajudas internacionais. Também temos ido, estamos com um projeto de 50 milhões de dólares para recursos na área de infra-estrutura básica. É claro que temos que procurar todos os caminhos para trazer recurso para o nosso município, mas temos que procurar também criar, inventar coisas no próprio município para aumentar a receita própria. A última coisa que fizemos foi uma campanha enorme sobre a questão de IPTU e ISS. A dívida, com juros e multas, chegava a 236 milhões de dólares e decidimos fazer uma coisa drástica, tiramos todo juro e toda multa e a dívida caiu para 120 milhões de dólares e fizemos uma campanha em cima disso para que os inadimplentes pudessem saldar a sua dívida. A campanha está em pleno vigor, a primeira etapa já nos rendeu 8 milhões de reais e estamos até o dia 26 de dezembro com a campanha na rua, não somente atrás de dinheiro, e dinheiro é importante para o município, mas atrás de formar uma consciência de que o cidadão é co-responsável pela sua cidade. Acreditamos que esta campanha está dando certo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Agradecendo as palavras da Conceição, gostaríamos também de registrar a presença do Deputado Federal José Carlos Sabóia, do Partido Socialista Brasileiro, do Maranhão. (Palmas.)

Companheiros, pediram-me que marcasse 15 minutos e me coube encerrar esse debate. Gostaria de, preliminarmente, constatar com bastante satisfação e alegria que as diversas exposições de certa forma convergiram em pontos essenciais. E aí eu já anteciparia como uma proposta para este Congresso a necessidade de que o Partido organize um seminário específico de políticas governamentais. Vamos viver, no próximo ano, uma disputa pelos executivos municipais e parece que já tem experiência suficiente acumulada no partido para que sistematizemos essas diversas experiências e as proponha como uma política consolidada do Partido Socialista Brasileiro, até mesmo para evitar que tenhamos, em algumas localidades, políticas dissonantes com aquilo que é visivelmente o espírito do Partido quando na

responsabilidade executiva.

Nós, do Distrito Federal, integramos a Frente Brasília Popular, sendo que o Partido Socialista Brasileiro já há dois anos em seu congresso estadual fizemos, como consigna do congresso, em 1994, Brasília vai virar à esquerda. Este era o slogan do congresso que realizamos e o principal convidado foi exatamente o Prof. Cristovam Buarque, filiado ao Partido dos Trabalhadores, mas que entendíamos, desde aquela época, antes mesmo que o próprio PT tivesse definido, que seria o candidato capaz de garantir a unidade das esquerdas. Brasília não tem tradição paradoxalmente de uma aliança das esquerdas. Em 1990 houve uma divisão, o Partido dos Trabalhadores saiu sozinho, nós nos reunimos em torno do PDT e, em 1994, conseguimos finalmente a união do PT, do PPS, do PSB, do PC do B e até o PSTU participou conosco no primeiro turno. No segundo turno, o PSTU abandonou a coligação, mas entraram para apoiar o PSDB, o PDT e o PNM. E é esse o arco de 8 partidos que formam a base de sustentação do Governador Cristovam Buarque. Nos coube na divisão dos cargos, na composição do governo uma administração regional, aqui representada pelo companheiro Sebastião Abreu, Presidente da Comissão de Ética Nacional, que é o administrador da cidade de São Sebastião, nos coube algumas diretorias de estatais, particularmente a Novacap, que é a maior estatal lá, com 10 mil empregados, com o companheiro Francisco Nogueira e a nós coube a Secretaria Especial de Desenvolvimento Regional do Entorno.

Muita gente, ao longo destes dias, me perguntou: o que é esse negócio de entorno? Brasília vive uma situação atípica, a sua região metropolitana não pertence ao Estado, as cidades de Goiás e de Minas, notadamente, noroeste mineiro, nordeste de Goiás e as cidades que hoje estão juntando suas manchas urbanas com Brasília, pertencem a outras unidades da federação, e o Brasil não criou até agora um instrumento adequado para gerir uma situação como esta, em que você tem 3 estados, 33 municípios, 850 mil habitantes que, na verdade, vivem uma realidade conjunta com 1.8 milhão de habitantes do Distrito Federal. O Distrito Federal viveu, até janeiro deste ano, um governo populista, que de forma irresponsável, para criar currais eleitorais, saiu expandindo a área urbana da Capital Federal através da distribuição de lotes. Hoje, temos uma taxa de crescimento de 14.6 por ano. Só para terem uma idéia, o município de Águas Lindas, que acabou de se emancipar, no dia 14 de outubro, em Goiás, saiu de 3 mil habitantes, em 1991, para uma população estimada de 50 mil, quatro anos depois. É esse o ritmo de crescimento hoje dessa região central do País, uma região que tem uma característica extremamente importante e que muitas vezes os brasileiros não conhecem, é o berço das principais bacias hidrográficas do País, ali nascem os afluentes do rio São Francisco, da Bacia do Prata e os principais afluentes nacionais do rio Amazonas, onde vamos nos encontrar lá com os companheiros do Amapá e do Amazonas. Isso impõe limitações ambientais seríssimas para a Capital federal.

É uma região de 5.800km² e 42% do nosso território são áreas de preservação ambiental por esta característica fundamental que nós colocamos.

Agora, existe uma bomba-relógio e nos coube a honra de, no governo do Distrito Federal, tentar assumir a responsabilidade de enfrentar essa questão de como podemos impedir que a Capital da República venha a apresentar nas próximas décadas as mesmas características das megalópolis, como Rio de Janeiro, São Paulo e outras. Nesse sentido, a política que vem-se implementando é principalmente de cobrar, por um lado a nível institucional, a criação de mecanismos de desenvolvimento regional, e conseguimos recentemente uma vitória importante que foi a abertura do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que está sendo neste momento debatido pelos quatro governadores, pelos senadores e pela Presidência da República um capítulo específico para enfrentar a questão da região do entorno, porque hoje a política de saúde dos 33 municípios é ambulância e manda para Brasília. Estava há pouco visitando o município Cabeceiras, em Goiás, e o Prefeito me disse: olha, vai sair a Kombi para Brasília, já é a quarta hoje. E já ouvi prefeito dizer o seguinte: Kombi é bom porque o se o sujeito morrer no caminho, você joga lá trás e não atrapalha os outros que estão doentes. É uma coisa paradoxal, na Capital da República nós temos indicadores sociais equivalentes aos indicadores do Nordeste, temos 32% da população vivendo na linha de miséria total, no mapa da fome do IPEA. Temos indicadores de 45% de analfabetismo na área rural. Todos esses indicadores sociais mostram que a Capital da República vive uma situação extremamente grave do ponto de vista de demandar soluções urgentes e imediatas.

O governo democrático e popular tem-se caracterizado por algumas ações muito parecidas, muito convergentes com aquelas que aqui foram expostas pelos prefeitos e governadores. Os objetivos fundamentais seriam os cinco Ds: o primeiro é desconcentração, é preciso desconcentrar os investimentos públicos, desconcentrar a economia para impedir que se continue na política de produção de metrópoles, de megalópolis que dão baixa qualidade de vida e um custo altíssimo para a administração. É preciso, portanto, perseguir a desconcentração urbana e econômica dos nossos municípios.

O segundo D, seria a descentralização, mais como um conceito de que se transfira para a ponta da máquina as decisões. De nada adianta formar conselhos populares em que os responsáveis pelos serviços básicos assistem a esses conselhos mas não podem atender e dar resposta imediata à população, (Palmas.) é preciso transferir para a base do governo o poder de decisão, dando a esses companheiros, a esses gerentes de diversos serviços capacidade real de atender àquela população ali organizada.

O terceiro D, seria o da democratização política, ou seja, os conselhos setoriais aqui referidos por todos, a questão do planejamento

participativo em que a população assume com seu dinheiro e discute quais as prioridades e para onde devem ir os poucos recursos públicos hoje disponíveis para investimento. Essa democratização política é, na verdade, a restituição daquele que é um dos primados básicos do Partido Socialista, que é o combate à exclusão da cidadania. Na medida em que você incorpora os cidadãos nas decisões, você está restituindo aquilo que lhe foi negado por um modelo que exclui social, econômica e politicamente. Portanto, lá também surgem, como acontece no Amapá, no Espírito Santo, em Belo Horizonte, em São Luís, em Maceió, os conselhos populares em que se discute o orçamento, se fiscaliza a ação do governo e se define os rumos para o ano que vem. É evidente que lá, como aconteceu há dez anos, quando tive a oportunidade de participar da primeira prefeitura de capital socialista, que foi o Governo Saturnino Braga, no Rio de Janeiro, há conflitos entre o Executivo e o Legislativo. O Legislativo brasileiro está muito habituado à política fisiológica, clientelista e é natural que quando o Executivo tenta dar maior transparência e absorver mais a participação da comunidade, há reações tipo: essa praia é minha, eu não posso permitir isso, como é que eu vou me reeleger. É portanto muito importante que os nossos parlamentares também tenham uma atitude muito agressiva dentro dessas câmaras no combate às políticas clientelistas, mostrando que o papel do legislador, o papel da liderança política é muito maior do que definir o asfalto aqui, o asfalto acolá, a diretora da escola, isso tem que ser cada vez mais a comunidade quem tem que assumir e colocar.

O quarto D seria a democracia social, ou seja, os programas sociais. E nesse aspecto, hoje, no debate do auditório Marruá, que algumas pessoas devem ter participado, estava bastante cheio e concorrido, nós ouvimos da própria voz do Governador Cristovam Buarque um projeto que é o Programa da Bolsa Educação e que eu gostaria de não resgatá-lo propriamente, que considero de extrema importância, mas principalmente de resgatar o seu espírito, acho que isso é uma grande novidade também presente na exposição de outros companheiros em cima de outros projetos, é que as políticas sociais compensatórias estimulem também a responsabilidade do cidadão. Ou seja, se você vai fazer como em São Luís a política de fomento do produtor, do pequeno produtor, ele assume também com o Estado algumas responsabilidades diante desse fomento, desse subsídio, dessa ajuda que ele está tendo. A distribuição pura e simples de cestas básicas, como vem sendo feito pelo Comunidade Solidária, é, na minha opinião, uma distorção gravíssima porque o Estado deveria estar aproveitando esse estímulo para cobrar a contrapartida, seja em hora de trabalho para a comunidade, seja em responsabilidades determinadas ou como é no caso da Bolsa Educação, em que a pessoa beneficiada assume o compromisso de manter seus filhos na escola e de zelar para que eles passem de ano, sem o quê eles perdem essa contribuição. É fundamental termos essa visão em todas as nossas políticas sociais, não se pode estimular apenas a sensação de que o cidadão é uma pessoa que fica lá largada, parara e aí é lembrada por uma cesta básica e depois

é esquecida o resto do tempo. É preciso incorporá-los, e isto existe no partido político, no sindicato ou na nossa casa, para cada direito existem também alguns deveres e esses deveres, essa consciência do coletivo, que o companheiro Célio de Castro se referiu até como uma coisa para se chocar claramente com a filosofia e com a cultura neoliberal, é preciso que a gente estimule do outro lado a solidariedade, a responsabilidade, o respeito pelo patrimônio público, porque isso se perdeu neste País pelo regime autoritário, as pessoas não se sentiam mais donas do estado, portanto não se sentiam mais donas do seu patrimônio e é preciso reverter essa cultura e mostrar que aquilo que é público é o que deve ser mais zelado, ao contrário da nossa cultura atual: respeita-se o que é privado, o que é público considera-se que é possível depredar, destruir, ninguém cuida, casa-da-mãe-joana; é fundamental que a gente reverta essa cultura, valorizando o patrimônio e o serviço público, como muito bem me pareceu ter colocado o Governador Cristovam Buarque na exposição da manhã, que o servidor tem que ser do público e não se servir dos cargos públicos para negar o serviço ao povo, como sabemos que acontece em grande parte das repartições, o cidadão sai humilhado e maltratado porque o servidor se sente dono de um cargo e não uma responsabilidade social e pública de desenvolver o seu trabalho.

Agora, acho que todos esses Ds tem que ter um D fundamental, que estava presente, e fiquei muito feliz com isso, em todas as exposições, a questão do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento sustentável, solidário, em parceria, é uma consigna que temos que levantar, porque se não resolvermos o problema de um país que encolhe, de um país que coloca a cada ano milhões de jovens no mercado de trabalho e num mercado que hoje já não atende aos brasileiros que lá estão, a nossa população economicamente ativa está extremamente pressionada recentemente pela política de recessão. Só um dado: Brasília atingiu este ano o recorde nacional de desemprego com a taxa de 15.4%, o que dá em torno de 125 mil brasilienses, numa população de 1.8 milhão, é um número extremamente grave e dramático. Temos que combater a recessão, as políticas de quem quer encolher o país, porque uma política social que não esteja acompanhada de uma política econômica tem a mesma credibilidade de um cheque sem fundos, porque acena-se com expectativa de que o Estado não poderá atender se não aumentarmos a atividade econômica. Lembrem na abertura, ontem, solene que não foi à-toa que tanto o representante do Partido Comunista Cubano quando o representante do Partido Comunista Chinês fizeram questão de se referir aos seus crescimentos dos seus PIBs. Esse é um dilema fundamental, se não conseguirmos crescer, não conseguiremos resolver o problema social. É demagogia, é uma irresponsabilidade aqueles que propõem fazer gerar expectativas de que poderemos ter saúde, educação, transporte, segurança e uma série de serviços básicos e não revolvermos o problema de como, por onde o Brasil vai crescer gerando mais receita para que as nossas prefeituras amanhã, os nossos governos de Estados, como falou muito bem a companheira Conceição, não adianta

correr de pires na mão em Brasília, o Brasil hoje investe 250 milhões de reais por mês, vamos chegar em 95 tendo investido o governo federal 3 bilhões, 0,5% do nosso PIB. Nenhum país sério, que queira crescer pode trabalhar com esta escala de investimentos. A previsão, conversando com técnicos da Seplan, esta semana, otimista de que entraremos em 96 com 500 milhões de reais em investimentos. Isso porque tem eleição; mesmo assim, em 96, a projeção de investimentos públicos federais é de 6 bilhões por ano, 1% do PIB no Brasil. É um absurdo essa política, porque isso tem uma vinculação direta, 20 bilhões por ano vão para a dívida externa, 94 bilhões hoje é a dívida internalizada deste País. Essa lógica perversa que discute para onde vai a poupança do país, hoje ela está indo para agradar o capital financeiro internacional, temos que disputar isso, brigar por isso e mostrar que este País quer e precisa crescer e para crescer vai precisar de investimento. É verdade que não podemos fazer um projeto de desenvolvimento, e nesse ponto o companheiro Capi colocou um exemplo que achei extremamente importante, a questão da solução da cooperativa de garimpeiros, não podemos imaginar que o Estado, seja uma prefeitura, um governo de estado, ou amanhã o governo central vai conseguir resolver esses problemas da envergadura que temos que enfrentar de cima para baixo ou com recursos públicos. É verdade que a capacidade de poupança do Estado brasileiro está ameaçada. Não só a nossa como de vários países. Agora, nós podemos provocar novas fórmulas de parceria em que o capital privado participe também do investimento da infra-estrutura, rompendo aquele ciclo perverso do passado em que o dinheiro público era utilizado para preparar a infra-estrutura total para só então o capital privado aparecer e usufruir daqueles investimentos. Não, agora o capital privado tem que participar também desde o primeiro momento na constituição daquele projeto de desenvolvimento. E isso é fundamental porque os recursos são poucos e a maior parte deles terão que ser carreados para programas sociais. Agora, programas sociais que estejam sempre associados à geração de renda, à geração de emprego, porque esta é uma questão fundamental.

Para concluir, queria lembrar que quando nós discutimos no Congresso de Maceió a questão da exclusão social, lembrávamos muito bem naquela oportunidade que a exclusão era aquele que hoje é excluído por um estado mal gerenciado, por um estado sonegador, mas a exclusão...

(troca de fita)

... certamente estão muito bem adaptadas à nossa realidade e estão funcionando, e devemos transformar isso não apenas num programa social, mas num exemplo de política social do Brasil que nós queremos.

Obrigado. (Palmas.)

Parece-me que, já concluindo as exposições, poderíamos abrir

para os debates. Proporíamos abrir à Tribuna, com inscrições de três minutos. Estão abertas as inscrições.

Com a palavra o companheiro Gelson Albuquerque.

O SR. SEBASTIÃO ABREU (Presidente do PSB de Santa Catarina) - Fico extremamente feliz, extremamente contente depois de algumas participações. Este é um Congresso que realmente anima porque você vê caras conhecidas, não assim fisionomicamente, mas em termos de posturas e de ações, o que é fundamental para este Partido. É fundamental disputarmos as eleições e disputarmos as idéias no campo político dentro do nosso Congresso.

Agora, queria tentar tecer alguns pontos sobre a questão da cidade. Para mim, o berço do logro político passa pela cidade. A questão do Estado, que me desculpem os companheiros governador e vice-governador, e também da questão da União, do Governo Federal, ele me parece às vezes muito etéreo, está muito longe da gente, então por que não se pensar em discutir a questão da cidade? Já que a gente tem uma coisa chamada tendência neoliberal, que o Célio colocou as características com brilhantismo de um resumo a toda prova, mas essa é uma tendência. Uma coisa que acho fundamental começarmos a trabalhar é uma frase: tendência não é destino. E se tendência não é destino, cabe aos companheiros socialistas combaterem a essa tendência a toda hora e a todo momento. É isso que temos feito, acredito, nos governos ou nas secretarias onde o PSB tem participado, que é buscar combater essa tendência neoliberal, que vem fantasiada de social-democracia.

Uma coisa importante na questão das cidades é que elas devem se transformar em sujeitos e não em objetos de separação, desagregação e segregação. A cidade deve ser agente de mudança. E na realidade as cidades foram construídas para ser exatamente o contrário; as cidades sempre foram, na realidade, objetos do esquema do grande capital. A cidade vem de uma matriz chamada Algere, que quer dizer agir. E aí Marx nos diz uma coisa que é interessante a gente pensar, é uma frase que tem duas etapas, uma delas diz: o homem é sujeito da sua história, dentro das circunstâncias que a determinam. Então, temos políticos que só falam que o homem é sujeito da história, mas não fazem nada para mudá-la. E outros que só dizem: infelizmente as condições dadas e objetivas são essas. Mas também não fazem nada para mudar.

Portanto, a participação de nós socialistas dentro do campo, seja do governo, dos governos municipais ou estaduais é importante, porque começamos a jogar para dentro desta massa, às vezes até sem definição, a ação socialista para combater aquela tendência.

Uma outra coisa que é importante termos claro e para mim

isso é bastante óbvio nas discussões, mas que temos discutido muito pouco em nosso partido, apesar de no último congresso termos debatido, neste, ainda não senti isso e fico preocupado porque o futuro da cidade vai ser demonstrado pelo futuro do campo e nós não debatemos a questão da reforma agrária. A questão agrária está pipocando, o conflito fundiário tem sido mostrado todos os dias na televisão e estamos parados. Assim, agora, aqui, vamos debater profundamente a inserção do PSB no movimento da reforma agrária.

Uma coisa importante é como as cidades respondem às nossas aspirações, mas a cidade só vai responder às nossas aspirações se formos ouvir os cidadãos, o que eles têm a nos dizer. É melhor a gente errar com o povo do que errar sozinho e por isso que é importante agirmos enquanto cidadãos. A cidade, para mim, é um foco importante de trabalharmos, seja como vereador, como prefeito etc.

Valorizo muito a questão de que o homem é o que o homem conhece; e a cidade é o que a sociedade foi capaz de conhecer e defender. Daí que é importante a nossa ação de fato dentro da democracia representativa e também da democracia participativa, porque só assim vamos saber exatamente o que a cidade conhece e o que vai ser capaz de defender.

Em Florianópolis, estamos com o planejamento participativo e já estamos discutindo a sua questão, que na realidade temos percebido que a população começa a conhecer e começa a defender, porque senão vão passar as administrações socialistas ou administrações de frentes populares e vão passar como tantas outras passaram, ou seja, a democracia participativa se faz extremamente importante dentre outras ações que os nossos companheiros já colocaram aqui. E obviamente que a construção de uma cidade passa por um projeto de país, por um projeto de nação.

E fico mais preocupado ainda quando leio as nossas teses e não vejo aquela reafirmação do socialismo como uma das alternativas viáveis e possíveis de combatermos aquela tendência, porque aquela tendência não é o meu destino e com certeza não é o destino da nossa nação.

Obrigado.

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Com a palavra o companheiro Sebastião Abreu.

O SR. SEBASTIÃO ABREU (Distrito Federal) - Companheiros, assim como ocorre em São Luís, em Manaus, em Belo Horizonte, no Amapá, em Brasília também é hoje um grande laboratório de experiências políticas.

Três minutos são insuficientes sequer para cumprimentar os membros da Mesa. Quero aqui apenas resgatar uma proposta feita em passant pelo companheiro James. Esse assunto é seríssimo; o Governador de Brasília deixou aqui um desafio à esquerda, temos que elaborar uma estratégia para os excluídos. Isso não se faz de afogadilho.

Então, a minha sugestão é no sentido de que, caso o Plenário esteja de acordo, esta comissão leve ao nosso Plenário Geral a sugestão de se realizar, logo nos primeiros meses do ano que vem, um fórum em Brasília para discutir a prática e as experiências das gestões socialistas nas diversas cidades.

Esta é a minha sugestão. Obrigado. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Com a palavra Servini, do Rio Grande do Norte.

O SR. SERVINI (Rio Grande do Norte) - Companheiros e companheiras aqui presentes, realmente os companheiros que aqui fizeram suas exposições estão de parabéns. Ficamos muito felizes quando vimos que o nosso discurso está indo para a prática no momento em que chegamos ao poder. E que em vários estados e capitais do nosso Brasil existem pessoas, políticos comprometidos realmente com as causas populares, que existem governantes que administram bem esse dinheiro público em favor dos mais pobres, em favor das classes menos favorecidas. Portanto, os companheiros estão de parabéns por esta atuação brilhante nos postos em que se encontram hoje.

A minha vinda aqui é para pedir duas coisas: a primeira, a companheiro do Distrito Federal, que por gentileza explique mais um pouco a respeito dessa Bolsa Educação, em que o Governador do Distrito Federal falou hoje pela manhã e que nós do Rio Grande do Norte achamos esta proposta fantástica e queremos saber mais um pouco sobre ela.

Também, se possível, de alguns dos companheiros que estão nas administrações municipais, gostaríamos de saber se existe algum trabalho direcionado à juventude.

Somos felizes porque tivemos uma experiência maravilhosa na Prefeitura de Natal, com a nossa grandiosa companheira Vilma de Faria à sua frente, que é hoje a Presidente do nosso Partido. Vilma foi um exemplo de mulher guerreira, de dedicação aos ideais que hoje ela defende, do socialismo, em favor dos menos favorecidos.

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Um aviso ao Plenário: os delegados do PSB de São Paulo se reúnem hoje, às 18h, na sala de reuniões Anibal Fernandes.

Com a palavra a companheira Maura, de Alagoas, e a sugestão é encerrar as inscrições na fala da companheira Maura.

A SRA. MAURA MIGUEL (Alagoas) - Boa-tarde, senhores, boa-tarde à Mesa, a minha vinda a este microfone, em primeiro lugar, é para parabenizar a organização deste Congresso, até porque ainda não tinha tido o prazer de participar de um evento tão valioso para o esclarecimento da nossa sociedade. Queria também fazer um apelo aos dirigentes e governantes dos nossos estados e municípios no que diz respeito à mulher do campo, à mulher cortadora de cana, à mulher que sai de casa às 3h da manhã, em cima de um caminhão como se fosse um animal, para cortar uma tonelada de cana, que na maioria dos Estados inclusive no meu, é um real e vinte centavos. oh, Jesus Cristo, o que faz um ser humano com um real e vinte? Ela tem que trabalhar de sol a sol, o dia inteiro, muitas vezes com o peito cheio de leite e seu filho em casa chorando, mas ela precisa ir ao campo, porque se não for, só com a sua mama o seu filho não vive. É preciso que o socialismo abranja este campo também.

A mulher é brava, veja a nossa Prefeita, a Sra. Conceição, veja o trabalho brilhante que esta senhora está fazendo, a nossa Secretária de Saúde, Dra. Kátia Borner, que pegou a saúde de Alagoas sucateada, ninguém acreditava mais em nada, nunca tivemos um prefeito com a capacidade que temos hoje, do PSB em Maceió, Dr. Ronaldo Lessa. Esse rapaz tem feito um trabalho muito bom, muito bonito. Também temos o Deputado Francisco Tenório, que é um parlamentar jovem, que foi eleito por este Partido e que nele milita há muito tempo e tem dado a sua parcela de contribuição.

Mas é preciso que o PSB, a nível nacional, preocupe-se com a questão da mulher do campo, porque essa mulher sofre e nós sofremos por elas também, é preciso que a mulher se una e lute em defesa daquela desprovida da sorte. Eu, Maura Miguel, sou filha de um cortador de cana daqui de Pernambuco, sou de Belém de Maria, cresci acreditando no Governo Miguel Arraes porque meu pai me dizia que ele foi um homem preocupado com os direitos do trabalhador. Hoje ele está à frente do PSB e com ele temos também o nosso Prefeito Ronaldo Lessa, que é o vice-nacional. Será, gente, com esta cabeça pensante de Miguel Arraes, com a capacidade de Ronaldo Lessa, porque é competente sem puxação de saco, é competente mesmo, com os nossos governadores, com os nossos prefeitos, com o projeto 96 que vem aí de novos governadores, de novos prefeitos não se possa fazer nada para acabar com esse sofrimento da mulher do campo, porque corta uma tonelada de cana por

um real e vinte, será que ela vive? Como se acreditar que ainda possam ter dias melhores? Na minha concepção, eu acredito porque sou teimosa.

Vim aqui hoje representando a mulher, a mulher serviçal, a mulher merendeira, a mulher presidente de associação, a mulher cortadora de cana, a mulher sindicalista e a mulher política, porque também sou suplente de vereadora por Maceió, tive poucos votos mas sou.

Gostaria de pedir, mais uma vez, à Mesa que, se possível, levasse a um plenário maior para uma discussão séria em cima disso, porque o que tem morrido de mulheres, que não têm direito de ir ao médico porque o patrão não deixa, se ela for, ela não come, e trabalha tanto e nem o direito à comida ela tem. É preciso que se respeite mais a participação da mulher e que se abra um espaço maior para ela.

Pediria também que, se possível, fosse aberto um estatuto do PSB o direito de existir estatutariamente o movimento de mulheres, porque não temos agora e é preciso que tenhamos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Companheiros, encerradas as inscrições, ainda temos 7 companheiros já inscritos, gostaríamos de pedir, antecipadamente, a compreensão dos companheiros pelo rigor que seremos obrigados na observação do tempo.

Com a palavra Arruga Igue, de Pernambuco.

A SR. ARRUGA IGUE (Pernambuco) -

Companheiros e companheiras, boa-tarde. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-los pela organização deste Congresso Nacional do PSB. Foi muito importante para mim como para todos vocês esse aprendizado para todos nós. Aprendizado porque ao longo do tempo temos embutido na nossa cabeça, pelos conflitos passados, conservadores do militarismo, da ditadura, de que o neoliberalismo é a melhor coisa que existe, mas não é verdade. Temos apoiado pessoas do PLF, pessoas do PSDB, dessas facções porque nós muitas vezes fazemos vista grossa para apoiar tal candidato investe na campanha, tal candidato, como Ricardo Fiúza, que dá um par de sapato para você votar nele. É muito bom você receber dinheiro para apoiar candidato a, b ou c, o ruim é a consequência depois, que é esse desastre da economia no nosso País, a fome, a miséria que estamos passando.

Em manchetes de jornais, em rádio e em televisão vocês não

se cansam de ler, de ver e de ouvir falar na queda da estabilidade do servidor. Quem foi o único responsável pela máquina do estado estar inchada de servidores? O governa passado dos militares, o governo da ditadura, eles foram os únicos responsáveis, o governo do PFL, do PSDB, eles foram os únicos responsáveis.

Ora, será solução acabar com a estabilidade do servidor só? Não, é que os servidores são excluídos também, são excluídos da ascensão funcional, são excluídos da evolução financeira, de poder progredir. A minha proposta é que a Mesa procure levar a proposta de se lançar um plano de cargos e carreiras dos funcionários que estão esquecidos e que está na nossa Constituição. Agora, maus funcionários devem ser demitidos sim, porque nós não somos funcionários do governo, mas sim funcionários para servir o povo desta Nação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Com a palavra o companheiro Domingos Trindade Pereira, Delegado Socialista do Pará.

O SR. DOMINGOS TRINDADE PEREIRA (Delegado Socialista do Pará) - Boa-tarde, companheiros, estamos aqui para nos pronunciar, porque representamos os excluídos do Estado do Pará: somos desempregados, nossos filhos são analfabetos, não temos condição de trabalhar porque não tem financiamento, não tem crédito, não podemos nem nos locomover porque não tem como transportar, nem sequer para ter um pouco de lazer com a família, enfim, somos excluídos de todos os segmentos desta sociedade. Até mesmo dos acontecimentos políticos do nosso Estado ou da nossa Nação, ficamos vivendo lá na zona rural do nosso município e até em certos momentos ficamos nos perguntando: será que tudo parou? Será que não tem ninguém se mexendo por nós? Será que vamos morrer assim e não vai ter jeito para nada? Estas interrogações passam muitas vezes, até em um dia só na nossa vida, que estamos trabalhando no dia-a-dia e até de noite, muitas vezes, para conseguir sequer o pão de cada dia para os nossos filhos.

Participei do Congresso Estadual do PSB, no Estado do Pará, e fiquei bastante feliz de ver bastante pessoas que estão na luta em prol do desenvolvimento e da participação da vida da sociedade, inclusive dos excluídos. Lá fomos escolhidos para participar do Congresso Nacional, participando das exposições que faziam Miguel Arraes, Capiberibe, o Presidente do PT, aquele Prefeito de Brasília, deixavam-nos muito felizes, entusiasmados e acreditando na luta de aproveitamos esse espaço que vamos ter em 1996 de se Deus quiser eleger prefeito, vice-prefeito, vereadores comprometidos com a luta, (Palmas.)

para que em 98 possamos ter um Congresso de deputados federais mais comprometidos para que possamos ter uma transformação na sociedade. Que também possamos ter no Senado pessoas como Ademir Andrade, que representa o Estado do Pará e que luta incansavelmente dia e noite para que, não só no Pará, mas no Brasil tenhamos uma sociedade diferente.

Tenho esperanças de revertermos esse quadro, mas temos que começar a trabalhar desde ontem. Eu comecei na luta em 72 e hoje sou Presidente do Partido no meu município, sou suplente de vereador, tive 317 votos. Sou excluído pela sociedade mas não sou excluído pela minha boa vontade e pela minha força de vontade de transformar a sociedade.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Com a palavra o companheiro Joãozinho, militante socialista do Distrito Federal.

O SR. JOÃOZINHO (Militante Socialista do Distrito Federal) - Companheiros, é com incontida satisfação que me encontro neste V Congresso Nacional. Quero homenagear a Mesa dos dirigentes do Partido Socialista Brasileiro, todos os que acabaram de fazer suas exposições demonstraram que estão realmente preocupados com a situação dos excluídos que nada têm; sem recursos, mas buscando idéias, buscando alternativas para superar esse grave problema que assola o País.

Gostaria, nesta oportunidade, de fazer uma homenagem a um companheiro do Partido Socialista Brasileiro que foi assassinado, no Estado do Pará, em 86, para que este legado de luta não fique no esquecimento, companheiro João Batista, filho da companheira Isaura. (Palmas.) Homem que lutou pelos excluídos, pelos sem-terra, pelos posseiros, pelos pequenos agricultores, e a única forma de os poderosos, da elite calar a voz desse aguerrido, deste homem, foi através do assassinato. Temos aí um exemplo de coragem, de determinação deste companheiro do PSB, que certamente muitos outros também estão investidos com este mesmo propósito. O PSB arrou a terra, preparando-a para a magnífica colheita da justiça, da verdade, da liberdade. É imperativo, é urgente a implantação do socialismo. Todo poder ao trabalhador para que tenha uma vida digna para a sua sobrevivência. Para isso temos o nosso Partido e para isso somos socialistas. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Com a palavra o companheiro José Antônio Fernandes, delegado socialista de São Paulo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES (Delegado Socialista de São Paulo) - Primeiramente, queria agradecer à Mesa, fico feliz de estar hoje neste V Congresso do PSB.

Companheiro James, queria deixar um protesto aqui ao V Congresso em relação a um assunto tão delicado, um assunto que precisamos estar debatendo exaustivamente no decorrer, não de uma tarde, mas de dois ou três dias, porque é uma coisa tão séria, que é a questão projeto socialista que vamos governar a partir de 1996. Preocupo-me muito com isso e vejo que estamos aqui a toque de caixa, estamos sendo prejudicados, acho que os companheiros também, porque não vamos poder aprofundar nessa discussão. Os companheiros têm experiências sérias para passar, experiências interessantes do ponto de vista de como vamos implantar essas experiências na questão local de onde vamos retornar para as bases.

O companheiro Capiberibe fez algumas colocações a respeito da questão de como se governar com parceria, onde até então da parceria era intocável, hoje nós já estamos discutindo a questão até de utilizar o capital privado na questão da parceria.

Queria rediscutir esse processo e vamos ter que fazer um levantamento, ir para as ruas e discutir como vai se dar isso, sem cair na questão do neoliberalismo.

Outra questão que também queria discutir com o companheiro Célio de Castro é a questão dos poderes locais, queria discutir um pouco mais aprofundadamente como é que vai se dar isso nas bases. Também a questão da municipalização, como é que se vai tratar a questão? Hoje é fácil fazer isso no Amapá porque o companheiro é governador, não sei se o relacionamento da companheira Conceição Andrade com as oligarquias locais se dá neste mesmo nível, se eles vão deixar fazer a implantação, como vai ser utilizado esse mecanismo todo? Porque sabemos que o neoliberalismo hoje está pegando algumas bandeiras da esquerda estão plantando, na calada da noite, no sentido de mais tarde estar privatizando.

Esse é o projeto que estamos discutindo e eu queria estar exaustivamente levantando alguns questionamentos e hoje me sinto prejudicado, infelizmente, mas estou contente. Tem uma proposta aqui de que não façamos mais essa discussão só em congressos, acho que o Partido tem que ser dinâmico, temos que nos reunir duas ou três vezes por ano para estar discutindo uma coisa tão séria...

(troca de fita)

O SR. ANTÔNIO MIGUEL FERREIRA (Amazonas) - ... chegar

no município dele. Ele foi lá para Pernambuco, Secretaria da Saúde, e agora saiu da saúde e está em Manaus. E lá nós temos o prefeito daquela longínqua cidade, onde as pessoas contam, inclusive a Juíza, que é nossa amiga, não teve oportunidade ainda de ir no município, que a administração dele era belíssima, que transformou o município completamente, e sem apoio governamental, não saiu do Partido, com esforço, com trabalho, com dignidade ele se mantém lá.

A minha vinda aqui é realmente para subscrever a proposta do James de um seminário entre os companheiros, de uma proposta bem dinâmica, bem comunitária, bem socialista para que o nosso Partido, a nível de Brasil, possa cada vez mais se reafirmar não só em eleger parlamentares, mas verdadeiros socialistas para uma administração com mudanças reais para o povo brasileiro.

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Com a palavra o companheiro Valmir Carmo de Souza Lima, delegado socialista do Amapá.

O SR. VALMIR CARMO DE SOUZA LIMA (Delegado Socialista do Amapá) - Companheiros, nós do Amapá, nossa delegação, queríamos apresentar o nosso repúdio ao Plano Real e pedir que fosse encaminhado para a grande plenária, para que se tire uma moção de repúdio a este Plano Real que vem empobrecendo os estados e municípios. Com a graça de Deus, o nosso Estado tem um governo socialista, que vem administrando com arte, repassando recursos às prefeituras municipais para que elas possam trabalhar. E estamos vendo na prática uma administração socialista onde se usa a arte, onde se criou um plano de desenvolvimento auto-sustentável, como falou o Capiberibe, que faz com que aquele capital que já está sob controle de determinados grupos, usando determinadas habilidades administrativas retorne ao nosso povo.

Gostaria também que daqui se tirasse uma nota de apoio ao plano de desenvolvimento auto-sustentável do Governo do Amapá, para que este plano possa ser desenvolvido em outros estados e outros municípios, para que possamos com isso trazer de uma maneira socialista uma melhor qualidade de vida, para que o nosso povo possa realmente ter acesso à economia, à educação, à saúde, à habitação, que está sob o controle de uma pequena elite neste País, enquanto que a grande maioria fica ao relento, ao sofrimento.

É preciso também que o PSB tenha uma política mais avançada de formação de militância, porque sentimos no Estado do Amapá que o material que nos chega é muito pouco e insuficiente para que possamos ter um trabalho

de formação nas nossas bases.

Portanto solicitamos à direção da Mesa para que encaminhe à direção do Congresso, para que haja essa política de formação de militância.

Queremos também aqui denunciar o abuso do poder público federal em relação aos estados e municípios, que vem acontecendo.

Muito obrigado. (palmas)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Com a palavra a última oradora inscrita, companheira Nádia Paletó, delegada socialista da Paraíba.

A SRA. NÁDIA PALETÓ - Quero saudar toda a Mesa. Quero dizer que a Paraíba subscreve a proposta do companheiro James na sua integridade. A bancada da Paraíba também subscreve o protesto do companheiro José Antônio, de São Paulo, que um assunto como esse merecia ser tratado num tempo muito maior.

Quero dar meu boa -tarde a todos os colegas socialistas que se encontram presentes.

Trago apenas algumas colaborações para a Mesa. Parece que o nosso Partido, o PSB, está aqui, sem desmerecer os demais, evidentemente que ainda faltam outras pessoas, o Governador Miguel Arraes, mas afinal de contas a experiência que foi narrada pelos companheiros é na realidade o ouro em pó, é a coisa mais essencial hoje para estourarmos, no bom sentido, a nível de Brasil a cara do PSB. A Paraíba apresenta como proposta que se utilize a divulgação, quais os mecanismos que utilizaríamos para divulgar na mídia nacional essa administração tão maravilhosa do PSB que foi apresentada aqui hoje. (palmas.)

Apresentaríamos como proposta também, no sentido apenas de colaborar, que essa questão da municipalização fosse debatida a nível do país inteiro, porque me parece que essa é a saída para o Brasil, essa é a saída para tudo isso.

Alguém falou sobre intercâmbio econômico, parece-me que esse intercâmbio seria também o mecanismo usado para se contrapor à política do Governo Federal, a política neoliberalista que todos nós somos contra.. Então, que se faça estudos sobre isso, que se apresente propostas enxutas sobre isso.

Finalizando, gostaria de dizer que João Pessoa é a segunda cidade mais verde do mundo, sou vereadora da câmara municipal e também sou militante dos direitos humanos em minha terra, temos enfrentado uma

3

difficuldade muito grande com relação à câmara de compensação, os acordos das elites, a exploração dos empresários dos transportes públicos e não conseguimos sequer aprovar o projeto da câmara de compensação. Fiquei aqui muito entusiasmada, vibrante e com muita alegria recebi a notícia da Prefeita de São Luís, do Maranhão, sobre o lacre das catracas. Gostaria de conversar com ela depois sobre isso, que me parece seria uma saída também para João Pessoa.

Quero dizer que eu vim para este Congresso, é a primeira vez que participo a nível nacional, e gostaria de dizer que a lição que levo daqui hoje é a lição do companheiro Domingues, que veio aqui, pé no chinelo, desempregado, filhos analfabetos e deu o seu recado. A consciência política deste companheiro é alguma coisa de imensurável, de inexplicável. Isso me anima e deve animar a todos nós. A companheira também da cana de açúcar, mulher do povo, mulher comum que prestou seu depoimento.

Devo concluir dizendo o meu pensamento, que é o meu sentimento nesta noite, que quero verbalizar a todos os companheiros socialistas, que afinal de contas, companheiros, este País tem jeito, e o jeito é o PSB.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. JAMES LEWIS (Moderador) - Bom, companheiros, acho que conseguimos um debate extremamente rico e acho que a própria conclusão do debate é que ele exige mais debate e que isso não seria possível agora, prolongando por mais meia hora, até porque temos a noite de autógrafos de dois livros.

Então, gostaríamos de fazer nossas as palavras da vereadora que acaba de encerrar, dizendo que este País tem jeito e o jeito é o PSB e convidando a todos para o lançamento do livro Modernidade no Brasil, do socialista Antônio Houaiss; e Semeando a Democracia, de Margarida Vieira e Miraci Gustin.

Boa-noite e muito obrigado!

GRUPO VI

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA MULHER

Auditório do Marruá
17 de Novembro/95- 14:00 horas

Expositoras:

Nelma Azevedo
Marilena Garcia
Regina Teixeira

Moderadora:

Ex-Deputada M^a Luíza Fontenelle



(Não foi gravado o início da sessão.)

(Cont. a Sra. Maria Luíza Fontenelle) ... seja a estrutura de como está constituído o modo de produção capitalista, sejam as formas das relações que se dão no mundo, as mulheres ainda sofrem muita opressão, muita discriminação, muita violência. Este é um dado que é preciso aqui ser colocado em relação a uma questão comum vivenciada na Conferência de Pequim.

E, mais do que isso, com a implantação do projeto neoliberal, que traz o empobrecimento do mundo na década de 80 e entramos na década de 90 com um nível maior de empobrecimento, observa-se que há uma feminilização da pobreza. Os maiores índices de pobreza são enfrentados por mulheres e crianças. O fato de termos um terço das famílias dirigidas por mulheres e mulheres exercendo a dupla jornada de trabalho, os casamentos sendo dissolvidos com formação de o mesmo casal às vezes em duas famílias, também há o empobrecimento da família, porque o casal que trabalhava junto para sustentar uma família agora tem que sustentar duas. Significa dizer que a feminilização da pobreza é um dado concreto.

Portanto, dificilmente as mulheres poderão alcançar esse ideal de igualdade, de liberdade, de emancipação nos marcos do modelo neoliberal que está imposto, levando à acentuação do sofrimento, da miséria e das condições das mulheres.

E, mais grave do que isso, como a característica do projeto neoliberal é fundamentalmente a questão do mercado, onde a competição é mais forte, onde inclusive os homens estão mais levados ao enfrentamento dessa competição, as mulheres entram no mercado de trabalho como mera mercadoria. O avanço gigantesco da prostituição infantil é uma das maiores denúncias da natureza do desenvolvimento neoliberal. Nas regras do mercado definindo tudo, as crianças estão sendo colocadas no mercado do sexo como uma outra mercadoria qualquer. Inclusive houve denúncia geral de que estão na tabela de preços dos motéis. Assim como há o preço do whisky, do rum, etc, há o preço de meninas virgens, meninas não-virgens etc.! O tabelamento do produto corpo da pessoa humana é algo degradante e revela a natureza cruel no modelo que está sendo desenvolvido em todo o mundo.

Essa globalização que traz a feminilização da pobreza, que, portanto, faz com que tudo seja submetido às regras do mercado, traz a desagregação do ser humano e a banalização da vida. Isso atinge profundamente a mulher, na medida em que ela é por excelência a responsável maior pela existência do ser humano na face da terra. Ela é a gestadora, embora toda a sua luta para que o homem assuma também esse processo do cuidado com o ser humano, ainda é a mulher a responsável maior. Então, há uma sobrecarga

3

muito grande sobre as mulheres. Isso tem levado a que, em 5 bilhões e 600 milhões de pessoas, 1 bilhão de mulheres estejam vivendo à custa de drogas, de sedativos para poderem enfrentar essa crise profunda que o mundo está colocando, de forma insuportável nos ombros das mulheres.

A mulher é também despreparada para o enfrentamento não só nas esferas do poder, não só na competição, mas também a mulher é a que apresenta o maior percentual no índice de analfabetismo. As mulheres constituem dois terços dos analfabetos do mundo todo. A mulher, que já avançou tanto, que já lutou tanto, se encontra com um peso profundo nas suas costas e não teve nesse período o treinamento necessário, até do ponto de vista da educação, para o enfrentamento das tarefas que o mundo está colocando.

No entanto, com todas essas debilidades, foram os movimentos de mulheres os que trouxeram mais mudanças nos últimos anos em todo o mundo. Os movimentos derrubaram barreiras, questionaram valores, questionaram formas de relação e questionam a essência do próprio capitalismo. Isto é, percebem que é impossível a libertação das mulheres se mantidos os padrões atuais de produção e de trato das relações humanas. Portanto, é incompatível a emancipação da mulher com governos que administram o capital, com governos que dão seqüência a esse sistema de mercadoria e que não têm o ser humano como sendo o centro das suas políticas.

É decisivo que as mulheres sejam mais ousadas do que têm sido até então. Fizemos em Pequim uma passeata contra o projeto neoliberal, fizemos uma passeata contra a violência, ao mesmo tempo em que detectávamos que religiões muçulmanas, além de outras, permitem a prática mais absurda que é a de retirar o clitóris da mulher para que ela não tenha prazer. Isso foi registrado e apresentado lá como sendo uma coisa bárbara, mas que existe. E também elementos contidos na própria política chinesa, mas também em outros países com excesso de população, a prática de infanticídio feminino, ou seja, o controle da natalidade se faz eliminando as próprias crianças que nascem do sexo feminino.

Práticas dessa natureza revelam, ao lado da prostituição infantil, ao lado da violência que ainda se abate profundamente sobre a mulher, nos casos de guerra a utilização do estupro como algo para degradar as populações vencidas ou os contingentes nos campos de concentração ou nos campos de guerra. Tudo isso traz uma situação de profunda degradação do ser humano, especialmente da mulher. Portanto, há a consciência em nós de que, se avançamos, temos que avançar muito mais. Esse avançar coloca a questão do poder, qual o tipo de poder que nós queremos construir. Não o poder que está posto pelo modelo masculino, patriarcal, o modelo capitalista, o modelo hierarquizado, discriminador e odioso que domina o mundo todo, mas um

modelo diferente onde um novo tipo de democracia, um novo tipo de relações humanas e um novo tipo inclusive de exercitar e de administrar o poder aconteça na sociedade.

A participação das mulheres nas cotas de direções partidárias é apenas um elemento, e não é o elemento mais importante. O mais importante é exatamente como avançamos. E daí uma questão colocada foi a necessidade de o movimento de mulheres se somar profundamente aos movimentos de maior repercussão que estão tendo hoje, como o movimento ecológico, o movimento dos negros e dos sem-terra etc. Já ficou acertado para o próximo ano que as mulheres se insiram nesses movimentos e possam se articular para um encontro internacional de movimentos populares, onde as mulheres possam dar um peso grande a esse encontro que se dará em Estocolmo no próximo ano.

É esta a reflexão que trazemos, e no debate aprofundaremos alguns pontos aqui colocados. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Agora vamos dar início à apresentação de uma proposta do Centro Integrado da Mulher.

Iniciaremos com a apresentação da Companheira Marilena Garcia, do PSB do Estado do Rio de Janeiro, ex-Vereadora pelo Município de Macaé.

A SRA. MARILENA GARCIA - Obrigada, Regina, pela apresentação. Parabenizo a Companheira Maria Luíza, pela fala, e gostaria de agradecer muito comovida ao Leonardo, da Juventude Socialista do Estado do Ceará. Hoje pela manhã fui fazer uma vistoria na minha exposição fotográfica e o Leonardo chegou e, de forma muito interessada, começou me fazendo perguntas e eu propus que ele viesse hoje à tarde aqui e trouxesse alguns Companheiros da Juventude — dele, naturalmente, e nosso também porque continuamos sempre jovens — para que pudéssemos aqui discutir de forma mais ampla.

A exposição fotográfica mostra os dez anos do trabalho de um grupo de que faço parte e está exposto no corredor próximo ao local de credenciamento. É uma exposição dos últimos dez anos da minha vida, trabalhando Cuba e a Mulher, Amazônia e a Mulher, China e a Mulher — de que a Maria Luíza acabou de falar agora e nós participamos da conferência mundial.

Antes de falar propriamente do Projeto do Centro Integrado da Mulher, de que participei diretamente na condição de vereadora de um Município do Rio de Janeiro, Município que ganha uma importância muito

grande por ser rico em petróleo, Macaé, gostaria de conversar com vocês, dizendo que penso que vivemos um momento em que a reflexão, o pensamento e a oportunidade que devemos nos dar de começar desfazendo tabus, desfazendo mitos é o único caminho que se apresenta para a possibilidade que nós, enquanto mulheres, e nós, enquanto cidadãos e cidadãs temos que construir e reconstruir algumas coisas.

Pequim foi um momento na vida de quase todas as mulheres que lá estavam — pelo menos para mim foi muito assim — foi um momento em que nós vimos que esta humanidade, seja o Brasil, sejam outros países a que tenhamos acesso através da informação ou mesmo de trabalhos que fazemos, sabemos que representa hoje um final de milênio em que as relações pessoais, políticas, ideológicas não deram certo. A humanidade hoje, num balanço realmente frio da situação, percebe que nós não construímos uma humanidade, não construímos relações pessoais e interpessoais que a gente aplaudiria e gostaria que ela continuasse da mesma forma.

Para entender esta questão que estou mencionando, basta vermos o registro da violência, o registro do desemprego, que é um tipo de violência, a situação da mulher na maioria dos países do mundo e a gente constata que nós temos um grande desafio pela frente. Nós, homens e mulheres. Nós temos o desafio de reconstruir um novo projeto de civilização, que é muito mais amplo e muito maior do que construir e reconstruir partido político, mandato eletivo, questão sindical. Tudo isso faz parte de um bojo de ações, tudo isso faz parte de um projeto integrado. Mas, a meu ver, essa perspectiva de reconstrução de uma nova humanidade, a gente participando como centro, centro em que se revê conceitos, preconceitos e mitos, esta perspectiva a gente não pode perder, senão a gente cai no grande perigo de reproduzir modelos. E, infelizmente, é isso que a gente vê muito.

A gente vai a congressos do nosso partido, no caso agora a gente se locomove, a gente vai participar de lutas sindicais e vê que a repetição é uma tônica. E essa repetição de atitudes e de propostas não tem levado a nossa sociedade a caminho renovador nenhum.

Gostaria de propor que a gente continuasse a refletir agora, neste momento, sobre uma questão que nos traz aqui agora, que é a questão da mulher. Por que será que a gente tem tanta dificuldade de se reunir? Por que será que nós precisamos de ter o Leonardo mobilizando a Juventude para estar aqui? Por que será que nós tivemos que caminhar pelas galerias convidando pessoas para virem aqui? Por que será que esse projeto das duas da tarde hoje num Partido Socialista Brasileiro, e era o espaço da mulher discutir, não foi devidamente trabalhado, não foi devidamente noticiado? Por que será? Será um simples acaso? Essas coisas acontecem?

Eu diria — e só respondo, naturalmente, pela minha fala — com muita convicção que não, que existem vícios na sociedade, existem vícios inclusive nossos próprios, nós mulheres, de não darmos valor ao nosso espaço, de não darmos respeitabilidade as nossas visões, ao nosso trabalho e aos nossos momentos. Por isso, proponho a vocês que continuem refletindo comigo.

O Movimento de Mulheres, aquele chamado Movimento Feminista que há muitos anos atrás, quando começou realmente atuamos, passou por um momento em que pecamos pelo extremismo, erramos pelo radicalismo, marcou, de forma negativa, o trabalho de mulheres. Mas marcou também, de maneira significativa e positiva, um trabalho que se iniciou. E hoje eu me pergunto: o radicalismo por vezes não é necessário até para a questão ficar mais conhecida, até para que as sociedades escutem aquele momento? Portanto, esta reflexão que estou propondo a vocês continua havendo.

O grande momento da IV Conferência de Pequim, da China, no meu ponto de vista, é o momento em que o movimento de mulheres desloca o eixo da sua atuação. E o que foi esse deslocamento do eixo da sua atuação? Homens versus mulheres. Mulheres contra os homens. Mulheres lutando para fazerem parte de um mundo que é masculino, de um mundo que foi construído pelo masculino, pelo discurso masculino, pela prática masculina. O deslocamento do eixo na Conferência de Pequim foi exatamente quando nós nos conscientizamos e assumimos que as nossas desigualdades são históricas, as nossas realidades são reais, as nossas diferenças, homens e mulheres, existem e têm que ser trabalhadas dentro de um projeto de igualdade de direitos e deveres, preservando as nossas diferenças.

Se houve algum momento na história do movimento de mulheres em qualquer parte do mundo em que as mulheres quiseram ser iguais aos homens, foi um momento de erro. Não porque sejamos menores, piores, menos inteligentes ou maiores e mais inteligentes. Nada disso. É porque simplesmente nós somos diferentes. Nós somos mulheres e os homens são homens. Dentro desta ótica das desigualdades e diferenças, trabalharmos uma sociedade com igualdade de direitos e deveres.

A meu ver, a IV Conferência de Pequim mostrou que é possível a partir daí. E lembrando o que a Maria Luíza falou de momentos vividos, que a gente não pode perder espaço algum para fazer denúncias porque nós, mulheres que rodamos parte do mundo, fomos realmente surpreendidas com denúncias que a imprensa não faz, como as prostitutas forçadas, as mulheres chinesas que foram raptadas durante a 2ª Guerra Mundial. Na minha exposição há um retrato delas em passeata pelas ruas de Huairo, mostrando que foram raptadas, meninas de 16, 17, 18 anos de idade, sofreram uma esterectomia radical, retirada de úteros, ovários para poderem servir ao exército japonês como prostitutas durante longos anos. Elas estavam lá! São senhoras

hoje com 60 anos de idade, as que sobreviveram, levando ao mundo a sua dor, o seu discurso de que não haja mais na história da humanidade momentos de tanta crueldade.

Acredito, portanto, que a China e a IV Conferência foi da maior importância, porque há o deslocamento dessa ótica de trabalho do movimento de mulheres. E esse fato a gente tem que passar, porque militamos há tanto tempo e com tanta dificuldade em tudo o que diz respeito à mulher, temos não só que denunciar, mas mostrar também e tudo o que conseguimos refazer nas nossas metas de trabalho.

Na condição de Vereadora de uma cidade do interior, diria que viver no interior não é fácil, ser vereadora numa cidade do interior é mais difícil ainda, porque realmente são municípios muito reacionários em que o poder, por ser muito masculino, e no interior é muito mais arraigado ainda, eles acham que a gente é um corpo totalmente estranho. Fui vereadora da minha terra durante dez anos. Tive um mandato de seis anos e um mandato de quatro. Começou em 82. Sou do tempo em que quando entrei na Câmara Municipal com a minha minissaia, todos os doze Vereadores se levantaram e foram embora, porque eu era um ser completamente estranho àquilo ali. O trabalho prosseguiu e nós conseguimos implantar em Macaé o Centro Integrado da Mulher, que funcionou até o final do meu mandato, agora em 92, quando fui candidata à Prefeitura, perdi a eleição e o meu adversário que ganhou a eleição — como é prática do político brasileiro, infelizmente — entrou e destruiu aquele belo trabalho que estava estruturado. E que belo trabalho foi esse.

Acreditamos que, apesar de algumas medidas antipáticas, tipo 20% de vagas para mulheres serem candidatas, de se propiciar à mulher algumas “regalias”, acredito que temos, sim. Vivemos num mundo em que 75% da população considerada pobre pela ONU é formada de mulheres. Nós somos 52% da população mundial. No entanto, nós somos uma maioria minoria. Por quê? Porque a história nos relega realmente a um plano de muita subserviência, a um plano de muita falta de oportunidades e opções. Então, essas opções e oportunidades têm que ser criadas, sim.

Em Macaé nós criamos o Centro Integrado da Mulher — que está dando até poema — cuja sigla era CIM. Atuávamos em dois sentidos: no momento emergencial, ou seja, ela necessitava de um amparo, a mulher estuprada, agredida fisicamente, aquela mulher correndo risco de vida. Ela ia ao nosso centro, oferecia a denúncia e nós tínhamos uma estrutura para conferir se realmente aquela denúncia era verdadeira e, a partir daí, começávamos um trabalho emergencial com aquela mulher que precisava de um atendimento já, naquele momento. Ela não podia voltar para casa porque poderia ser morta. Mas ela tinha emprego, ela tinha filhos. Ela precisava de um acompanhamento

jurídico se ela quisesse colocar realmente para frente a questão daquela denúncia. O que nós registrávamos é que, na maioria das vezes, era no momento do espancamento que ela recorria ao Centro Integrado da Mulher. Logo depois, quando o seu companheiro a procurava, aquilo tudo passava como se fosse um reatamento do casamento, até que uma violência maior, até que uma coisa pior acontecesse e ela retornasse e até que algum caso mais grave realmente fizesse com que ela desaparecesse do panorama, desaparecesse até da terra. Há muitos casos de assassinato. Macaé é uma cidade portuária, uma cidade que recebe uma parte do mundo. E, com isso, com todos esses padrões culturais tão diversificados, a violência também se manifesta de forma muito grande.

No Centro Integrado da Mulher oferecemos, durante sete anos, oportunidade àquela mulher que queria fortalecer a sua cidadania, a mulher que queria estudar e era analfabeta. Nós tínhamos uma campanha maciça de alfabetização, aquela que não pôde estudar no momento considerado certo, aquela que queria se qualificar para ajudar na renda doméstica, para ajudar o seu próprio salário oficial. Nós tínhamos cursos profissionalizantes, tínhamos uma feira artesanal que possibilitou o aparecimento de grandes talentos, pessoas que conseguiram e que hoje são comerciantes naquela cidade.

Já passaram para mim há dois minutos que o meu tempo estava esgotando.

Essa rápida experiência que durou sete anos e que conseguiu dar uma condição de cidadania fortalecida a mais de 380 mulheres no meu Município é uma proposta que fiz questão de trazer a este Congresso, porque ano que vem nós vamos ter as eleições municipais. Nós vamos ter no Partido Socialista Brasileiro os candidatos e as candidatas que vão se eleger para as Prefeituras e para as Câmaras Municipais. E nós queremos oferecer a nossa experiência, a nossa visão para que cada candidato do nosso partido tenha realmente uma proposta concreta de elevar o nível de conhecimento prático, teórico e oportunidade das nossas mulheres. Acreditamos que desta forma a gente possa realmente, ao longo do tempo, construir uma nova forma de existência, uma nova sociedade muito mais harmoniosa, uma sociedade muito mais justa, que é o sonho de todos nós

Com a exclusão da mulher, com essa diferença tão acirrada, com essa diferença ainda tão marcante e que nos coloca num papel ainda tão inferior e secundário, não acreditamos em possibilidade alguma de mudança social. Muito obrigada a vocês. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - A organização do Congresso avisa que hoje haverá Aula Espetáculo de Ariano Suassuna, no Teatro Beberibe, a partir das 19 horas. Um espetáculo bonito de música e de dança aqui no Centro de Convenções. Ariano Suassuna é uma pessoa ligada ao PSB, tem uma

obra cultural magnífica e todos estão convidados a participar.

Amanhã haverá reunião do Movimento Sindical entre 8h 30min e 10h 30min.

Aqui estou fazendo o papel de mediadora, mas, na verdade, também tenho uma apresentação que está dentro dessa proposta de Centro Integrado da Mulher. E agora é a minha vez!

Antes de vir para cá hoje fiquei pensando como iniciar esta apresentação. Algumas contradições na minha cabeça me inspiraram a procurar uma saída e lembrei-me de uma frase criada por um filósofo português, que esteve há pouco tempo no Brasil, Boaventura Santos — ficou até famoso por ter interpelado Fernando Henrique em Coimbra, Portugal. E acho que esta frase cabe bem nessa questão da mulher. Diz ele:

“Eu quero a igualdade quando a diferença me inferioriza. Eu quero a diferença quando a igualdade me descaracteriza.”

Não há por que, nós, de Esquerda, não desejarmos um desenvolvimento global, universal para homens e mulheres. Mas, antes de pensarmos nesses termos universais não podemos ignorar que existe uma defasagem entre homens e mulheres.

Tanto a Maria Luíza quanto a Marilena apresentaram números que expressam essa defasagem. Não vou repeti-los, vou apenas complementá-los. Dados recentemente publicados pela ONU revelam que as mulheres recebem salários entre 30 e 40% menores dos que os recebidos pelos homens pelo mesmo trabalho. Aproximadamente um terço da mão-de-obra é mulher, mas esse um terço da mão-de-obra dispõe apenas de 10% dos rendimentos e 1% das propriedades. Um terço de todas as famílias do mundo são chefiadas por mulheres.

Esta é uma informação bastante rígida, tenho dúvidas sobre se é verdadeira porque, em geral, famílias em que as mulheres tenham emprego regular (que pode ser de doméstica, de servente etc.) e o homem, que se apresenta como o chefe da casa, tem um emprego eventual, esporádico, faz biscate, passa um tempo sem trabalhar. Então, eu não sei se esse um terço é verdadeiro, desconfio que seja mais.

Considero a alfabetização a questão mais importante. Dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres, sendo que boa parte das mulheres alfabetizadas, um terço, são consideradas analfabetas funcionais, ou seja, pessoas que não têm condições às vezes de fazer operações simples, não têm condição de entender as coisas que acontecem, logo, não têm condição

de se expressar, de se manifestar, de contra-argumentar.

É fundamental superar essa defasagem. E este é o nosso ideal. O ideal socialista é a igualdade. E a igualdade pressupõe se pensar na possibilidade de integração dos excluídos num projeto de desenvolvimento para este País e pensar que, entre os excluídos, grande parte é mulher. Cabe, portanto, pensar num projeto de desenvolvimento ... (Final da fita)

(Cont. Moderadora) ...dificuldade até de conseguirmos começar esta reunião. E fico pensando: quantas pessoas na platéia estão ligadas a Municípios em termos de poder? Por exemplo; pessoas que tenham a pretensão de se candidatar a um cargo eletivo no ano que vem, quando teremos eleições municipais. Não sei quantas. Até frisamos junto à organização do Congresso que seria importante que essas pessoas estivessem aqui para ouvir o que tínhamos a dizer.

Dentro da idéia de Centro Integrado da Mulher nós pensamos em um conceito amplo de proposta de desenvolvimento. Proposta de desenvolvimento daria capacitação, mas não em termos de formação profissional dissociada de um projeto de inserção da mulher no mercado de trabalho. Então, teria que haver uma articulação com um programa de apoio a pequenos empreendimentos. São esses empreendimentos dos Municípios.

Betinho costuma dizer que o Estado, em qualquer nível, adora a pequena e a microempresa no discurso e as ignora completamente na prática em termos de apoio, em termos de legislação em qualquer âmbito, fiscal, por exemplo, em termos de políticas econômicas. Portanto, o que é isso? Não interessa o empreendimento? Onde há uma sensibilidade maior ao pequeno empreendimento é exatamente nas Prefeituras. Betinho também diz que as Prefeituras, logo que crescem, deixam de se preocupar com o pequeno empreendimento. Um Prefeito, muitas vezes, em vez de pensar em realizar uma obra contratando uma grande empreiteira, ele pode pensar que está cercado de pequenos empreendedores, de profissionais. E boa parte desses profissionais são mulheres. Quando digo uma obra, não estou falando apenas numa obra só de engenharia civil, estou falando de projeto de desenvolvimento de pequenas indústrias, de comércio, de prestação de serviços etc. As Prefeituras usam muito esse tipo de serviço, de terceirização etc.

Para atingir o objetivo de desenvolver um projeto ligado a pequenos empreendimentos há muitas barreiras a serem superadas, como o financiamento que é complicado hoje para as pequenas empresas. Sabemos que os bancos estatais têm suas linhas de financiamento, mas, embora operam com juros abaixo do mercado — o dinheiro é mais barato do que no sistema financeiro privado — trabalham com exigências de garantias muito severas. E, muitas vezes, a população de baixa renda não tem como atender a essas

exigências. Os bancos privados nós sabemos que há problemas de carências, prazos, taxas elevadas de juros etc. Fundamentalmente, não há uma tecnologia no sentido amplo voltada para o crédito para populações de baixa renda aplicarem em pequenos empreendimentos.

É preciso uma avaliação para resolver este problema, que considero fundamental, principalmente no que diz respeito a empreendimentos para mulheres, a capacitação técnico-gerencial. Muitas vezes as mulheres têm uma profissão. Vamos ter aqui a apresentação de uma experiência concreta, e a Lúcia falará sobre isso. As mulheres não têm a capacitação para administrar o pequeno empreendimento de forma autônoma. Isso tem que ser dado. A questão é como se faz isso. Hoje em dia é extremamente complicado. Os sistemas tradicionais como Senai e Senac não trabalham com isso, os sistemas voltados para a pequena empresa, como é o caso do Sebrae, têm exigências também altas de qualificação em termos de escolaridade para atender a essas pessoas. Portanto, tem que ser pensado como é que se pode propor um programa de capacitação para essas mulheres, no sentido de que elas possam gerenciar seus empreendimentos.

É por aí. Eu acho que a questão é por aí. É investir nisso, numa idéia de municipalidade, trabalharem com projetos para atenderem populações de baixa renda, para atenderem mulheres e desenvolver isso de forma integrada, ou seja, financiamento, capacitação, sustentação — porque é importante que esses empreendimentos não durem apenas um ano, que em geral é a média de vida dos pequenos empreendimentos por falta de apoio — esse é o trabalho. Com isso eu acho que é possível integrar essa massa de excluídos e, fundamentalmente, vencer uma injustiça ou uma desigualdade histórica em relação às mulheres. Muito obrigada. (Palmas.)

Vou passar a palavra agora para a Lúcia Pinheiro, que vai apresentar o relato de uma experiência.

A SRA. LÚCIA PINHEIRO - Companheiros, boa tarde. Sou da Secretaria do Movimento Popular do PSB, no Rio de Janeiro.

Primeiro eu queria dizer para os Companheiros que fiquei uns dois dias pensando de que forma iria começar a falar, até porque não tenho muita prática de falar para muita gente. Aí eu pensei: quer saber de uma coisa? Eu não vou escrever nada. Vou falar o que eu tiver que falar e pronto!

É a primeira vez que participo de um Congresso Nacional do PSB, apesar de estar filiada ao partido desde 1986, vai fazer dez anos. Para mim tem sido muito gratificante participar e estar aqui como uma pessoa que quer passar uma pequena experiência.

Moro num bairro popular na periferia do Rio de Janeiro em que o número de desempregados — como na maioria das cidades no Brasil — é muito grande, principalmente de mulheres. As que não são desempregadas, estão subempregadas. Há um grande número de mulheres que pegam peças das fábricas de costura, levam para casa para costurar e recebem por peça. Para vocês terem uma idéia, recebem apenas 10 centavos para entregarem pronta uma camiseta simples com bolso. Muitas delas pegam na máquina às 5 horas da manhã e vão até às 10 horas da noite para conseguirem um pagamento razoável. Essa discussão foi sendo levada, começamos a conversar e vimos que tínhamos pelo menos tentar minimizar essa situação dessas companheiras lá. Foi quando veio a idéia de uma cooperativa de costureiras e artesãs.

Entendo que a cooperativa não vai transformar o sistema em que a gente vive. Não transforma. Mas, pelo menos, no meu entender, ele minimiza a questão da pobreza, diminui um pouco essa falta de trabalho, de tudo.

Acredito que temos que levar essa discussão para o partido. O partido tem que começar a discutir novas formas de luta popular. E, para mim, a cooperativa no momento é uma das formas de luta. Sabemos que o povo tem mil maneiras de se articular. Quando não dá para um lado, ele começa a se articular de outra forma. E acho que no momento a questão da cooperativa tem que ser levada para ser discutida dentro do partido.

Temos lá um grupo de mais ou menos 35 mulheres que têm suas máquinas. Estamos nos reunindo numa capela no momento e estamos começando a trabalhar com retalhos. Conseguimos algumas doações e estamos começando. O problema, como a Regina observou, é a questão de gerenciamento. Isso é que está faltando. Além disso, a questão de financiamento é muito complicada. Não se consegue, é difícil, tem muitas barreiras. Acontece que nós temos uma vontade muito grande de conseguir e de levar adiante esse projeto de cooperativa. E só o fato de discutir tudo coletivamente tudo é muito democrático. Acho que este é um caminho. No meu entender, a cooperativa é um caminho. Sabemos que não vai resolver. Não é que todo mundo vai querer ser empresário. Ninguém está ali para querer ser empresário. A gente quer levar adiante essa luta e acreditamos que vamos conseguir.

O Instituto Hermes Lima, no Rio de Janeiro, nos tem dado um grande incentivo, além do PCB, que tem dado uma força muito grande. A cooperativa fica no Conjunto Cesarão, em Santa Cruz, periferia do Rio de Janeiro.

Queria dizer aos Companheiros que estão aqui que, quando a gente acredita em alguma coisa, acho que vale a pena tudo. Vale a pena a gente lutar, mesmo sabendo que houve mudanças no socialismo. Passam para

nós que o socialismo não deu certo, que tem dado errado em outros locais, mas eu acredito que pode dar certo. É nisso que eu me sustento, que pode dar certo, que vai dar certo. Pode ter havido erros, mas eu acredito no socialismo.

É por isso que eu quero dizer para vocês que eu sou PSB. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE - Tudo vale a pena quando a alma não é pequena!

A SRA. MODERADORA - Vamos ouvir agora a palavra de Nelma Azevedo, membro do Diretório Regional do Rio de Janeiro, assistente social, trabalha há muito tempo com meninos de rua. Ela vai apresentar um projeto de implantação de centros de convivência para adolescentes.

A SRA. NELMA AZEVEDO - Boa tarde a todos.

Na verdade, vou até me desculpar por estar ocupando este espaço que vem tratando das especificidades inerentes à mulher. Certamente o tema que trago não se enquadra nesse limite, mas, provavelmente, é um tema que nos sensibiliza a todos, mobiliza e impulsiona na busca de estratégias que possam minimizar ou garantir a possibilidade de dar às crianças e adolescentes, as grandes vítimas, talvez o lado mais trágico deste sistema perverso e excludente.

Estou ocupando este espaço também porque, certamente, trago uma tese extremamente polêmica que gostaria de ver aprovada. Evidentemente, para que isso possa se viabilizar, preciso pelo menos contar com a concordância de vocês. Embora para mim a proposta esteja extremamente estruturada, considero que alavancar as mudanças estruturais de que esta sociedade carece não pode evitar o caminho que leve à proteção da criança e do adolescente, quero colocar a questão em aberto porque, no momento em que as famílias brasileiras — já muito bem observado pela Maria Luíza — na sua maioria inclusive sustentada por mulheres tem necessidade de usar a mão-de-obra das suas crianças no sentido de poderem complementar as suas ínfimas rendas, é extremamente complicado que eu venha para este espaço para propor exatamente o contrário.

Venho propor no Congresso do Partido Socialista Brasileiro que os Municípios, que as nossas Prefeituras, que os nossos Parlamentares no desdobramento defendam o retardamento da inserção do adolescente no mercado de trabalho. (Palmas.) Como assistente social trabalhando com meninas e meninos de rua no Rio de Janeiro, tenho participado de diferentes fóruns onde temos discutido exaustivamente a questão da implantação do ECA na sua plenitude. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas, se

não idênticas, evidentemente muito parecidas que podem ser viabilizadas no sentido de garantir à criança e ao adolescente o seu espaço criança, o seu espaço de desenvolvimento. Que possamos também promover de alguma forma, ou minimamente contribuir para a ruptura desse ciclo que reproduz e faz dessas crianças e adolescentes hoje os adultos que vão reproduzir certamente a situação de miséria de suas famílias, que motivaram inclusive a sua inserção precoce no mercado de trabalho.

A proposta que trago para o Congresso é a implantação de centros de convivência para adolescentes, um espaço que garanta a recuperação da escolaridade dafasada, atividades esportivas, culturais e de lazer, atendimento médico e odontológico e atendimento psico-social. Vocês devem estar minimamente me considerando uma desvairada! Quer dizer, no momento em que a criança está contribuindo.

Tive a oportunidade de ver aqui nas ruas de Recife duas situações extremamente dolorosas: um menino de quatro anos que vendia chicletes e cochilava nos intervalos; outra, um menino que hoje me entregou um papelzinho, cujo conteúdo não vou reproduzir porque é absolutamente dolorido e não vale a pena.

Posso garantir a vocês que é momento de pensarmos juntos. Se esta proposta não for a mais adequada, certamente haveremos de buscar outros caminhos no sentido de dar a essas crianças a possibilidade de viverem a sua infância e adolescência e se construírem como cidadãos de fato e de direito, onde a única garantia de cidadania não seja o trabalho; o trabalho que vem sendo amplamente utilizado e incentivado pelas nossas elites no sentido de ocupar o espaço ocioso do adolescente das classes populares como única alternativa de livrá-lo da marginalidade, como se de fato esse fosse o único caminho de cidadania. E, mais grave do que isso, como se as nossas crianças e os nossos adolescentes diferenciados trouxessem o germe da perversidade, da maldade, da crueldade e que nós pudéssemos salvá-los inserindo-os mais rapidamente uma profissionalização que não exigisse dele nada do intelecto, mas sobretudo do manual, e que o mais depressa possível também fosse inserido no mercado para que ele pudesse continuar instrumentalizando e reproduzindo a perversidade desse sistema horroroso.

Vou ler rapidamente para vocês os objetivos: Oferecer aos jovens das camadas populares as mesmas oportunidades de desenvolvimento e formação oferecidos a adolescentes pertencentes a outras classes sociais e, sobretudo, o que me parece fundamental — e aí fazendo um recorte: fundamental no sentido de que sou militante do PSB, um partido que trabalha a questão da igualdade, da justiça social, de promover a ruptura do ciclo que perpetua no sistema a divisão social do trabalho, garantindo e ratificando posições superiores e subordinadas no mercado.

Vocês poderiam me perguntar, e vamos ter tempo no debate para isso, de que maneira poderíamos tirar o menino que algumas vezes não só colabora na renda familiar, mas é o próprio provedor numa família de adultos desempregados, como é que a gente pode fazer uma proposta que retira dele a possibilidade desse ganho, ainda que mínimo? Diria a vocês que, ousadamente, proponho ao PSB e as suas Prefeituras que garantam, através de uma bolsa educação, a permanência desse adolescente nesses "centros de formação", garantindo, assim, se não uma mudança estrutural — que nós, apesar de toda a luta, certamente ainda não conseguimos alavancar — certamente, adultos, a médio ou longo prazo, possam, objetivamente, construírem a sociedade que todos nós desejamos. Embora estejamos nesta luta há tanto tempo, podemos hoje identificar pouquíssimos resultados concretos.

Não vou continuar fazendo esta exposição porque acho, na verdade, que as perguntas e observações que vocês poderão fazer no debate contribuirão mais significativamente para o amadurecimento dessa idéia e para a ampliação, se necessário for, e qualificação da proposta.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Vamos agora abrir o debate à platéia. Peço aos que desejam participar venham à frente, se apresentem, declinando o nome.

A SRA. (Não identificada) - ... (Início fora do microfone) ... deverão ser a respeito dos assuntos debatidos na mesa?

A SRA. MODERADORA - Também.

A SRA. (Não identificada) - ... E posteriormente poderá ser apresentado algum outro tema? Sou de São Paulo e discutimos em nosso Estado alguma coisa a respeito de aposentadoria da mulher. Eu apresentei inclusive. E seria interessante debatermos sobre isso.

A SRA. MODERADORA - Sem dúvida. Inclusive temos que lembrar que estamos reunidos aqui para discutir teses que serão ou não aprovadas neste Congresso Nacional. Então, é muito importante que a platéia traga contribuições para as teses aqui apresentadas.

A SRA. BERNADETE - Sou do PSB, de Olinda.

Não farei uma pergunta. Apenas gostaria de dizer que apóio, defendendo a proposta da Companheira. E acho que não é uma grande ousadia. Tivemos uma experiência aqui num bairro muito pobre, um bairro considerado absolutamente marginal, o Bairro de Peixinhos. A "Folha de S. Paulo" fez alguns

desfavores a Peixinhos, publicando que a gente só perdia na violência para a Baixada Fluminense. E eu tive oportunidade de ser diretora-geral de um CAIC, onde nos atrevemos a trabalhar com favelas. Nós tínhamos 75 membros de 3 favelas. E, por incrível que pareça, a maior dificuldade que encontrei foi das pessoas que estavam um pouco mais fora da favela que discriminavam, dizendo que uma escola daquele porte, bonita daquele jeito não era para o pessoal de favela. Resolvi enfrentar e perdi a direção!

Uma coisa que descobrimos é que, quando a gente tenta tirar esses meninos que ajudam na renda familiar e quando eles vislumbram uma possibilidade de mais na frente o menino estar melhor, a gente consegue. Fizemos exposições de arte, os meninos aprendendo artes plásticas, trabalhávamos com meninos que sabíamos ser drogados e tiramos os meninos que estavam na rua vendendo pipoca etc. Naturalmente que tivemos alguns problemas assim tipo o menino levar uma surra muito grande no primeiro dia, porque não levou dinheiro para casa. E aí a gente ia na casa, conversava com a família e fomos conseguindo.

Abrimos o curso de artes, vassouraria, cabeleireiro e escolinha de futebol. Durante um ano nós conseguimos estatísticas de ver os meninos saírem das ruas, deixarem de cheirar cola, deixarem de fazer pequenos furtos. Muitas vezes os pais sabem que os filhos furtam e não tomam nenhuma medida.

Por isso, além de apoiar a proposta, gostaria de conclamar as mulheres que aqui estão para que a defendam. Se não tivermos esta proposta aprovada agora no Congresso, que não a abandonemos, comecemos a defendê-la em cada Município, em cada Diretório Municipal.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. (Não identificado) - Sou do Maranhão.

A Maria Luíza falava sobre a questão da discriminação da mulher. É claro que no Brasil nós temos diferenças entre centro urbano e campo, interior. Sou da região do campo. E uma das coisas que batem forte na gente é quando se fala da discriminação da mulher. Gostaria de saber qual é a proposta que a Maria Luíza tem sobre a questão da discriminação da mulher feita pela própria mulher.

Sabemos que as mulheres, geralmente quando têm esposo, se sentem as deusas, as donas da situação, as donas do poder. Elas esquecem que elas podem passar para o lugar de uma mulher meretriz. São discriminadas as filhas quando ficam prostitutas ou quando são usadas ou exploradas pelos homens. E os filhos são tidos como os machões quando exploram as filhas de famílias. Isso é o pai casado, a mãe casada. Conheço várias famílias neste

Brasil afora que tiram seus filhos de um lugar para o outro quando seduzem, quando exploram de uma forma ou de outra a mulher. E a mulher quando é explorada é marginalizada até do banco da igreja. Ela não serve mais para ser cantora, ela não serve mais para se empregar nas casas de família, ela não serve mais para nada.

E essa discriminação não é somente dos homens, ela é muito mais por parte das senhoras casadas, das mulheres que se sentem numa situação de poder, numa situação de donas. (Palmas.) Enquanto não houver essa conscientização dentro da cabeça da própria mulher, é difícil que ela seja igualitária dentro da sociedade brasileira.

Esta é uma questão muito forte. É preciso se trabalhar as famílias. E acho que esta não é uma questão só do partido ou dos Poderes, mas uma questão da própria consciência e cultura do brasileiro.

Gostaria de ver o que vocês estão fazendo nesse sentido. Não porque a gente se sinta ofendido, mas porque é uma questão que bate forte dentro da gente o fato de as mulheres discriminarem mais as outras. Elas se esquecem de que, se ficarem sem o esposo, passam para o lugar da que não tem marido. Ela não sabe entender a realidade da questão.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE - Eu queria trazer aqui uma reflexão feita na CPI que apurou a prostituição infantil no Ceará e a CPI que apurou a prostituição infantil no Brasil. Dessa CPI participaram, entre outras pessoas, a hoje Senadora Benedita da Silva, Rita Camata, eu e mais outras Companheiras. E essa reflexão: por que as crianças estão nas ruas? Esse é um fenômeno novo, não é um fenômeno do passado. Como também é o da prostituição infantil. A prostituição sempre existiu. No entanto, a prostituição infantil é um fenômeno novo. E tem a ver com o processo de urbanização, com a globalização do modelo de desenvolvimento capitalista que coloca a questão do mercado. Ou seja, facilmente as pessoas são lançadas na rua. (Final da fita)

(Cont. Maria Luíza Fontenelle)... Ele, realmente, precisa ser escancarado para que nós encontremos onde estão todas as suas raízes e extirpemos essa coisa tão horrorosa.

No entanto, anexado a esse dado, um outro elemento de reflexão foi colocado inclusive por algumas psicólogas, que é o problema da sedução. Como nós vamos analisar um processo de sedução que existe em qualquer família, que existe entre seres humanos, entre homens e mulheres? Dizia o psicólogo que é muito comum na família a filha tentar seduzir o pai ou

o processo de sedução do pai com a filha. Não é uma aberração, é um dado da relação humana. Então, como nós vamos aprofundar essa relação e colocar isso não dentro de uma coisa que leve a esse processo de degradação, mas leve a uma relação prazerosa e feliz entre as pessoas.

Outro dado: essa criança que, muitas vezes, é violentada pelo pai, quando ela vai para o mercado do sexo é dentro da seguinte lógica, ela realizou dentro de si duas mortes, matou o pai — e para a criança mulher a figura do pai é uma coisa fantástica — e matou a si própria quando mata o pai. Então, ela é capaz de fazer qualquer coisa no mercado do sexo. E isso está relacionado com o mercado de drogas, com a violência sem fim.

Este é um mundo em que nós temos que nos apropriar de toda essa questão. E temos que encarar como parte da nossa existência e não dos que estão do lado de lá. É a reflexão que o Companheiro fez. Tanto é subcultura a questão da mulher, de uma maneira geral, que os partidos políticos, os movimentos sindicais, os movimentos populares ao tratar da questão da mulher já o fazem num caráter depreciativo. É como se aquilo fosse subcultura e não merecesse a reflexão, a dedicação e o cuidado que deveria ter como qualquer outro tema.

E aí eu gostei quando a Companheira disse: se grande parte da humanidade é constituída de mulheres, de pronto, tem que pensar o desenvolvimento pensando na questão da mulher e como romper essa problemática da discriminação.

Um último ponto da minha reflexão é sobre o dado do trabalho. Se temos um mundo todo montado numa lógica da exploração do trabalho e que parte da humanidade deve ser mão-de-obra barata para o capital, por que excluir as crianças dentro dessa lógica? Nós é que queremos excluir. E eu acho que um partido socialista jamais pode ir nessa de que a solução é botar as crianças para trabalhar. Isso é a maior aberração. Além do mais, é um desvio e é reforçar a lógica do capital. Estão aí os tribunais sendo implantados para apurar a violência contra a criança no trabalho infantil no mundo todo. E no Ceará têm Companheiros do PSB participando.

Portanto, devemos reforçar a proposta que a Companheira apresentou. Que não se defenda o trabalho como solução para a criança que está na rua. A solução para a criança que está na rua é escola, é habitação, é condições de lazer, condições dignas de vida, é o respeito à pessoa e à criança etc. Esta deve ser a nossa proposta.

Além disso, há a questão da aposentadoria. Companheiras e Companheiros, vi num congresso de professores universitários recentemente em Brasília pessoas defendendo acabar com a aposentadoria da mulher aos 25

anos, porque dizem que isso é um privilégio para a mulher. Ora, a maioria das mulheres professoras têm dupla jornada de trabalho. Não são mulheres burguesas que podem pagar empregadas para cuidar de seus filhos. Então, é legítimo que uma mulher que tenha dupla jornada de trabalho e que tenha uma missão importante de cuidar dos seres humanos, que esta mulher tenha direito para o seu prazer, para a sua solidariedade, para aquilo que é fundamental na vida, que são os seres humanos. E não ela ser explorada no trabalho.

Então, vamos garantir que a aposentadoria da mulher, que a licença à maternidade, que todas essas condições que dão uma situação que parece privilegiar à mulher, mas é uma posição de justiça, sejam teses defendidas por nós, para nos posicionarmos contra esse projeto neoliberal que está aí querendo acabar com os nossos direitos. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Vou pedir que as Companheiras da Mesa se limitem a três minutos mais ou menos.

Passo a palavra à Marilena Garcia, que deseja complementar a resposta.

A SRA. MARILENA GARCIA - Pedi permissão à Mesa para complementar ou dar a minha opinião em relação à questão que foi direcionada pelo Companheiro do Maranhão à Maria Luíza, mas achei que eu deveria dizer alguma coisa que estava na minha cabeça, porque a questão que o Companheiro enfatizou é a discriminação da mulher pela mulher.

Se nós somos produtos também de uma cultura homens e mulheres, se essa cultura é produzida para que os homens ocupem as esferas do poder, nós mulheres também somos vítimas e também assimilamos essa cultura masculina. Se ela é repleta de preconceitos, as mulheres também assimilam essa cultura do dominador. Percebemos e convivemos com esse fato diariamente.

O Companheiro citou aqui alguns exemplos, que a gente sabe que acontecem no cotidiano, e nós vivemos também esse exemplo agora em relação à maneira como a mídia tratou o congresso das mulheres na China. Foi feito na semana passada no Rio uma explanação de jornalistas que fizeram um trabalho estatístico sobre as matérias que saíram tratando da Conferência Mundial da Mulher na China. A maior parte das matérias foram negativas, mudando a forma como falavam, mas falando mal da conferência mundial. E, o que é pior, a maioria desses jornalistas eram mulheres. Elas foram sondadas e disseram que tinham muito medo de relatar na realidade o que tinham visto na China, com medo de repressão nas suas próprias repartições ou, por vezes, com medo até de caírem no ridículo.

Então, acho que esse exemplo serve muito bem para mostrar como essa cultura do dominador está impregnada em todos nós, homens e mulheres. Por isso é que nós mulheres repetimos, sim. Repetimos conceitos machistas a cada instante, repetimos esses vícios que uma pequena minoria que tem consciência disso tenta, através de um trabalho cotidiano, desfazer historicamente.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. DANIEL - Sou de São Luís do Maranhão.

Começando as minhas palavras, e vou ser rápido, quero dizer primeiramente: pobres dos homens sem as mulheres, porque até para nascer dependemos delas. (Palmas.)

Faço esta consideração porque me preocupo muito com a questão das mulheres da periferia. Moro em um bairro periférico de São Luís. E o que vemos? Vemos as mulheres, principalmente as adolescentes de 15 anos — Vamos falar de forma bem clara, usando uma linguagem bem clara porque estamos em um fórum — dando mesmo em cima dos homens. Hoje não são mais os homens que dão em cima das mulheres. As mulheres é que dão em cima dos homens. E este é um risco muito grande. Por quê? Porque são adolescentes que quando entram no caso da prostituição perdem, primeiro, a vontade de estudar. E isso é um risco muito grande. E o que a gente vê são meninas de 15, 16, 17 anos grávidas, sem nenhuma responsabilidade e sem saber pelo menos quem é o pai. Quem é o culpado? É o Governo? Não sei.

Acho que nós temos que acabar primeiro com esse mecanismo de não sabermos o que é certo e o que é errado; o que é bom e o que é ruim. Temos que ter a certeza também e a clareza de que tem casos que são totalmente preparados e tem casos também que as mulheres preparam para elas mesmas. Eu tenho essa preocupação muito grande.

Faço parte da Juventude Socialista Brasileira, sou Coordenador aqui no Maranhão, e também temos mulheres na nossa Juventude. Para mim, para as mulheres terem o seu espaço na sociedade é preciso que elas estudem. Já dizia o nosso grande Juarez Medeiros, de São Luís do Maranhão, que a maior revolução que o estudante pode fazer é estudar, porque é estudando que a gente adquire o conhecimento, é estudando que a gente pode ser alguém um dia na vida. E aí vem a questão do gerenciamento. É estudando que a gente aprende a gerenciar os nossos planos de trabalho. Ficam essas considerações também.

Na nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos achei até um descaso com as mulheres a questão de 20 % para as candidaturas de mulheres.

Acho que temos que ser iguais. As mulheres não estão lutando pela igualdade? Eu sou a favor da igualdade. Acho uma discriminação com as mulheres a questão dos 20%. (Palmas.)

São essas as considerações.

A SRA. MODERADORA - Solicitamos que a platéia faça suas questões respeitando o tempo de, no máximo, dois minutos.

Informo que temos cópias das teses apresentadas: Centro Integrado da Mulher, Projeto de Desenvolvimento Econômico e Centro de Convivência para Adolescentes.

A SRA. OSMARINA - Sou de São Paulo, de Diadema.

Primeiramente, gostaria de apoiar as duas iniciativas, tanto da Companhia sobre o Centro Integrado da Mulher, como do projeto para adolescentes, da Companhia Nelma. Achei a idéia formidável e realmente precisamos acabar com a idéia de que o adolescente ou a criança tem que trabalhar desde os 9 ou 10 anos de idade. Isso só num país como o nosso, de Terceiro Mundo, em que não temos condições de educar esses jovens. No meu modo de entender, tudo passa pela educação.

Nesse sentido, hoje tivemos uma bela explanação do Governador de Brasília, Cristóvam Buarque, do PT, que colocou a questão da educação em primeiro plano no Distrito Federal. Achei um projeto lindíssimo em que há até uma ajuda para que as famílias conservem os seus filhos até a 4ª série obrigatoriamente nas escolas. Existe uma ajuda nesse sentido. E daí por diante.

Acho que tudo começa pela educação. Inclusive até a questão levantada pelo Companheiro. A questão da discriminação da mulher pela própria mulher mesmo está em nossas raízes.

Quanto à questão da aposentadoria, que a Maria Luíza colocou, nós em São Paulo aprovamos uma moção de repúdio à reforma previdenciária de modo geral, especialmente em relação aos 40 anos de contribuição, um absurdo num país como o nosso, além do problema da dupla jornada de trabalho da mulher. Acho que aqui também deveríamos fazer uma moção nesse sentido. Ao mesmo tempo, devemos fazer um encaminhamento aos nossos Parlamentares para que o PSB tome uma posição de não aceitação desse item dentro dessa reforma.

Com relação ao tema exposto pela Nelma, passou pelo Congresso Estadual a criação, em todos os Municípios onde o PSB ou uma

futura coligação for participar do governo, de um centro integrado de atendimento aos drogados. A gente quer que a questão das drogas seja tratada com muito carinho, porque este é um problema muito sério. A gente vive em São Paulo, principalmente na Grande São Paulo e em Diadema estamos com problemas sérios com o "crack". Estamos com um problema muito sério com 50% dos adolescentes dentro das escolas. Estamos sentindo o problema de perto. Esta tese foi apresentada por um rapaz drogado, pedindo pelo amor de Deus. Ele se sentia indefeso e não sabia como resolver o problema dele.

Creio que esse tipo de atendimento poderia até se dar junto ao mesmo centro de atendimento ao adolescente. O tratamento aos drogados poderia fazer parte desse mesmo atendimento.

A SRA. NELMA AZEVEDO - Certamente.

A SRA. OSMARINA - Gostaria também de comentar sobre a questão das cooperativas, que considerarei uma experiência muito válida e realmente a gente vê de perto isso. Minha irmã tem um sítio no interior e a gente percebe que a mão-de-obra é uma exploração muito grande que existe nessa questão de costura. Só para vocês terem uma idéia, o pessoal que costura as camisetas e todas essas roupas da "C&A", que é vendida por uma nota violenta em São Paulo e nas butiques e tudo o mais, é costurada por essas pessoas que ganham 10, 50 centavos cada peça no interior de São Paulo. Eles levam aquelas toneladas e elas são obrigadas a fazer tudo em uma semana e tornam a devolver e aquilo não dá retorno nenhum. Isso é uma exploração da mão-de-obra.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Como há muitos inscritos, solicito que todos procurem respeitar o prazo estabelecido de, no máximo, dois minutos.

O SR. CHICO MENDES - Sou do PSB do Rio de Janeiro.

Quero corroborar as palavras da Marilena, dizendo que uma vez uma pessoa lá do Rio de Janeiro, uma pessoa fantástica chamada Luíza Barreto Leite, hoje em dia com mais de 80 anos de idade, há muitos anos vem lutando pelo feminismo, pela mulher com o seu papel de mulher na imprensa como escritora, como criadora de movimento de teatro amador no Rio de Janeiro, ela me disse o seguinte: Chico, um dos problemas grandes da mulher é que quem forma a mulher e o homem são três mulheres. É a mãe, é a professora e a esposa. E é claro que essa mãe, professora e esposa são frutos de uma sociedade que fizeram com que ela entendesse erradamente o papel de mãe, de esposa e de professora. Quer dizer, reproduzindo sempre os valores que a sociedade passa.

Eu, particularmente, até porque sem vergonha nenhuma digo que me considero uma exceção, sou um homem que mudo fralda do meu filho, lavo a cozinha da minha casa, faço a comida, vou a reunião de escola. (Palmas.) Eu me considero uma exceção mesmo e não tenho problema de dizer isso.

Há o chamado processo de igualdade. Que coisa horrível dizer processo de igualdade da mulher ao homem! O homem é uma coisa muito ruim também. Mas o processo de respeito à mulher, de projeção da mulher, de apoiar a mulher na luta, na conquista pelo seu espaço na sociedade passa por entender o que é cidadania. Se eu sou totalmente cidadão, eu respeito o outro como cidadão, seja ele mulher, homem, aleijado, feio, homossexual ou o que ele seja. O processo de resgate da mulher, digamos assim, é um processo de cidadania. E eu acho que é nisso que a gente tem que se empenhar, por um processo de cidadania entendido na sua amplitude. É um processo que vai desde atendimento ao drogado, atendimento à mulher, atendimento à criança que não pode ficar na rua, tudo isso que foi dito aqui. Isso é acreditar ser cidadão. Eu sou cidadão porque eu quero ter todos os meus direitos e quero que o outro seja igual a mim e tenha todos os seus direitos, seja ele mulher ou não. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Vou passar a palavra à Lúcia, que gostaria de responder o comentário sobre cooperativas e a exploração das mulheres.

A SRA. LÚCIA PINHEIRO - Serei breve.

Quando você levantou novamente essa questão, eu diria que entra a questão da aposentadoria. Essas mulheres trabalham dez horas, às vezes doze horas por dia e não têm nenhum direito garantido, nenhuma garantia trabalhista.

A SRA. NELMA AZEVEDO - Eu só pediria a você que, ao final, possamos fazer um contato para saber de que maneira pode ampliar a proposta, contemplando a sugestão do Companheiro.

A SRA MARIA INÊS - Boa tarde a todos. Fazemos aqui uma saudação especial a Marilena Garcia e Regina Teixeira. Estávamos indo para outro auditório discutir a questão do socialismo, quando o Leo nos convidou a vir aqui porque se está discutindo questão importante.

Nós queremos dizer que a comissão que está aqui representando o Estado do Ceará está aqui em consideração às demais participantes da mesa, porque, como vocês receberam uma notazinha, nós repudiamos em público — e por isso eu faço questão de colocar aqui — a

participação de Maria Luíza Fontenelle no Congresso do PSB. (Palmas.) Nós somos do mesmo Estado, convivemos com a prática e ninguém melhor do que a gente para falar.

Sobre a questão da mulher eu coloco a seguinte questão: nós temos uma sociedade dividida em classes. E o capitalismo traz consigo as desigualdades sociais. E entre elas está a desigualdade da mulher.

O Companheiro colocou uma questão muito importante, que é a discriminação da mulher pela mulher. E concordo com a Marilena quando colocou brilhantemente que faz parte da cultura, porque a favor dessa cultura de desigualdade da mulher o sistema dispõe de muitos mecanismos. Dispõe das escolas, dispõe da Igreja, que brilhantemente prega a desigualdade da mulher (Palmas.), dispõe de uma cultura machista, dispõe de mulheres pessimistas que se negam muitas vezes a participar da luta, que se negam muitas vezes a discutir e a preencher, ocupar o espaço que com muito esforço a gente consegue dentro da sociedade. E nós dispomos apenas de poucas pessoas bem-intencionadas e que se dispõem a fazer esse papel em defesa da mulher.

Ressaltamos também — e é importante a gente começar a desmascarar — que tem muita gente que se sustenta das desigualdades sociais que o sistema capitalista promove. (Palmas.) Eu pergunto para vocês o que seria de uma legião de politiqueiros se não fosse a prostituição infantil? O que seria de uma legião de politiqueiros se não fossem mulheres prostitutas? O que seria de uma legião de politiqueiros se não fossem os meninos de rua (Palmas.), que muitos pregam tão bem em sua defesa? É preciso estarmos atentos a essa questão.

Acho que, como membros do Partido Socialista Brasileiro, está na hora de também nos prestarmos a esse papel de discutir profundamente essas questões sociais e levá-las ao seio não só da mulher, porque eu acho que a nossa luta é uma só, é de mulheres e de homens comprometidos com o socialismo. (Palmas.)

A SRA. JANETE - Sou da Amazônia, do extremo-norte do Brasil, do Amapá. Fui Vereadora, Deputada Constituinte e agora Deputada em segundo mandato pelo PSB, eleita desde a primeira vez pelo partido. (Palmas.)

Companheiras, quero dizer da minha satisfação de me sentir profundamente identificada neste momento. Queria assistir a outras discussões, mas eu me decidi por esta e não me frustrei.

Inicialmente eu quero dizer à Companheira do Estado do Ceará que eu não me senti feliz de receber o documento que recebi a respeito de uma questão interna do Ceará, da Esquerda ali naquele Estado. Aqui foi

colocado que há uma questão maior à nossa, que nós devemos nos unir, lutar, apresentar e pedir a aplicação de políticas públicas. E há uma discussão mais interna que é menos relevante do que aquela maior, que faz com que as crianças estejam na rua, as mulheres estejam relegadas a segundo plano na sociedade.

Quero deixar dito aqui que não me senti contente de ler o documento que li, porque o que eu conheço da vida pública da Maria Luíza é que no Congresso Nacional ela nunca deu um voto contra o povo. E eu acho que isso para nós é maior do que a questão menor. Eu tenho briga interna dentro do meu partido com os meus companheiros. Mas eu não posso me dar o direito de trazê-la para cá.

Com relação aos temas tratados, quero dizer que me sinto totalmente identificada com o que foi colocado pelas Companheiras. Quero dizer à Nelma e à Marilena que me solidarizo com as proposições aqui feitas. Não sei se a tese da Marilena foi proposta para constar dos Anais do Congresso, mas com certeza os centros de convivência para as mulheres é uma proposta nossa, é retaguarda, é necessário para mulheres vítimas de violência física, sexual, violência social, a mulher migrante, enfim.

Quero dizer aqui também que sou radicalmente contra que a criança e o jovem trabalhem e não estejam na escola. No meu Estado não está acontecendo 100% isso, mas no próximo ano, com certeza, estará.

Eu queria só um tempinho, não vai ser tanto, para colocar. Fui Vereadora e vivi a experiência da Prefeitura de Capital. É inevitável que eu diga aqui para vocês diante do que vou falar: eu sou a mulher do Capi. Então, eu tratei de influir diretamente na política pública municipal da Capital e agora na política pública do Estado com relação à mulher, à criança e ao adolescente. Esse ano agora será decisivo para que tiremos todas as crianças e jovens que estão na rua através de um projeto que passa pela colocação do Companheiro Cristóvam hoje de manhã, do que ele está fazendo em Brasília, a bolsa-escola, um salário mínimo por mãe que tenha seus filhos na escola. Mas não basta só isso. Na próxima semana o Governador do Estado estará apresentando o projeto e firmando, junto com todas as entidades que trabalham com a infância e a adolescência, o projeto que será implantado a partir de 96. E esse projeto não está só dentro da educação, mas também na Secretaria de Trabalho e Cidadania a partir da utilização do espaço físico que temos no nosso Estado. Nos dois municípios maiores onde a criança e os jovens estão na rua ...

A SRA. MODERADORA - Companheira, por favor, terminou o tempo.

A SRA. JANETE - Eu só queria concluir dizendo o seguinte: a colocação das Companheiras Lúcia, Marilene, Nelma e Luíza... (Final da fita)

(Cont. Sr. Almir) ... Trago aqui uma questão porque fiz uma crítica às teses enviadas pela Marilena e pelas Companheiras. E a Maria Luíza falou muito tempo, eu prestei muita atenção, as Companheiras todas falaram, mas uma questão não apareceu aqui neste cenário, que é para mim a mais importante para a emancipação da mulher: a questão sexual. Acho que aqui está o nó górdio da questão da mulher. Está porque aí entram as instituições que têm interesse em que a mulher não tenha prazer; entra o homem, que é um bode expiatório desse processo e também instrumento desse processo, entra o Estado, a religião, entram todas as instituições que não têm nenhum interesse em que a mulher ou o homem tenham prazer, porque se tornam em pessoas com muita vontade de viver e transformar essa situação.

Sou médico, sou do Diretório Regional do PSB, sou ginecologista, me interesso muito pelas questões sexuais e por isso estou trazendo essa questão. Atendo 150 mulheres por semana. Destas, uma parte delas trabalham. São domésticas, trabalham em fábricas etc. Uma grande parte delas tem teto até. Agora, 90% delas não tem orgasmo. Aí a Companheira disse: não é orgasmo que tem que falar, é gozo, é prazer. Então, eu vou mudar porque a Companheira é da comunidade... É isso, não tem orgasmo. 90% das mulheres não têm orgasmo. As causas são imensas, a gente pode discutir aqui o dia e a noite inteira, mas não me parece que dê tempo para isso.

A Lúcia disse que cada companheira leva 10 centavos por uma peça, ela trabalha de 5 até às 7 para conseguir alguma coisinha. E na questão sexual pode ir de 5 às 7 e não vai conseguir coisinha nenhuma. Quer dizer, esta é a questão séria da mulher.

Acho que a mulher não se emancipa se não tiver autonomia sexual, ou seja, que ela goze e goze por sua própria condição de mulher. Não que ele não necessite do homem, mas que ela não necessite de algum mito para gozar. Acho que estamos no terreno dos mitos, o pênis masculino é mais um mito da religião e do Estado, que obrigam a mulher a dizer assim: não, a gente goza é com o pênis do homem. E como não é assim, a gente vai ter que desfazer mais um mito. O pênis, que a Igreja coloca como elemento sagrado de procriação da espécie — com a qual nós não temos nada com isso, nós não criamos essa espécie, mas nós temos com o prazer da gente, prazer dos nossos filhos, o prazer do ser humano.

Vimos muito claramente isso com a queda do muro, quando pareceu acabar com a perspectiva do socialismo como ficamos, como ficou a maioria das pessoas, homens e mulheres, sem utopias, sem fantasias. E se a mulher não tem a fantasia do prazer, da sensação que o homem acha que tem, ela está realmente numa situação muito difícil.

Acho que esta é uma questão que tem que ser colocada e profundamente discutida. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Quero saber se na Mesa alguém gostaria de comentar a proposta do Almir.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE - A primeira questão, embora a companheira tenha colocado que este não deva ser o fórum para discutir essa matéria, e eu acredito que não deva ser mesmo. Se o PSB quiser discutir uma questão interna do Ceará, que foi uma questão interna do PT e hoje está dentro do PSB. A problemática Gilvan e Maria Luíza surgiu no PT, quando nós éramos do PT e que houve um recebimento de um dinheiro dos coronéis, ele era da direção do PT, foi afastado, hoje ele deixou o PT com o seu grupo e está no PSB. Mas os outros Companheiros do PSB não foram contra a minha vinda para cá. No entanto, eu acho que se uma carta dessa chega, cabe à direção do PSB do Ceará com a direção local ver que destino dá a ela. Uma coisa que todos os Companheiros que me conhecem sabem, no entanto eu só honrei o PSB na minha passagem pelo PSB. (Palmas.) A Companheira teve tempo para falar, falou, distribuiu uma carta, falou, então eu vou dar continuidade ao resto da minha intervenção.

A SRA. MODERADORA - Companheiros, uma questão de ordem, por favor.

Tem uma pessoa ...

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE - Falando, Companheira. Eu estou com a palavra, não lhe dei aparte. Quando eu terminar, a Companheira faz a questão de ordem.

Como eu disse anteriormente que a questão da mulher exige uma reflexão de profundidade e em todos os outros pontos já colocado, a própria questão colocada aqui para a Companheira, a utilidade política em torno da questão da mulher, outra CPI de que nós participamos quando da nossa condição de Deputada Federal foi aquela que envolve a questão da ligadura de trompas. Quer dizer, toda a reflexão em torno da questão do planejamento familiar é uma questão que nós devemos nos apropriar dela e ver como nos situamos diante até da outra questão que o Companheiro colocou, da cidadania. No entanto, a ligação de trompa limpa e seca é um problema grave e os políticos vêm fazendo nome em torno dessa história.

Então, como é que a cidadã mulher e a relação que a mulher mantém com os diversos setores da sociedade, inclusive o projeto da Companheira eu acho que é da maior importância porque resgata essa questão, como é que o serviço público assume a questão da mulher como serviço e não substituindo o movimento de mulheres, como muitas vezes é a tentativa do conselho.

E, finalmente essa questão da sexualidade que passa tanto pela problemática da ligação de trompa, como passa por outras questões que é a relação homem, mulher. O que nós vimos lá em Brasília? Mesmo as Companheiras lésbicas não conseguem romper esse tipo de relação. Há na relação um elemento que faz o papel de dominante e outro de objeto. Portanto, mesmo na relação homossexual, transfere. Na relação homossexual tem um que é ativo, o outro que é passivo ou um que é dominante e outro é o objeto nessa relação. Ou seja, é algo milenarmente existente na formação dos seres humanos e a ruptura com isso é elemento fundamental, até porque é do conhecimento de todos que o Governo se utiliza da sexualidade para um maior processo de opressão política e para um maior processo de dominação. Se você retira das vidas humanas o direito do prazer, você está retirando algo que é fundamental à felicidade dos seres humanos.

A SRA. MODERADORA - Companheiros, por favor, este assunto está encerrado. Não é o fórum adequado.

Qual é a questão de ordem? Coloque.

A SRA. MARIA INÊS - Justamente, as Companheiras estão dizendo que este não é o fórum para discutir isso. Mas, como participante do partido, eu me sinto no direito de esclarecer algumas coisas. (Palmas.)

Primeiramente, quando a Maria Luíza colocou que o Gilvam foi afastado do PT ela está mentindo. Ela é que foi expulsa. Ele não foi afastado do PT. Eu só quero esclarecer isso. No demais, está tudo bem. Compreendo plenamente que este não é o momento, que nós não iremos mais tocar no assunto, desde que não existam mentiras. Está feito o acordo?

A SRA. MODERADORA - Mafrânio.

O SR. MAFRÂNIO - Sou Presidente da entidade estadual dos Estudantes Secundaristas do Ceará e sou membro do Diretório Estadual no Ceará.

Eu queria respaldar o que a Maria Inês colocou e acrescentar algumas coisas em relação ao tema. Hoje, como a Maria Inês falou, nós vivemos numa sociedade dividida em classes onde reina a contradição entre o capital e o trabalho, gerando a desigualdade social. Vivemos numa sociedade preconceituosa, uma sociedade onde a mentira, a calúnia, a desinformação reinam. Na história da humanidade, todos aqueles que se propuseram a ir de encontro ao discurso oficioso eram perseguidos. Foram assim os alquimistas, os precursores da química que eram tachados como bruxos e eram mortos, perseguidos. No desenvolvimento da Medicina as pessoas eram perseguidas e mortas. Na Santa Inquisição, Galileu disse que a terra era redonda e foi

perseguido. Então, em todos os momentos da História, todos aqueles que se propuseram a falar a verdade social, a colocar um novo discurso sempre foram perseguidos. Portanto, vivemos hoje nessa sociedade onde reina essa cultura.

Concordo plenamente com a Maria Inês quando ela coloca que, se não fossem essas mazelas sociais que o sistema capitalista promove, o que seria dos políticos demagogos, os políticos que fazem dessas mazelas futuros discursos para obter cargos em Câmaras e em Assembléias? Gostaria de respaldar essa posição do Ceará ao colocar essa questão. Não foi para abrir discussão. Como é uma questão de democracia, nós usamos o espaço e colocamos uma expressão. Ninguém está aqui para abrir discussão coisa nenhuma. Só colocando um pensamento, que não é o pensamento de Gilvan Rocha, é o pensamento de um grupo que se organiza.

A SRA. MODERADORA - Companheiro ...

O SR. MAFRÂNIO - Peço a colaboração de todos. Infelizmente é isso que acontece, aquele que se propõe a falar a verdade, a colocar, a romper mitos, barreiras e dogmas.

Obrigado, e boa tarde. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Companheiros, a questão de democracia é a seguinte: aqui está reunido um fórum para discutir a questão da mulher, não a questão do Ceará. (Palmas.) E acho inclusive que o debate sobre a questão da mulher foi prejudicado quase o tempo todo por causa disso.

Há mais três pessoas inscritas, depois darei a palavra aos componentes da Mesa para as suas considerações finais.

Janete.

A SRA. JANETE - Que os nossos Governadores e Prefeitos da Esquerda adotem como política pública os temas resultado dos encontros das mulheres, como a proposta da Marilena, da Nelma, em que incluo a alfabetização da mulher, tratando da sexualidade e outros temas específicos das Companheiras.

A proposta da Lúcia sobre atividade de geração de renda. Por que não os bancos do Estado — nós temos dois Governadores — criarem uma linha de crédito para financiar 500, 600, 700 reais para as Companheiras? E que se inclua na política pública dos nossos Governadores e Prefeitos considerar a profissão das parteiras para os municípios de interior lá nas beiras de rios bastante longínquas em que o médico não está, quem faz o parto ali é a parteira.

Então, ela tem que ser treinada na parte técnica, tem que receber um dinheiro por isso. É uma atividade.

Que os governos da Esquerda adotem como política pública a educação dos zero aos 6 anos, mesmo que a Constituição Federal obrigue a educação aos 7 anos de idade. Os Governadores podem, numa política de municipalização, e os Prefeitos implantarem imediatamente, porque as mães ficam livres para lavar roupa, passar roupa pra fora, ser feirantes, para ser desempregada com a garantia de que seu filho está por oito horas em um lugar bem abrigado, alimentado e acompanhado pelos técnicos.

Acho que poderíamos pensar isso, que é importante não só para a mulher, como para as crianças. O Chile não tem uma criança na rua. Eu participei de um encontro com 700 educadoras, de educação de zero a 6 anos lá, um encontro só de mulheres do país inteiro. O Chile não tem uma criança nem um jovem na rua, porque de zero a seis anos as crianças estão nas creches e escolas que funcionam conjuntamente de 1 mês até 5 anos e 11 meses. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Diná.

A SRA. DINÁ - Eu só quero complementar, porque na minha pressa de ser fiel aos dois minutos eu me esqueci de uma coisa que particularmente acho importante, a propósito do trabalho que a nossa Vereadora de dez anos de PSB fez em Macaé.

Eu acho que os diretórios regionais teriam, de alguma forma, que encampar a idéia, uma vez preocupados com os excluídos — e isso parece que passa a ser foco central do PSB doravante — seria interessante que pudessem formar comissões com um trabalho voltado exatamente para a política da mulher nos Estados e nos Municípios. (Palmas.) Só assim a gente vai legitimar a participação da mulher de forma ampla na sociedade brasileira. Se encampado, denota todo o caráter de seriedade com que o PSB pode desencadear essa política de ir contra a discriminação e a favor dos excluídos. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Conceição.

A SRA. CONCEIÇÃO - Companheiras da Mesa, queridos Companheiros, sou de Brasília e queria falar aqui sobre um problema muito sério sobre a criança deficiente.

A mulher que tem um filho deficiente pouco tem o direito de trabalhar, porque não existem creches para esses meninos. E os adolescentes deficientes muito pior, porque estão condenados a viver trancados num quarto.

Muitas vezes os governantes, as pessoas estão preocupados com as crianças de rua. Mas, das crianças deficientes poucos falam. E geralmente eles ficam trancados. E são seres humanos que têm também direito à recreação, um lugar onde possam freqüentar. A nossa luta é que as mães tenham o direito de colocar essas crianças em creches, porque é muito difícil

Sou mãe, meu filho hoje tem 18 anos e enfrentei uma barra pesada para poder educar e criar o meu filho. Estou nesta luta no PSB pelo direito de creche aos deficientes e também de aposentadoria, principalmente para remédios, porque essas crianças não vivem sem remédios. O INSS dá direito àquela pessoa que adquire a deficiência depois do trabalho, mas aquela que nasce deficiente não tem o direito. Acho que isso tem que ser olhado com carinho, porque o deficiente precisa.

Este é o meu pedido para a Mesa. (Palmas.)

A SRA. MARILENA GARCIA - Eu concordo plenamente com a colocação feita. Queria só esclarecer que a proposta dos centros de convivência para adolescentes não é uma proposta para o menino de rua exclusivamente. É uma proposta para todos os jovens das classes menos favorecidas, que inclui, logicamente, talvez até de maneira privilegiada, o menino de rua. Mas o objetivo é que todo adolescente tenha o direito a ocupar um espaço de formação que favoreça o seu pleno desenvolvimento, tal e qual é oferecido aos seus iguais.

A SRA. MODERADORA - Encerradas as inscrições, vou passar a palavra aos componentes da Mesa para que façam suas considerações finais, pedindo que se limitem a dois minutos no máximo.

Um minuto, por favor.

A SRA. GEORGINA - Sou de Pernambuco e falo em nome das trabalhadoras rurais. Faço parte da Comissão Estadual e sou Presidente do partido lá no interior de Trindade, a 800 Km daqui Capital. Queremos dizer que a gente não recebe as comunicações do partido. Nem nacional, nem estadual. E, às vezes, recebemos algumas matérias só quando vem na Capital. Pedimos que seja divulgado e que também se engajem nas lutas.

Falaram aqui com referência ao problema da aposentadoria da mulher com 25 anos. E nós rurais que foi uma luta para colocar na Constituição de 88 os 55 anos e hoje o Congresso está querendo derrubar nossos direitos (Palmas) e outros e outros direitos. Primeiro a trabalhadora rural só se aposentava aos 65 anos. E também só se matasse o marido, porque se fosse casada não era aceita. Também tem proposta querendo derrubar.

Então, vamos juntar o Partido Socialista Brasileiro com os outros de Esquerda para fazer essa divulgação e não deixar cair os direitos

conseguidos por uma luta bem grande dos partidos de Esquerda junto com o movimento sindical, junto com a Contag, que estava lá segurando os nossos direitos. Por isso é que o partido precisa divulgar mais e também ajudar nas mobilizações, nos encontros lá em Brasília e não deixar que derrubem os nossos direitos colocados na Constituição de 88, e agora o Congresso está lá querendo derrubar os nossos direitos. (Palmas.)

O SR. ALMIR - Eu gostei muito da intervenção de todos, não discuti isso, concordo com a intervenção da Nelma, a Maria Luíza levantou grandes questões. Agora, essa questão é sempre omissa, sempre no obscurantismo e a gente vai ter que colocar.

A Maria Luíza colocou uma questão tão grave e que não tem repercussão, você não lê isso no jornal. Por exemplo: agora pensa-se em retirar o clitóris das mulheres chinesas. Pra já é uma maldade chinesa, só maldade. O que a China não quer é aumentar a população. E tirar o clitóris não vai impedir a reprodução, vai impedir apenas o prazer, o gozo da mulher.

Eu me lembro o seguinte: há pouco tempo atrás uma mulher cortou o pênis do homem e isso deu em todo os jornais a semana inteira. Agora, tirar o clitóris de todas as mulheres e não há nem uma nota! É só para mostrar como a questão é grave.

Realmente me constrange. E eu queria que o PSB levasse como bandeira essa questão do orgasmo, do gozo da mulher. Eu fico triste quando uma mulher vai ao consultório e diz assim: "doutor, quando o meu marido me usa..." Tão grave ou mais é quando ela diz: "quando o meu marido me suja..." A primeira vez que eu ouvi isso fiquei espantado. Suja aonde? O que ele faz? Seja é quando ele ejacula!

Quer dizer, essa mulher de que a gente está tratando — e não é só a pobre, é da classe média e da classe alta também — essa mulher pobre precisa ter um esclarecimento muito grande para não ser usada e não ser sujada, para gozar em vez de ser sujada. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - A Marilena quer fazer observações a respeito.

A SRA. MARILENA GARCIA - Eu acho que nesses fóruns que nós criamos nos nossos fóruns, nos nossos debates é da maior importância que a gente fale com intimidade de questões que fazem parte do cotidiano da vida da gente e que quase sempre temos muito constrangimento de tratar.

O Dr. Almir Duton é um médico ginecologista do Rio de Janeiro, é um homem que tem um passado de muitas lutas, um ex-exilado, um homem

que por toda uma questão política brasileira teve que viver afastado do nosso País, e eu acho extremamente positivo e aplaudo a coragem que esse homem tem de vir em público, na sua condição de homem, na sua condição de médico e na sua condição de socialista de tratar de uma questão que a gente trata baixinho, escondido, fala com a vizinha, chora pelas madrugadas, toma Lexotan ou não toma e tem medo de falar, que é a questão do prazer e que é a questão do gozo. Nós não temos que ter constrangimento de tratar dessa questão. Nós não temos que ter medo de sairmos daqui e as pessoas comentem lá fora: "imagina, quando se fala e quando se monta um debate de mulheres, acaba é nessa coisa mesmo de falar aí dessa coisa." Essa coisa é uma essência da vida, é uma essência divina, é uma essência de luz, porque é a fonte do prazer, é a fonte da energia, é a fonte da vida. Esse é o momento em que a gente pode ser a gente mesmo.

Então, eu aplaudo o Almir e digo mais: como foi ampla a nossa discussão, como nós hoje aqui tratamos da questão dos excluídos. Tratamos da questão do drogado, do deficiente, da mulher. Quando a mãe vem aqui e fala como é problemático neste País ser mãe de uma criança ou de um jovem deficiente físico, ela está falando do cotidiano da mãe e do deficiente físico. Quando nós falamos do cotidiano do ser mulher, a questão do prazer e do gozo tem que entrar sim.

Obrigada.

O SR. (Não identificado)- Eu só queria dar uma pequena contribuição que me parece relevante, que é a exploração do corpo da mulher, que é universal, e a gente vê com muita desfaçatez certas falsidades de posições de certos segmentos sociais, dentre os quais eu incluo os artistas que vendem muito a imagem nua da mulher, queria incluir também certos estilistas que usam a mesma prática e a mídia, notadamente a Rede Globo, que constantemente está fazendo novelas, repetindo uma cultura em que a mulher trai o homem e uma série de coisas que eu acho que não contribuem muito.

Acho que o Partido Socialista Brasileiro está andando bem, na medida em que está fazendo essa atuação e em defesa do corpo da mulher, inclusive, se possível, um projeto de lei que proíba nos pacotes hoteleiros de excursões, que se incluía a mulher como parte do pacote. (Palmas.)

A SRA. SUZANA AZEVEDO - Companheiros, sou Deputada Estadual por Sergipe e gostaria de parabenizar as duas teses aqui apresentadas e dar uma explicação.

Em Sergipe o Banco do Nordeste anda incentivando as associações para um programa de geração de renda. Já falei com a Companheira e gostaria de dizer aos Companheiros de outros Estados, porque realmente a

mulher excluída é excluída de tudo. Quando ela é excluída, ela é violentada, ela é explorada, ela é dependente do marido, com isso ela sofre a violência do marido, de que cuida o Centro de Defesa da Mulher da nossa Companheira do Rio de Janeiro.

Acho que nós temos que capacitar a mulher para a vida em todos os aspectos (Palmas.) tanto intelectual, como alfabetizá-la etc. A mulher excluída não sabe o que é cidadania, ela não sabe brigar por seus direitos.

Então, esse programa de geração de renda é importantíssimo. E gostaria de explicar que o Banco do Nordeste tem um programa chamado Proger, que é um Programa de Geração de Renda, em que estão investindo no associado até 15 mil e 700. E nos povoados de Sergipe nós já demos entrada junto ao Banco do Nordeste em vários projetos para criação de uma empresa de confecções, de fábrica de sabão, de fábrica de doces caseiros, de fábrica de costura, de bordados. Então, é importante que os Companheiros que queiram dar contribuição para que a mulher excluída seja realmente uma cidadã, procurem o Banco do Nordeste.

Eu gostaria também de apoiar a Companheira Diná, no sentido de se colocar na Plenária a questão das comissões regionais sobre a mulher, que é importantíssimo. Nós não podemos ficar só no Congresso. Temos que discutir isso para que realmente capacitemos a mulher para a vida, para o trabalho, para que ela seja realmente uma cidadã brasileira, que até hoje a mulher excluída não é.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. TEREZINHA - Sou do Amapá.

Foram levantadas muitas questões sobre todos os temas que afetam a mulher. E como somos do Município de um Estado distante, eu sou de um Município mais distante ainda, que é Serra do Navio, eu gostaria de fazer uma proposta que entrasse para ser aprovada no nosso Congresso, que fosse o retorno do Informativo Socialista. Talvez aqui nos centros maiores não seja tão grande esse problema, mas nos nossos Municípios pequenos a falta de informação é muito grande, principalmente com a mulher. Como foi discutido, a discriminação é uma cultura. E nos Municípios pequenos isso ainda está arraigado até demais ainda. Só com informativos é que a gente pode mudar um pouco a concepção e formar melhor a consciência das nossas Companheiras mulheres dos interiores mais distantes.

Gostaria que entrasse como proposta para ser aprovada no Congresso o retorno do Informativo Socialista e maiores informações para os Municípios distantes principalmente.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. (Não identificada) - Só queria, primeiro, fazer uma pergunta à Marilena: se esse Centro Integrado da Mulher vai ser parecido com a Delegacia da Mulher.

A SRA. MARILENA GARCIA - O Centro Integrado da Mulher a gente poderia dizer que é um projeto extensão, mas não é só o papel da delegacia. Uma delegacia de mulheres recebe algum tipo de denúncia, registra e há um encaminhamento legal ou não após aquilo. O Centro Integrado da Mulher é um projeto mais amplo. Ele tem como objetivo exatamente o que a nossa Companheira Suzana falou, capacitar a mulher para a vida. Acho que essa frase da Suzana foi de uma felicidade muito grande, porque ela sintetiza o projeto do Centro Integrado da Mulher. É capacitar a mulher para enfrentar a vida, enfrentar o mundo, fortalecendo sua cidadania, mostrando a ela quais são os seus direitos, legalmente falando também. Então, não seria só a questão da delegacia, mas a gente pode dizer que é uma extensão ... (Final da fita.)

... Foi colocado muito bem aqui que as crianças e adolescentes têm direito à creche. Acredito que esse é um direito que deve permanecer. Na Seteps, na qual trabalho, que trabalha com promoção social, fez o seguinte: as suas funcionárias não têm o direito de levar as suas crianças para a creche na qual elas trabalham. É uma coisa absurda. Eu tenho uma colega, por exemplo, que é mãe solteira, tem uma filha pequena que poderia estar no berçário dessa creche, mas ela não pode levá-la. E quando a sua filha adoecer, essa mãe também não pode levar a filha ao médico, porque a filha está com pneumonia e tem que passar por um tratamento bem mais intensivo. E o que a nossa gerente lá faz? "Você escolhe, você trabalha ou você cuida de seu filho." É absurdo uma coisa dessas, mas acontece.

Hoje eu peço à Plenária que aqui está e à Mesa, que faz parte do PSB também, inclusive o nosso Senador é do Pará e fez parte da coligação que elegeu o Governador do Estado, que nós levássemos um documento até esse Senador, porque ele tem mais aproximação com a Secretária e com o Governador, para tentar solucionar esse caso, que é uma coisa absurda. Quando que uma Secretaria de Trabalho e Promoção Social coloca uma posição dessas? Isso é totalmente contraditório. E isso acontece lá na nossa creche com muitas mães solteiras que trabalham lá na nossa creche. No Pará existem muitas mães solteiras. Essa moça trabalha de manhã e à tarde e tem que deixar os filhos em casa trancados, correndo o risco de serem queimados, de acontecer algum acidente mais grave até com eles.

É este o pedido que faço à Mesa e aos Companheiros que estão presentes aqui sobre esse posicionamento.

Eu acho que a Companheira lá foi muito feliz na sua tese. Acredito que esse centro vá não acabar totalmente com a desigualdade que as

mulheres têm, mas vai minimizar muito mesmo o problema.

Quanto à criança e ao adolescente eu acho que essa questão do ECA tem que ser levado mais para a base, tem que ser levado nas instituições que trabalham com as crianças e adolescentes. Essas instituições governamentais, infelizmente, não estão utilizando esse estatuto e são totalmente contraditórias. E hoje o PSB tem entrada no governo, tem entrada nas prefeituras e deve bater também nessa questão que é muito séria, muito séria mesmo.

Hoje a colega colocou a questão das crianças aqui de Recife, eu também passei pela rua e também vi a situação, as crianças sendo exploradas o tempo todo por senhoras. As crianças ficam vendendo chicletes, bombons na rua, enquanto a outra fica lá atrás se escondendo, só arrecadando o dinheiro. É uma coisa terrível.

É só isso, Companheiros. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Vou passar a palavra para a Maria Luíza Fontenelle, para os seus comentários finais.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE - Antes, só duas informações rápidas que eu gostaria de dar.

Quando da CPI da prostituição infantil, em que visitamos vários Estados, uma das experiências mais ricas no trato da questão foi Recife. É a Casa de Passagem, que é uma experiência belíssima. Não sei se a Companheira tem conhecimento. Penso que o centro de integração que você está propondo, pelo pouco que li nas teses do PSB, se propõe a algo nesses termos. E aí vem exatamente com a questão da informação. Quando Parlamentar nós criamos, por iniciativa de algumas Companheiras de Brasília e apoio das Parlamentares daquela época, uma Assessoria Parlamentar. Essa Assessoria tem cadastrado absolutamente tudo em matéria de lei e de projetos e de iniciativas que estão sendo tomadas. É o CFEMEA. Seria fundamental que pudesse haver essa ponte para que o CFEMEA passasse ao conjunto da militância ou aos Diretórios as informações. No Ceará a gente recebe enquanto partido e enquanto entidades. Seria interessante, então, que os endereços sejam passados a fim de que possam ser recebidos.

E uma última informação ainda sobre esse dado do Companheiro que é médico. Deixarei aqui o nosso relatório feito sobre nossa ida a Pequim. Estima-se que mais de 110 milhões de mulheres de cerca de vinte países da África, algumas partes da Ásia e Oriente Médio, padecem ao longo de toda a sua vida adulta de graves lesões, inclusive mortais, como consequência da ablação genital. Quer dizer, é uma coisa bárbara e foram

apresentados filmes. Estamos trazendo também aqui um jornalzinho também da Câmara de Vereadores que publicou, fez o registro. Vou deixar aqui com a coordenação da Mesa.

E encerraria até com o elemento aqui posto. Acho que todos esses pontos da visibilidade, a questão da cidadania, as iniciativas — e tem também uma iniciativa que foi feita também no Ceará do Projeto Abelha, que vai na linha do que a Companheira propôs quanto às cooperativas — que devam ser conhecidas por várias Companheiras, mas eu insistiria, encerrando, dizendo que para alterar a lógica do que está posto, desde a questão do prazer, a questão do planejamento familiar, enfim, todos esses temas, o trabalho da menor, a prostituição infantil, a questão da saúde e da educação da mulher, a aposentadoria, todas levam à seguinte reflexão. E vou encerrar as minhas palavras, lendo o que está posto aqui no relatório

“Nós precisamos construir um novo tipo de poder como os serviços, baseado na participação direta das mulheres, da população em geral para viabilizar a construção do terceiro milênio de uma nova civilização baseada na partilha e na solidariedade, em que a utilização das novas tecnologias se dê para garantir o tempo livre e o bem-estar social com a produção voltada para a satisfação das necessidades humanas e não para o lucro, numa sociedade humanamente diversa, socialmente igual e completamente livre.

Muito grata, e foi um prazer participar dos debates. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Vou passar a palavra para a Companheira Marilena, para as suas considerações finais.

A SRA. MARILENA GARCIA - Eu gostaria de agradecer à Coordenação Geral do Congresso pelo convite e por ter podido compartilhar aqui durante essas horas com pessoas que representam os nossos diferentes Estados.

E, para encerrar as minhas palavras, gostaria de dizer que é produto de experiência. Os produtos políticos não são apenas os partidos políticos brasileiros, mas os nossos também e como, eles, por viabilizarem em alguns momentos o poder, são muito mais um receptáculo de ódios do que um instrumento de trabalho, de renovação, de socialização.

Gostaria de passar aqui uma experiência para a nossa Juventude. Com ódio a gente não consegue construir nada. A gente não consegue construir nem relações pessoais e muito menos relações políticas que viabilizem uma real transformação. Eu acho que a nossa tarde foi bastante proveitosa porque pudemos trocar experiências com pessoas representantes de vários Estados brasileiros. Mas essa mensagem de que não podemos fazer

política com ódio, mas temos que fazer política com amor, acreditando que esse sentimento humanitário que ainda existe na gente pode ser realmente um instrumento de modificação.

Fica principalmente essa mensagem para a Juventude que esteve hoje aqui presente. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Nelma.

A SRA. NELMA AZEVEDO - Eu quero agradecer a presente oportunidade e pedir a vocês que, amanhã, estejam conosco defendendo e propondo que essas teses sejam aprovadas, para que a gente possa ver esse sonho acalentado por tantos anos sendo viabilizado por este partido que tem lutado bravamente, apesar das inúmeras e incontáveis dificuldades internas e externas, pela igualdade, pela liberdade, pela democracia.

Para que possamos refletir juntos, vou-me permitir — se vocês permitirem também — ler um pequeno trecho que talvez seja para mim o mais contundente, para que a gente possa refletir um pouco mais sobre o que foi colocado e o que vocês puderem perceber com a leitura, sobre a necessidade imperiosa de nos lançarmos a esse grande desafio, apesar das dificuldades que não serão poucas.

“Milhões de pequenos brasileiros trabalham neste País imenso no campo, na agricultura; na cidade em fábricas, em oficinas como guardadores de carros, carregadores de cargas, empacotadores, furtadores de carteiras e relógios, prostitutas, prostitutas, auxiliares no mundo do tráfico. Trabalham como exército de formigas invisíveis para a sociedade pela necessidade de sobrevivência, pelo sonho acalentado de ascensão social. O trabalho de crianças e adolescentes tem sido extremamente rentável para adultos bem e mal intencionados. Porém, para essas crianças e adolescentes é a vida cassada, a privação da escola, do lazer, do lúdico essencial à sua formação sadia. É o esgotamento do seu físico em desenvolvimento. É a impossibilidade de ser.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. (Não identificada) - Companheiras, eu queria dizer que saio daqui enriquecida com todas essas questões que foram levantadas aqui e discutidas. A cada dia que passa a gente vai descobrindo que a luta é muito grande. E eu não pense realmente que a gente fosse levantar tantas questões sérias e que a gente tivesse assim tanta coisa em comum.

A gente sabe que é uma questão de cidadania, como disse o Companheiro. Então, eu acho que a gente levantar essa questão da mulher é uma questão de cidadania.

Quero só parabenizar a todos e agradecer por estar todo mundo aqui nessa discussão. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MODERADORA - Osmarina, você está propondo que se faça uma reunião ampliada para acrescentar pontos às teses?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MODERADORA - A plenária para aprovação das teses é amanhã na parte da manhã. Como tudo isso foi anotado, a Companheira Janete que tem por escrito entregaria e quem quisesse também fazer alguma sugestão por escrito poderia fazê-lo e nos entregar. E nós apresentaríamos amanhã na plenária.

Agora, eu acho que seria difícil talvez para as pessoas. Quer dizer, nós teríamos que fazer uma reunião hoje. A reunião amanhã começa muito cedo, às 9 horas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

A SRA. NELMA AZEVEDO - O projeto, na verdade, contempla aquilo que a gente poderia chamar de oficinas, de arte, de artesanato, além do esporte e de outras atividades. E vou incluir também o atendimento psicosocial. Na verdade, essa questão da droga estaria embutida, talvez de maneira muito subjetiva, não tão evidenciada quanto você propõe. Mas eu te prometo que amanhã essa questão da droga será incluída e privilegiada no atendimento ao adolescente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

A SRA. MODERADORA - Vai haver uma discussão amanhã em plenário. Proponho que você apresente a proposta na forma de moção.

Eu quero agradecer a todos, e gostaria só de fazer uma observação. Temos aqui três teses pelo menos, todas elas integradas, se complementam e é fundamental a gente pensar que esse ideal de igualdade é o ideal do socialismo. Talvez seja isso realmente, como disse o Norberto Bóbio, que nos diferencie da Esquerda. A gente tem que ter em mente a questão da igualdade e lutar por uma democracia que esgote todas as possibilidades de se promover a igualdade. E acho que esta é uma luta permanente.

Agradeço a vocês que estão aqui, e espero que estejam amanhã no plenário para darem força para a gente. Muito obrigada. (Palmas.)

A organização do Congresso pediu que transmitisse um aviso. Os delegados do PSB de São Paulo, não sei se tem alguém aqui de São Paulo, se reúnem hoje, às 18h, na Sala de Reuniões Aníbal Fernandes.

Está encerrada esta sessão.

PLENÁRIA FINAL I

**APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS
DOS GRUPOS TEMÁTICOS
E DEFESA DE TESES**

**APROVAÇÃO DAS RESOLUÇÕES
DO V CONGRESSO**

Teatro Guararapes
18 de Novembro/95 - 9:00 horas

O SR. PRESIDENTE - Em nome da Comissão Diretora do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, declaro aberta esta sessão destinada à apresentação dos trabalhos dos grupos temáticos e defesa de teses.

Solicito aos Srs. Relatores dos Trabalhos Temáticos que compareçam à mesa e tomarei a liberdade de ler os trabalhos.

Grupo II - Construção Partidária - A Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral do PSB para as Eleições Municipais de 1996.

Relator: João Augusto de Oliveira, Delegado do Pará.

Grupo I - Neoliberalismo e a Globalização da Economia: Perspectiva do Brasil.

Relatora Amália.

Grupo III - Construção do Socialismo: Algumas Experiências na Atualidade - China e Cuba.

Relator: Deputado João Ananias.

Solicito aos Srs. Relatores que compareçam à mesa, para darmos início à leitura dos relatórios.

Antes, vou apresentar algumas decisões da Comissão Diretora do 5º quanto aos recursos. A Comissão deliberou, por unanimidade, não dar provimento ao recurso interposto pela Companheira Maria Isaura Lemos, do Estado de Goiás; negar provimento ao recurso interposto pelo Companheiro Ênio Bastos, do Estado de Goiás; indeferir o recurso interposto pelo Estado da Paraíba; negar provimento ao recurso interposto, em primeira instância, pelo Estado da Bahia, e, em segunda instância, tomando a seguinte decisão: "Em virtude de decisão judicial, a Comissão define o prazo para apresentação da decisão de derrubada da liminar que impediu o credenciamento dos delegados da Bahia que até ontem, às 5 horas da tarde, não foi apresentada a referida liminar."

Segundo: tomou conhecimento, às 19 horas, de uma ata que mostrava a reunião de um congresso paralelo no Espírito Santo. Em virtude de não ter-se manifestado o TRE e não ter prazo hábil do diretório se reunir para definir a respectiva competência dos diretórios, define que, a partir daquele momento, não se credenciaria mais nenhum delegado do Espírito Santo, a não ser os delegados natos.

No âmbito de recursos, foram esses apresentados até agora à Comissão Diretora do Congresso, que decidiu, em todas as vezes, por unanimidade.

Gostaria de saber se algum dos Relatores já compareceu. Caso contrário, solicito ao Companheiro Serafim, em virtude de a Relatora não estar presente, que encaminhe, primeiramente, a leitura do Relatório do Grupo I - Neoliberalismo e Globalização da Economia: Perspectiva do Brasil.

O SR. SERAFIM CORREIA - Relatório Grupo I - Neoliberalismo e Globalização da Economia: Perspectiva do Brasil. Exposição de Tânia Bacelar.

O mundo está vivendo um momento de crise tanto no bloco capitalista, quanto nas antigas Repúblicas Socialistas, que se processa através dos quatro seguintes movimentos:

1º - A reestruturação produtiva das economias.

2º - A globalização da produção.

3º - A financeirização da riqueza.

4º - O neoliberalismo como ideologia política consolidadora dos três itens anteriores.

O processo de reestruturação produtiva se traduz pela mudança do que e como produzir, e tem sido intenso no mundo capitalista. A matéria-prima das economias do séc. XX, o petróleo, cede paulatinamente lugar para a matéria-prima conhecimento, que deverá ocupar o espaço principal no cenário econômico do próximo milênio. Como exemplo foi citada a pressão dos Estados Unidos junto ao Governo e ao Congresso brasileiros para a alteração da Lei de Patentes, a fim de adequá-la aos seus interesses estratégicos.

Além disso, as estruturas administrativas pesadas estão cedendo lugar ao trabalho de equipe e à terceirização, ao mesmo tempo em que se reorganiza o mercado mundial através da formação de blocos de produção e comércio: Nafta, União Européia e Mercosul.

A existência de atores econômicos de grande porte com cacife e meios para planejar e operar a economia em escala global permitiu a internacionalização da produção, ou seja, a globalização. Um grupo econômico pode administrar em tempo real dez empresas diferentes em dez diferentes países, aproximando espaços econômicos e impondo seus padrões. O planejamento e a atuação econômicos em escala global dão tamanha capacidade a esses grandes conglomerados que é possível surgirem situações em que seus interesses conflitem com os de Estados nacionais.

O terceiro movimento, o da financeirização da riqueza, se dá pela capacidade de valorização de capital e de geração de patrimônio apenas na esfera financeira, sem necessidade de produção. Prova disso é que o aparato

financeira movimentado apenas nas Bolsas de Tóquio, Nova Iorque e Londres, num total de 8,1 trilhões de dólares, valem mais do que a economia real dos Estados Unidos. Todo o PIB mundial atinge 24 trilhões de dólares, enquanto apenas dois meses de movimentação de câmbio no mundo superam 72 trilhões de dólares. Ao final de um ano, a movimentação do câmbio mundial atinge a casa dos 440 trilhões de dólares.

Os três movimentos convivem com o neoliberalismo, que é uma visão ideológica que se ajusta perfeitamente às mudanças da realidade econômica, ao propor a predominância do interesse social sobre o individual. No interesse do mercado sobre o interesse do Estado o neoliberalismo adapta as mudanças.

O neoliberalismo serve a globalização quando prega a redução do Estado. Interessa aos grandes atores econômicos ampliar mercados e a proposta neoliberal de reduzir o Estado lhes convém, na medida em que isso significa a derrubada de barreiras como as tributárias, de moeda, de legislação trabalhista que naturalmente caracterizam os Estados nacionais.

A União Européia, por exemplo, existe para ajudar os grandes atores do Continente a operarem melhor os fluxos econômicos, minimizando os entraves que existiram caso as relações econômicas se dessem a partir de cada uma das nações que formam aquele bloco.

Contudo, o neoliberalismo não é uma imposição da realidade econômica. A influência que ele exerce sobre a dinâmica de governo, resulta de uma visão ideológica das elites que não conseguem definir um projeto de inserção da economia brasileira no cenário mundial para negociá-lo com parceiros externos.

A estratégia brasileira tem sido a completa submissão, sem qualquer iniciativa que viabilize uma integração autônoma e soberana da décima economia mundial, como fazem os países do Primeiro Mundo.

A Alemanha, um dos gigantes da economia mundial, por exemplo, tem uma taxa física de importação de tecidos destinada a proteger o setor têxtil nacional. Enquanto o Brasil abre-se ao mercado sem restrições, vulnerando setores econômicos vitais para geração de empregos.

No caso da privatização o Governo está disposto a negociar a Vale do Rio Doce, revalorizando títulos vencidos da dívida externa em poder da Corporação Citibank. A operação, se realizada, permitirá à corporação internacional valer por dois cada dólar impresso na face do título em seu poder e comprar uma empresa nacional de grande eficiência por 8 bilhões de dólares, valor equivalente a quatro meses do pagamento do serviço da dívida externa.

Essa posição de submissão é diferente da atitude adotada pela Itália, que realizou privatizações mediante pagamento em dinheiro, posteriormente usado no financiamento de investimentos sociais.

As elites brasileiras não fizeram essa opção porque não se libertaram da mentalidade colonial e continuam a pensar no Brasil com os olhos no Primeiro Mundo, enquanto a China montou a sua estratégia de participação na economia a partir de um projeto nacional. Lá a globalização não atinge, por exemplo, as cidades médias, que estão sendo preparadas para gerarem empregos para agricultores que deixarão o campo em consequência da modernização da agricultura.

O que falta ao Brasil é mostrar aos parceiros internacionais que dispõe de outras alternativas, não permitindo a fragmentação econômica imposta pelo neoliberalismo. No Brasil, 20% dos ricos detêm a metade da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres dispõem de apenas 2%. E não há nenhuma perspectiva de que o neoliberalismo mude esse quadro para melhor, e sim para pior."

Este é o relatório da exposição da Prof. Tânia Bacelar.

Na sequência, o relatório da exposição do nosso Companheiro Saturnino Braga.

"A rejeição à tese neoliberal fundamenta-se na ética de justiça, de não aceitação da desigualdade estrutural entre seres humanos que caracteriza o socialismo. Além de eticamente inaceitável, o neoliberalismo revela-se inviável a longo prazo porque o aumento da massa de excluídos vai produzir desestabilização social e inviabilizar o processo político.

Por isso, deve-se discutir caminhos alternativos de inserção admissíveis pelo capitalismo, mas que tenham como farol um padrão socialista de sociedade. Não é politicamente viável rejeitar a globalização, assim como a adoção do caminho liberal não exigência da realidade econômica.

Os primeiros meses do Governo Fernando Henrique já demonstraram que a receita liberal não é a mais adequada para as nossas circunstâncias. A falta de barreiras aos produtos importados levou empresas de vários setores a fechar portas, assim como eliminou postos de trabalho que não serão repostos.

Demonstrada a inconveniência da fórmula liberal para a realidade brasileira, o PCB, por ser um partido tradicionalmente formulador, está desafiado a oferecer alternativas compatíveis com a nossa visão ética e que incorpore ao processo de desenvolvimento 80% de brasileiros excluídos. Ao lado disso, um equilíbrio fiscal sólido obtido a partir de uma reforma tributária

que aumente impostos sobre renda e patrimônio e elevados sobre cigarros, cheques e da melhoria da eficácia do sistema de arrecadação, oferecendo ao governo meios para reabrir o processo de planejamento e execução de políticas públicas, como a reforma agrária e agrícola, entre outros”

Estão abertas as inscrições para o debate deste tema. A cada inscrito será dado o prazo de três minutos para criticar e apresentar a sua visão do tema.

Peço à Relatora Amália que faça um resumo sucinto do Relatório e um breve histórico do que foi, efetivamente, a reunião do grupo temático.

A SRA AMÁLIA - Na visão de Tânia Bacelar, as grandes mudanças que estão se processando no contexto mundial em termos econômicos, como a globalização da economia; a reorganização produtiva; a reestruturação produtiva não são essencialmente dependentes do neoliberalismo. Ela situa o neoliberalismo muito mais como opção ideológica do que como um fio condutor de todas essas mudanças econômicas.

Sustenta que economias como a China, que estão inseridas nessa economia que se espera seja de modelo diferente no séc. XXI, conseguiram essa inserção sem abrir mão de um projeto nacional. E contrapõe a situação chinesa à situação brasileira, em que não temos nenhum projeto nacional e, por isso, não criamos nenhuma barreira, nenhuma exigência para essa abertura de mercado. Tornamo-nos vulneráveis, submetidos a desemprego, a fechamento de empresas nacionais e a outras coisas que já estão começando a acontecer.

Durante os debates, essencialmente, este foi o teor da palestra de Tânia Bacelar, que colocou muitos dados sobre a vulnerabilidade da economia mundial, dessa fragilidade dos Estados nacionais diante desse contexto econômico. E insiste em dizer que o neoliberalismo é opção de governos. A China é um país comunista inserido nesse contexto econômico. O Brasil é um país capitalista, que não consegue se inserir nesse contexto econômico, está a reboque de outros países. Insistiu muito na necessidade de um projeto nacional, que deve ser construído com a participação de todos. E o PSB, como partido tradicionalmente formulador, deve também tentar puxar esse carro, levantar essa discussão em âmbito partidário, tentar abrir espaços na sociedade para levar essa posição. Considera ser muito difícil as pessoas visualizarem todo esse emaranhado e terem clareza com relação à opção econômica que se tem feito no Brasil.

O Saturnino também foi na mesma linha, insistindo mais ainda na organização partidária, na militância, na insistência da bandeira contra o neoliberalismo.

Durante os debates não houve qualquer questionamento da colocação de qualquer dos dois. Houve, sim, muitas perguntas sobre como

reverter o neoliberalismo ou como sair dessa situação, o temor de quais serão essas consequências do neoliberalismo.

E, novamente, sem que se definissem alternativas específicas, tanto o debatedor quanto a expositora, colocaram que a saída continua na organização política, na educação do povo e na insistência em discussões que levem ao encontro de alternativas dentro dos propósitos partidários e dentro de uma filosofia que preserve os interesses nacionais de manutenção de emprego, de manutenção da estrutura econômica existente.

Essencialmente, foram esses os pontos debatidos.

O SR. PRESIDENTE - Passo a palavra ao primeiro inscrito, solicitando que decline nome e Estado de filiação.

O SR. VEREADOR ZEZITO - Sou de Diadema, e gostaria de falar a respeito desta tese que considero bastante importante.

Companheiros congressistas, Companheiros socialistas que aqui estão participando desta data marcante para o PSB a nível nacional, participando ontem, juntamente com a Prof. Tânia, o Companheiro Saturnino Braga e demais congressistas, da discussão da tese agora abordada, no momento das perguntas elaborei uma proposta e gostaria que ela fosse embutida juntamente com a tese para que o nosso congresso aqui decidisse hoje.

Aproveitando o nosso 5º Congresso e aproveitando tudo aquilo a Prof. Tânia e o Companheiro Saturnino Braga declararam ontem em suas falações a respeito do neoliberalismo, da importação desenfreada que vem trazer um grande desemprego para o nosso País, e também na questão da terceirização, trazemos a nossa proposta, a proposta de Diadema, a proposta do Estado de São Paulo.

Propomos que seja criado, aproveitando este momento do 5º Congresso, um fórum em defesa da nação contra o neoliberalismo e a importação desenfreada, inclusive de autopeças e tudo o mais, do projeto neoliberal do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Hoje o nosso Congresso está representado por todas as cidades, creio, do nosso País ou de sua grande maioria. A função do fórum proposto é no sentido de que levemos essa discussão para elaboração de uma cartilha, um boletim ou alguma coisa nesse sentido sobre a decisão do PSB, o que o PSB fará em relação ao neoliberalismo, em relação à importação desenfreada e em relação à terceirização, que é um rolo compressor que passa por cima dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - Companheiro Zezito, entendemos a sua posição, mas eu gostaria que encaminhasse à Mesa como proposta a criação do fórum, para facilitar a sistematização. Na verdade, o senhor está fazendo uma proposta aditiva ao que foi colocado.

O SR. VEREADOR ZEZITO - Perfeito.

Obrigado, Companheiros.

O SR. PRESIDENTE - Uma questão de ordem levantada pelo Plenário.

O SR. DEPUTADO ALBERTO CALVO - Sr. Presidente, Companheiros do PSB, na qualidade de Presidente da Comissão Provisória Estadual do PSB em São Paulo, na qualidade de líder do PSB na Assembléia Legislativa, queria solicitar permissão da Presidência para que o nobre Vereador de São Vicente pudesse ler a manifestação de toda a bancada paulista, que precisaria ser lida em tempo hábil. Gostaria que isto ocorresse, inclusive, antes do transcorrer dos nossos trabalhos. Queria a permissão da Presidência.

O SR. PRESIDENTE - Estamos no meio de uma discussão temática. Peço, por gentileza, que encaminhe à Mesa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO CALVO - Acho que todos deveriam tomar conhecimento do teor da manifestação, que é muito curta. Está assinada por toda a bancada. Se V.Exa. acha que é mais fácil, eu mesmo leio.

O SR. PRESIDENTE - Vou abrir o precedente, colocando já para o Plenário que é a última vez que no meio da discussão em uma reunião temática se coloquem matérias fora da reunião. Em virtude de o Companheiro já estar na tribuna, vou abrir o precedente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO CALVO - Nota de Afirmação da Delegação de São Paulo aos Companheiros do 5º Congresso Nacional do PSB.

"Os Delegados do Estado de São Paulo, em sua unanimidade e abaixo assinados, vêm repudiar informações malévolas veiculadas pela imprensa de Pernambuco. Segundo alguns jornais, os Companheiros de São Paulo estariam, junto com outros Companheiros de outros Estados, criando uma dissidência dentro do 5º Congresso contra a liderança do Governador Miguel Arraes.

Vimos declarar que estamos unidos e unânimes, conforme resolução aprovada em nosso Encontro Estadual com 540 Delegados Municipais, nos objetivos de fortalecimento e crescimento do PSB ao nível nacional e, especialmente, em São Paulo.

Nenhum de nós, em momento algum, veiculou, declarou ou expressou qualquer descontentamento com os encaminhamentos e condições do atual Diretório Nacional. Nossa motivação maior é o fortalecimento e a unidade do partido bem representado pela liderança indiscutível e indispensável de nosso Presidente Arraes, seja ao nível partidário, seja ao nível do seu posicionamento nacional, especialmente na luta pelos excluídos.

Os delegados paulistas não autorizam ninguém a se expressar por eles e garantem sua representação em colegiado.

Centro de Convenções, 17 de novembro de 1995."

Segue-se a assinatura de todos os Delegados. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE - Deputado, eu gostaria que o senhor encaminhasse a nota à Mesa, por gentileza.

Portanto, a Comissão define que o precedente que aconteceu no meio da reunião de discussão de um dos temas, não permitiremos que nenhuma falação fora do tema seja colocada.

Indago se há mais algum inscrito para falar do tema em tela.
Tem a palavra.

A SRA ISAURA - Sou Presidente do Diretório Metropolitano de Goiânia.

Não pude participar ontem desse grupo. No entanto, pela resolução apresentada pela Companheira, tenho uma discordância no sentido de que a globalização da economia realmente é uma questão objetiva, inexorável e impossível nos colocarmos com força para barrá-la. Nem sei se seria correto, inclusive, para um projeto socialista ir contra a globalização da economia, já que quanto mais globalizada estiver a economia, no momento em que socializar também, poderemos socializar a nível internacional.

Discordo da tese de que o neoliberalismo é uma opção ideológica. O que há é uma imposição dos imperialistas que não colocam outra saída para os países sul-americanos, os Países de Terceiro Mundo a não ser se vergarem a esse projeto neoliberal.

Portanto, como proposta acho que o PSB deve apresentar o seguinte: se for uma proposta realista, a globalização é objetiva. As forças produtivas se globalizando torna a globalização uma questão objetiva. Mas

não devemos aceitar, de forma alguma, os efeitos do plano neoliberal. Esses efeitos da exclusão de grandes camadas dos trabalhadores, o efeito da miséria que impõe aos países de Terceiro Mundo nós não podemos aceitar.

Proponho que o PSB, ao mesmo tempo em que aceite a globalização da economia — não porque queira, mas porque é uma realidade objetiva —, resista aos efeitos do projeto neoliberal e coloque um projeto nacional bem claro para que aglutine os outros partidos de esquerda em cima desse projeto nacional, conquistando um governo que vá realizá-lo.

Desta forma, o PSB pode se colocar como uma alternativa de esquerda, realista, que vai simplesmente resistir e não querer se colocar contra uma realidade objetiva, que é a globalização da economia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Muito obrigado.

Tem a palavra o próximo inscrito.

O SR. EVAIR - Sou Delegado do Espírito Santo.

Acho importante a reflexão, porque estou percebendo aos poucos de ficarmos, em termos de Brasil, isolados até em relação a debates e propostas. Penso que é importante a nossa participação, porque o "mundo todo" está se organizando e realmente o processo neoliberal da globalização vai acontecer. O Brasil querendo ou não, isso vai acontecer porque, infelizmente, quem está no poder são os grandes imperadores e impérios. Percebo que isso será inevitável.

Portanto, é importante que o PSB como partido político e nós como cidadãos tenhamos uma reflexão de como participar disso e como pode nos trazer alguns benefícios. Se simplesmente quisermos ficar isolados desse debate e dessa discussão, vamos ser mais um país perdido no processo. Não vamos conseguir participar da economia em termos de mundo. E isso é importante. O empresário hoje, o político, o cidadão que não quiser participar em termos de mercado aberto hoje está condenado.

É importante a reflexão sobre como podemos participar. É esta a nossa pergunta. Ficarmos isolados, simplesmente com propostas de repúdio, eu acho ignorância da nossa parte. É importante a discussão sobre como devemos participar e como isso pode trazer algum benefício para os brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Há mais alguma inscrição para falar a respeito do tema?

A Companheiro Isaura solicita um aditivo de um minuto para

fazer uma observação. Logo após, iniciaremos a discussão sobre a Nova Lei dos Partidos ... (Final da fita.)

(Cont. Isaura) ... O Brasil, para conseguir aplicar um projeto nacional, precisa de um governo que realmente esteja com coragem de enfrentar as forças imperialistas e realizar o projeto nacional. E nós, então, não podemos comparar um país que já tem arma nuclear, que já fez sua revolução com o Brasil. Acho que são bem diferentes as duas realidades. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Encerro o tema com a palavra do Companheiro Bitar.

O SR. JACOB BITAR - Sou de Campinas, Estado de São Paulo.

Acho que o tema é de suma importância, se não o mais importante que poderia ser a discussão deste Congresso. E sinto que está meio esvaziada a proposta da discussão do tema, porque a questão do neoliberalismo está entorpecendo e sufocando a população e o povo brasileiro. É um grande problema, inclusive, de sobrevivência das forças progressistas e dos partidos de esquerda deste País. É um tema que merece uma grande reflexão. Estamos sentindo que o rolo compressor que está colocado neste País da ditadura do capital, que é o neoliberalismo, nos coloca numa posição de buscar concretamente instrumentos legítimos de resistência da nossa sobrevivência.

Não acredito que possa um partido hoje, isoladamente, um partido de esquerda — seja o PT, seja o PV, seja o PC do B, seja o próprio PSB — oferecer resistência a esse espectro que passa pelo País. E não vejo como não nos associarmos, não buscarmos institucionalizar uma frente, que já deveria ter sido institucionalizada em 1989, para que esta grande proposta colocada e que está realmente iludindo o povo brasileiro e o povo da América Latina, que nós busquemos uma discussão com todas essas forças para termos um programa político de governo e que seja realmente uma alternância de poder.

Não interessa às forças progressistas e aos partidos de esquerda assumirem um governo sem poder, com um Estado desmontado, com o avanço do neoliberalismo, enfim, com um Estado simplesmente que entregue a livre iniciativa e a liberdade do mercado às direções políticas deste País. Não existirá democracia sem o contraditório. E o contraditório no atual momento são as forças progressistas e os partidos de esquerda.

Ainda ontem, no debate em que estiveram presentes o Governador Miguel Arraes, Capiberibe, o Presidente do PT, José Dirceu, Cristóvam Buarque, de Brasília, este tema foi colocado com grande ênfase e com grande momento neste Congresso. É importante que fiquemos atentos

para esta preocupação das forças progressistas e dos partidos de esquerda, a ponto de sucumbirmos se realmente não tivermos forças para mobilizar a população brasileira, tirá-la do estado em que está criado pela estabilidade monetária e econômica, uma falsa que cria privilégios para poucos e desgraças para muitos.

Este tema é de grande reflexão, repito, e chamo a atenção do Plenário para este momento. A nossa proposta é realmente para a Mesa, no sentido de que nos associemos aos partidos de Esquerda e às forças progressistas para institucionalizarmos, a partir do momento do 5º Congresso Nacional do Prático Socialista Brasileiro, uma frente que possa realmente criar uma alternativa de poder neste País e que possamos realmente ser a alternância de poder e não meramente a alternância de governo. Isto é de suma importância.

Vamos propor aos partidos de esquerda e às forças progressistas a não-disputa da hegemonia no nosso próprio campo, mas disputemos a hegemonia na sociedade, principalmente com o PSDB e com o PFL, que são realmente os articuladores da destruição da classe trabalhadora brasileira. (Palmas.)

É a proposta que nós colocamos e deixamos aqui registrada como proposta concreta do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Pediria ao Companheiro Jacob Bitar que formalizasse à Mesa como proposta, para que se possa dar andamento regimental à questão.

Considero encerrada a discussão sobre o tema em tela.

Solicito ao Sr. Relator que inicie o relato to tema Construção Partidária: A Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral do PSB para as Eleições Municipais de 1996.

O SR. JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA - O Grupo II tirou das discussões doze propostas. São as seguintes:

1º - Desenvolvimento de uma estratégia global, visando, a partir de 1996, fortalecer o PSB de tal forma que, em 1988, possamos cumprir as exigências da nova legislação eleitoral, ou seja, os 5% dos votos para a Câmara Federal.

2º - Que o PSB se disponha a fazer um projeto de alianças com os partidos de esquerda no sentido não só do seu engrandecimento, mas também em atendimento aos anseios dos demais partidos.

3º - Que as coligações para as eleições municipais de 1996 considerem, sobretudo, o interesse do PSB. De preferência, não fazer coligações

nas eleições proporcionais, lançando chapa própria de candidatos a vereador.

4º - Os Diretórios Municipais são livres para coligarem com os partidos social-democratas e socialistas. Afora estes partidos, as coligações terão que ser autorizadas pelos Diretórios Estaduais, que devem decidir sobre as alianças que forem de interesse do partido.

5º - Quando houver disputa entre candidatos às eleições majoritárias do PSB, poderá o Diretório Municipal optar por uma pré-convenção entre todos os filiados do partido para uma tomada de decisão, através de voto aberto.

6º - O PSB deve-se empenhar em interiorizar e popularizar mais a sigla do partido, pois o partido se fortalece quando o voto deixa de ser do candidato e passa a ser partidário.

7º - O PSB deve ir às bases sobretudo para, de forma clara e precisa, defender a causa dos excluídos na luta prática pela conquista dos seus direitos, o que resultará no crescimento partidário, afora cumprir o compromisso socialista.

8º - Que seja observado o apoio do partido, sobretudo a companheiros que disponham de densidade eleitoral, abolindo o critério de grupos quando da escolha de candidatos. Que seja respeitado em todos os níveis de organização os direitos das minorias partidárias nos diretórios e na proporção da chapa de candidatos.

9º - Que as divergências existentes nas diversas regionais sejam encaminhadas à Executiva Nacional buscando composições, sem o que o PSB dificilmente atingirá os 5% exigidos na forma da lei para sua observância. Que as questões sejam colocadas e definidas na pauta da primeira reunião de Diretório Nacional, que deve se dar no máximo até o dia 27 de novembro vindouro.

10º - Que a direção nacional do partido dê tratamento igualitário a todos os Estados, na busca do crescimento do PSB.

11º - Filiações. Poderá ser mantido o atual processo de controle de fichas até a normativa da nacional.

12º - O Diretório Nacional confeccionará cartilhas com os procedimentos a serem adotados em decorrência da nova legislação eleitoral.

Sr. Presidente, estas são as propostas do grupo.

O SR. PRESIDENTE - Agradeço ao Relator.

Indago se o Plenário ou a Mesa querem usar da palavra para algum esclarecimento ou contribuição às propostas encaminhadas pelo grupo temático.

O membro da Mesa, Dr. Carlos Siqueira, quer encaminhar a falação.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Companheiros da Mesa, companheiros do Plenário, quero aproveitar esta oportunidade porque, embora não tenha tido participação nesse grupo temático, tenho muita preocupação com o tema, E, em função da nova Lei dos Partidos Políticos, todos nós temos que ter esta preocupação e também propostas concretas para fazermos valer o que determina a lei com relação a procedimentos que deverão ser feitos a partir de sua vigência.

Particularmente os presidentes estaduais do PSB em todas as unidades federativas e os respectivos diretórios terão que adotar providências uniformizadas. Por exemplo: quanto à filiação partidária, como vocês sabem, a nova lei estabelece que as filiações agora não serão mais feitas como antigamente, ou seja, preenchia-se aquelas quatro fichas, mandavam-nas para o Tribunal Regional Eleitoral ou para o juiz eleitoral. Em seguida, uma delas era devolvida para o filiado e as demais permaneciam na Justiça Eleitoral. Agora a filiação partidária é de competência exclusiva dos partidos políticos. E, nesse aspecto, a nova lei avançou porque determina que a vida orgânica dos partidos é uma questão de cada partido e a Justiça Eleitoral não pode nela se imiscuir. É claro, existem regras legais que os partidos devem cumprir, inclusive para assegurar os direitos individuais dos seus filiados.

Entretanto, no que se refere à filiação, parece-me oportuno que o Congresso Nacional do PSB decida e dê um prazo à Comissão Executiva Nacional, que também será eleita hoje, para que ela baixe instrução uniformizando a nova forma de filiação. O que se pergunta hoje é como vamos proceder às novas filiações.

É sabido também que cada presidente municipal do PSB, como dos demais partidos, terá que pedir a devolução das fichas de filiados que estão nos arquivos da Justiça Eleitoral nos Municípios e nas zonas eleitorais. É premente que isso seja feito, se ainda não o foi, porque, na última semana de dezembro, é o prazo fatal para que se encaminhe a primeira lista de filiados à Justiça Eleitoral nos respectivos Municípios. Para se encaminhar essa lista é preciso pedir a devolução à Justiça Eleitoral de todas as fichas porque, a partir daí, cada municipal vai informar quem são os seus filiados. Pode-se também agregar às fichas devolvidas as novas filiações que tenham sido feitas a partir do dia 20 de setembro passado, data da edição da nova Lei dos Partidos Políticos.

Portanto, gostaria de agregar ao relatório lido pelo companheiro João Augusto, do Pará, Relator do grupo temático Construção Partidária: a Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral para as Eleições Municipais para 1996, as sugestões que estou apresentando.

Há uma contribuição, inclusive, do Companheiro Vitório, Presidente no Paraná, uma proposta — e até aventei a possibilidade também num artigo que fiz para o jornal “Brasil Socialista” — no sentido de se utilizar uma ficha padronizada com uma carteira de filiados. O Companheiro Vitório trouxe um modelo da ficha, um modelo da carteira de filiado e também sugere que, além de se emitir a ficha e dar como comprovante ao filiado a carteira, todas as filiações solicitadas nos respectivos executivos nacionais sejam aprovadas e registradas em ata. Isto porque ninguém desconhece que em vários locais — o que é muito natural e por vezes até salutar — há divergências e conflitos internos no partido. Precisamos assegurar para que em todos os Estados e Municípios os conflitos se realizem sem prejuízo do direito individual de qualquer dos nossos filiados.

Sugiro, portanto, que este Congresso aprove e dê um prazo para que a nova Comissão Executiva Nacional baixe instrução uniformizando as regras de filiações partidárias a serem adotadas, sendo esta uma atribuição sua, aprovando o modelo de ficha e de carteira. Proponho que resolução neste sentido seja editada pela Executiva Nacional, na sua primeira reunião.

Sugiro, também, ainda, que se aprove o seguinte procedimento: que os Municípios, ao fazerem o seu fichário, passem todas as informações para os diretórios estaduais, que, por sua vez, passarão as informações quanto aos filiados e ao número de filiados à Comissão Executiva Nacional. Como a maioria dos Estados já está informatizado para entrar em rede com a Executiva Nacional, acho que isso facilita muito. É necessário que todas as instâncias partidárias saibam quantos filiados há em todo o País e tudo o mais, porque não permitirá que amanhã ou depois, por questão de conflito, se deixe de assegurar o direito de qualquer dos nossos filiados.

Penso ainda que a Nova Lei dos Partidos Políticos não é uma questão simples que possa ser discutida e aprofundada suficientemente numa tarde, em um debate com pessoas que tenham responsabilidade de direção partidária e outras apenas filiadas e nem sempre com tempo disponível. A insuficiência da discussão requer que, pelo menos, haja essa discussão na Comissão Executiva, a aprovação desse documento e se considere uma possível reunião em Brasília, que é mais central, com os presidentes estaduais para que se possa realmente formular uma política, a partir inclusive das propostas que foram tiradas pelo nosso 5º Congresso Nacional. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Companheiros, estão abertas as inscrições para os que queiram apresentar propostas ou sugestões ao tema Construção Partidária: Nova Lei Partidária.

Tem a palavra.

O SR. (Não identificado) - Companheiros da Mesa, Companheiros do Plenário, pedi a palavra no sentido de contribuir com a proposta da reorganização e crescimento partidário.

Acho que é importante a elaboração da cartilha sugerida pelos Companheiros, no sentido de orientação dos militantes do partido. Que seja feito um esforço nacional para que os militantes de todos os Estados e Municípios possam levar a cartilha para os eleitores e os filiados dos partidos, mostrando a necessidade da regulamentação partidária de uma lei criada, inclusive, de maneira casuística, mas é a realidade, ela está aí, e nós temos que cumprir esses objetivos. Acho muito possível e viável o PSB cumprir com esses objetivos de 5%.

E quando se fala da ajuda para todos os Estados indiscriminadamente, acho também importante, penso que esse documento deveria estar prescindido da questão da proporcionalidade. Não se pode ter uma ajuda igualitária para Estados com diferenças de número de eleitores. Talvez uma ajuda pequena para um Estado possa ser suficiente, mas para Estados com maior número de eleitores essa contribuição — não digo nem econômica apenas, mas política — tenha que ser diferenciada. Esta é uma realidade. Existem cidades nos grandes centros que têm maior número de eleitores do que alguns Estados. É uma realidade e não fomos nós que a criamos. Eu, por exemplo, sou de São Paulo e nasci na Bahia. Gosto da minha origem baiana, mas a realidade é que São Paulo é inúmeras vezes maior do que a Bahia. E as próprias necessidades de irmos para os grandes centros fizeram com que os grandes centros tenham maior número de eleitores e de população.

Portanto, acho que deve ser dada igualdade a todos com proporcionalidade. Falta no documento a expressão: “respeitando a proporcionalidade”, porque é uma realidade e não algo que queiramos. No meu ponto de vista o documento está bom, precisando apenas este acréscimo. Além disso, sugiro que as cartilhas devam ser enviadas para o Brasil todo, porque a militância sente falta da orientação do partido. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Companheiro, a intervenção se transforma em proposta concreta de inclusão da expressão “proporcionalidade”. Solicito que encaminhe à Mesa por escrito, porque votaremos as propostas no final do relatório.

Existe mais algum inscrito para falar sobre o tema? Tem a palavra.

O SR. JOELMIR PINHO - Sou da Delegação do Ceará.

Companheiros, temos tentado contribuir no Estado com uma questão que considero essencial para o partido hoje, que é a organicidade do

PSB. A vida orgânica do PSB me parece o grande desafio que nos é apresentado hoje. Nesse sentido, as eleições trazem uma forte preocupação: temos tido no Ceará, e temos acompanhado também em outros Estados, problemas sérios de companheiros que se elegem pelo partido e, no desenvolvimento dos seus mandatos, não apresentam efetivamente nenhum compromisso, não contribuem efetivamente para o fortalecimento do partido e para defesa de suas idéias. Entendemos que o PSB não pode continuar sendo trampolim desses companheiros. Para as eleições que se aproximam vamos ter que definir critérios muito firmes de escolha de companheiros que vão ser candidatos. Acho que esta questão é crucial hoje.

Isso nos remete a uma outra questão fundamental: só poderemos cobrar dos companheiros firmeza ideológica e compromisso com o partido se nós, enquanto organização, garantirmos a formação política desses companheiros. (Palmas.)

Portanto, o desafio da definição de critérios, a cobrança do compromisso político dos companheiros que vão ser eleitos pelo partido e não apenas desse, mas dos próprios companheiros que estão na direção e dos companheiros da militância desse partido, passa fundamentalmente por um processo de formação política dos companheiros. Este me parece ser o grande desafio do Partido Socialista Brasileiro hoje para a sua organicidade e para o seu crescimento enquanto organização comprometida com os interesses dos trabalhadores e com o socialismo. Somente a partir desse processo poderemos cobrar dos companheiros eleitos, das direções do partido e da própria militância compromisso com o partido e inserção efetiva dos movimentos sociais, que é o grande desafio para todos nós.

Queria deixar como reflexão e que voltássemos deste Congresso com este desafio e com esta determinação se quisermos construir um Partido Socialista Brasileiro forte, coerente e combativo. (Palmas.)

O SR. JOSÉ CARLOS - Sou de São Paulo.

Tive a oportunidade de participar ontem da discussão deste tema, apresentamos algumas propostas e verificamos que, de certa forma, foram contempladas pelo Relator. No entanto, no tocante à organização partidária, além do que foi exposto pelo Relator, a grande preocupação que temos é com as divergências internas no partido que devem ser levadas em consideração.

Antes de se iniciar a leitura dos relatórios objeto da discussão desse tema, a Mesa, de antemão, lia e dava o resultado da negativa dos recursos interpostos ontem com referência às divergências internas nos Estados.

Não podemos ter a ilusão de que vamos fazer o Partido

Socialista Brasileiro cada vez mais forte, atingindo 5%, 10% do eleitorado se a direção nacional do partido não tiver a coragem de discutir com seriedade os problemas que os Estados vivem. (Palmas.)

Não podemos admitir, Companheiros, que alguns reizinhos porque aqui no PSB ultimamente se estão elegendo reis, a monarquia começa a querer imperar neste partido — e as elites nos Estados venham a fazer articulação com a cúpula nacional do partido. no sentido de impedir que as bases tenham voz e vez neste partido.

É por isso que quero chamar a atenção para este tema. Estamos vendo as elites se articulando para participarem da direção nacional, enquanto as bases estão sendo colocadas de escanteio, por não serem, infelizmente, amigas dos reis deste partido. As bases têm se preocupado em fazer partido ao longo desse Estado.

Quero aqui deixar registrado o meu protesto, encaminhar à Mesa um documento do que está ocorrendo hoje em São Paulo. Hoje, São Paulo, depois de muita luta em que vimos debatendo e denunciando, hoje tornou-se uma comissão provisória e eu estou respondendo a três processos na justiça burguesa por uma discussão interna do partido. Só porque reivindiquei a democratização do partido. Reivindiquei que as bases pudessem opinar nesse partido. É por isso que queremos chamar a atenção.

São Paulo assinou um documento lido há pouco por um Companheiro do Estado em que nós acreditamos que o Arraes, pela sua história, deve continuar à frente e dirigindo este partido. (Palmas.) Porém, Companheiros, é preciso que se diga que muitas pessoas próximas a Arraes têm inviabilizado o partido nos Estados.

Portanto, queremos agora entregar um documento para ser discutido pelo próximo diretório aqui hoje, em sua próxima reunião, como foi aqui dito pelo Presidente da Mesa. Era esta a nossa contribuição.

E queremos mais uma vez dizer: abaixo os grubeiros deste partido. Vamos mobilizar as massas, as bases deste partido, fazendo do Partido Socialista Brasileiro um partido devidamente democrático e não um partido de cúpula, como estão tentando transformá-lo neste Congresso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais inscritos para falar sobre o tema e tendo participado como Deputado Federal da votação da lei amplamente discutida ontem na reunião temática, sinto-me na obrigação de passar-lhes a experiência que tem um Deputado Federal naquele plenário.

Existe um movimento orquestrado para acabar com os partidos pequenos. Existe um movimento orquestrado dos grandes partidos para esvaziar dentro do Congresso, tanto na Câmara como no Senado, a importância das bancadas minoritárias. Agora mesmo tende, mais uma vez, o Presidente da Câmara, com o conjunto de líderes dos grandes partidos, a apresentar uma mudança no Regimento, que se chama "destaque em votação em separado." Isso inviabilizará a posição enfática da Oposição de discutir as matérias.

A minha sensibilidade é que se esse partido não tiver ... (Final da Fita)

(Cont. o Sr. Presidente) ... da exposição da Prof. Tânia Bacelar. Os senhores que estão de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado, por unanimidade. o relatório apresentado da exposição da Prof. Tânia Bacelar. (Palmas.)

O segundo relatório é o da Construção Partidária: A Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral do PSB para as Eleições Municipais de 1996. Expositor: Dr. Roberto Amaral, o Moderador: Senador Ademir Andrade. Relator: João Augusto de Oliveira, Delegado do Pará.

Coloco, mais uma vez, que as propostas encaminhadas serão votadas no fórum das votações de propostas.

Os senhores que aprovam o relatório do Delegado João Augusto de Oliveira, do Pará, permaneçam como estão.

Está aprovado o Relatório da Construção Partidária: a Nova Lei dos Partidos Políticos e a Política Eleitoral para as Eleições Municipais de 1996. (Palmas.)

Por decisão da Mesa e aprovado pelo Plenário, faremos a apresentação da primeira tese: Desenvolvimento de Projeto de Geração de Renda e Empregos para Mulheres.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Companheiro para um esclarecimento.

O SR. (Não identificado) - Quanto ao que o Companheiro José Carlos falou em relação ao processo aberto contra ele, nós, de São Paulo, repudiamos esse tipo de atitude. E os Companheiros da base do partido excluíram da direção do partido em São Paulo a pessoa que abriu o processo, que achamos absurdo inclusive, contra o Companheiro José Carlos. Essa pessoa foi excluída da direção das bases em São Paulo. Poderia dizer que se trata de

um Vereador de Ribeirão Preto chamado Leopoldo Paulinho. Foi excluído da direção do partido. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito a quem encaminhou a tese à Mesa que venha apresentá-la, dispondo do prazo de dez minutos para a exposição.

A SRA. REGINA TEIXEIRA - A tese é sobre Desenvolvimento de Projetos de Geração de Renda e Empregos para Mulheres. Sou do Diretório Regional do Rio de Janeiro.

A questão do desenvolvimento da mulher.

Quando tomamos conhecimento de um estudo recentemente divulgado pela ONU sobre a atual situação da mulher no mundo, vemos que suas conclusões não são muito alentadoras para aqueles que, como nós, acreditam na possibilidade de transformação da humanidade, de modo a que se possa experimentar no futuro um novo padrão de relações sociais em que todos os indivíduos participem na plenitude de sua cidadania.

Hoje a maior parte da humanidade é pobre e essa pobreza é mais feminina que masculina. Para ser precisa, duas vezes mais. As mulheres representam 52% dos mais de 5 bilhões de habitantes do Planeta e totalizam mais de 70% dos 1 bilhão e 300 milhões de pobres que se calcula existirem. Segundo a mesma pesquisa, 55% das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza são mulheres, que também recebem, em média, salários entre 30 e 40% menores do que os recebidos pelos homens pelo mesmo trabalho. Aproximadamente um terço da mão-de-obra é mulher, mas dispõe de apenas 10% dos rendimentos produzidos e 1% das propriedades, o que coincide com o fato de que um terço de todas as famílias do mundo são chefiadas por mulheres, das quais dependem um grande número de jovens e idosos.

Outra grave desigualdade que tanto serve para alimentar, como ser alimentada pela anterior: mais de 2% dos 885 milhões de analfabetos adultos existentes no mundo são do sexo feminino. E o pior é que grande parte das mulheres consideradas alfabetizadas incluem-se, na verdade, entre os chamados analfabetos funcionais, isto é, são pessoas incapazes de fazer contas simples, de associarem idéias ou processarem informações.

Ora, isso significa na prática redução da capacidade de se expressar, de compreender o próprio contexto e contextos alternativos, de questionar certezas, de compreender o ponto de vista do outro e de refutá-lo, de argumentar e de contra-argumentar.

O ideal socialista é a igualdade que impõe a urgência de se criarem condições para que todos tenham acesso à oportunidade de

desenvolvimento tanto do ponto de vista sócio-econômico, quanto de formação, inclusive como meio para que se possa melhor refletir e agir com vistas a eliminar definitivamente os fatores responsáveis pela injustiça e pela desigualdade.

Assim, um programa de desenvolvimento voltado especialmente para atender às mulheres deve ser encarado como instrumento essencial para alcançar as metas socialistas de igualdade e de desenvolvimento.

A nosso ver, as municipalidades compõem o cenário privilegiado para qualquer iniciativa que vise mudar o quadro atual, devendo para isso assumirem o papel estratégico de promotoras de desenvolvimento, capacitando-se para oferecer opções à participação organizada da sociedade.

Por essa razão é fundamental que as prefeituras socialistas atuais e futuras comprometam-se com a incorporação em seus programas de governo de propostas de criação, consolidação e sustentação de um sistema efetivo de apoio à mulher.

Pensamos que a princípio este apoio pode materializar-se através de um Centro Integrado da Mulher. Essa instituição deve compreender uma concepção ampla de desenvolvimento, oferecendo, entre outras formas de atendimento, meios adequados para a universalização da educação feminina, saúde, assessoria jurídica, orientação sexual, sendo que essa universalização da educação feminina deve ser ampliada para capacitação profissional integrada a programas de estímulo e apoio a empreendimentos econômicos voltados para a inserção e manutenção da mulher no mercado de trabalho. Tais programas devem estar, por sua vez, vinculados a projetos de geração de renda e de emprego no âmbito municipal, projetos que visem potencializar o desenvolvimento local, apostando e investindo ao mesmo tempo na possibilidade de superação de uma situação histórica de injustiça e de desigualdade em relação à mulher.

Algumas considerações sobre os pequenos empreendimentos econômicos.

Está claro que, para além do projeto de reestruturação da economia brasileira de cunho neoliberal, o modelo de desenvolvimento centrado no processo de substituição de importações em vigor até a década de 80 esgotou suas possibilidades. E, é preciso admitir, sem resolver a questão crucial da integração social. Logo, a formulação de uma nova via de crescimento socialmente equilibrado deve considerar, antes de tudo, a necessidade de compatibilizar a eficácia econômica e redução das desigualdades. Isso significa propor a criação de um mercado interno forte tanto de trabalho, quanto de consumo capaz de incorporar progressivamente a grande massa de excluídos calculada em cerca de metade da população do País.

É nesse sentido, como elemento estratégico para a criação de um mercado interno de massas, que se deve pensar o papel dos chamados pequenos empreendimentos econômicos os quais, é desnecessário ressaltar, compõem hoje o setor de maior potencial na criação de novos postos de trabalho e de absorção de mão-de-obra.

Cabe dizer desde já que esta não é uma tarefa de fácil resolução. Daí, elaborar políticas públicas dirigidas a essas empresas, exige uma grande capacidade de compatibilização de interesses, de experiências e de recursos bastante diferenciados. Mas também é preciso dizer que em diversos países as políticas de estímulo aos pequenos empreendimentos prosperaram e que isso se deve, em grande medida, a sua vinculação municipal como acentuam diversos estudos sobre o tema.

Podem ser citados como exemplos a Suécia, Israel, a Espanha e a Itália, onde municipalidade desenvolveram programas que contribuíram decisivamente para a prosperidade, estabilidade social de diversas regiões, inclusive regiões ricas com grande desenvolvimento tecnológico, como é o caso de Bolonha. Bolonha é uma cidade tradicionalmente governada pela esquerda italiana. Na América Latina um exemplo bem-sucedido é o da Colômbia, onde ao longo de mais de dez anos se configurou e desenvolveu, num processo contínuo de correções, uma estratégia interinstitucional para o setor.

É certo, porém, que, tanto no âmbito mais geral da Federação — dado que não se pode desprezar a importância da ação da União, muito menos eximi-la de suas responsabilidades, principalmente em termos de um projeto de desenvolvimento nacional — quanto no âmbito dos municípios, problemas de diferentes naturezas e magnitudes se colocam.

Uma das questões de trato mais complexo é a dos financiamentos. No sistema financeiro convencional o acesso ao crédito por pequenos empreendedores é restrito e dificultado por exigências e garantias, prazos mal dimensionados, juros elevados e, principalmente, ausência, por parte das instituições financeiras, de uma tecnologia financeira apropriada para lidar com a clientela de baixa renda.

Por outro lado, é fundamental vincular o crédito com outras dimensões de apoio como, em certo nível, de assessoria à capacitação gerencial capaz de garantir a auto-sustentação dos empreendimentos. Hoje isso não é feito.

Outro ponto importante a ser tratado é a questão da desburocratização. Na situação atual é quase impossível vencer os inúmeros regulamentos municipais e dispositivos estaduais e federais que pesam sobre a

instalação e funcionamento da pequena empresa.

Na área tributária é preciso adotar princípios de simplificação quanto à documentação requerida e ao volume de encargos sociais. Uma política para a pequena empresa deve ter muito claro que o setor pode ter um papel decisivo na geração de empregos, inclusive com vínculos formais. Mas, para isso, é preciso aprovar mecanismos de desregulamentação e de tratamento diferenciado.

Cabe também ressaltar a questão da capacitação técnica e gerencial mais uma vez. Esta não pode se vincular apenas ao sistema Senai e Senac, instituições hoje muito distantes de uma lógica de desenvolvimento nacional, muito menos dependente exclusivamente da formação calcada em recursos pedagógicos tradicionais, muitas vezes inadequados para o atendimento de uma clientela com baixo nível de escolaridade.

Uma alternativa, apenas uma, possível seria a maior integração das instituições voltadas para o desenvolvimento de metodologias especiais e dos centros de ensino e pesquisa, como as universidades nesse processo.

É preciso dizer que também a Esquerda precisa se capacitar para lidar melhor com o tema, abandonando uma visão permeada de um certo romantismo que enfatiza a questão social em detrimento da viabilidade econômica. Uma perspectiva mais realista e correta seria trabalhar no sentido de conjugar as duas dimensões, buscando, inclusive, integrar o pequeno empreendimento nos marcos da modernização tecnológica e, principalmente, gerencial.

Finalizando, pode-se afirmar que um projeto de reestruturação econômica calcada na pequena empresa pode ser a base de uma nova concepção de desenvolvimento e corporação social ampla, através da criação de um grande mercado nacional, de melhor distribuição de renda, de ampliação da democracia e universalização da cidadania.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Há algum membro do Plenário que queira apresentar o contraditório ou considera necessário a apresentação do contraditório?

Não havendo, coloco em votação a tese apresentada. Os que concordam permaneçam como estão.

Aprovada a tese. (Palmas.)

Vamos apresentar mais um relatório referente aos grupos

temáticos. Construção do Socialismo: Algumas Experiências na Atualidade - China e Cuba.

Não estando presente o Relator, Deputado João Ananias, faço a designação do Dr. Carlos Siqueira para oferecer o relatório ao Plenário.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - "Experiências na Atualidade - China e Cuba.

Relatório.

China.

China está desenvolvendo projeto sócio-econômico para cem anos. O projeto iniciou em 1949. Esses cem anos são definidos como a etapa primária do socialismo, onde buscaram a solução de todas as questões básicas da cidadania.

2. Reafirmação do socialismo, reconhecendo que cada país deve construir seu próprio modelo.

3. Tarefa fundamental no momento: libertação do desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento científico e tecnológico. Metas: acabar com a exploração, acabar com a polarização, garantir oportunidades a todos.

4. Princípios chineses ideologicamente: sistema de propriedades públicas. Economicamente: a cada um, segundo o trabalho. Politicamente: poder do povo. Culturalmente: construir uma significação socialista no plano espiritual. China não copia modelos. O socialismo chinês busca ambiente de paz, procurando libertar a mente. Consideram classe operária a força nuclear do socialismo. Adotarão após 1997 dois modelos econômicos: China, Hong Kong, Macau. Há 57 etnias na China.

Experiências Cubanas.

1. Produção primária melhorou.

2. Indústria e turismo se desenvolveram. Hoje cerca de 1 milhão de pessoas visitam Cuba. Receita: 750 milhões, equivalente à receita de cana-de-açúcar.

3. Abertura ao exterior, parceria de forma criteriosa sob o controle do governo e atentado dos interesses do país. Hoje há mais de 700 empresas instaladas em Cuba.

4. País produz biotecnologia, equipamentos hospitalares, desenvolve novas técnicas cirúrgicas, vende produtos e serviços ao exterior.

5. Povo definiu questões tributárias. Déficit público foi reduzido à metade em apenas três meses. Processo de retificação copiava o modelo de gestão inadequada ao país. Desenvolveu o próprio processo. Gestão baseada na participação popular. Povo discute e aprova todas as questões importantes. Instituídas profissões autônomas: táxis, consertos domésticos etc. Economia em recuperação, crescimento previsto de 2,5% para este ano. Reafirmação do socialismo. Cada país com o próprio modelo."

O SR. PRESIDENTE - Lido o relatório, indagado do Plenário se há inscritos para falar sobre o relato das experiências chinesa e cubana, no grupo temático de ontem.

Não havendo quem queira manifestar-se, farei uma observação.

Participei de parte da exposição e quero registrar a minha crítica ao relatório. Achei o relatório inadequado e incompleto, em virtude da exposição que houve ontem e da qual participei de parte dela, estava na presidência. Acho que este relatório merece as minhas críticas contundentes. Quero deixar claro isso ao Plenário. O relatório não diz, é evidente, o que aconteceu ontem naquele grupo temático. e sinto-me na obrigação de passar algumas informações que considero da maior importância.

Primeiramente, a China teve um crescimento, de 1973 a 1992, de 9% do PIB ao ano; em 1993, de 13.8%; em 1994, 11%. A China é um país de 1 bilhão e 200 mil habitantes, com uma taxa de desemprego da ordem de 3%. Este é um dado fantástico. Apenas 10% da população chinesa encontram-se nas cidades, enquanto 90% encontram-se no campo. É um dado também que mostra a vitalidade de uma economia que consegue alimentar 1 milhão e 200 mil pessoas.

Acho que este dado tem que ser enfatizado como um grande modelo de evitar os excluídos, que considero a primeira conquista da sociedade.

Portanto, as minhas críticas ao relatório que não mostrou o que foi a reunião, que não retratou a importância que foi este grupo temático. Não poderia deixar de fazer essas observações em meu nome pessoal, em nome da Comissão Diretora. Por uma questão regimental, vou ter que colocar em votação o relatório, mas gostaria de apresentar uma moção de repúdio ao Relator que apresentou este relatório de forma, para mim, irresponsável. Infelizmente, tenho de passar ao próximo grupo temático.

Grupo temático Avaliação da Participação do PSB nos Governos Estaduais e Prefeituras de Capitais. Relator: Petrúcio Bandeira.

Não estando presente o Relator, pedirei à jornalista Amália que faça a leitura do relatório.

A SRA. AMÁLIA - "Avaliação da Participação do PSB nos Governos Estaduais e Prefeituras de Capitais.

1. O PSB deve intensificar a defesa e ampliação do poder local, pois o mesmo constitui a forma mais eficaz de combater o sistema neoliberal.

2. Descentralização através da defesa da municipalização.

3. O PSB deve organizar, promover um seminário nacional sobre políticas governamentais.

4. O PSB deve promover uma defesa sistemática dos seguintes pontos: desconcentração urbana dos municípios; descentralização dos recursos; democratização política das administrações; democracia social; programas sociais; política sociais não-clientelistas; desenvolvimento econômico; combate à recessão."

O SR. PRESIDENTE - Há alguém do Plenário inscrito para falar sobre o tema? Com a palavra o Companheira, solicitando-lhe que utilize a tribuna.

A SRA. NÁDIA PALETÓ - Na realidade, eu me inscrevi porque nós nos dividimos na Paraíba e estávamos num grupo significativo nesse debate da participação do PSB na administração não só das Prefeituras, como dos Governos dos Estados.

Parece-nos que o relatório, sem nenhum desrespeito ao Relator, e fazendo a mesma crítica que o Companheiro acabou de apresentar ao relatório anterior, é absolutamente incompleto face aos problemas que foram levantados.

Para que esta Plenária tenha uma idéia, tivemos presença da Prefeita de São Luís do Maranhão, a Companheira Conceição (Palmas.), que com muita competência explicou toda a sua problemática, como enfrentar esses grupos, essas oligarquias e, principalmente, o que ela estava fazendo para confrontar com tudo isso, mostrando a eficiência do governo do PSB.

Tivemos também a fala da Companheira Kátia, de Saúde, que também representando o Prefeito Ronaldo Lessa, descreveu, de forma muito rica e detalhada, como este Governo vem atuando à frente da Prefeitura, como se modula e se opera essa municipalização em todas as áreas da sociedade, na área da Saúde, na área da Educação e como confrontar os empresários dos

transportes públicos.

Desculpem-me os Companheiros da Mesa se me alongo, mas o tema é de fundamental importância.

Tivemos também a fala do Governador do Amapá nesse mesmo sentido, explicando detalhadamente todo o seu programa de governo e como combater o projeto neoliberal, além da presença do Vice-Governador, salvo engano, do Espírito Santo, do Vice-Prefeito de Belo Horizonte, todos nesse mesmo sentido.

Além de apresentar também uma moção de repúdio a esse relatório eu disse, porque me inscrevi naquela tarde, da importância desse tema que discutimos ontem. O PSB tem uma experiência riquíssima de sucesso onde quer que administre.

Apresento também à Mesa uma solicitação às pessoas que estão aqui de outros Estados, não só do Maranhão, mas de Minas Gerais e de todos os Estados aqui representados que estão no poder e que estão usando o poder para exercer essa busca por uma sociedade justa, como é e que mecanismo utilizam. Sei que os problemas são diferenciados. Os problemas pelos quais passou o Governador do Amapá, certamente não passou a nossa Prefeita de São Luís do Maranhão. Mas eu gostaria de deixar a proposta de que todos os Governos do PSB que trilham esse caminho de luta, esse caminho de perseverança, esse caminho onde a desesperança não tem vez, onde todos nós estamos firmes na busca da sociedade igualitária, que isso nos seja dado como uma cartilha: que pontos comuns nesses caminhos trilhados para a presença do PSB no poder podem ser apresentados para nós. Na Paraíba, certamente, também sairemos com uma candidatura à Prefeitura de João Pessoa, a Capital de nosso Estado, a segunda cidade mais verde do mundo. E queremos ter essas dicas.

Portanto, sem nenhum desrespeito e com a responsabilidade de quem aqui veio fazer política, no bom sentido da palavra, o relatório é pobre, é anêmico e apresento uma moção do mais absoluto repúdio a ele.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o próximo inscrito.

O SR. (Não identificado) - Considerando o repúdio apresentado pelo Companheiro da Mesa, e considerando, principalmente, a importância do tema até para nos instrumentalizar como militantes socialistas na defesa do projeto socialista, gostaria de apresentar à mesa uma proposta de encaminhamento.

Considerando o fato de que essas informações vão constar de um relatório maior a ser distribuído posteriormente aos Estados que será um documento do 5º Congresso Nacional do PSB, sugerimos que a Mesa encaminhe um resgate junto a outros Companheiros das discussões feitas no grupo, para que tivéssemos um relatório mais fiel, com informações mais consistentes, a fim de que possamos inclusive tê-lo como instrumento na defesa do socialismo, que é o nosso objetivo central. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Muito obrigado. Solicito que o Companheiro encaminhe a proposta por escrito, para colocarmos em votação regimentalmente.

O SR. (Não identificado) - Companheiros da Mesa e do Plenário, quero aqui, iniciando, reafirmar tudo o que a Companheira Nádya Paletó disse a respeito do relato. Não participei do grupo, mas vejo a ausência de questões muito importantes para o nosso partido e para a nossa sociedade.

Sei, através das informações que tenho, que as administrações socialistas têm dado grande ênfase à participação da sociedade, à descentralização administrativa, ao controle do Estado pela sociedade civil. Com isso quero dizer que tenho sido incentivado pelos diversos conselhos, como Conselho de Saúde, Conselho de Educação, à participação efetiva da sociedade nos governos socialistas. e não vejo essa questão no relatório. Gostaria que o relatório fosse melhor elaborado, para que tivéssemos clareza de como se deu esse processo.

Outra questão: é importante que o trabalho das administrações socialistas, as realizações do PSB no governo sejam difundidas para todo o Brasil, para termos isso como exemplo e fazermos dele uma forma de mobilização onde estivermos e termos mais condição de difundir e mostrar que aonde o partido está o seu programa é exercido e é executado. E onde o programa é executado ... (Final da fita)

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o próximo orador inscrito.

O SR. CARVALHO - Companheiros, nossa avaliação de governo no âmbito do Estado do Pará.

Fizemos uma aliança com a Força União pelo Pará com o ex-Senador Almir Gabriel, do PSDB. Não temos nada até agora a dizer contra o nosso Governador, porque está com oito meses de mandato. Nós, do PSB, estamos acompanhando passo a passo o trabalho de Almir Gabriel. Governos passados deixaram o Pará sucateado. Somos um Estado rico, temos uma Amazônia rica e um Estado há tempos atrás mal desenvolvido, com falta de segurança, saúde, educação e habitação.

Não temos nada a dizer contra o nosso Governador, mas estamos acompanhando o seu governo porque estamos vendo lá em Brasília Fernando Henrique Cardoso, que criou o Plano Real, deixar vazar aumentos absurdos de petróleo. Não podemos acreditar em um governo do PSDB que se diz social-democrata. Para o socialismo tem que haver mudança no PSB, implantar um socialismo democrático social para melhora do Brasil e do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Considero as inscrições terminadas com mais três oradores que vão usar a tribuna.

O SR. SANTANA - Companheiros,boa tarde a todos, sou do Maranhão.

Queria encaminhar a seguinte proposta à Mesa: acho que este relatório que está sendo apresentado aqui da comissão temática que debateu as experiências de Executivo do PSB empobrece a discussão e, em momento algum, retrata a riqueza que foi o debate sobre questão fundamental para este partido. Estamos tendo, pela primeira vez, o partido com responsabilidades no âmbito do Executivo, e se vem para cá para intercambiar experiências e não há sequer a presença do Relator da comissão temática e um relatório capaz de expressar o que foi a discussão.

Não vejo sentido em se aprovar relatório deste teor. Sinceramente, não vejo sentido. Como não vejo sentido, e quero colocar aqui uma questão de ordem, estarmos aqui discutindo os relatórios das comissões temáticas, que tratam das questões mais importantes deste Congresso, e o partido não estar presente aqui. Não temos aqui presente o partido. Não há sentido isso. Isso não tem sentido. Eu protesto e me retiro se continuarmos a encaminhar os trabalhos da forma em que se está fazendo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o próximo orador inscrito.

O SR. (Não identificado) - Companheiros, está-se tornando até repetitivo virmos aqui a todo o momento falando a mesma coisa. Mas isso aconteceu devido à incapacidade de levar os trabalhos nessa questão temática tão problemática, que trata da questão do PSB nas administrações.

Tivemos ontem alguns relatos de alguns Companheiros. Nós não tivemos nenhuma discussão aprofundada. Tivemos, sim, algumas experiências locais, que achamos até interessantes na questão partidária. Mas deixamos o nosso protesto e ele sequer constou do relatório.

Companheiros, em trinta minutos que sobraram para debater um tema tão fundamental e vital para o partido, que é a questão das administrações. No ano que vem nós teremos eleições e quais as propostas que levaremos para as bases? Preocupo-me nesse sentido.

E vou mais além: não se discutiu aqui nenhum tema que foi colocado, simplesmente foram citadas algumas propostas de alguns Companheiros. Não discutimos nem aprofundamos o assunto, porque trinta minutos não é tempo suficiente para discutir nenhum projeto socialista. E nós deixamos claro, dizendo que teríamos que dar uma dinâmica maior para essas questões, fazer mais encontros voltados para esses temas não só em congressos, porque o partido fica acéfalo do processo que está acontecendo nos movimentos e o que queremos levar para as bases. Deixamos claro também, Companheiros, que o ano que vem é fundamental para levarmos a proposta socialista. Em nenhum momento o relatório colocou isso.

Portanto, deixo claro que para nós a discussão ontem, enquanto relatório de Companheiros, foi válida, mas enquanto tema político para levar para as administrações não funciona, porque ali não está representado nenhum segmento. E nós sentimos hoje no descontentamento dos Companheiros que aqui me antecederam.

Temos que sair para uma proposta de não aceitar esse relatório, rechaçar o que está sendo colocado porque ele não foi claro e acho que foi até tendencioso. Não relatar uma discussão que se travou com os Companheiros é tendencioso. Isso me preocupa muito.

Sugiro que devamos rechaçar esse documento, marcar um novo encontro para se tratar das administrações, o que o PSB quer enquanto partido socialista e enquanto mudança social. Se isso não for sério, eu fico preocupado neste momento: estamos aqui a passeio. E a passeio eu não venho aqui. Eu venho discutir política, eu venho discutir projetos. E se não for nessa linha, eu me recuso a participar deste Congresso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o próximo orador inscrito.

O SR. JACOB BITAR - Sou ex-Prefeito de Campinas, em São Paulo.

Acho que o tema é um dos mais importantes para um direcionamento das forças progressistas de Esquerda neste País. O relatório não condiz com as discussões que foram feitas no grupo. Assisti à parte da discussão e, realmente, não condiz com aquilo que foi discutido.

Entendo que as forças progressistas e as forças de Esquerda, até muito recentemente, tiveram um comportamento de resistência e depois de comportamento de contestação. Então, temos que entender qual é o nosso papel nas administrações, do nosso relacionamento com o servidor público, do que representa um executivo do partido da Esquerda num governo na execução e as ações administrativas em função das ações políticas. Isso é de suma importância para orientação dos Companheiros, que possivelmente possam ser eleitos para cargos de Executivo.

Sofremos já a consequência da incompreensão das nossas tarefas a serem realizadas em diversos Municípios no Estado de São Paulo e por este País afora, principalmente quando em 1989 o próprio Partido dos Trabalhadores chegou a assumir 40% do PIB brasileiro nos principais Municípios deste País. E houve uma incompreensão total do papel do prefeito, do administrador e é um tema de suma importância para nós nos colocarmos como realmente alternativa de poder neste País.

Precisamos conquistar a sociedade e cada elemento do partido, quer um elemento da direção, quer um militante do movimento sindical, quer o Executivo, quer o Legislativo, tem um papel determinado e um papel tático muitas vezes para o desenvolvimento das forças progressistas.

Acho que não será mais possível resgatar o que foi discutido. Penso que não conseguiríamos colocar no papel a riqueza que foi a discussão no grupo e até mesmo, como disse o Companheiro, a possibilidade de outras intervenções. Posso citar várias cidades que foram administradas por pessoas com concepções socialistas que foram sucesso total: Santos, e está aqui presente a Telma de Souza; Diadema, com o Gilson Menezes; o Companheiro Edmundo, que é Vice-Prefeito na cidade de São José. Temos uma contribuição e um cabedal e um patrimônio muito grande para ser jogado e não ser discutido num tema tão importante.

Vou encaminhar à Mesa por escrito uma proposta de que o Partido Socialista Brasileiro, independente das opções partidárias, mas daqueles que tiveram a tarefa de administrar cidades mais importantes, façam um novo encontro para que nós possamos discutir qual é o papel e como deve ser o comportamento dos Executivos dos partidos de Esquerda neste País. É de suma importância esta tarefa, para que amanhã não acusemos Companheiros de desvios que, muitas vezes, a força administrativa o obrigam a determinado comportamento que não é um comportamento político, é um comportamento administrativo.

Essa é uma tarefa de suma importância para os partidos de Esquerda, uma vez que estamos pleiteando muitas vezes cargos Executivos. Senão nós nos recolhemos para o Legislativo, não disputamos mais o poder

porque revelamos uma certa incompetência e uma certa falta de criatividade para isso, o que não é verdadeiro. O que precisa haver é a compreensão interna do partido (Palmas.), o que representa muitas vezes governar os Estados e as cidades de acordo com a realidade que nos é colocada. Não fomos nós que escolhemos o sistema capitalista. Somos contra. Mas se nós colocamos à disposição de disputar um mandato executivo, temos que ter a criatividade de implementar, dentro das nossas concepções e o que está sendo, o que é mais importante. Nós nos diferenciamos das forças conservadoras no governo, nós não temos medo dos conflitos que estão colocados na sociedade, nós os trazemos à tona e os administramos. Respeitamos a identidade do servidor público, queremos tratá-los como servidores do público e não servidores dos prefeitos e dos governantes.

Portanto, este tema é de suma importância e não pode ser esvaziado da maneira como esta. Não responsabilizo nada à direção nem à coordenação, porque é difícil fazer um congresso. Nesse sentido, estamos aqui engatinhando. Temos que somar todos os esforços. claro que o campo da crítica deve ser construtiva.

Fazemos apelo à Mesa, no sentido de que seja interlocutora das nossas ansiedades e aspirações, para que faça um encontro não só do PSB, mas de todos os governos que tiveram a oportunidade de governar de maneira socialista os Estados, os Municípios e até mesmo com a participação do Legislativo.

Vou encaminhar por escrito proposta no sentido de que o PSB proponha aos demais partidos um encontro e que possamos tirar resoluções de comportamento do Executivo nos governos que assumir.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - Antes de encaminhar ao Plenário uma proposta, quero dizer da irresponsabilidade da apresentação desses dois relatórios. Quando se falava das experiências da China e de Cuba e da participação do PSB nos Executivos, na verdade, existia um interesse em que misturasse a experiência da China e a experiência cubana com as administrações implementadas no Brasil.

Tenho visto a imprensa hoje dizer da recuperação de Cuba e temo que comece a dizer que ela se deve à abertura de mercado e não à construção de um povo que há trinta anos investe em educação e em cidadania. (Palmas.) Daqui a pouco vai nascer um Tigre Asiático e a mídia vai dizer que isso se deu porque abriu o capital e não porque se investiu durante trinta anos em educação, em saúde e em cidadania.

E não vi, obviamente, no relatório que essa é uma matéria

fundamental, qualquer referência ao tema. Não vi da maneira que o PSB tem enfrentado a questão do arrocho neoliberal nas nossas administrações. Encaminhei recentemente ao Presidente da República, dizendo que 50% dos Municípios brasileiros não pagariam o décimo terceiro salário. Mostrei o desafio que era ser governador, mostrei a indústria de Municípios forjando indevidamente prefeitos e vereadores neste País.

Coloco em votação a imediata suspensão da sessão. Para reiniciarmos na parte da tarde.

Está encerrada a sessão. Muito obrigado. (Palmas.)

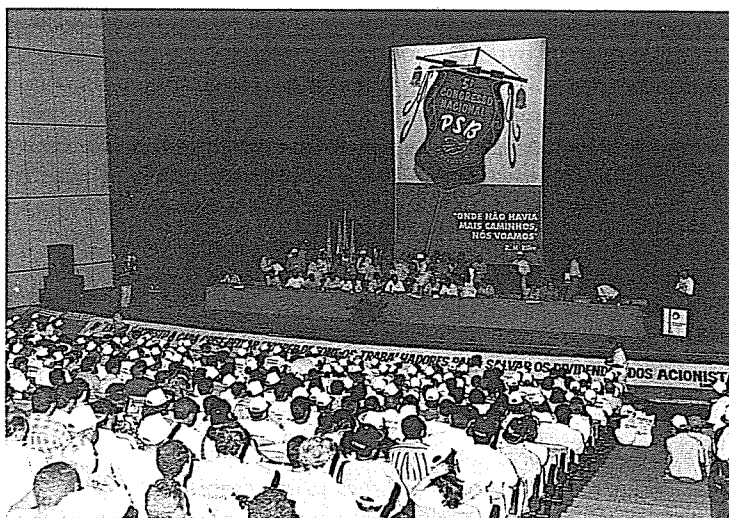
(Não foi gravado o início da sessão.)

PLENÁRIA FINAL II

**ELEIÇÃO DO NOVO DIRETÓRIO
NACIONAL, DOS CONSELHOS
DE ÉTICA E FISCAL E INDICAÇÃO
DOS DELEGADOS DO
PARTIDO JUNTO AO TSE**

ENCERRAMENTO

Teatro Guararapes
18 de Novembro/95 - 15:00 horas



O SR. EDUARDO CAMPOS- ... Companheiro Eudoro Santana. Em seguida, passaremos a palavra ao Companheiro Carlos Siqueira, que fará a leitura de algumas moções que fossem apresentadas e precisam ser votadas de imediato.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Solicito ao Plenário que, à proporção que formos lendo as moções, se houver alguém que a elas se oponha, manifestem-se e, se estiverem de acordo, que as aprovem através de aplauso.

"Moção. O PSB, de Minas Gerais, em seu Congresso Estadual Extraordinário, realizado em Belo Horizonte, em outubro de 1995, decidiu encaminhar ao Congresso Nacional do PSB seu mais veemente repúdio às tentativas espúrias de vários prefeitos de modificar as atuais regras do jogo eleitoral, defendendo seu direito à reeleição. O PSB, de Minas Gerais, reconhece que esta questão não foi ainda amplamente discutida no conjunto do partido. No entanto, entende que qualquer modificação nas atuais regras eleitorais é casuísmo. E, portanto, merece do partido, neste 5º Congresso Nacional, uma posição oficial e pública, contundente de repúdio a tais tentativas."

Em discussão. Em votação. (Palmas.)

Aprovada.

"Moção aprovada no Congresso Estadual do PSB de Minas a ser encaminhada ao 5º Congresso Nacional: A democracia norte-americana só funciona para efeito doméstico. O governo imperialista de Clinton não admite organização sócio-econômica que não privilegie os interesses de capitalismo industrial e financeiro dos Estados Unidos. O povo cubano sofre de frente o peso do poder imperialista com o embargo econômico a Cuba e com a maciça propaganda anti-socialista em todo o mundo. Propomos que o PSB, em Minas Gerais e no Brasil, lidere campanhas ativas em defesa da autodeterminação do povo cubano, do seu governo e da força que escolheram para viver e se relacionar."

Em discussão. Em votação. (Palmas.)

Aprovada.

Proposta encaminhada em plenário pelo Companheiro Jacob Bitar:

"Considerando os debates motivados pela exposição de Tânia Bacelar e Saturnino Braga, em consonância com as afirmações do primeiro debate com o Governador Miguel Arraes de Alencar, o Governador Cristóvam Buarque e José Dirceu;

Considerando a necessidade de resistência ao avanço avassalador do projeto neoliberal, trazendo o imperativo do conjunto das Esquerdas e forças progressistas, apresentarem como alternativa real de poder e não somente de governo como solução de arregimentação do povo na defesa da Nação e contra sua desintegração e perda de identidade, face ao progresso em que a estabilização da economia é utilizada,

Propõe-se que:

O Partido Socialista Brasileiro conclame o Partido dos Trabalhadores, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Verde, o Partido Popular Socialista, o Partido da Mobilização Nacional, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados e todas as forças progressistas a buscar a hegemonia na sociedade como um todo e não no próprio campo da Esquerda, iniciando uma imediata construção de uma frente institucional, portanto, com coordenação colegiada que discuta e crie um programa político de governo que possibilite uma alternância de poder como instrumento legítimo de resistência ao desmonte do Estado nacional."

Em discussão. Em votação. (Palmas.)

Aprovada

"Do Movimento Popular do PSB à Mesa Diretora do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Considerando a falta de espaço para que o Movimento Popular pudesse reivindicar na pauta do Congresso o tema Organização do Movimento a importância do nosso segmento no partido o espaço dos delegados presentes ao 5º Congresso em garantia à discussão de tão importante tema, é que reivindicamos junto à Mesa Diretora do 5º Congresso a inclusão na pauta do Congresso Nacional do PSB do grupo temático A Organização do Movimento Popular no PSB. E ainda que a plenária de debate a realizar-se no dia 18 de novembro, em local a ser definido ..."

Isso já aconteceu.

"A bancada de Minas Gerais presente ao 5º Congresso Nacional do PSB quer reafirmar, por decisão unânime do Congresso de Minas, que foi indicado para o Diretório Nacional a manutenção dos Companheiros Waldo Silva e Margarida Vieira e a inclusão do Companheiro Célio de Castro, em substituição ao Companheiro Raul Messias."

Em discussão. Em votação. (Palmas.)

Aprovado.

O SR. EDUARDO CAMPOS - A Mesa Diretora do 5º Congresso gostaria de submeter à Plenária decisão tomada por esta Mesa, a partir de requerimento assinado por um Companheiro, por escrito, no sentido de prorrogar o prazo de inscrição da chapa, que estava determinado para as 13h 30 min.

A Comissão Diretora, de pronto, acatou, por unanimidade dos seus membros, a prorrogação e gostaria de submetê-la ao Plenário.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.
(Palmas.)

Aprovado.

O Companheiro Carlos Siqueira procederá à leitura de mais duas moções a serem apreciadas.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - "Moção. O Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB, vem apresentar moção de apoio e desagravo à Companheira e Vereadora Nádia Paletó, perseguida e ameaçada de cassação pelo fato de ter denunciado publicamente a tal verba de gabinete. O compromisso do PSB é com a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos, coincidente com o da nossa filiada. "

Em discussão. Em votação. (Palmas.)

Aprovada.

Outra moção da Paraíba:

"A Delegação da Paraíba, na forma regimental e após ouvido o Plenário do 5º Congresso Nacional do PSB. reunido em Recife, de 16 a 18 de novembro de 1995, vem requerer que seja aprovada moção de aplauso à Prof. Margarida Pereira da Silva por sua destacada atuação em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Município de Pombal, na Paraíba."

Em discussão. Em votação. (Palmas.)

Aprovada.

Na última reunião do Diretório Nacional foi aprovado o Regulamento do Congresso e, em seguida, foi feita uma ata. E nesta ata a pessoa que foi digitá-la cometeu um erro, excluindo os Vereadores enquanto delegados natos ao Congresso Nacional do PSB.

O Presidente do nosso partido, Governador Miguel Arraes, ao tomar conhecimento desse engano, emitiu um esclarecimento a todos os presidentes regionais do partido, explicando o acontecido e reafirmando que os Vereadores são delegados natos, a exemplo do que ocorria nos congressos anteriores e da decisão do Diretório.

Entretanto, um dos Companheiros do Diretório fez um questionamento. E o Presidente decidiu solicitar que seja consultado o Plenário do 5º Congresso Nacional do PSB para que ratifique ou não a decisão encaminhada pelo Presidente Miguel Arraes.

Desta forma, gostaria de fazer o encaminhamento no sentido de que os Companheiros Vereadores se abstenham dessa votação e faremos uma votação, por processo simbólico, dos demais Companheiros que não são Vereadores, para saber se o Congresso concorda e ratifica a posição do nosso Presidente Nacional, o Governador Miguel Arraes.

Em resumo, Proposta 1: os que ratificam a proposta do Dr. Miguel Arraes. Proposta 2: os que são contra.

Em votação a Proposta 1, do Dr. Miguel Arraes. (Palmas.)
Proposta 2, quem é contra a proposta apresentada pelo nosso Presidente Nacional.

Aprovada por unanimidade a proposta Nº01.

O SR. EDUARDO CAMPOS - Companheiros, gostaria de chamar para compor a mesa o Vice-Prefeito da cidade de Belo Horizonte, Célio de Castro; o Prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Humberto Barradas, representando os Prefeitos aqui presentes; o Prefeito da cidade de Olinda, Germano Coelho. (Palmas.)

Vamos colocar em votação do Plenário do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro indicação no sentido de ampliar o número de vagas do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro. A composição atual é de 45, com 15 suplências e dois membros natos, somando um total de 47 vagas. A Mesa apresenta proposta ao Plenário no sentido de ampliar o número de vagas, em virtude do crescimento do Partido Socialista Brasileiro, do seu 4º Congresso para o 5º, que estamos aqui realizando, para 53 vagas titulares e 18 suplentes, de forma que possamos contemplar o máximo de Estados e representações do nosso partido e que possamos também contemplar as forças políticas que se representarem aqui no Congresso.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a proposta. (Palmas.)

Aprovada por unanimidade.

Gostaria de chamar para compor a Mesa os Companheiros Roberto Amaral, Eudoro Santana... (Falha na gravação.)

... de Pernambuco, Miguel Arraes, Jorge Gomes, Oséas Moraes, Miguel Batista, Eduardo Campos, Adilson Gomes, Pedro Eugênio, Carlos Siqueira, Sérgio Guerra, Pedro Eurico, Fernando Soares Lyra.. (Palmas.)

Ainda de Pernambuco. 4º Suplente, Djalma Paes. (Palmas.)

Estado do Rio Grande do Norte: Vilma Maria de Faria. 1º Suplente: Paulo Linhares (Palmas.)

Estado do Amapá: João Alberto Capiberibe, Governador. Raquel Capiberibe, Gervásio Augusto de Oliveira, Deputado Federal (Palmas.)

Estado do Pará: Senador Ademir Andrade, Orlando Bordalo, Vanda Américo, Antônio Fonteles. 2º Suplente: Antônio Maria Alves. 3º Suplente: Clemente Farias Vieira. (Palmas.)

Estado de Minas Gerais: Vice-Prefeito Célio de Castro, Waldo Silva. (Palmas.)

Estado da Bahia: Uldurico Pinto, Deputado Ubaldino Júnior, Deputado Beto Lélis. (Palmas.)

Estado do Amazonas: Serafim Correia. (Palmas.) Obrigado.

Distrito Federal: James Lewis e Deputado Distrital Rodrigo Rollemberg. (Palmas.)

Estado do Espírito Santo: Vice-Governador Renato Casagrande, Luíza Dias Barbosa e Márcia Machado, 5º Suplente Edvaldo. (Palmas.)

Estado do Maranhão: Deputado José Carlos Sabóia e a Prefeita Conceição Andrade. (Palmas.)

Estado de São Paulo: ex-Prefeito de Campinas Jacob Bitar, Deputado Estadual Alberto Calvo. (Palmas.)

Estado de Sergipe: Senador Antônio Valadares e Deputado Federal Pedro Valadares. (Palmas.)

Estado do Rio Grande do Sul: Deputado Estadual Luiz Roberto

de Albuquerque, Deputada Estadual Maria Augusta Feldmann, Luiz Carlos de César. (Palmas.)

Estado do Rio de Janeiro: ex-Presidente Nacional do PSB Jamil Haddad, Roberto Amaral, Vice-Presidente do partido, Deputado Federal Alexandre Cardoso, Jaime Cardoso. (Palmas.)

Estado do Ceará: ex-Deputado Estadual Eudoro Santana e Walton Miranda. 9º Suplente: Deputado João Ananias. Juventude: Augusto Carrera. 6º Suplente: Celso Jorge e 7º Suplente: André Gomide. Movimento Sindical: José Carlos Pereira da Silva e Joaquim Lucena. (Palmas.)

Estado de Alagoas: Ronaldo Lessa, José Lessa Gomes e José Francisco Teixeira Tenório. (Palmas.)
Notáveis: Antônio Houaiss e o Ministro Evandro Lins e Silva.

Estado de Mato Grosso: Jeferson Arruda, 8º Suplente: Luiz Contarte. 10º Suplente: Ricardo Horta de Alvarenga. 11º Suplente: Eraldo Gadelha. 12º Suplente: Luiz Ribamar. 13º Suplente: Ernani Correia. 14º Suplente: Gelson Albuquerque. 15º Suplente: José Itabirici Souza e Silva. (Palmas.)

Conselho de Ética: Fernando Coelho, João Augusto Figueiredo de Oliveira, Sebastião Abreu. Suplentes: Ivan Rodrigues, Arnaldo Freitas Mauro, Roberto Freitas Moraes. (Palmas.)

Conselho Fiscal: Roberto Franca, Conceição Marques e Izael Nóbrega. Suplentes: Antônio Porfírio, Antônio de Souza Barbosa, José Fred Vieira. (Palmas.)

Delegados junto ao TSE: Evandro Lins e Silva, Carlos Roberto Siqueira de Barros, Roberto Átila Amaral Vieira e Roberto Freitas Moraes (Palmas.)

Concluída a leitura, Sr. Presidente.

O SR. EDIMUNDO - Sou Vice-Prefeito da cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e indicado, no último congresso do partido, como Vice-Presidente da Regional Estadual de São Paulo. E, na ausência do Presidente do Partido, Sérgio Sérvulo, que foi escolhido no último congresso, estou aqui em nome da Delegação de São Paulo para trazer, em primeiro lugar, o nosso apoio total e irrestrito a este 5º Congresso e à manutenção do Presidente Miguel Arraes como Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, considerado por nós como uma das maiores lideranças socialistas do Brasil. (Palmas.)

Portanto, fui designado pela Delegação de São Paulo para apresentar, sem querer criar qualquer constrangimento para o Congresso nem para o Mesa dos trabalhos, antes de mais nada, dizendo que nós apoiamos os trabalhos da Mesa e votaremos na chapa que for indicada pela Mesa, mas no entendimento de que todo processo de construção partidário de eleição de um diretório nacional com as dificuldades que estamos vivendo neste momento de construção do partido, São Paulo retira os seus nomes da chapa com muita tranquilidade da chapa, entendendo que deixa a Mesa muito à vontade para a melhor construção de uma chapa que garanta o fortalecimento nacional do PSB.

Isso, de maneira nenhuma, nos coloca distanciados do processo de construção do partido nacionalmente, porque estamos atualmente preocupados primordialmente com a construção do PSB em São Paulo. E como teremos o ano que vem eleição para Prefeituras e Câmaras Municipais, entendemos que este é o momento do crescimento do partido no Estado de São Paulo e que precisamos reunir todas as nossas forças e as nossas energias para fazer o PSB crescer em São Paulo e trazer para a Executiva Nacional do partido esse resultado em nosso Estado. Este, portanto, o nosso primeiro papel enquanto novas lideranças no Estado de São Paulo.

Colocamo-nos à disposição da Direção Nacional do partido para continuar, na medida das nossas possibilidades, no crescimento também do partido nacionalmente.

Votaremos na chapa que for indicada por esta Mesa, principalmente encabeçada pelo Governador Miguel Arraes, que é, como já disse, a nossa maior liderança socialista no Brasil no momento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - Com a palavra o Companheiro Djaci Guedes, Delegado do Movimento Sindical da Bahia.

O SR. DJACI GUEDES - Companheiros, nós nos reunimos ontem à tarde e hoje pela manhã até às 15 horas no Movimento Sindical para podermos ter as nossas propostas aqui aprovadas. E, até agora, não vi a Mesa encaminhar o quinto tema, que seria o sindicalismo. Pediria à Mesa que pudéssemos pelo menos apresentar o relatório.

Ao mesmo tempo, quero dizer que nos pegou de surpresa ver que somente dois nomes foram indicados pelo Movimento Sindical no Diretório. Nós tiramos dois nomes titulares e um suplente. Portanto, gostaríamos de ser contemplados com a posição democraticamente tirada pelo Movimento Sindical Nacional.

Era isto. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - Acataram a proposta do Movimento Sindical, no sentido de incluir dois membros do Movimento Sindical como membros titulares do Diretório Nacional, como também no sentido de incluir um companheiro como suplente no Diretório Nacional. Houve um lapso no processo de leitura aqui feito pelo Companheiro Serafim. O Companheiro pode se considerar contemplado na sua reivindicação. (Palmas.)

A Mesa gostaria de chamar os Companheiros que tiveram seus nomes aqui citados como membros da chapa única registrada neste Congresso, para assinarem a devida autorização para que seus nomes constem na chapa e possam ser votados.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - (Início fora do microfone.) ... programação oficial, mas que os Companheiros sindicalistas presentes ao nosso Congresso tiveram a iniciativa de nos procurar e solicitar autorização para criar um sexto grupo sobre o Movimento Sindical. E eu, ad referendum da Comissão Executiva Nacional, achei que a iniciativa era da maior valia e que esse grupo deveria se reunir e apresentar as suas propostas. E eles nos pedem que nós anunciemos as propostas que foram tiradas no Grupo dos Sindicalistas.

"Propostas.

A Coordenação Sindical, com representações regionais geograficamente assim compostas: Região Norte, Antônio José da Silva Pereira, Amazonas; Região Nordeste, Ronildo Torres Almeida, Sergipe; Região Sudeste, Jorge Luiz Ferreira da Silva, Espírito Santo; Região Centro-Oeste, José Alberto Barros, Distrito Federal; Região Sul, Ebraim Chaim, e sendo eleito José Carlos, São Paulo, para a Secretaria Sindical Nacional; Joaquim Lucena, Amazonas, membro titular junto com José Carlos para o Diretório Nacional, e com a renúncia de Paulo César, Rio de Janeiro, Edson Macedo, da Bahia, foi eleito como membro suplente para o Diretório Nacional.

Aprovado que o ativo sindical nacional será realizado em março de 1996, antes do Congresso Extraordinário Nacional do PSB, e que os atos sindicais estaduais serão realizados obedecendo a uma tese guia elaborada pela coordenação nacional.

Aprovados, por unanimidade, os três nomes eleitos para o Diretório, bem como os nomes das coordenações regionais terão provisórias ... (Final da fita)

... relação sindicalismo urbano e rural.

4. Política sindical internacional.

Centro de Convenções, 18 de novembro de 1995."

Assinam vários sindicalistas coordenadores do Movimento Sindical do PSB. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - Enquanto chamamos os Companheiros que compõem a chapa para assinarem a devida autorização e, em seguida, podermos proceder à votação, vamos ouvir, com muito prazer, a palavra do nosso Companheiro Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro. (Palmas.)

O SR. CÉLIO DE CASTRO - Companheiros da Mesa, Presidente do PSB, Governador Miguel Arraes, minhas Companheiros, meus Companheiros do Partido Socialista Brasileiro, este Congresso do nosso partido se realiza num momento singular da vida pública deste País, no momento em que, ao par do avanço do projeto neoliberal protagonizado pelo Governo Federal, as forças populares se manifestam de maneira cada vez mais clara a respeito das posições que desejam tomar em relação às consequências do projeto neoliberal.

A solene sessão de abertura deste Congresso, com a participação de partidos irmãos não só do Brasil, mas de vários países foi uma demonstração clara e inequívoca de que é possível construir uma solidariedade internacional, principalmente fundada na defesa do direito daqueles que, na prática, têm esses mesmos direitos negados.

A primeira mesa-redonda deste Congresso, que reuniu o Governador Miguel Arraes; o Governador Cristóvam Buarque, de Brasília; o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu e o Governador Capiberibe foi também claramente uma demonstração do apelo à unidade das forças populares e democráticas deste País. Ali ficou demonstrado, de maneira clara e definitiva, que é preciso trabalhar cada vez mais em busca de unidade política, mas também em busca de unidade social e de unidade partidária. As palavras ali proferidas deram conta que hoje no Brasil existe um processo social e político de exclusão que caminha a passos largos, mas que é preciso contrapor a ele a unidade dos partidos progressistas, a unidade das organizações populares e a unidade do movimento sindical organizado.

Uma questão básica ficou ali para ser refletida por todos os militantes do Partido Socialista Brasileiro: um desafio colocado na medida em que foi este partido que, pela primeira vez no cenário nacional, chamou a atenção para o processo de exclusão social que coloca cada vez mais nos guetos da miséria e nos guetos dos despossuídos inúmeros brasileiros. E que exatamente esse tipo de exclusão social produz uma diminuição da consciência

política das pessoas. E que é preciso aproximar o Brasil da consciência política do Brasil dos excluídos.

A exclusão social que gera a pobreza, que gera a opressão, que gera a fome, que gera a carência da saúde, da educação, dos transportes, do saneamento básico, produz em contrapartida as crenças messiânicas de alguns salvadores da Pátria. O exemplo da eleição de Fernando Collor de Mello, votado exatamente majoritariamente pelos setores despossuídos, foi um alerta a esta Nação.

É preciso que o Partido Socialista Brasileiro, liderando essa frente popular aqui tão bem caracterizada, chame esse setor despossuído da nossa população a trabalhar intensamente, no sentido de conseguirmos a unidade entre esses dois brasis: o Brasil mais adiantado, o Brasil mais consolidado nas suas formas organizativas, mas também o Brasil dos despossuídos, o Brasil que ainda trabalha com sistemas embrionários de organização social, para que a junção desses dois brasis faça um conjunto invencível para contrapor à sanha dominadora do projeto neoliberal.

É preciso, Companheiros, que nós saíamos daqui deste 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro com a clareza de que nós precisamos dar um passo adiante. E é nos momentos de crise, nos momentos em que o movimento popular parece ameaçado por uma força avassaladora do projeto neoliberal, com as suas riquezas, com o seu dinheiro fácil, com o seu domínio e predomínio absoluto dos meios de comunicação, é nesse momento de crise, reafirmo eu, que se engessam as grandes propostas e se abrem as grandes alamedas de se construir um Brasil novo, um Brasil cada vez mais próximo da justiça social.

O ideário da Esquerda, o ideário do Partido Socialista Brasileiro e dos Partidos que compõem a frente popular aqui tão bem colocada e tão bem proposta, é o ideário da justiça social, é o ideário da fraternidade, é o ideário da liberdade e da igualdade, valores esses negados de maneira clara pelo sistema neoliberal ora em vigor. Um sistema que tem no seu conteúdo político uma forte arrogância, uma arrogância que nega exatamente esses valores.

E quando o Partido Socialista Brasileiro dá uma demonstração clara de que quer caminhar no sentido da unidade política, mas também da unidade partidária e da unidade social, é preciso que resgatemos esses valores em toda a sua plenitude: a igualdade social, a justiça social, a fraternidade, a liberdade, os valores essenciais da vida. O Partido Socialista Brasileiro jamais abriu mão desses valores e não será agora que os jogará na lata de lixo da história.

O Partido Socialista Brasileiro conclama, em meu nome, em nome da cidade que eu hoje dirijo, a cidade de Belo Horizonte, uma cidade libertária, uma cidade que tem no seu passado os olhos voltados para a Inconfidência Mineira, para os seus heróis anônimos nas suas greves operárias, essa cidade vocacionada para a liberdade quer fazer aqui hoje uma saudação toda especial aos Companheiros de Recife, também outra Capital libertária. (Palmas.)

Aos Companheiros de Recife, Belo Horizonte quer trazer o seu abraço e o seu grito de liberdade. Liberdade, fraternidade, justiça social, e assim caminharemos juntos.

Recebam, em nome do Prefeito em exercício de Belo Horizonte, a saudação mais calorosa aos Companheiros de todo o Brasil que aqui vieram, mas principalmente aos Companheiros da Recife libertária, da Recife que cultua os heróis das revoluções libertárias deste Estado e que Recife sedia também. Recebam, portanto, a saudação socialista de Belo Horizonte.

Meu muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - Companheiros, antes de procedermos à votação da chapa que há sobre a mesa, o Companheiro Carlos Siqueira gostaria de fazer um esclarecimento a respeito da questão de ordem levantada pelos Companheiros da Bancada de São Paulo.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Em função da renúncia dos Companheiros de São Paulo na representação do Diretório Nacional, o 1º Suplente Jeferson Arruda ficará na vaga do Deputado Alberto Calvo, do Mato Grosso, e Vitório, do Paraná, ficará na vaga do Companheiro Jacob Bitar. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - A Mesa tem todo o interesse de acelerar a votação, mas faz apelo no sentido de que os Delegados assinem o livro que está passando na Plenária de presença na votação da chapa do Diretório Nacional. Nenhum Delegado aqui presente pode se esquecer de assinar o livro de presença no 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

O Companheiro Carlos Siqueira colocará em votação um requerimento do PSB de Sergipe, para que seja analisado e votado pela Plenária.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Os Companheiros da Direção Estadual do PSB em Sergipe terão mandato ainda por vários meses. Ocorre, entretanto, que recentemente filiaram-se ao PSB naquele Estado os Companheiros Senador Antônio Carlos Valadares e Pedro Valadares. Em razão da nova situação política criada no Estado, os atuais dirigentes pretendem que o Congresso Nacional do PSB autorize um congresso extraordinário naquele

Estado para que se faça a eleição de uma nova direção, no período de 26 de novembro a 30 de dezembro de 1995.

A proposta está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. (Palmas.)

Aprovada.

Fazemos um apelo aos Companheiros Delegados ao 5º Congresso Nacional do PSB, para que não se ausentem do recinto antes de assinarem o livro de ata que está passando de bancada em bancada, porque, em seguida, teremos a votação do Diretório Nacional, e é indispensável a presença de todos os Companheiros Delegados.

O SR. EDUARDO CAMPOS - A lista está assinada por 47 Companheiros, de 53. Só faltam 6 Companheiros assinarem a lista de autorização. Agora só faltam 5, para que possamos proceder à votação.

Teremos oportunidade agora de ouvir o Deputado Federal, pelo Estado de Sergipe, o valoroso Companheiro Pedro Valadares, que ingressou recentemente no Partido Socialista Brasileiro, junto com o Senador e nosso colega Antônio Carlos Valadares.

Com a palavra, um dos Deputados mais jovens do Congresso Nacional, o Companheiro Pedro Valadares, de Sergipe. (Palmas.)

O SR. PEDRO VALADARES - Companheiros do PSB, entramos neste partido há quinze dias. Nos quatro anos em que fui Deputado Federal, na primeira legislatura, de 1990 a 1995, ao chegar em Brasília procurei me cercar de pessoas que tinham algo a oferecer com as suas idéias, com os seus propósitos de mudar a face do Brasil. Cerquei-me de pessoas como o Dr. Arraes.

E é por isso, Dr. Arraes, que nós estamos aqui, o Estado de Sergipe representado pelo seu Presidente Antônio Barbosa, pelos demais membros do seu Diretório para manifestar o nosso apoio ao Dr. Arraes, a esta grande liderança do nosso Brasil. (Palmas.)

O nosso Brasil passa por um momento em que precisa de homens como o Dr. Arraes, como Capiberibe, como o Senador Ademir Andrade, para que nós possamos mudar a face deste governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Precisamos mostrar ao Brasil e ao mundo que este governo que aí está, que prega de uma certa forma moralidade, mas na realidade está cada dia mais fazendo com que a população tenha mais excluídos. Apesar da baixa inflação, o custo social disso é muito alto.

O Brasil está passando por uma fase uma das mais difíceis que passamos em todos os tempos. O índice de desemprego é um dos mais altos da história. E Fernando Henrique dizendo que o Brasil está às mil maravilhas! Só se estiver lá no Palácio do Planalto, só estiver na sua casa. Para o povo brasileiro, nós precisamos mudar.

E vamos mudar com o PSB, um PSB forte em todo o Brasil. E nós precisamos que nos fortaleçamos e coloquemos no próximo mandato de Presidente da República pessoas comprometidas com as classes menos favorecidas. Precisamos do PSB na Presidência da República.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - Vamos ouvir, com muito prazer, a palavra do Vice-Governador do Estado do Espírito Santo, Companheiro Renato Casagrande. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE - Companheiros e Companheiras do PSB, Governador Miguel Arraes, nosso Presidente do Partido Socialista Brasileiro e, com toda a certeza, com apoio da bancada do Espírito Santo, futuro Presidente do PSB a nível nacional, Companheiros da Mesa, quero cumprimentar a bancada do nosso Estado, o nosso Presidente Regional Arnaldo Mauro, aqui presente, e dizer a todos que aqui estão de todos os Estados deste País que este é o maior congresso que o Partido Socialista Brasileiro já organizou neste País. Quero dizer também que os pernambucanos e as pernambucanas nos receberam com muito afeto, com muito carinho e nós agradecemos a todos a receptividade que tivemos no Estado.

E todos os militantes do Partido Socialista Brasileiro, que está para encerrar este congresso nesta data, a partir da hora em que daqui se ausentarem têm que estar renovados, mais empolgados na organização partidária. Temos alguma barreiras a vencer na nova legislação partidária. E há necessidade dessa motivação de todos os militantes para que possamos, com facilidade, essas barreiras. Já conseguimos vencer outras dificuldades, e estas não irão impedir o avanço, o crescimento do Partido Socialista Brasileiro em âmbito nacional.

É com esta expectativa que estamos hoje partindo para a votação do novo Diretório, partindo para escolhermos a nova Executiva Nacional, com o objetivo de consolidarmos de vez o Partido Socialista Brasileiro, com o objetivo de estamos atuando diretamente em todas as instituições, seja a nível municipal, estadual ou federal, seja em qualquer Poder em que estejamos, seja através da sociedade civil organizada.

O grande compromisso que temos de fazer com que a

sociedade organizada participe das nossas administrações tem nos orientado no Estado do Espírito Santo. Como Vice-Governador, junto com outros Companheiros do Partido Socialista Brasileiro, junto com outros Companheiros dos partidos aliados, estamos implementando, desenvolvendo e aperfeiçoando esta participação. E, mais do que isso, o desafio que nós temos que enfrentar para darmos condição de ação ao que o PSB levantou inicialmente, primeiramente, no Congresso de Maceió, que é o atendimento aos excluídos. A forma, a maneira que nós precisamos estar em cada estrutura pública ou em cada segmento da sociedade organizada, como iremos chegar para prestar esse atendimento e para recompormos essas pessoas no seio da sociedade enquanto cidadãos. Esses desafios que enfrentamos são muito maiores do que qualquer divergência que tenhamos internamente nas discussões do Partido Socialista Brasileiro. Confiamos em que, mesmo que tenhamos essas divergências, teremos condições de sair com a unidade verdadeira, a unidade que representa o Partido Socialista Brasileiro. A unidade verdadeira é aquela que representa as forças que hoje estão dentro do PSB. E ninguém melhor do que uma pessoa para representar esta unidade, que é o nosso Governador Miguel Arraes.

Um abraço dos capixabas a todos aqui presentes. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - Companheiros, vamos proceder à votação da chapa unitária, construída ao longo desses dois dias, a partir de toda uma discussão política.

Há sobre a mesa autorização assinada pelos Companheiros que vão compor o futuro Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro. As assinaturas foram colhidas devidamente.

O SR. (Não identificado) - Queria pedir à Mesa a palavra para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO CAMPOS - Companheiro, estamos em processo de votação. O Companheiro poderá levantar a questão de ordem logo após a votação.

Todos os cuidados foram tomados e vamos, portanto, proceder à votação. Os nomes dos Companheiros integrantes da chapa foram lidos. Gostaria que os Companheiros levantassem o crachá.

Está em votação a chapa proposta de unidade do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

Pergunto se há no plenário algum Companheiro que vota contra a chapa.

Aprovada, por unanimidade da Plenária do 5º Congresso Nacional, a chapa encabeçada pelo Governador Miguel Arraes. (Palmas.)

Declaro empossada a chapa eleita neste momento pela Mesa Diretora do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

Enquanto os Companheiros assinam a ata, concluiremos esta etapa ouvindo as palavras do Governador Alberto Capiberibe e, em seguida, do Governador Miguel Arraes. (Palmas.)

O SR. ADILSON GOMES - Companheiro Eduardo Campos, antes das palavras dos dois maiores Governadores deste País, Miguel Arraes e Capiberibe, gostaríamos de ler neste instante uma moção de Pernambuco aos nossos colegas delegados congressistas.

"Srs. Delegados, a democracia partidária deve preservar na sua essência a liberdade de expressão, as divergências de idéias e o respeito à participação de todas as forças políticas que compõem o PSB. Até mesmo aquelas forças cujas teses não contem com a aprovação do conjunto do partido, devem merecer a nossa compreensão. Quebrar esse direito universal seria um erro grave. É preciso estarmos vigilantes, coibir qualquer manifestação no sentido de romper o conceito de partido democrático que o PSB sempre manteve ao longo de sua tradicional história de lutas em defesa de uma Nação democrática, livre, soberana e voltada para a justiça social.

Mas, ao mesmo em tempo em que, nós, os socialistas cerramos fileiras para assegurar a democracia interna no PSB, não podemos admitir, sob nenhuma hipótese, que seja confundido a prática democrática com atitudes levianas, acusações torpes e comportamentos politicamente irresponsáveis. (Palmas.) Abrir mão de princípios éticos é capitular frente aos adversários e inimigos do partido.

Com esta compreensão política, os delegados participantes do Congresso Nacional do PSB repudiam veementemente as declarações inconseqüentes contra o Presidente Nacional do partido, o Governador Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.) Nem a ditadura militar ousou manifestar agressões tão infames contra a história política do homem público Miguel Arraes as quais vêm sendo feitas através de divisionistas dentro do partido, sem a coragem de revelar abertamente o que pretendem. Os que assacam provocações dirigidas ao Presidente Nacional do PSB escondem o caráter do seu verdadeiro objetivo, que é de investir contra a consolidação do partido, acuá-lo para que ele não seja força de expressão capaz de interferir na vida política do País.

Esta concepção é inaceitável. Temos que derrotá-la a qualquer custo contra os divisionistas. Nós temos o vigor das nossas idéias contra os

liquidacionistas. Reagimos contra a construção inquebrável da nossa legenda, contra os divisionistas o vigor da nossa unidade e a nossa coesão.

A História é o nosso rumo, a liberdade é o nosso compromisso.

Recife, 18 de novembro de 1995."

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO CAMPOS - Em votação a moção apresentada pelo Companheiro Adilson Gomes. (Palmas.)

Aprovada pela unanimidade do Congresso.

Com a palavra o Senador Ademir Andrade, que será seguido pelo Governador Capiberibe e Governador Miguel Arraes, para finalizarmos a presente sessão.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Companheiros socialistas, estamos chegando ao final do nosso Congresso. Um Congresso que discutiu temas importantes, mas um Congresso que, sobretudo, teve algumas dificuldades no seu processo de articulação e de composição.

(Final da fita)



1ª REUNIÃO DO NOVO DIRETÓRIO NACIONAL

Auditório República Pernambucana
18 de Novembro/95



O SR. PRESIDENTE (Governador Miguel Arraes) - ... para eleger a Comissão Executiva Nacional.

Está sobre a mesa, foi entregue pelo companheiro do Espírito Santo, o requerimento de solicitação de reconhecimento do congresso realizado naquele Estado.

Companheiro Carlos Siqueira fará o relatório.

O SR. CARLOS SIQUEIRA - Sr. Presidente, companheiros da Mesa, companheiros diretorianos, estou com a incumbência de relatar o requerimento do companheiro Vice-Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, que se trata do Congresso Estadual Extraordinário, realizado naquele Estado, nos dias 16 e 17 de setembro passado.

Naquela ocasião estive presente, representando o nosso Presidente Nacional, Governador Miguel Arraes, juntamente com o companheiro James Lewis, também Membro da Executiva Nacional, naquela ocasião investido da representação do Presidente Nacional do Partido.

Tivemos a ocasião de chegar a Vitória do Espírito Santo dois dias antes da realização do Congresso e acompanhamos não apenas a sua realização nos dias 16 e 17, mas também ficamos na Sede do Partido, acompanhando todo o processo organizativo daquele Congresso Extraordinário, que foi determinado pelo Diretório Nacional do PSB.

Tivemos ocasião de assistir, na data limite para a entrega das atas dos congressos municipais, que várias atas traziam irregularidades relativamente à questão do número de delegados eleitos em alguns municípios. Dessa forma, a Comissão de Credenciamento não credenciou um número de delegados de alguns municípios do Espírito Santo com o número de delegados que estavam nas atas, porque o número de delegados tinha sido tirado em desacordo com o Estatuto do Partido e o seu Regimento Interno.

Por esta razão, alguns companheiros, inconformados com a decisão, impetraram mandado de segurança pedindo liminar para a concessão do credenciamento desses delegados que considerávamos irregulares, e o Tribunal Regional Eleitoral negou a liminar concedida. Isso foi já na sexta-feira, véspera da realização do Congresso.

No dia do Congresso, sábado pela manhã, estávamos lá e o Congresso foi aberto, na sua Sessão Solene, naquela ocasião falava o Vice-Governador Renato Casagrande, quando recebeu uma agressão, bruscamente lhe foi tomado o microfone de sua mão, foi agredido perante mais de trezentos partidários, companheiros do PSB do Espírito Santo, e instalou-se um tumulto

na Sessão Solene, que, por essa razão, teve que ser suspensa.

Após a suspensão da Sessão Solene, resolvemos fazer uma reunião com os dois grupos que estavam participando do Congresso e que estavam, naquele momento, em conflito e chegamos a uma solução de consenso, formar uma Mesa composta por grupos de um lado e do outro, dos grupos conflitantes.

Por reivindicação do grupo que gerou o conflito, os companheiros ligados ao companheiro Renato Casagrande, atendendo a uma reivindicação deles, havia a proposta de mudar o Regimento Interno, mas para se chegar a um consenso, também não se mudou o Regimento Interno. Voltou-se a instalar a Sessão Solene, a Mesa composta por companheiros de ambos os grupos, o Regimento Interno foi aprovado conforme combinado e, em seguida, foram instalados os Grupos Temáticos com o temário do Congresso Nacional que tinha que ser o mesmo do Congresso Estadual. Isso, por volta das 2h.

Às 3h30min, compareceu pela primeira vez no local onde se realizava o Congresso o companheiro Renato Soares, na ocasião ainda Secretário-Geral do Partido, que entendeu de convocar uma reunião paralela, a portas fechadas, e chamou os companheiros ligados a seu grupo e, em seguida, anunciou que estaria realizando um congresso paralelo ao congresso oficial, quebrando todos os acordos que tinham sido celebrados, antes da sua chegada, pelos companheiros ligados ao Sr. Renato Soares.

Assim, no sábado e no domingo se processaram dois congressos: um, que era o congresso oficial, realizado no local para onde foi convocado, com a presença de dois representantes do Presidente Nacional do Partido, com a presença da maioria dos delegados legalmente credenciados; e outro, por companheiros que, embora tenham ido à Justiça para tentar se credenciar, mas a Justiça não deu provimento ao recurso, mas mesmo assim entenderam de fazer esse congresso paralelo, numa atitude que, a meu ver, promovida por um Secretário-Geral de um partido, foi de inteira irresponsabilidade, o que resultou num desgaste para o Partido, hoje, com uma sessão do Partido das mais organizadas, com muita representatividade, tem o Vice-Governador do Estado, dois Secretários de Estado compondo o Governo do Partido dos Trabalhadores, dezenas de prefeitos e dezenas de vereadores. Por conseguinte, foi um desgaste muito grande, inclusive para o Vice-Governador do nosso Partido naquele Estado e especialmente para o Partido, porque a imprensa deu uma cobertura muito grande e muito negativa.

Portanto, foram eleitos dois diretórios, dois presidentes e ambos levaram ao TRE um pedido de registro das respectivas chapas eleitas: uma, no congresso feito dentro das normas legais, estatutárias e regimentais; e outro, feito de forma ilegal e numa atitude de desagregação do Partido.

Recentemente, o Tribunal do Espírito Santo baixou a Resolução nº 84, que, considerando a promulgação da nova Lei dos partidos políticos, suspendeu todos os pedidos de registros de diretórios estaduais e municipais. O Procurador Regional Eleitoral deu um parecer entendendo que a Justiça Eleitoral não tem mais competência para fazer registro de diretórios, nem estadual nem municipal; e nem o TSE de nacional, que isso é uma questão de economia interna dos partidos políticos. Eu, como advogado, também entendo que é assim que deve ser feito.

Hoje, o companheiro Renato Casagrande traz este requerimento, porque o Partido encontra-se com dois Presidentes, a Sede encontra-se ocupada pelos companheiros que realizaram o congresso paralelo e é necessário que haja uma definição pela instância maior do Partido, no caso o Diretório Nacional, reconhecendo um ou outro congresso, para que de uma vez por todas se esclareça quem representa o PSB no Estado do Espírito Santo.

Portanto, a questão que está posta, e que vai à deliberação deste Diretório Nacional, é reconhecer o Congresso que foi realizado sob a liderança do companheiro Renato Casagrande, o congresso oficial, feito dentro das normas legais, regimentais e estatutárias; ou reconhecer o Congresso paralelo, feito sob a liderança do Renato Soares, feito fora das normas legais, estatutárias e regimentais.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Governador Miguel Arraes) Está em discussão o relatório.

Não havendo ninguém que queira falar sobre o assunto, está em votação. Os que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Vamos proceder à leitura da chapa para a Executiva Nacional.

A chapa proposta é a seguinte:

Presidente: Miguel Arraes
Primeiro Vice: Alberto Capiberibe
Segundo Vice: Ademir Andrade
Terceiro Vice: Roberto Amaral
Secretário-Geral: José Carlos Sabóia
Primeiro Secretário: Carlos Siqueira
Segundo Secretário: Renato Casagrande

Secretário de Finanças: Uldurico Pinto
Primeiro Secretário de Finanças: Alexandre Cardoso
Secretário de Comunicação Social: James Lewis
Secretário de Organização Política: Valdo Silva
Secretário de Cultura e Informação: Francisco Tenório
Secretário de Meio Ambiente: Rodrigo Rollemberg
Secretário de Política Agrária: Eudoro Santana
Secretário de Mobilização Popular: Vilma Farias
Secretário Sindical: José Carlos Pereira da Silva
Secretário da Juventude: Augusto Carreras
Secretário Parlamentar: Antônio Valadares
Líder no Senado: Ademir Andrade
Líder na Câmara: Fernando Lyra

Com a palavra aqueles que dela quiserem usar para comentar a chapa.

Em não havendo quem queira usar da palavra, está em votação.

Aprovada por aclamação. (Palmas.)

Declaro encerrada a presente Sessão.

AULA ESPETÁCULO

ARIANO SUASSUNA

Teatro Beberibe
17 de Novembro/95 - 19:00 horas



O SR. ARIANO SUASSUNA - ... para ser a mulher simbólica. É pelo seguinte: sei que não estou com isso resolvendo nem o problema do negro, nem o do índio e nem o da mulher, mas sou um escritor, lido com símbolos e queria, através de um gesto simbólico, mostrar de que lado estamos. Por outro lado eu precisava da colaboração de um negro para que me advertisse sobre os problemas da cultura negra, que considero muito importante. A mesma coisa de um índio.

Consegui um Índio Foniô, Paulo Ribeiro, e o negro, que trabalha comigo, Josafá Mota, ligado aos movimentos negros, uma pessoa da minha especial estima, admiração e confiança. Não sou nenhum fundamentalista, mas precisava disso porque por mais que eu simpatize com a causa negra, eu não sou um negro, dentro das medidas do Brasil. Num país mais "brancoso", eu posso passar por negro, mas aqui eu passo por branco.

Também não sou um índio. Simpatizo muito com a causa do índio, mas não sou um índio; assim como simpatizo muito com a causa da mulher, mas não sou mulher, felizmente. Acho até muito bom não ser mulher. Um amigo meu, psicólogo, me disse: Olhe, todo mundo tem uma parte feminina no espírito. Aí eu disse: a minha parte feminina eu acho que é lésbica. (Risos.) Acho tão bonito mulher que acho que a minha parte feminina é por aí. (Risos.) Acho simpático o homem também, mas não é nem a metade de uma mulher.

Aí, chamei D. Clarice Amazonas para ser essa mulher simbólica. D. Clarice faz um trabalho extraordinário, ensinando violino às crianças carentes do bairro onde mora. Ela pegou uns meninos lá de uma região mais pobre e está ensinando violino. E D. Clarice é uma pessoa da minha idade.

Recentemente fui com ela para um encontro, na Universidade Católica, em que estavam organizando lá um Encontro da Terceira Idade. Aí eu comecei logo dizendo: vamos acabar com essas besteiras de botar apelido em velhice, é velho mesmo, vamos assumir e acabou. Os velhos se queixam muito de que os moços têm preconceito contra a velhice. Nós somos os primeiros a ter, porque ninguém quer usar o nome de velho e começa a inventar tudo quanto é nome: idoso, terceira idade etc. Eu assumo, velho e pronto. Agora, que ninguém brinque com este velho, está certo? (Risos.)

Outra coisa, não gosto que ninguém chegue perto de mim para me consolar por ser velho. Eu não preciso de consolo pelo fato de ser velho não. Não sei os outros velhos, mas eu sempre achei que em todas as idades tem coisas muito ruins e coisas muito boas misturadas. A infância, que é tão idealizada pelos poetas românticos, Casimiro de Abreu mesmo disse: "Aí que saudades que eu tenho da aurora da minha vida, da minha infância querida..." Não sei os outros, a minha teve coisas muito boas, mas também teve coisas péssimas, dolorosas, terríveis. Uma das coisas é que na infância a

gente não tem um tostão, todo mundo liso e todo mundo manda na gente. Ninguém se lembra disso. Hoje esqueceram, mas é muito ruim. A gente não tem dinheiro e todo mundo manda na gente. A gente não tem liberdade para nada... Tem muita coisa ruim na infância.

Na adolescência e na juventude é a mesma coisa. Eu disse isso lá na Universidade Católica e vou repetir. Eu tinha um problema terrível na adolescência e na juventude. A meia minha feiura, não é por causa da velhice não, eu sempre fui feio, desde pequeno, quando menino já era feio, rapaz já era feio e ao mesmo tempo eu era deslumbrado com as mulheres. Mas eu só queria mulher bonita. De feio já bastava eu. Mas as mulheres bonitas não queriam nada comigo porque eu era feio demais. E o resultado é que eu tinha que namorar à distância porque quando elas descobriam que eu estava namorando, acabava. (Risos.) Eu tinha que namorar em segredo.

Até que encontrei minha mulher. Essa foi extraordinária porque era bonita, boa e me quis. (Risos) Aí resolveu meu problema. Aí o resultado é que eu namoro com ela desde 47, nunca troquei e nem vou trocar. (Palmas.)

Aí, chamei d. Clarice e vejam que coisa extraordinária, eu estava dizendo que não gostava de certos consolos. Ninguém chegue para mim para dizer: você é um velho de espírito jovem. Pelo amor de Deus não me digam isso nunca, porque um sujeito de 68 anos como eu, se eu tiver um espírito de 14 eu sou um débil mental, um imbecil. Não é verdade? (Risos.) Aí eu digo: não venha com essa história, não precisa, eu estou muito satisfeito porque agora com esta idade estou com uma tranquilidade como nunca tive.

Quando moço eu era muito duro, duro comigo e com isso me sentia no direito de ser duro com os outros. Hoje não, hoje eu sou um sujeito sério. E depois vou falar nisso a propósito de um artigo que saiu hoje.

Então, vou pedir que d. Clarice venha com o grupo para começarmos. Esta é d. Clarice, essa figura extraordinária. (Palmas.)

Chamo atenção de vocês para a beleza do próprio grupo. Estas mocinhas e estes rapazinhos e sobretudo aquela jóiazinha que fica ali na frente, Gabi, reparem que beleza! Então, esta é a d. Clarice e esta de cá é a mais jovem colaboradoras do trabalho para a Secretaria, chama-se Gabriela. Gabi, dê um cumprimento aí para o público lhe ver. (Palmas.)

O pessoal diz sempre que eu discrimino a arte erudita. Isso não é verdade. Eu falo muito na arte popular porque ela é a mais discriminada e marginalizada. Mas não tenho preconceito nenhum quanto à arte erudita e nem podia ter. A minha formação foi toda uma formação erudita. Recebi uma

influência enorme dos grandes compositores russos: Dostoiewisk, Tostoi, Gogow, recebi uma influência enorme de Servantes etc. Um dos músicos prediletos meus é Eric Satis, um dos grandes músicos do Século XX. Então, não tenho preconceito nenhum. Se eu discriminasse a arte erudita eu iria dar razão àqueles que discriminam a arte popular. Esse negócio não existe, esta é uma distinção completamente falsa, considerar superior uma obra de arte, por ser erudita ou popular, isso não existe. Só existem duas categorias de arte: arte ruim e arte boa. Se ela for boa, não tem esse negócio de ser popular ou não ser, ser antigo ou moderno, não existe isso não, ela sendo boa é o que importa. E vou mostrar isso já já.

O primeiro número que eles vão tocar é "Jesus Alegria dos Homens", de Johan Sebastian Bach, grande compositor alemão do Século XVIII. Então vou logo provar que não tenho nada contra a arte erudita e nada contra a arte dos outros países que não o Brasil, Bach não era brasileiro e não era popular.

(execução da música)

(Palmas.)

O segundo número, também de Bach, é um "Minuetto".

(execução da música)

(Palmas.)

E agora, para concluir a participação do Grupo de D. Clarice, vamos ouvir "Asa Branca".

(execução da música)

(Palmas.)

Bom, como vocês vêem, não há preconceito, a gente toca tudo desde que tenha boa qualidade. Um dos pontos principais do nosso trabalho na Secretaria é exatamente esse, a gente mostrar a riqueza da cultura, principalmente da cultura brasileira, não exclusivamente, e sobretudo mostrando que não existe diferença entre a chamada cultura erudita e cultura popular.

Passei muito tempo sem saber, procurava, estudava nos livros de sociologia da arte, queria saber qual era a diferença entre cultura popular e cultura erudita e por que isso era importante no Brasil. Confesso que não encontrei em canto nenhum. Então, passei a refletir e acho que cheguei a uma

conclusão. Esse problema da cultura popular só existe nos lugares onde uma cultura dominou outra. Quer dizer, países como o Brasil, onde a cultura de língua portuguesa dominou a cultura indígena e a cultura negra, nesses lugares surge a cultura popular. A cultura popular é formada pelos negros, pelos índios, pelos descendentes mestiços de negros, índios e ibéricos pobres. A cultura erudita é a cultura dos ibéricos ricos que dominaram. Acho que isso é uma coisa mais ou menos evidente e existe em todos os países onde uma cultura dominou outra ou outras. No caso da antiga União Soviética, da Rússia de hoje, também existiu isso, os russos brancos dominaram os povos mongóis e aí tivemos como lastro da cultura popular a cultura desses povos mongóis dominados.

Portanto, essa foi a linha de trabalho que passamos a seguir na Secretaria. Eu tenho uma coisa comigo que não sei o que é, em todo lugar que chego, desperto uma discussão. Eu acredito naquilo que estou dizendo, eu tenho paixão pelas coisas, então, eu só acredito em pessoas apaixonadas, eu não acredito nessa coisa do conhecimento frio, só acredito que um trabalho tem efeito se a pessoa tem paixão por aquilo que trabalha. Se a pessoa acredita e se tem paixão... E eu tenho paixão. Então, imediatamente, quando assumi a Secretaria, começaram a me cobrar umas coisas que nunca vi ninguém cobrar de outras pessoas. Entre outras coisas, começou a aparecer gente para dizer que eu não tinha o direito de usar as minhas idéias de escritor na Secretaria. E eu vou usar que idéias? (Risos.) Aí vocês imaginem, se eu pudesse pelo menos separar: daqui para cá, é Secretário; daqui para cá, eu sou escritor. Não dá! Você tem direito de seguir suas idéias como escritor, como Secretário, não. Mas não tem por quê? Mas era o que faltava. Eu sei muito bem o que eles queriam, eles queriam que eu ficasse lá repassando verba. Não, não vou não. Para isso ficava mais barato o Dr. Arraes abrir um caixa na Secretaria da Fazenda. (Palmas.)

Pelo menos tem uma vantagem. Marasmo, tranqüilidade de pântano em redor da gente não tem não, o pau está cantando mas nunca se discutiu tanto a cultura em Pernambuco como está se discutindo agora. Inclusive tem uma qualidade de gente por aí agora, uns tais de produtores culturais. Eu não sei o que é isso não. Está certo? Estão danados da vida comigo porque eu não consulto os produtores culturais. Eu morro e não consulto mesmo. Eu conheço escritor, músico, ator, escultor, pintor, mas produtor cultural... Tem um produtor cultural aí que está danado da vida porque eu não estou consultando. Nunca fez nada, nada e nada. E eu digo: e o que você faz? Nada. Mas nada? Nada. Por que eu vou ouvir um homem desse?

Daqui a pouco eu vou chamar o Antônio José Madureira, um músico. Eu ouço Antônio José Madureira desde a década de 70, qualquer coisa de música e o chamo e o ouço. Esse eu ouço, mas um produtor cultural, não há quem me faça ouvi-lo.

Outra coisa, queriam porque queriam que eu apoiasse grupo de rock e festivais de rock. Me mate mas eu não apoio. (Risos.) O Dr. Arraes ainda não havia assumido mas já havia me chamado para ser Secretário de Cultura e eu já tinha aceito. Aí eu disse: uma coisa que me preocupa muito nesse negócio de ser secretário, eu tinha um medo de ser secretário danado porque está na moda o pessoal, a gente não pode trabalhar com a burocracia que tem, aí quando passa por cima de qualquer coisa na burocracia, a gente é acusado de desonesto. Mas era só o que me faltava, nessa idade ser acusado de desonesto. Todo mundo sabe que eu não roubo. Aí eu disse: estou com medo desse negócio de mexer em verba. Aí d. Madalena, esposa do Dr. Arraes, disse: quanto a isso você não se preocupe porque não tem verba mesmo. (Palmas.)

Apesar de o pessoal dizer que escritor não tem os pés no chão, eu os tenho. Aí eu disse: bom, se a situação está desse jeito... Aí eu fiz um projeto cultural para fazer na Secretaria e também já assinaram logo um manifesto contra mim porque eu não ouvia os produtores culturais. Depois, se quiserem olhar, o projeto está aqui.

Quando eu publiquei, um produtor cultural já contestou a primeira frase. Vocês imaginem se eu os ouvissem, ainda não estaria pronto. (Risos.)

O Dr. Amazonas, que foi o Reitor da nossa primeira universidade, dizia: quando eu quero resolver alguma coisa eu resolvo, quando eu não quero eu nomeio uma comissão. (Risos.) Comissão de dois só presta quando um está doente e falta. (Risos.)

Aí a execução do projeto eu planejei para três níveis: se eu tivesse verba suficiente, se eu tivesse pouca verba e se eu não tivesse verba nenhuma. Não preciso dizer que é a terceira que eu estou levando adiante. Mas aí vocês dizem: como é trabalhar sem verba? É o seguinte, a figura do malsinado do assessor, Dr. Arraes me deu mão forte nisso, aí eu nomeei só artista para assessor, quer dizer, além do negro e do índio, tem um músico, este que vai aparecer aqui, tem uma bailarina, que está aqui também, Mestre Salustiano, que é de bumba-meu-boi, de maracatu rural, ele tem um cavalo-marinho, e isso foi outra coisa que despertou também muito barulho, um gravador, Amaro Francisco, um escultor etc. Então eu botei artistas e esse pessoal trabalha comigo pelo salário.

Aí foi quando eu inventei essas tais de Aula Espetáculo. Isso que vocês estão vendo é uma Aula Espetáculo, se vocês não sabem. (Risos.) Eu inventei por isso, eu sabia que a gente não tinha verba e fiz da necessidade força. Esta que vocês estão vendo é uma aula mais ampla, mas eu fiz uma média, uma reduzida e uma reduzidíssima, que sou eu só, porque aí fica mais

barato. (Risos.) Aí o pessoal chama a gente lá no sertão e lá vou eu, chego lá e falo tudo isso que estou falando para vocês. Aí eu achei muita graça porque eu fui dar esta Aula Espetáculo em São Paulo, a semana passada. Aí o jornal botou assim: "Ariano Suaçuna vem a São Paulo dar a sua famosa Aula Espetáculo". Não sabem eles, coitados, que a famosa Aula Espetáculo surgiu da lisura da gente, da pobreza franciscana da nossa Secretaria. Mas é assim mesmo.

Como eu estava dizendo, aí eu disse que não apoiava o Rock. As pessoas aí começam a pensar, começam a dizer que eu não gosto da cultura americana. Não tenho nada contra a cultura americana verdadeira. Agora, Rock, tenha paciência, não sou débil mental. Um negócio ruim danado, barulhento...

Eu estava no Festival de Garanhuns, começaram a tocar algumas coisas e daqui a pouco lá vem o tal dos Paralamas do Sucesso. Aí começaram a tocar, um barulho danado. Aí uma amiga minha que estava lá disse: Deus que me perdoe, mas quando começou aquele barulho, eu saí. Não tem que pedir perdão a Deus não porque eu vi, ele estava lá e estava achando muito ruim, Deus, estava sentado lá num canto, agora, ele saiu modestamente porque ele é muito meio introvertido assim, mas ele estava detestando, eu vi pela cara dele. (Risos.) Não tem nada que pedir desculpas a Deus por isso não. Deus estava achando péssimo, ele tem um bom-gosto enorme...

(troca de fita)

... muito nas raízes da cultura brasileira. Eu sou mesmo meio fanático, falo muito nisso. Aí ele disse uma coisa que eu achei graça, ele foi dar uma audição de Rock, aí ele disse: olhe, vocês digam a Ariano Suassuna que eu não tenho nada contra as raízes brasileiras não, eu gosto muito de inhame, de macaxeira, de batata doce.. (Risos.)

Estou contando tudo isso porque quando foi hoje, eu abro o jornal, não sei se vocês viram, e tive uma surpresa de encontrar, logo na primeira página, eu não trouxe a primeira página, mas o negócio é o seguinte: tem aí um grupo de rock chamado Paulo Francis Vai para o Céu. Bom, não é preciso dizer que Paulo Francis é um sujeito da minha especial antipatia. (Risos.) E eu também não gosto muito de palavra em inglês, não gosto porque eu acho que estão desmoralizando a língua portuguesa. Outro dia um camarada foi na minha casa me convidar para eu participar de um workshop. Eu disse: do quê, rapaz? De um workshop. E o que é um workshop? Ele disse: é uma reunião de trabalho. Eu disse: e por que não chama de reunião de trabalho? Mude, senão eu não vou. (Risos.) Mudaram. (Palmas.)

Aí, sabendo disso, esse pessoal de Paulo Francis Vai para o Céu, e na capa da fita eles botaram: "Na cama com Ariano" (Risos.) É porque eu reclamo muito contra Madonna. Eu digo sempre que não tenho nada contra

a cultura americana verdadeira, não tenho nada contra Melvin, agora, contra Madonna e Michael Jackson eu tenho. Aí me pegaram pelo pé e fizeram "Na cama com Ariano". Aí, na capa tem um retrato meu e de Paulo Francis, não sei quem é mais feio dos dois e atrás uma bandeira dos Estados Unidos e embaixo escrito: "friends forever", amigos para sempre. (Risos.) Eu e esse desgraçado, é mole?

Eu tinha escrito que dou muita importância ao movimento de Canudos. Gostei muito do discurso do Dr. Arraes, ontem aqui no Congresso, porque Palmares e Canudos para mim foram os movimentos mais significativos da história brasileira. Acho que qualquer pessoa que tenha um pensamento, uma busca, uma fé no sonho socialista, tem que estudar Canudos. O regime lá era socialista e foi o único lugar onde o povo brasileiro se expressou como ele é, sem imposições nem deformações que lhe viesse nem de fora nem de cima. É a mesma importância que dou ao Folheto, porque sou um escritor, e o Folheto é um espaço cultural no qual o povo brasileiro se expressou sem imposições. Por isso o Folheto tem três tipos de artes: tem a capa, tem a poesia narrativa e tem a música. Então, tem três tipos de artes que podem oferecer caminhos para a arte brasileira, para a literatura brasileira. Por isso eu sempre me rebelei contra aqueles que consideram a Gravura de Gilman Samico, por exemplo, como apolítica. Para criar a sua gravura ele se baseou na gravura das capas e dos folhetos para a literatura de cordel. Para mim, só esse fato já é um fato político de grande importância, porque com isso ele indicou um caminho político a seguir. Então, do mesmo jeito que eu, Samico e outros, Antônio Madureira, que estuda música que o povo faz, eu estudo o teatro que o povo faz, a poesia que o povo faz, Samico estuda a gravura que o povo faz. Desse mesmo jeito os políticos brasileiros deveriam olhar para Canudos e Palmares que foram os lugares que correspondem, no campo político, econômico e social, ao Folheto.

Vou ler para vocês um texto que escrevi sobre Canudos e Palmares:

"Em Canudos, a bandeira usada pelo povo era a do divino espírito santo, a bandeira do país real, que é a do povo pobre, negro, índio e mestiço - eu falei aqui país real baseado numa distinção feita por Machado de Assis. Machado de Assis, em 1861, escreveu um artigo onde ele dizia, falando do Brasil e das coisas da nossa política, ele fez as críticas e disse: "não é desprezo pelo meu país, nem pelo meu povo, o país real este é bom e revela os melhores instintos, mas o país oficial esse é caricato e burlesco". Eu me baseio muito neste texto de Machado de Assis, para mim, o Brasil real, que é o Brasil do povo é esse que não é caricato nem burlesco. Digo sempre: o povo brasileiro é um grande povo, agora merecia uma elite política e econômica melhor. (Palmas.) Obrigado pelo apoio.

Então, vou continuar:

"Em Canudos, a bandeira usada pelo povo era a do divino espírito santo, a bandeira do país real, que é a do povo pobre, negro, índio e mestiço. O país que é o Brasil oficial, o dos brancos e poderosos, mais uma vez, e como já sucedera em Palmares, iria esmagar e sufocar ali, confrontando, então, no caso, duas visões opostas de justiça.

Como era de se esperar, a justiça dos poderosos - a justiça aqui está entre aspas - esmagou a do povo. Os acontecimentos de Canudos continuam a se repetir no Brasil a cada instante, em todos os lugares, em todos os campos de atividade, diariamente, incessantemente.

Quando no interior uma milícia de poderosos, governamental ou não, assassina um pobre posseiro e sua família, é o Brasil dos que incendiaram, assolaram e arrasaram Canudos e está atirando e matando o Brasil real, o do povo.

Quando numa cidade qualquer a polícia invade e destrói uma favela, é outro dos inumeráveis arraiais de Canudos, pertencente ao Brasil real que está sendo destruído e assolado pelo Brasil oficial. E temos que ao mesmo tempo ampliar e restringir a imagem para que ela se torne realmente eficaz; ampliá-la no plano internacional, para dizer que diante dos países ricos como os Estados Unidos ou poderosos como a União Soviética, o terceiro mundo é um imenso arraial de Canudos, pobre e injustiçado. De modo que quando os Estados Unidos invadem o Panamá, Granada ou ameaçam a Líbia; quando a União Soviética invade o Afeganistão, quando a França se impõe ao Chade e quando todos se juntam para esmagar o povo do Iraque, são todos esses arraiais de Canudos, que estão sendo esmagados e humilhados.

Mas para não sermos hipócritas, temos também que restringir a imagem à nossa vida pessoal, pois ou reconhecemos as nossas culpas ou nunca começaremos a lutar contra o inferno interior que cada um de nós guarda dentro de si.

Tenhamos, então, a honestidade de reconhecer que nossos caros patrícios possuem também, na cozinha, no jardim ou no lavador, seus arraiais de Canudos. Por isso, quando na casa de qualquer um de nós, brasileiros brancos e privilegiados, um casal oprime e explora uma empregada doméstica negra e pobre, é o Brasil oficial que está humilhando o Brasil real, violando a dignidade do seu direito.

Ao falar assim, procuro não ser otimista e nem pessimista, sonho apenas esperançoso com um futuro que sei difícil, mas não considero impossível. Por isso digo, ainda, que no Brasil a justiça será efetivada quando um dia se anular essa terrível dilaceração, quando afinal se transformar, através de uma fusão de uma identificação verdadeira e fraterna, a justiça do país

oficial segundo a imagem e semelhança do Brasil real. Ou, em palavras mais exatas, quando a justiça do país oficial, pela primeira vez em nossa atormentada história, se tornar expressão perfeita e acabada da justiça do país real.”

(Palmas.)

Então, como vocês vêem, escrevi tudo isso e li porque eu queria ler um pedaço de uma entrevista, do Diário de Pernambuco de segunda-feira, 19 de dezembro de 1988. Aí eu estava falando e disse o seguinte:

“Miguel Arraes é o único político que tem para o Brasil um projeto claro, realista, exequível e eficaz. Um projeto muito bem estrutura no livro que o Governador de Pernambuco publicou e que se chama “O Jogo do Poder do Brasil”. Dos políticos brasileiros da geração anterior, que tinham um projeto para o país, um era Getúlio Vargas, que o formulou na linha de um autoritarismo nacionalista. Vejam bem, podemos discordar nisso ou naquilo de Getúlio, mas uma coisa temos que reconhecer, ele tinha um projeto para o Brasil. Ele procurava desenvolver o Brasil baseado em capitais próprios, capitais nacionais e ele era um autoritário. As pessoas acusam Getúlio de ser um caudilho gaúcho, mas isso não é verdade, ele era autoritário por convicção. Não sei se vocês sabem, mas ele era um discípulo de Júlio de Castilhos, que era um positivista. E o positivismo achava que o regime político melhor era uma república autoritária. Era uma questão de convicção, não era por acaso que ele era autoritário. Ele era um autoritário nacionalista.

Depois dele veio o Juscelino, que era liberal e entreguista. O Brasil está danado, não é? autoritarismo nacionalista e liberalismo entreguista. A briga do regime militar com Juscelino não era por causa do entreguismo não, era por causa do liberalismo. Só vim descobrir isso depois. (Risos.) Aí o regime de 64 quando veio juntou as duas coisas, o que é pior, virou um autoritarismo entreguista. (Palmas.) Foi danado, não foi?

Aí, eu dizia que teríamos que partir no projeto que o Dr. Arraes tinha, consubstanciado neste livro, O Jogo do Poder no Brasil, um livro que aconselho a todos, um livro importantíssimo. Aí eu dizia que esse movimento no Brasil implicava o apoio dos políticos, intelectuais, militares, clero e povo na busca do nacional e do popular, mas somente dos verdadeiros, não na linha de pessoas como Delfim Neto, que vivia levando nosso povo no deboche. Olha, eu podia aceitar tudo de Delfim Neto, mas aquele risinho de deboche dele, com aquelas frases falsamente inteligentes...

Há pouco tempo, foram perguntar a ele: Ministro, o pessoal que está defendendo aí o patrimônio nacional disse que as multinacionais que dão prejuízo, ainda vai, mas o que a gente faz com as multinacionais que estão dando lucro? Aí ele disse: vamos cuidar imediatamente de elas passarem a dar

prejuízo. A gente ainda tem que agüentar esse tipo de deboche.

Mas aí eu dizia:

“Mas somente dos verdadeiros, não na linha de pessoas como Delfim Neto, que vivia levando o nosso povo no deboche, ou de Paulo Francis, tão subserviente a seus patrões que só chama o nosso Continente de América “Latrina”.

Então vocês vejam, esse pessoal não gostam do Brasil, não gostam da América Latina, são todos europeus ou americanos frustrados, não amam o nosso povo. Agora, é engraçado que eles se consideram modernos, estão chamando a todos nós de arcaicos, de dinossauros, dos anos 50. Pois bem, a modernidade desse pessoal todinho só me lembra uma tia-avó que eu tinha, a figura mais reacionária que já encontrei na minha vida, sinhá. Ela tinha ódio de Pedro Álvares Cabral. Ela dizia: aquele maldito, se não fosse ele eu tinha nascido na Europa. (Risos.)

Pois bem, esses “modernos” aí todinhos, pensam que são modernos, são todos discípulos de sinhá, são todos desgostosos porque não nasceram na Alemanha ou na Inglaterra.

Eu não perdôo Rui Barbosa por uma frase que ele disse. Ele pode ser extraordinário e tal, se tem algum baiano aqui que me perdoe, mas ele disse: se eu pudesse afeiçoar o meu país a meu gosto, faria dele uma Inglaterra. Mas tenha dó, se há um paisinho diferente do Brasil, a Inglaterra é um. O que a gente tem com aquilo? Então, esse pessoal aí está desse jeito, feito Rui Barbosa e sinhá. Não ocorre a ninguém que o Brasil deve parecer é com ele mesmo? O nosso povo é um grande povo, tem defeitos mas tem grandes qualidade também. E agora o que estão fazendo é importar defeito. (Risos) Tem defeito por aí afora que eu nunca tinha visto.

No dia em que eu fui tomar posse na Academia Brasileira de Letras, um casal rico chamou minha mulher e eu para ir na casa deles. E fomos. Passei uma fome desgraçada. Eu sou sertanejo e janto às 6 horas e em casa de granfino se janta às 10 horas da noite. (Risos.) Eu nunca tinha feito tanta falta de educação, vinha um salgadinho assim e eu tirava era de punhado assim, tal a fome que eu estava. Aí o dono da casa virou para mim e disse: você sabe que salgadinho é este que você está comendo assim com tanta alegria? Eu disse: é coco catolé, (porque aqui no Nordeste tem o coco catolé). E era um coquinho mesmo. Aí ele disse: não, rapaz, isso é um salgadinho que os americanos desenvolveram nas Bahamas. Eu disse: pois parece coco catolé. Aí, finalmente saiu o jantar. Fomos eu e minha mulher e sentamos com ele e a mulher. A mulher virou para mim e disse: você naturalmente já foi a Disney, não é? Ela tinha tanta intimidade que dizia: a Disney, é gente da casa. Então

ela não me deu nem oportunidade de eu não ter ido. Não, eu nunca fui a Disney. E notei que ela me olhou com um certo ar de desprezo. Daí a pouco o marido falou numa certa pessoa. E ela falou: ele já foi a Disney, não foi? Ele disse: foi. Eu pensei: essa mulher divide a humanidade em duas classes: quem foi e quem não foi a Disney. (Risos.)

E fiquei lá. Daqui a pouco a mulher virou-se para mim e disse: você teve muito problema na educação dos seus filhos? Não, não tive muito não, os problemas normais. Ela: a gente também não tem não. Ela tem três filhos, três rapazinhos adolescentes, 15, 16 e 17 anos mais ou menos. Aí disse: nós também não temos não, o problema nosso é porque os professores dos meus filhos não têm nível suficiente para conversar com eles. Eu pensei: é mãe de Joaquim Nabuco, Castro Alves e... (Risos) Vejam a minha ingenuidade, eu pensava que era nível intelectual, ela não liga para isso não, era nível econômico. (Risos) Porque aí de repente ela virou-se para mim e disse: você imagina, outro dia o meu caçula chegou aqui arrasado porque foi falar com o professor sobre o um videssoldeborecibolqueining(?). e o professor não sabia nem o que era. Agora me diga uma coisa: que respeito um aluno pode ter por um professor que não sabe nem o que é um videssoldeborecibolqueining(?). "Virgi", aí eu fiquei numa situação difícil, eu já não fui a Disney e agora não saber o que é um videssoldeborecibolqueining(?). Aí eu me acovardei e disse: é mesmo, (Risos) como é que um professor não sabe o que é um videssoldeborecibolqueining(?). Isso é uma coisa horrível, uma coisa horrorosa. (Risos.)

Então, estamos vivendo neste ambiente. Esse pessoal é que está criando esse ambiente de que tudo no Brasil não presta. E Paulo Francis, basta ver a coluna dele, chama-se Diário da Corte. Ele está lá muito satisfeito, feliz da vida e acha que é um negócio muito inteligente falar daquele jeito, que também não é sotaque de nenhum lugar.

Então, só chamam a América Latina de "América Latrina". Então, continuando:

"Anteriormente, jamais poderia imaginar que um militar, pela própria natureza da sua vocação, fosse entreguista. Minha esperança nas Forças Armadas tinha raízes mais profundas e que vinham desde a infância, agravada pela leitura de Os Sertões. Considero Euclides da Cunha como um modelo de dignidade, de amor pelo país e pelo povo. Os Sertões é um livro que é ao mesmo tempo uma novela épica, uma reportagem de guerra e um ensaio de interpretação do Brasil, um livro cujos acertos geniais, cujas intenções generosas e cujas revelações proféticas apagam todos os erros que ele porventura tenha e tem.

Em vista disso, não aceito o esquecimento em que deixam um militar de que Euclides da Cunha fala, o Major Henrique Severiano, símbolo

do verdadeiro soldado brasileiro.”

Outra coisa, o pessoal diz que não existe mais direita e esquerda. Existe e é até fácil de a gente identificar. Uma das primeiras coisas é o seguinte, vou dar a vocês a receita: todo mundo que diz que não existe mais direita e esquerda, é de direita. (Palmas.) Aí o nosso mestre Barbosa Lima Sobrinho diz que no Brasil só existem dois partidos: o partido de Joaquim Silvério dos Reis e o partido de Tiradentes. E eu acrescento: o de Calabá, o de Henrique Dias, e indo mais para trás, o de Caim e Abel, que Abel era de esquerda e Caim era de direita. (Risos.)

Vejam que história terrível, continuando:

“... ouvindo um choro de uma criança, numa das casas incendiadas de Canudos, o Major Henrique Severiano entrou na casa para salvá-la e foi morto por um tiro. Aí estaria o símbolo do militar que metaforicamente representaria o verdadeiro soldado brasileiro, digno de sua farda e capaz de apoiar o movimento a favor do povo, também simbolicamente representado por essa criança iluminada entre as chamas do seu martírio.

É por isso que para mim, no seio da intelectualidade brasileira, Paulo Francis só não representa o oposto de Euclides da Cunha porque não tem dimensão nem para ser a imagem em negativo de um grande homem.” (Palmas.)

Então, foi com essas coordenadas que tracei o Projeto Cultural Pernambuco Brasil e estou levando adiante. Como disse a vocês, não tem verba nenhuma e eu saio às vezes sozinho e às vezes com o Madureira.

De maneira que agora vamos ouvir o Madureira, esse extraordinário músico. Eu digo sempre e com a mais absoluta convicção que Antônio José Madureira é o músico que, no nosso tempo, ocupou o lugar que ficou vago depois da morte de Vila Lobos. Ele só tem um defeito como artista, ele é muito modesto. Ele é um injustiçado pela televisão e pelos meios de comunicação de um modo geral, ninguém dá a ele o valor que ele merece. É um extraordinário compositor, um extraordinário intérprete, peço que vocês ouçam com atenção, porque o violão é um instrumento delicado e ele vai tocar uma música dentro dessa linha da cultura brasileira, o tronco ibérico, o negro e o indígena e o mestiço resultante de tudo isso. Ele vai tocar uma música chamada “Romançário”, que é uma música de herança ibérica.

(execução da música)

Então, vamos passar agora à parte de dança para concluirmos a Aula Espetáculo.

Do meu ponto de vista, no que se refere à dança, o caso do Brasil é muito parecido com o da Rússia, onde ao lado da tradição do balé clássico importado, tem o caso de uma dança popular. O que vocês vão ver agora é um grupo popular, o Grupo de Mestre Salustiano, que é formado por uma família, é avô, pai, filhos, irmãos e parentes, é todo mundo da Salustiano. O Grupo de Mestre Salustiano chama-se "O Sonho da Rabeca". (Palmas.)

(show de dança)

Vejam que coisa bonita, como essas jovens bailarinas clássicas e de dança contemporânea, olharam a dança popular e estamos juntos procurando uma forma brasileira de dançar. Vamos então procurar unir essa tradição do balé clássico importado.

Eu vim falar num congresso de mulheres e teve uma coisa até muito engraçada, quando terminou, uma moça veio para o microfone, cheio de mulher aqui e eu vinha dar uma aula, então a moça veio ao microfone e disse: professor, seja franco, eu gostei muito do que o senhor disse, mas diga a verdade olhando para mim, o senhor é machista? Eu posso até ser machista mas não sou burro não, isso é lá lugar para a gente sustentar... Seiscentas mulheres olhando para mim, eu digo: tá doido, sou nada. (Risos.)

Essas jovens bailarinas, de formação clássica, e demonstrando uma versatilidade enorme, olharam a dança popular e partiram para colocar a técnica que aprenderam, inclusive com sapatilhas, isso foi novidade.

E vejam, há pouco tempo estive em São Paulo e lá me perguntaram o que eu achava dos paulistas que discriminavam o Nordeste. Eu respondi que não dava a menor importância a um paulista que discrimina o Nordeste, do mesmo jeito que não dou nenhuma importância a um nordestino que discrimina São Paulo. Isso não tem sentido, a grande coisa do Brasil é a unidade, a América de fala espanhola se fracionou; e o Brasil com essa unidade extraordinária, uma língua única, a portuguesa, e não tem sentido isso.

Um jornalista lá em São Paulo disse que São Paulo era a menos brasileira das cidades. Isso não é verdade, é verdade somente se ele olhar a elite econômica e política de São Paulo, mas o povo de São Paulo é parecidíssimo com o povo do Rio, de Salvador, de Recife e de São Luís do Maranhão, é igual a qualquer outro.

Esse pessoal que fez o Na Cama com Ariano, reparem o que eles dizem, isso aqui é texto deles mesmos:

"Vamos acabar com esse negócio de pelo fato de termos nascido num estado decadente e ultrapassado de um país pobre e miserável..." Estão vendo, para eles Pernambuco é um Estado decadente e ultrapassado. O Brasil

é pobre realmente, mas só isso. Vejam essa lição que é o grupo de mestre Salustiano e aquele grupo que entrou aqui ontem portando estandartes, a gente fica admirado de como é que um povo que passa pelas dificuldades que o nosso passa, tira tanta beleza de uma vida dura como a deles. Temos que tomar é esse exemplo. Se a elite tomar esse exemplo, este país vai ser uma nação que vai ser uma estrela para as outras.

Continuando:

“... num país pobre e miserável termos que aturar coisas ridículas como Olinda Way , a arte armorial (eu), rabequeiros, maracatu rural e urbano, vassourinhas, a tosse de Arraes (Risos.) e tudo mais que é regionalista e babaca.”

Pois bem, o que quero dizer a vocês é o seguinte: eu topo a briga, e esse povo tem fôlego curto, porque eles são “novidadeiros”, amanhã se mudar a onda eles mudam e eu não mudo não, vou morrer assim. (Palmas.)

Aliás, a gente já ganhou essa briga, basta ver o seguinte: eu não sei o nome deles e eles sabem o meu. (Risos e palmas.) E se eles estão falando é porque ficaram incomodados, se tivessem ficado calados eu ficaria até frustrado. Então, se eles estão reagindo é porque estão sentindo o peso disso que estamos fazendo aqui na Secretaria de Miguel Arraes.

Muito obrigado.

2

**NÚMERO DE
DELEGADOS
CREDENCIADOS
POR ESTADO**



ESTADO	TOTAL	%
Acre	01	0,089686
Alagoas	54	4,843049
Amapá	15	1,345291
Amazonas	12	1,076233
Bahia	07	0,627803
Ceará	23	2,06278
Distrito Federal	10	0,896861
Espírito Santo	20	1,793722
Goiás	15	1,345291
Maranhão	14	1,255605
Mato Grosso	04	0,358744
Mato G. do Sul	03	0,269058
Minas Gerais	16	1,434978
Pará	81	7,264574
Paraíba	16	1,434978
Paraná	04	0,358744
Pernambuco	682	61,16592
Piauí	08	0,717489
Rio de Janeiro	25	2,242152
Rio G. do Norte	16	1,434978
Rio G. do Sul	23	2,06278
Roraima	0	0
Santa Catarina	01	0,089686
São Paulo	43	3,856502
Sergipe	11	0,986547
Dir. Nacional	11	0,986547
Total	1115	100

V CONGRESSO NACIONAL DO PSB

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENADOR-GERAL

Carlos Siqueira

MEMBROS

Dep. Raquel Capiberibe, Adilson Gomes, Marlos Duarte, Carlos Luís, Stael Cavalcanti, Thais Alencar, Cacilda Chequer, Dagoberto Corrêia, Álvaro Cabral, Hanni Capiberibe, Fernando Mouzinho, Dionné, Paulo A. Bondes, Cavalcanti Pinto, Miguel Batista, Ivan Rodrigues, Fernando Coelho, Izael Nóbrega, Arlindo Siqueira, Fernando Pugliese, Augusto Carreras, Pedro Mendes Filho, Auxiliadora Pires, Auxiliadora Sena, Edinir Araújo Pinto, Antonieta Rocha, Niedja Guimarães, Olga Severina, Georgia Tenório, Felipe Carreras, Adeléa de Souza, e Ana Roberta.

PROGRAMAÇÃO VISUAL

DG Design Gráfico

ANAIS DO V CONGRESSO NACIONAL DO PSB

COORDENADOR

Carlos Siqueira

COLABORAÇÃO

Adilson Gomes

Marlos Duarte

Roberto Amaral

Thaís Cavalcanti Alencar

TAQUIGRAFIA

Lívia Costa

Lúcia Costa

Marcelo Costa

PROJETO GRÁFICO

DG Design Gráfico

O ANALFABETO POLÍTICO

O pior analfabeto
é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala nem participa
dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão, do peixe, da farinha,
do aluguel, do sapato e do remédio
dependem das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro
que se orgulha e estufa o peito
dizendo que odeia a política.
Não sabe o imbecil que da sua
ignorância política nasce
a prostituta, o menor abandonado,
o assaltante e o pior de todos
os bandidos, que é o político vigarista,
pilantra, o corrupto e lacaio das
empresas nacionais e multinacionais.

Bertold Brecht



PSB

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO